

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE ECONOMIA

**DESCONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL REGIONAL NO BRASIL
(1985 – 1998): PAUSA OU RETROCESSO?**

Aurílio Sérgio Costa Caiado

Tese de doutoramento apresentada ao
Instituto de Economia da Unicamp para
obtenção do título de doutor em Economia
sob a orientação do Prof. Dr. Wilson Cano

Banca:

Prof. Dr. Wilson Cano – orientador – IE/Unicamp

Prof. Dr. Carlos Antônio Brandão – IE/Unicamp

Prof^a. Dr^a. Ana Cristina de Almeida Fernandes – UFSCar

Dr. Eduardo Pereira Nunes – IBGE/RJ

Prof. Dr. Odair Lopes Garcia – UFRN

Campinas, novembro de 2002

*“Em nenhum momento da nossa história foi tão grande a distância
entre o que somos e o que esperávamos ser”
Celso Furtado (1999)*

Para Maria Célia e
meus filhos Ana Thereza,
Caio, Júlia e Luiz Aurílio

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me dado força e perseverança e à minha família pela torcida e orações.

Ao professor Wilson Cano, minha gratidão pelo ensinamento, apoio, dedicação e amizade.

À Diretoria Executiva da Fundação Seade, pelo apoio institucional.

Agradeço de modo especial ao Instituto de Economia da Unicamp, através do Professor João Manoel Cardoso de Mello, pela acolhida no quadro funcional do Instituto, entre 1991 e 1994.

Agradecimento especial à equipe do NESUR/IE, que através da convivência fraterna e do debate salutar muito contribuiu para meu crescimento profissional. Aos professores Wilson Cano, Neide Patarra, Pacheco e Rinaldo, e aos amigos Ana Cristina, Áurea, Brandão, Cláudia, Conceição, Fátima, Flora, Gustavo, Maria Célia, Rosana, Rovená, Ulisses, Vasco e Zoraide, meu muito obrigado.

À Claudia Antico, que me ajudou na formatação, e à Sarah e Vagner, pela leitura atenta e sugestões.

À equipe do Departamento de Indústria do IBGE, que elaborou diversas tabulações especiais do Censo Industrial de 1985 e das PIAs 1996 e seguintes.

À equipe da DAPD da Fundação Seade, especialmente ao Dr. Luiz Henrique, à Maria de Fátima, Lucinda e Osvaldo, pelo apoio e solidariedade.

À equipe de Contas Regionais: César, Roberto Novaes e Regina Paro (in memorian), que tanto me ajudaram a entender a complexa metodologia de contas.

À equipe da Divisão de Estudos Regionais, meu agradecimento pelo apoio e compreensão: Sarah, Luiz Bras, Antônio Carlos, Daniela, Guto, Patrícia, Simone, Renato, Lilian, Margarida, Andrea, Maria Alice, Corá, Henrique, Cristina (in memorian) e Edwin.

Aos amigos e colegas do Seade que me ajudaram e torceram pela conclusão deste trabalho: Anette, Alda, Guiomar, Margareth, Paula, Sinésio, Miguel, Sandra, Flávio, André, Roberto Bernardes, Regina Marinho, Cidinha, Maria José, Graça, Vagner Bessa, Guilherme, Ilma, Ana, Irineu, Maria do Carmo, Zilda, Catarina, Mariana, Otávio, Paulino e Paulo Jannuzzi.

RESUMO

A tese parte da constatação de que no processo de desconcentração produtiva no Brasil – notadamente da industrial, entre 1970 e 1985, as ações do Estado foram estruturantes, intensificaram a integração produtiva do mercado nacional (1962/1985) e possibilitaram maior “soldagem” do movimento das diferentes economias regionais ao movimento geral da dinâmica de acumulação da economia nacional.

O abandono do “Estado desenvolvimentista”, desde meados dos 80 e, sobretudo, a implantação do receituário neoliberal, nos 90, alteraram os padrões de localização das atividades mais dinâmicas. A “Guerra Fiscal” exacerbou, como mecanismo de (equivocada) defesa de regiões e localidades. O fim do tripé e a supremacia do investimento privado tornaram fortemente seletiva a localização regional. A desconcentração foi estancada, até mesmo com algumas manifestações concretas de reconcentração produtiva. Assim, a decisão de investimento do capital privado, nacional ou internacional, passou a contar com verdadeiro “leilão” de localização, responsável por transferências líquidas de recursos públicos para empresas privadas, impondo ao desenvolvimento regional forte seletividade.

A dinâmica da economia regional pós-1989 não é mais uma etapa da integração produtiva, pois, enquanto a integração correspondeu a um verdadeiro processo de “abertura de fronteiras” regionais para a acumulação, a abertura comercial e a desregulamentação do mercado nacional, tiveram o mesmo significado, em escala internacional. O motor do crescimento deixou de ser o mercado interno para ser a “integração” à economia internacional, enfraquecendo-se, consideravelmente, os vínculos de solidariedade regional e reduzindo os efeitos propulsores do crescimento.

Apesar de haver efeitos setorial e regionalmente diferenciados, a dominância passou a ser crescentemente comandada pelos grandes oligopólios mundiais. Os efeitos de estímulo sobre a estrutura produtiva nacional tornaram-se mais fracos, ampliando-se os efeitos de bloqueio ou inibição e até mesmo de destruição.

SUMMARY

This thesis is based on the statement that in the process of productive deconcentration in Brazil – specially of the industrial one, between 1970 and 1985 – the State actions were structuring, in the sense that it, and not only intensified the productive integration of the national market (1962/1985), but also made possible a larger “soldering” between the movement of the different regional economies and the general movement of the national economy accumulation dynamics.

The abandonment of the “developmental State” since mid 80s and, above all, the implantation of the neo - liberal procedures in the 90s have altered the localization patterns of the most dynamic activities. The “Fiscal War”, as a mechanism of (mistaken) defense of regions and settlements became tougher. The end of the “tripod” and the supremacy of the private investment turned the regional localization strongly selective. The deconcentration process was stopped and had even resulted in some concrete manifestations of productive reconcentration. Thus, the decision of investment of the private capital - national or international - started depending on a kind of localization “auction”, that was responsible for the liquid transferring of public resources to private companies, imposing strong selectivity to the regional development.

The dynamics of the post-1989 regional economy was no longer a stage of productive integration, as while the integration corresponded to a true process of "opening of the regional borders" for accumulation, the commercial opening and the national market deregulation had the same meaning in international terms. The growth motor was no longer the domestic market but the “integration” to the international economy, what weakened the regional solidarity links and reduced the growth propelling effects.

In spite of the distinguished sectoral and regional effects, the dominance became increasingly commanded by the great world oligopolies. The incentive effects on the national productive structure became weaker and the effects of blockage or inhibition and even of destruction were enlarged.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – DESCONCENTRAÇÃO ECONÔMICA ENTRE 1970 E 1985	5
A Economia Brasileira entre 1930 e 1970: Integração do Mercado Nacional e Concentração da Produção Industrial em São Paulo	5
<i>Da Industrialização Restringida à Industrialização Pesada: a Produção Industrial entre 1930 e 1970.</i>	6
<i>A Industrialização Restringida</i>	6
<i>A “Industrialização Pesada”</i>	8
<i>Integração do Mercado Nacional, Concentração Regional da Indústria e Políticas Regionais de Desenvolvimento</i>	10
A Economia Brasileira entre 1970 e 1985.....	13
A Desconcentração Produtiva entre 1970 e 1985	18
<i>A Dinâmica Regional da Produção Agrícola</i>	21
<i>A Desconcentração da Produção Industrial</i>	24
<i>A Convergência da Renda Regional</i>	27
O Debate sobre Desconcentração.....	29
Síntese do Capítulo I	43
CAPÍTULO II – A DINÂMICA REGIONAL BRASILEIRA ENTRE 1985 E 1989 – A AGONIA DA POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO	47
Algumas Advertências Metodológicas	47
A Agonia da Política de Desenvolvimento – 1985 a 1989	61
<i>O Movimento Geral da Economia Brasileira entre 1985 e 1989</i>	62
Estancamento do Processo de Desconcentração Produtiva	64
<i>A Dinâmica Regional da Produção Agrícola</i>	70
<i>A Crise na Indústria de Transformação e a Distribuição da Produção Regional</i>	74
<i>Interrupção do Processo de Convergência da Renda Regional</i>	81
Debate sobre o Período.....	82
Síntese do Capítulo II	88

CAPÍTULO III – DINÂMICA REGIONAL PÓS-1989 – ABANDONO DA POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO E NEOLIBERALISMO.....	91
O Abandono da Política Nacional de Desenvolvimento e Implantação do Neoliberalismo	92
O Movimento da Economia Regional pós-1989.....	98
<i>A Agropecuária Brasileira entre 1989 e 1998.....</i>	<i>104</i>
<i>A Produção Industrial Regional.....</i>	<i>110</i>
<i>O Processo de Convergência da Renda Regional per Capita</i>	<i>114</i>
Como os Principais Analistas do Desenvolvimento Regional Interpretaram o Período	117
Síntese do Capítulo III	130
 CAPÍTULO IV – A DINÂMICA INDUSTRIAL ENTRE 1985 E 1998	133
A Produção Industrial Brasileira entre 1985 e 1998.....	133
<i>A Dinâmica Regional da Indústria</i>	<i>141</i>
A Indústria Paulista.....	155
<i>A Produção Industrial na Região Metropolitana de São Paulo.....</i>	<i>159</i>
<i>A Indústria Localizada na Capital</i>	<i>165</i>
<i>Demais Municípios da RMSP, exclusive a Capital</i>	<i>171</i>
<i>A Produção Industrial no Interior do Estado.....</i>	<i>172</i>
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	181
 BIBLIOGRAFIA	189
 APÊNDICE ESTATÍSTICO	203
 APÊNDICE DE GRÁFICOS E MAPAS.....	227

RELAÇÃO DE TABELAS

Tabela 1: Participação do Valor da Transformação Industrial do Estado de São Paulo em Relação ao Brasil, segundo Ramos Industriais 1919 – 1970.....	13
Tabela 2: Participação Regional no PIB -1970 – 1985.....	20
Tabela 3: Produção Regional de Grãos -1970-1985.....	22
Tabela 4: Distribuição da Produção Regional de Grãos - 1970-1985.....	23
Tabela 5: Distribuição Regional da Indústria de Transformação.....	25
Tabela 6: Índices do Produto Interno Bruto Regional per Capita.....	28
Tabela 7: Estrutura da Indústria de Transformação do Brasil –1985-1997.....	51
Tabela 8: Participação de São Paulo na Indústria de Transformação do Brasil – 1985-1997.....	52
Tabela 9: Participação de São Paulo na Indústria do Brasil – 1985-1998.....	54
Tabela 10: Distribuição Regional da Indústria de Transformação do Brasil – 1985-1998.....	59
Tabela 11: Comparação Regional entre os Valores Apresentados nas duas Séries de PIB – 1985.....	60
Tabela 12: Distribuição Regional do PIB e do Valor Adicionado Total – 1985 e 1998.....	61
Tabela 13: Estrutura do Valor Adicionado a Preços Básicos do Brasil – 1985-1989.....	63
Tabela 14: Participação Regional no PIB Nacional – 1985-1989.....	69
Tabela 15: Produção Regional de Grãos – 1985-1989.....	70
Tabela 16: Distribuição da Produção Regional de Grãos – 1985-1989.....	71
Tabela 17: Distribuição Regional do Valor Adicionado Bruto da Agropecuária do Brasil – 1985 – 1989.....	73
Tabela 18: Índices de Crescimento da Produção Industrial do Brasil e de São Paulo – 1985 – 1989.....	76

Tabela 19: Distribuição Regional da Indústria de Transformação do Brasil – 1985-1989.....	78
Tabela 20: Participação Regional no Valor Adicionado Bruto da Indústria de Transformação do Brasil – 1985-1989.....	80
Tabela 21: Índices do Produto Interno Bruto Regional per Capita.....	82
Tabela 22: Distribuição do Valor Adicionado Bruto do Brasil, segundo Atividades Econômicas – 1989-1998.....	98
Tabela 23: Participação Regional no PIB Nacional – 1989 –1998.....	104
Tabela 24: Distribuição Regional do Valor Adicionado Bruto da Agropecuária do Brasil – 1989-1998.....	107
Tabela 25: Produção Regional de Grãos – 1989-1998.....	108
Tabela 26: Distribuição da Produção Regional de Grãos – 1989-1998.....	109
Tabela 27: Distribuição Regional da Indústria de Transformação do Brasil – 1985-1998.....	110
Tabela 28: Índice Acumulado de Crescimento da Produção Industrial do Brasil – 1989-1998.....	112
Tabela 29: Índices de Crescimento da Produção da Indústria de Transformação – 1985 – 1998.....	113
Tabela 30: Confronto do PIB Regional per Capita com a média do Brasil.....	116
Tabela 31: Estrutura e Crescimento Real da Indústria Extrativa Mineral do Brasil, 1985 e 1998.....	136
Tabela 32: Crescimento Real da Indústria Geral do Brasil, segundo Divisão e Categorias de Uso – 1985-1998.....	138
Tabela 33: Estrutura da Indústria Geral do Brasil, segundo Categorias de Uso –1985 e 1998.....	139
Tabela 34: Estrutura da Indústria de Transformação do Brasil – 1985 a 1998.....	141
Tabela 35: Distribuição Regional da Indústria do Brasil – 1985-1998.....	143
Tabela 36: Distribuição e Participação Regional do VTI da Indústria Geral do Brasil, segundo Divisões e Categoria de Uso – 1985.....	145

Tabela 37: Distribuição e Participação Regional do VTI da Indústria Geral do Brasil, segundo Divisões e Categoria de Uso – 1998.....	145
Tabela 38: Distribuição Regional do VTI da Indústria do Brasil, segundo Divisões – 1985.....	153
Tabela 39: Distribuição Regional do VTI da Indústria do Brasil, segundo Divisões – 1998.....	154
Tabela 40: Distribuição Regional da Indústria Geral do Estado de São Paulo –1985-1998.....	155
Tabela 41: Participação Regional de São Paulo, RMSP, Capital e Interior na Indústria Geral do Brasil, segundo Divisões – 1985 e 1998.....	158
Tabela 42: Estrutura da Indústria de Transformação da RMSP, Capital e RMSP Exclusive a Capital, segundo Divisões – 1985 e 1998.....	170

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

AIR	Aglomeração Industrial Relevante
ANPEC	Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia
ANPEI	Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Industriais
BIRD	Banco de Desenvolvimento Interamericano
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNH	Banco Nacional da Habitação
CAE	Classificação das Atividades Econômicas
CEDEPLAR	Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional
CEMPRE	Cadastro Central de Empresas
CETESB	Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental
CGC	Cadastro Geral de Contribuintes
CI	Censo Industrial
CNA	Companhia Nacional de Álcalis
CNAE	Classificação Nacional das Atividades Econômicas
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
DECNA	Departamento de Contas Nacionais do IBGE
DEIND	Departamento de Indústria do IBGE
ECIB	Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira
EMBRAER	Empresa Brasileira de Aeronáutica
FCNO	Fundo Constitucional do Norte
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FINAM	Fundo de Investimentos da Amazônia
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNM	Fábrica Nacional de Motores
FUNDAP	Fundação do Desenvolvimento Administrativo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDE	Investimento Direto Estrangeiro
IEM	Indústria Extrativa Mineral
IPA-OG	Índice de Preços por Atacado – Oferta Global
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IR	Imposto de Renda
IT	Indústria de Transformação
NESUR	Núcleo de Estudos em Economia Social, Urbana e Regional
ORTN	Obrigações Reajustáveis do Tesouro Federal
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PAC	Pesquisa Anual de Comércio
PAEP	Pesquisa da Atividade Econômica Paulista
PAER	Pesquisa da Atividade Econômica Regional
PAS	Pesquisa Anual de Serviços
PASEP	Programa de Assistência ao Servidor Público
PIA	Pesquisa Industrial Anual
PIB	Produto Interno Bruto
PIM	Pesquisa Industrial Mensal
PIM-pf	Pesquisa Industrial Mensal - produção física
PIN	Programa de Integração Nacional
PIS	Programa de Integração Social
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNB	Produto Nacional Bruto
I PND	Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento

II PND	Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento
PND-NR	Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República
POLAMAZÔNIA	Programa de Pólos Agropecuários e Agro-industriais da Amazônia
POLONORDESTE	Programa de Áreas Integradas do Nordeste
PPA	Plano Plurianual de Investimentos
PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste
RA	Região Administrativa
RG	Região de Governo
SEADE	Sistema Estadual de Análise de Dados
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDECO	Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUDESUL	Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul
SUFRAMA	Superintendência de Desenvolvimento da Zona Franca de Manaus
VA	Valor Adicionado
VAB	Valor Adicionado Bruto
VAF	Valor Adicionado Fiscal
VTI	Valor de Transformação Industrial

DESCONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL REGIONAL NO BRASIL (1985 – 1998): PAUSA OU RETROCESSO?

INTRODUÇÃO

Esta tese tem por objetivo analisar os principais determinantes do processo de concentração e desconcentração produtiva na economia regional brasileira após 1985, e indagar sobre um possível estancamento desse processo.

Para tanto, há, de início, que lembrar a deterioração econômica nacional e regional causada pela crise da década de 1980, e que já decorrem 13 anos do início da implantação de regras econômicas neoliberais, que resultaram no afastamento do Estado da arena das políticas de desenvolvimento econômico nacional e regional. Entendemos, assim, que esse tema está inserido na questão geral que envolve a debilidade do crescimento econômico nacional destas duas décadas, e seus perversos desdobramentos na crise social.

A pesquisa parte da constatação consagrada de que o acentuado processo de **desconcentração** espacial da produção no Brasil – notadamente da industrial – que se manifestou entre 1970 e 1985, em sua maior parte, teve como determinantes maiores inequívocas ações de **intervenção do Estado**, cujas raízes remontam ao início da década de 1960, com a criação de novos instrumentos e novas instituições de desenvolvimento regional. Suas ações estruturantes puderam intensificar o processo de **integração produtiva** do mercado nacional (1962/1985) e, com isso, alcançar maior “soldagem” do movimento das diferentes economias regionais, ao movimento geral da dinâmica de acumulação da economia nacional.

Com isso, e após iniciar os estudos sobre o período subsequente (pós 1985), formula-se a hipótese geral de que a transparente diminuição da intervenção do Estado nos destinos da inversão e da produção econômica do país – já desde a década de 1980, mas agravada sobretudo a partir de 1990 – teria estancado o processo de desconcentração e até mesmo causado algumas manifestações concretas de reconcentração produtiva em São Paulo, principalmente em divisões industriais de maior complexidade tecnológica.

O abandono do modelo de “Estado desenvolvimentista”, desde meados dos anos 80 e, sobretudo, a implantação do receituário neoliberal, com abertura comercial, privatização, desregulamentação dos fluxos internacionais de capital, na década de 90, alteraram os padrões de localização das atividades mais dinâmicas, do ponto de vista setorial e espacial. Reduziram a solidariedade produtiva, destruíram cadeias produtivas, substituíram insumos locais por importados, eliminaram subsídios e outros instrumentos compensatórios que equalizavam melhor as oportunidades das distintas regiões.

Na ausência do Estado central na formulação e execução de políticas regionais de desenvolvimento, a chamada “Guerra Fiscal” entre estados e entre municípios exacerbou, como mecanismo de (equivocada) defesa de regiões e localidades.

A pesquisa pretende analisar o desenvolvimento regional brasileiro, à luz da política econômica e do movimento geral da economia, e o movimento regional da agropecuária e da indústria, em especial a de transformação. Para tanto, sintetiza a contribuição dos principais intérpretes do desenvolvimento regional brasileiro e discute, ainda, alguns problemas e procedimentos metodológicos que perpassam o tema.

Para a análise do período pós-1985, foram organizadas novas bases estatísticas, algumas das quais inéditas: i) na produção industrial, compatibilizei o censo industrial de 1985 com as Pesquisas Industriais Anuais (PIAs) a partir de 1996, com informações desagregadas para os Estados da Federação, Região Metropolitana de São Paulo, Município de São Paulo, demais municípios da RMSP exceto a capital e o Interior do Estado; ii) na produção de grãos, organizei nova base a partir do conceito de grãos adotado pela Fundação Seade; iii) para o PIB regional, adotei a nova série calculada pelo IBGE em parceria com instituições estaduais de estatística; iv) além da utilização de outras bases disponíveis.

A análise espacial abrange o território brasileiro, com desagregação de informações para as grandes regiões e Unidades da Federação (Estados e DF). Está centrada no Estado de São Paulo, vendo-se separadamente a produção industrial na Região Metropolitana de São Paulo, desagregando a Capital e os demais municípios metropolitanos e o Interior, no período 1985-1998.

A periodização utilizada distingue quatro momentos na economia regional, quanto à concentração produtiva.

- Até 1970, a principal característica foi a concentração em São Paulo, quando a lógica da localização industrial era ditada, quase que estritamente, pelo mercado, e a estruturação de políticas de desenvolvimento regional, particularmente para as regiões Norte e Nordeste, a partir de 1960, fortemente estimuladas pelos incentivos públicos então criados.
- Entre 1970 e 1985, foi o auge e declínio da política nacional de desenvolvimento. Grandes plantas industriais foram instaladas fora do centro dinâmico (Região Metropolitana de São Paulo) e somente São Paulo, Pernambuco e Rio de Janeiro tiveram redução de participação. Em São Paulo, ocorreu o processo de interiorização do desenvolvimento, com grande ampliação da participação do interior na produção industrial.
- O período 1985-1989 é chamado de “período de agonia da política de desenvolvimento”, quando o Estado, fragilizado pela crise econômica, embora não tivesse abandonado de todo o discurso de desenvolvimento e redução das disparidades regionais, suas inações conduziram ao estancamento do processo de desconcentração. O governo, apesar de ter reduzido sua atuação, em função da crise da dívida e da alta inflação, ainda esboçou, mais no discurso do que na prática, a continuação da política de desenvolvimento regional. Houve certa reconcentração econômica e fraca desconcentração da indústria de transformação, em São Paulo. Esta, porém, conforme tentarei demonstrar, com forte caráter meramente estatístico.
- Após 1989, a implantação de políticas neoliberais e abandono da política de desenvolvimento surtiu perversos efeitos, não só afetando várias cadeias produtivas e, com isso, reduzindo a “soldagem” até então existente entre as diversas economias regionais, mas também alterando alguns determinantes da concorrência e da localização industrial, com fortes efeitos de inibição e até de destruição sobre importantes segmentos da indústria nacional.

O texto está organizado em quatro capítulos, além desta introdução e das considerações finais. O primeiro sintetiza a evolução da produção industrial

brasileira, entre 1930 e 1970, e os determinantes da concentração em São Paulo; analisa a economia brasileira e a desconcentração produtiva, entre 1970 e 1985; resume as interpretações dos principais estudiosos do processo de desconcentração produtiva e da política de desenvolvimento regional e traz uma síntese do capítulo.

O segundo apresenta os principais determinantes do processo de desconcentração produtiva entre 1985 e 1989 e discute alguns aspectos metodológicos que envolvem o objeto central da tese. Apresenta uma síntese sobre a economia e a política econômica do período; analisa o movimento geral da economia regional e o processo de convergência da renda regional; apresenta o debate entre os principais autores que discutiram essa questão e traz, à guisa de conclusão, uma síntese do capítulo.

O terceiro trata da dinâmica regional brasileira após 1989, período de abandono da política nacional e regional de desenvolvimento e implantação de políticas neoliberais. Analisa, sucintamente, a economia brasileira, destacando o abandono da política nacional de desenvolvimento e implantação de novas regras; estuda a economia regional – destacando a produção industrial e agropecuária e o processo de convergência da renda regional; as contribuições dos principais intérpretes do desenvolvimento regional sobre o período e traz uma breve conclusão sobre o mesmo.

O quarto capítulo analisa a dinâmica regional da indústria entre 1985 e 1998, a partir de base estatística inédita, enfocando, mais detalhadamente, o Estado de São Paulo. Está organizado em dois tópicos. O primeiro trata da dinâmica regional da indústria brasileira, destacando a estrutura produtiva e a participação dos principais estados; o segundo estuda a produção industrial no Estado de São Paulo, com dois itens: Região Metropolitana de São Paulo e Interior do Estado. Na análise da produção industrial metropolitana, desagrega-se as informações para a capital e os demais municípios metropolitanos.

CAPÍTULO I – DESCONCENTRAÇÃO ECONÔMICA ENTRE 1970 E 1985

Este capítulo tem por objetivo analisar a desconcentração econômica ocorrida entre 1970 e 1985 e apresentar uma síntese do período anterior. Está organizado em cinco tópicos. O primeiro sintetiza a produção industrial brasileira, entre 1930 e 1970, e os determinantes da concentração em São Paulo. A economia brasileira entre 1970 e 1985 é tratada no segundo tópico e a desconcentração produtiva do período, no terceiro. O quarto tópico traz as análises dos principais intérpretes do processo de desconcentração produtiva e da política de desenvolvimento regional e o quinto contém uma síntese do capítulo.

A Economia Brasileira entre 1930 e 1970: Integração do Mercado Nacional e Concentração da Produção Industrial em São Paulo

A formação do complexo cafeeiro, em São Paulo, teve maior sucesso que em outras regiões pois ali desenvolveu relações de produção capitalistas mais avançadas. Isso fez com que sua economia e sua urbanização resultassem na implantação de indústrias, principalmente setores da indústria de bens de consumo não durável, em velocidade e densidade maior do que no resto do país, que fizeram com que o grau de concentração da produção industrial em São Paulo de pouco mais de 15%, em 1907, subisse para quase 40%, em 1929 (Cano: 1998).

A partir de 1929, cria-se uma situação nova na economia brasileira: a crise e a política pública de recuperação da economia deslocaram, a partir de 1933, o centro dinâmico da economia para o mercado interno, decorrendo daí um novo padrão de acumulação de capital em favor da indústria, com o setor exportador deixando de ser o principal determinante da renda e do emprego (Furtado 1961a).

Este tópico tem por objetivo resumir os principais determinantes do processo de concentração industrial em São Paulo, e, para tanto, está organizado em dois itens: o primeiro discute a produção industrial e o segundo sintetiza o movimento de integração do mercado nacional e da concentração industrial em São Paulo.

Da Industrialização Restringida à Industrialização Pesada: a Produção Industrial entre 1930 e 1970.

A Industrialização Restringida

Entre 1930 e 1955, a industrialização se dá de forma *restringida*, em virtude da reprodução ampliada do capital produtivo ainda ter forte dependência para com o setor exportador, que não só viabilizava as importações de bens de capital e de bens intermediários, mas que, ainda, constituía parte substancial do mercado de bens industriais. A inexistência de um expressivo compartimento produtor de bens de produção fazia com que a indústria não tivesse autonomia para sua plena reprodução. Dito de outra forma, as bases técnicas e financeiras da acumulação eram ainda “insuficientes para que fosse implantada, no mesmo momento, o núcleo fundamental da indústria de bens de produção, que permitiria à capacidade produtiva crescer adiante da demanda, autodeterminando o processo de desenvolvimento industrial” (Cardoso de Mello, 1982: 110).

As dificuldades econômicas da década de 30 e as advindas da II Guerra Mundial, provocaram restrições na capacidade de importar e, conseqüentemente, nas inversões industriais. Isso levou a um rápido esgotamento da capacidade ociosa gerada na década anterior, ao mesmo tempo que estimulava o esforço interno para a produção de bens de produção, no que resultou na montagem de alguns núcleos produtores de bens de produção, insuficientes, contudo, para “dar o grande salto”. Por outro lado, a restrição de divisas, e seu encarecimento decorrente das desvalorizações cambiais então praticadas, restringiram fortemente as importações, tornando o mercado nacional, cativo à produção interna.

Houve elevada expansão industrial em todo o período pós-1933, particularmente intensa entre 1949 e 1955. As medidas de política econômica adotadas pelo governo, já a partir da década de 1930, foram fundamentais para o rápido crescimento industrial. Para isso foi decisivo um conjunto de condições, entre as quais se destacam as políticas de apoio à substituição de importações e os

investimentos estatais tanto em infra-estrutura de energia e de transportes como na produção de bens intermediários (Serra, 1984).

Deve-se destacar que após 1930 foi sendo estruturado um Estado Nacional comprometido com a industrialização e o desenvolvimento que estimulou a substituição de importações e a integração do mercado nacional. Assim, com as crises ocorridas nas diversas regiões exportadoras, a integração do mercado nacional e o surgimento de condições para a sustentação do processo de industrialização, foi-se consolidando uma **articulação comercial** entre as regiões brasileiras e **ampliando a concentração** industrial em São Paulo. Como destacou Cano (1998:185) “para prosseguir com o desenvolvimento do capitalismo brasileiro havia, necessariamente, que integrar o mercado nacional e, para tanto, não mais poderia o Estado permitir a supremacia de interesses especificamente regionais sobre os nacionais”.¹ Coube ao Estado converter determinados problemas regionais, que passaram a ser de âmbito nacional, assim como a industrialização, que passou a ser considerada prioridade nacional, com as políticas de desenvolvimento industrial centralizadas no Governo Federal.

De fato, o esforço a que a Segunda Guerra submeteu o país obrigou-o ao uso mais intenso de recursos naturais, com investimentos na indústria de bens intermediários que aumentaram seu peso na produção industrial em todas as regiões, salvo no Norte. Até 1955 entraram em operação empreendimentos realizados pelo Estado, dentre os quais destacam-se: Companhia Vale do Rio Doce (produção de minério de ferro), Companhia Nacional de Álcalis (barrilha e soda cáustica), Companhia Siderúrgica Nacional (aço), Acesita (aços especiais), Fábrica Nacional de Motores (caminhões), Petrobrás (refino de petróleo), dentre outros, e a criação do BNDE. Todos esses empreendimentos tiveram forte impacto sobre o crescimento industrial dos últimos anos da “industrialização restringida” e dos primeiros anos da “industrialização pesada”.

¹ Sobre a industrialização nesse período ver Tavares (1986), Cardoso de Mello (1975) e Cano (1985), e sobre a conversão de problemas regionais em questões nacionais ver Cano (1985), Guimarães Neto (1982), Barjas (1994) e Pacheco (1996).

A “Industrialização Pesada”

Foi a partir do Plano de Metas (1956-1960) que a industrialização passou por transformações estruturais caracterizadas pela introdução de novos setores, articulada diretamente pelo Estado. O Plano de Metas continha ambicioso conjunto de objetivos setoriais que, segundo Lessa (1981) foi a mais sólida decisão consciente em prol da industrialização na história econômica do país e conferia prioridade à construção dos estágios superiores da pirâmide industrial verticalmente integrada e do capital social básico de apoio a esta estrutura. Acelerou-se a expansão industrial com a implantação do setor de bens de consumo durável e da indústria pesada.

Segundo Cardoso de Mello (1986:117), a implantação de um bloco de investimentos altamente complementares, entre 1956 e 1961, “correspondeu a uma verdadeira ‘onda de inovações’ schumpeteriana: de um lado a estrutura do sistema produtivo se alterou radicalmente, verificando-se um profundo ‘salto tecnológico’, de outro, a capacidade produtiva se ampliou muito à frente da demanda pré-existente. Há, portanto, um novo padrão de acumulação, que demarca uma nova fase e as características da expansão delineiam um processo de industrialização pesada (...)”

O investimento industrial daquele período estruturou-se a partir de um tripé formado pelo capital privado internacional, capital público e, como sócio menor, o capital privado nacional, com elevada participação do capital internacional oligopolizado. A diferença em relação ao período anterior reside nas formas de mobilização de capital necessário para dar conta das pesadas inversões do Plano de Metas.

É importante destacar que além dos investimentos estatais na produção direta de insumos básicos e em infraestrutura básica, notadamente de transportes e energia, foram decisivas a utilização de novos instrumentos de política econômica, e a concessão de incentivos e isenções à produção industrial, que ampliaram e consolidaram a proteção à indústria nacional.²

² Sobre a política econômica implantada durante o Plano de Metas ver Lessa (1975).

Nesse período, instalaram-se no país as indústrias automobilística, de construção naval, de material elétrico pesado e de máquinas e equipamentos, possibilitando considerável expansão do grupo de indústrias produtoras de bens de capital e de consumo durável, que lideraram o crescimento no período. Ao mesmo tempo expandiram-se consideravelmente indústrias produtoras de bens intermediários como a siderúrgica, papel e celulose, materiais não-ferrosos, química pesada e petróleo.

O amplo programa de investimentos modificou o padrão de crescimento industrial do país, reforçando a concentração econômica em São Paulo. Mas, em paralelo, ao exigir maior grau de complementaridade entre a base de recursos naturais e a indústria, esse processo também gerou estímulos ao desenvolvimento do restante do espaço econômico do país, ampliando a **integração produtiva**.

Entre 1962 e 1967, a economia passou por grave crise de realização de seu crescente potencial de acumulação, graças à estreita base técnica industrial, ao desajuste entre a oferta e a demanda industriais, vis-à-vis o nível e a distribuição da renda e à deficiência do sistema financeiro. Assim, a primeira fase da industrialização pesada divide-se em dois momentos: entre 1956 e 1961, de expansão, e, entre 1962 e 1967, de desaceleração da economia. A crise de 1962-67 foi o pior momento da economia brasileira desde o pós-guerra, com destaque para a desaceleração do ritmo de crescimento do produto industrial e da construção civil.³

Porém, o novo regime instaurado a partir de 1964, implementaria um conjunto de reformas econômicas⁴ que constituiriam importante base para a retomada do crescimento econômico, ao contornar temporariamente os problemas de financiamento público⁵. Assim, a recuperação da economia, iniciada em 1967, caracterizou-se como importante ciclo expansivo, decorrência do conjunto de reformas econômicas, das políticas fiscal e monetária mais flexíveis do segundo

³ Sobre o tema ver Lessa (1975), Serra (1982) e Tavares (1972, 1974 e 1978).

⁴ As principais medidas implementadas entre 1964 e 1966 foram: lei do mercado de capitais - Lei das S/As (1965), reforma tributária (1966), reforma do Sistema Financeiro (1966), criação dos fundos parafiscais: FGTS, PIS e PASEP, criação do BNH (1965), reestruturação dos preços e tarifas dos serviços industriais de utilidade pública, instituição da correção monetária e das ORTNs, alteração da Lei de remessa de lucros, novo sistema de incentivo às exportações e instituição do Sistema Nacional de Crédito Rural.

⁵ As reformas criaram novas bases para a acumulação ao repor a capacidade de investimento do Estado, entretanto, no financiamento privado, atuaram somente no financiamento do consumo e Tavares (1985) mostrou o fracasso pela quase inexistência de financiamento de longo prazo.

governo militar, bem como das condições favoráveis propiciadas pela economia internacional.

A fase expansiva (1967-1973) pode ser subdividida em dois momentos. No primeiro, entre 1967 e 1970, a retomada do crescimento teve como componente, além do investimento, a utilização da capacidade produtiva ociosa do setor industrial, herdada do período anterior (1956-1967).⁶ Os efeitos de encadeamento começaram um pouco mais tarde e marcaram o segundo momento do ciclo ascendente, iniciado em 1970, correspondente ao seu auge. A capacidade ociosa estava praticamente esgotada e o investimento produtivo passou a ser o principal fator indutor da expansão, quando se conjugaram taxas de crescimento com elevação da formação bruta de capital.

Outra especificidade do segundo momento, além do esgotamento da capacidade ociosa da indústria, foi a forte aceleração da produção de bens de capital, cuja taxa de crescimento ultrapassou a de bens duráveis. O setor de bens de consumo não-durável também teve sua produção ampliada, como resposta ao crescimento industrial, à elevação da taxa global de investimento da economia e à urbanização (Teixeira, 1992).

Integração do Mercado Nacional, Concentração Regional da Indústria e Políticas Regionais de Desenvolvimento

O acelerado processo de expansão industrial da economia brasileira desde os anos 20 teve como principal característica espacial, a concentração regional em São Paulo. No período da industrialização restringida, entre 1930 e 1955, a participação paulista na produção industrial brasileira foi continuamente ampliada, passando de 34% em 1919, para 41%, em 1939, 49%, em 1949, e atingindo 52%, entre 1955 e 1956.

A crise de 1929 forçou a ampliação de complementaridade agrícola e industrial inter-regional, em face de corte nas importações e das exigências de expansão

⁶ Sobre o período, ver Belluzzo, 1984.

subseqüente à crise, e criou condições que permitiram o surgimento de economias de escala para a implantação de algumas indústrias de base, cimento e aço, por exemplo.

O processo de integração do mercado nacional passou por duas etapas. A primeira, da crise de 29 até fins da década de 50, foi essencialmente mercantil e conduzida pelo capital sediado em São Paulo. Esse período foi marcado por políticas de redução e eliminação dos impostos interestaduais, construção de estradas e conversão política de antigos “problemas regionais” em “questões nacionais”, na agenda política do governo federal. A ampliação do fluxo inter-regional de mercadorias sancionou a liderança da indústria sediado em São Paulo, beneficiada pelo constrangimento da guerra e do desequilíbrio cambial, e possibilitou a integração do mercado nacional.

A criação da Sudene e instituição do sistema de incentivos fiscais para o Nordeste marcaram o início da segunda etapa, pela ação mais institucionalizada das políticas de desenvolvimento regional.⁷ Assim, a partir da década de 60, incrementou-se a competitividade inter-regional com ampliação, também, dos efeitos de destruição sobre parte da indústria localizada na periferia. Este período não exclui a primeira forma de dominação e foi caracterizado pelo movimento de inversões – notadamente industriais – na periferia, de parte do excedente gerado no pólo, facilitando a dominação do mercado nacional via acumulação de capital. É preciso destacar que, em que pese a concentração industrial em São Paulo, a integração resultou importante expansão em todas as regiões.⁸

Cano (1998) demonstrou que o processo de integração do mercado nacional, desde 30, propiciou três efeitos às economias regionais: de estímulo, de inibição ou bloqueio e de destruição. Os **efeitos de estímulo** foram sentidos principalmente pelo

⁷ Entre 1962 e 1967 o sistema de incentivos foi ampliado para outras regiões (Sudam, em 1966, Sudesul, Sudeco e Suframa, em 1967) e para vários setores (pesca, reflorestamento, turismo, mercado de capitais e fabricação estatal de aviões), estes não necessariamente vinculados a programas de desenvolvimento regional. Os efeitos sobre a concentração produtiva, entretanto, só ocorreriam a partir do início da década de 70, com a implantação de programas de desenvolvimento regional e a localização de novos investimentos industriais na periferia. Ver Cano, 1985.

⁸ Entre 1919 e 1970 a indústria de transformação de São Paulo cresceu à taxa média anual de 8,4%, o Norte a 6,0%; o Nordeste, a 5,0%; Centro-Oeste, a 8,8%; Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Espírito Santo, a 6,1%, 7,6% e 7,2%, respectivamente. A produção agrícola também cresceu satisfatoriamente, principalmente após a crise de 1929, quando os produtos destinados ao mercado interno tiveram crescimento de produção acima do ritmo de expansão da população praticamente em todas as regiões do país (Cano, 1985:305).

capital industrial sediado em São Paulo, mas também em outras regiões pela expansão da demanda e, principalmente, o fornecimento de produtos complementares aos produzidos no pólo, matérias-primas ou bens finais. Os **efeitos de inibição ou bloqueio** atingiram bens industriais produzidos para atender à demanda regional e que se pretendia vender também para o restante do mercado nacional, mas que tiveram verdadeiras “barreiras à entrada” pela preexistência de unidades produtivas sediadas principalmente no pólo ou por decisões de investir de empresários sediados no pólo. Os **efeitos de destruição** atuaram diferentemente nos três períodos considerados por Cano, no processo de integração nacional. Assim, entre 1930 e 1950 a falta de integração regional dos sistemas de transportes constituía barreira natural à competição. No segundo período (1950 a 1962) ampliou-se a competição inter-regional, mas foi principalmente no terceiro, a partir de 1962 – quando a dominação do mercado nacional passa a se dar também pela acumulação de capital – que a integração se completa e a sobrevivência de capitais, até então “protegidos”, passa a sentir mais fortemente os efeitos de destruição.

No período de implantação da industrialização pesada, São Paulo prosseguiu ampliando sua participação na produção nacional, que passou de 55,5%, em 1959, para 58,1%, em 1970.

A análise segundo os ramos industriais mostra que aumenta a concentração em São Paulo em praticamente todos os ramos. Em 1970 o Estado respondia por mais de 50% da produção nacional em 15 ramos e em outros três concentrava entre 40% e 50% da produção nacional (Tabela 1).

Tabela 1

Participação do Valor da Transformação Industrial do Estado de São Paulo
em Relação ao Brasil, segundo Ramos Industriais 1919 – 1970 (%)

Ramos Industriais	1919	1939	1949	1959	1970
Total	33,8	40,7	48,9	55,5	58,1
Minerais Não-Metálicos	55,6	44,6	50,8	50,5	49,9
Metalúrgica	48,5	34,2	49,5	43,4	52,7
Mecânica	-	69,7	70,4	78,5	68,5
Material Elétrico e de Comunicação	-	60,2	78,8	80,1	78,9
Material de Transporte	48,8	85,4	70,8	86,6	81,1
Madeira	21,8	23,4	27,0	20,5	18,8
Mobiliário	26,7	41,0	49,3	58,7	54,9
Papel	-	39,4	55,7	60,7	65,2
Borracha	-	35,5	84,0	86,7	83,9
Químicas	29,1	44,3	70,5	64,8	54,1
Farmacêutica	-	-	46,6	50,6	66,4
Perf. Sabões e Velas	-	-	37,0	47,8	68,3
Mat. Plásticas	-	...	85,0	51,3	68,3
Couros e Peles	32,2	29,4	31,5	29,7	27,9
Têxtil	38,6	51,2	55,3	57,0	61,7
Vestuário	41,0	44,0	48,2	54,6	56,7
Alimentar	26,9	25,1	35,3	40,7	44,0
Bebidas	-	38,7	41,2	46,5	41,7
Fumo	-	33,6	39,9	38,2	36,5
Editorial e Gráfica	...	37,5	41,6	50,4	52,5
Diversas	47,2	50,2	57,9	73,4	70,5

Fonte: Cano (1998:99).

(-) Dados inexistentes.

(.) Dados não disponíveis

A Economia Brasileira entre 1970 e 1985

O início da década de 70 coincide com o segundo momento do ciclo expansivo iniciado em 1967, o qual teve como especificidade o aproveitamento da capacidade ociosa prévia da indústria, além da retomada do investimento como principal fator indutor da expansão. Foram fortes os efeitos de encadeamento interindustrial quando se conjugaram altas taxas de crescimento, elevação da formação bruta de capital e forte aceleração da produção de bens de capital, cuja taxa de crescimento ultrapassou a de bens duráveis.

O extraordinário desempenho do setor de bens de capital, no período 1971-73, pode ser creditado, segundo Belluzzo (1984:98), antes de mais nada, à fortíssima taxa de acumulação da indústria automobilística (70% de incremento do capital fixo em 1973), à implantação dos programas estatais siderúrgicos, de telecomunicações, combustíveis e petroquímica. Também contribuíram de forma importante a

modernização e expansão de algumas indústrias de bens de consumo não-duráveis (sobretudo têxtil, editorial e gráfica e químico-farmacêutica).

Entretanto, era elevada a propensão a importar da economia na fase expansiva, por não ser completa a estrutura industrial em compartimentos superiores da pirâmide industrial. Foi, então, elaborado um ambicioso programa de substituição de importações pelo governo – I Plano Nacional de Desenvolvimento – que, embalado pelo discurso de “Brasil potência”, acelerou o endividamento externo em período de forte crescimento econômico.

Em 1974, o ciclo expansivo dá sinais de ter chegado ao auge e, em 1975, inicia-se a desaceleração, com arrefecimento da taxa de crescimento do produto. Entretanto, o governo optou por dar prosseguimento à industrialização através de novo programa de investimentos, apesar da fragilidade da balança comercial e da inflação. Por acreditar que a crise internacional provocada pelo primeiro “choque do petróleo” não interromperia o fluxo de investimentos externos e avaliando que a fragilidade estrutural da economia brasileira estava na reduzida dimensão da indústria de bens de produção, o governo planejou novo bloco de investimentos para substituir importações, reduzir as principais pressões sobre o balanço de pagamentos e possibilitar a continuação do alto crescimento econômico. Para tanto, foi formulado o II Plano Nacional de Desenvolvimento, executado entre 1975 e 1979.⁹

Um dos principais objetivos do plano era a montagem de novo padrão de industrialização, com a dinâmica econômica centrada na indústria de base, e conseqüentes redefinições da infra-estrutura de suporte e do processo de integração nacional (Lessa, 1978). A estratégia de integração do território nacional privilegiava a localização de investimentos produtivos fora do pólo, tanto nos investimentos públicos como privados, dada a implementação de política ativa de incentivos à desconcentração industrial, além de políticas de transporte, comunicações, geração de energia e programas de colonização, entre outros.

⁹ Na verdade, os problemas daquele período devem ser entendidos à luz da **dinâmica específica de acumulação** do ciclo ascendente como um todo. O crescimento observado no período 1968-74 teve a clara dominância do setor de bens duráveis de consumo. Sobre a dominância do setor de duráveis e a “**defasagem dos ritmos de acumulação**”, ver Belluzzo e Cardoso de Mello (1982).

Eram estas as principais previsões contidas no II PND, segundo Lessa, (1978), embora nem todas tenham sido cumpridas:

- na grande mineração a exploração de: ferro, em Carajás/Pará; bauxita, em Trombetas/Pará; cobre, em Caraíbas/Bahia; fosfatados, em Patos de Minas/Minas Gerais; potássio, em Carmópolis/Sergipe; nitrogenados e gás natural, nas plataformas continentais nordestinas e fluminense; carvão e pirita, em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, sal, no Rio Grande do Norte, entre outros;
- implantação de grandes complexos industriais, que estariam localizados junto às jazidas ou em nós de transportes, nos seguintes setores: grande siderurgia (Itaqui, no Maranhão, Tubarão, em Vitória/ES, Açominas e Mendes Júnior, em Minas Gerais); metalurgia de alumínio (Trombetas, no Pará); metalurgia do cobre (Camaçari, na Bahia); complexo cloroquímico (em Maceió/Alagoas) e complexo cloroquímico e exploração de potássio (em Carmópolis/Sergipe); nitrogenados (no norte fluminense); fertilizantes (em Minas Gerais); carboquímica (em Santa Catarina); celulose e papel (no norte do Espírito Santo e Sul da Bahia); petroquímica (em Camaçari/BA e Triunfo/RS); entre outros;
- na política de energia foram previstas a construção das novas hidrelétricas de Itaipu, Itumbiara, São Simão, Paulo Afonso IV, Xingó, Salto Santiago, Tucuruí e São Félix; ampliação da prospecção de petróleo; implantação do Programa Nacional do Alcool e do Programa Nuclear;
- a agropecuária também ocupava posição relevante no II PND, que estabelecia como objetivos prioritários elevar sua produção, reduzir os preços dos alimentos e “efetivar a vocação do Brasil como supridor mundial de alimentos, matérias-primas agrícolas e produtos agrícolas industrializados” (II PND, 1974:41). Assim, complementar aos programas de colonização e de exploração econômica do Norte e Centro-Oeste estabelecidos no âmbito do PIN (Programa de Integração Nacional) e Proterra (Provale e Prodoeste), implementados no I PND, foram agregados: Programa de Pólos Agropecuários e Agro-industriais da Amazônia (Polamazônia); Programa de Áreas Integradas do Nordeste (Polonordeste); Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal; Programa

Especial de Desenvolvimento da Região Geoeconômica de Brasília; Programa do Trópico Semi-Árido; Programa do Trópico Úmido, Programa dos Cerrados; etc.

É importante destacar que a proposta de ocupação de “vazios” do território nacional, via “colonização” e migração, instrumentalizada com o discurso de “integração nacional”, desde o início dos anos 70, através da colonização do Centro-Oeste e da Amazônia, foi, na verdade, grande instrumento de acomodação de pressões sociais, escamoteando a necessidade de uma reforma agrária no país (Cano, 1985). A expansão da produção agropecuária, entretanto, ocorreu por meio da “modernização conservadora”, na qual o papel central foi destinado à grande propriedade capitalista, com modernização acelerada, propiciada pelo crédito institucional subsidiado.¹⁰

O crescimento da indústria de bens de produção, que liderou a expansão da economia até 1976, contribuiu para que fosse alcançada a meta de internalizar a produção industrial nos setores líderes na dinâmica de acumulação de capital e de introdução de progresso técnico. Não obstante, a retração dos investimentos privados nacionais e estrangeiros e o fracasso da política econômica fizeram com que fossem revistas as metas de investimentos públicos a partir de 1976.

Os analistas são unânimes em reconhecer o êxito do II PND na substituição de importações de produtos intermediários e no impulso à produção doméstica da indústria de bens de capital. Porém, a elevação do déficit comercial sem precedentes e do endividamento externo no período, mostra que houve exacerbação do padrão de financiamento do desenvolvimento, que tinha no endividamento externo um forte componente, numa conjuntura de alta liquidez e baixas taxas de juros internacionais.

Em síntese, o ciclo de acumulação dos anos 70 alterou positivamente a estrutura industrial, ampliando a participação de segmentos mais intensivos em capital e tecnologia na indústria de transformação.

Por outro lado, ao enfrentar a desaceleração a partir de 1974-75, recorrendo largamente aos mecanismos de financiamento externo, o país contraiu, em poucos

¹⁰ Sobre a modernização conservadora da agricultura e a produção agropecuária do período, ver Goodman, 1986; Goldin e Resende, 1993; e Fonseca e Salles Filho, 1992.

anos, dívidas externa e interna que, com o aumento das taxas de juros externas entre 1979 e 1983, levaram-no à situação de insolvência. Na década de 80, o peso da dívida externa passou a ser sério obstáculo estrutural ao desenvolvimento econômico. A partir de 1980 houve inversão dos fluxos de capital internacional, com elevadas saídas de recursos, tanto pelo repatriamento de lucros como através do pagamento do serviço da dívida, causando fortes impactos no investimento.¹¹

Entre 1981 e 1983 ocorreu a mais forte retração no PIB, desde o pós-guerra, seguida de breve recuperação, puxada pelo setor exportador. As taxas de crescimento só não foram piores em função da entrada em operação de alguns projetos oriundos do II PND, cujos cronogramas estavam atrasados por restrições orçamentárias, o que ampliou a capacidade instalada e a possibilidade de exportações.

Fazendo um balanço geral desse processo, é importante frisar que o Brasil ingressou nos anos 80 com uma estrutura industrial muito mais complexa, diversificada e integrada. A desagregação das informações segundo categorias de uso mostra que, entre 1970 e 1980, a participação das indústrias predominantemente produtoras de bens não-duráveis de consumo declinou de 40,4% para 30,0%, enquanto os de bens de capital e duráveis de consumo ampliou-a, de 22,5% para 28,1%. Na primeira metade da década, essa expansão foi determinada, principalmente, pelo desempenho da indústria mecânica, enquanto as de material de transporte, material elétrico e equipamentos de comunicações lideraram de 1975 em diante. O produto da indústria de bens intermediários ampliou sua participação relativa de 37,1% para 41,9%, entre 1970 e 1980, em razão, principalmente, à expansão da metalúrgica e da química – esta impulsionada pela petroquímica e pelo Proálcool (Negri, 1992:20-21).

Essas mudanças estruturais, especialmente no setor de bens de produção, encerraram a trajetória brasileira de consolidação “tardia” do paradigma tecnológico da II Revolução Industrial. Basta ver que, entre 1970 e 1980, os complexos químico e metalmeccânico (os mais representativos desse paradigma) ampliaram sua

¹¹ Sobre a economia do período e o processo de endividamento, ver Teixeira, 1992.

participação no total da produção industrial do país de 47,5% para 58,8%, aproximando-a do perfil de nações mais industrializadas, nas quais a participação desses setores girava em torno de dois terços do total, no último ano citado (Coutinho e Ferraz, 1994).

Entretanto, na economia internacional, o impacto das crises do petróleo e a alta dos juros agravaram ainda mais a crise financeira, ampliando a crise produtiva provocada pelo esgotamento do paradigma tecnológico da II Revolução Industrial, com reflexos sobre o padrão de relações econômicas internacionais vigente desde o pós-guerra e cujos efeitos reduziram o ritmo de crescimento da produtividade nos setores mais dinâmicos da economia mundial (Belluzzo 1984).¹²

Assim, na década de 80, a principal característica da economia brasileira foi a queda acentuada do ritmo de crescimento, interrompendo um período de quatro décadas de expansão econômica e altas taxas de investimento. A crise atravessou toda a década, marcando-a pela estagnação. O aspecto comum de todas as variáveis macroeconômicas durante a década foi seu elevado grau de instabilidade, que se expressou na curta duração de ciclos econômicos com breves períodos de expansão e retração.

A Desconcentração Produtiva entre 1970 e 1985

Os efeitos das políticas de incentivo ao desenvolvimento regional, que promoveram investimentos regionalizados em indústrias leves e de insumos e a expansão da fronteira agrícola, somados aos projetos de larga envergadura (como hidrelétricos, não-ferrosos, siderúrgicos, químicos, petroquímicos, etc.), grande parte implantados na periferia, aceleraram o crescimento econômico e promoveram notável desconcentração produtiva regional. Entretanto, a taxa de crescimento de São Paulo também foi alta, intensificando ainda mais suas articulações com o restante do país.

¹² Segundo Suzigan, (1987:7) a perda de dinamismo da economia mundial nesse período teve como causas: "a) a saturação do consumo de produtos industriais que puxavam o crescimento – bens duráveis e automóveis; b) o arrefecimento do processo de substituição de produtos naturais por sintéticos, e o conseqüente efeito recessivo sobre o setor de bens de capital e; c) o encarecimento e a escassez de mão-de-obra, fazendo com que os salários passassem a crescer acima do aumento da produtividade".

A partir de 1970, iniciou-se um processo de desconcentração industrial, com quase todas as outras unidades da federação ampliando suas participações no VTI nacional. Entre 1970 e 1985, somente São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco tiveram perda relativa de suas participações, passando de 58,2% para 51,9%, de 15,5% para 9,5% e de 2,2% para 2,0%, respectivamente. A exuberância do crescimento econômico e a alteração de seu perfil exigiu maior esforço produtivo periférico, notadamente no uso mais intenso de sua base de recursos naturais, induzindo-o a altas taxas de crescimento.

Esse fenômeno também ocorreu em São Paulo, porém, por outras razões, com acentuada desconcentração da indústria, de tal forma que a participação da Região Metropolitana de São Paulo no VTI estadual declinou de 74,7% para 56,6%, resultando na ampliação da participação do interior, no VTI nacional, que passou de 14,6% para 22,5%, entre 1975 e 1985. Em outras palavras, consolidou-se a segunda maior aglomeração industrial do país, atrás apenas da Região Metropolitana de São Paulo. É o que se denominou de *interiorização da indústria paulista*, com fortes desdobramentos nas regiões de Campinas, São José dos Campos, Ribeirão Preto, Sorocaba e Santos. As políticas estaduais de interiorização da indústria e de atração por parte dos municípios, com elevados investimentos em infra-estrutura, as restrições ambientais e o fortalecimento das atividades sindicais na RMSP, aliados ao surgimento de *deseconomias de aglomeração*, que inibiam novos investimentos na metrópole e tornavam o interior mais atrativo, são algumas das razões que explicam esse fato.

Entre 1970 e 1985 o Sudeste reduziu sua participação no PIB, de 65,5% para 59,1%, enquanto as outras regiões ampliaram-na: o Norte, de 2,2% para 4,1%; o Centro-Oeste, exclusive o DF, de 2,6% para 3,8%; o Nordeste de 11,7% para 13,6% e o Sul, de 16,7% para 17,1% (Tabela 2). Só São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco perderam participação relativa. (Ver Mapa 1, no Apêndice de Mapas e Gráficos).

Tabela 2
Participação Regional no PIB -1970 – 1985 (%)

Regiões e UFs	1970	1975	1980	1985
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0
Norte	2,2	2,0	3,3	4,1
Acre	0,1	0,1	0,1	0,1
Amapá	0,1	0,1	0,1	0,1
Amazonas	0,7	0,7	1,1	1,3
Pará	1,1	1,0	1,6	1,8
Rondônia	0,1	0,1	0,3	0,5
Roraima	0,0	0,0	0,0	0,1
Tocantins	--	--	0,2	0,1
Nordeste	11,7	11,1	12,0	13,6
Alagoas	0,7	0,6	0,7	0,7
Bahia	3,8	3,7	4,3	5,1
Ceará	1,4	1,3	1,5	1,7
Maranhão	0,8	0,7	0,8	1,0
Paraíba	0,7	0,7	0,7	0,7
Pernambuco	2,9	2,7	2,5	2,4
Piauí	0,4	0,4	0,4	0,4
Rio Grande do Norte	0,5	0,6	0,6	0,9
Sergipe	0,4	0,4	0,4	0,7
Sudeste	65,5	64,9	62,3	59,1
Minas Gerais	8,3	8,4	9,4	9,8
Espírito Santo	1,2	1,0	1,5	1,7
Rio de Janeiro	16,7	15,3	13,7	12,3
São Paulo	39,4	40,1	37,7	35,4
Sul	16,7	17,9	17,0	17,1
Paraná	5,4	6,6	5,8	6,1
Santa Catarina	2,7	2,8	3,3	3,2
Rio Grande do Sul	8,7	8,5	7,9	7,9
Centro-Oeste	3,9	4,1	5,4	6,0
Distrito Federal	1,3	1,4	2,0	2,2
Goiás ⁽¹⁾	1,5	1,5	1,7	2,0
Mato Grosso ⁽²⁾	1,1	0,8	1,1	1,0
Mato Grosso do Sul	--	0,4	0,6	0,8

Fonte: Fundação IBGE.

(1) inclui os municípios que integram Tocantins; (2) em 1970 inclui os que integram Mato Grosso do Sul

A redução de São Paulo deveu-se mais à implantação de novos investimentos em outros estados, enquanto no Rio de Janeiro prosseguiu seu retrocesso relativo iniciado em décadas anteriores.¹³ Pernambuco sofreu diretamente o impacto da integração produtiva, com redução de sua área de influência comercial e efeitos de destruição sobre parte de seu antigo parque produtivo, além de não ter recebido grandes projetos no período.¹⁴

¹³ A participação do RJ no PIB industrial nacional, em 1939, era de 26,9%, reduzindo-se para 20,0%, em 1949, para 17,4%, em 1959, e para 15,2% em 1970. Ver Cano (1997).

¹⁴ No Nordeste, Pernambuco, Piauí, Paraíba e Ceará não foram contemplados com grandes projetos industriais ligados às bases regionais de recursos naturais. Alagoas recebeu o complexo de sal-gema, Sergipe o pólo de fertilizantes, Maranhão, investimentos na metalurgia do ferro e do alumínio, Bahia recebeu o Pólo Petroquímico e no Rio Grande do Norte investimentos na exploração de petróleo.

Muitos dos investimentos do II PND tiveram seus cronogramas estendidos e sua operação postergada, contribuindo para alongar seus efeitos dinâmicos até a primeira metade dos 80. Assim, nessa década, distinguem-se dois períodos para este tema: i) até 1985, prossegue a desconcentração industrial, impulsionada pela entrada em operação de investimentos gestados durante o II PND; ii) após 1985, na ausência de novos investimentos, cessaram os efeitos desconcentradores, com os dados anuais alternando variações ínfimas positivas e negativas.

A Dinâmica Regional da Produção Agrícola

Entre 1970 e 1985 a agricultura brasileira passou por fortes mudanças, impulsionadas pela acelerada urbanização, pelos incentivos governamentais à exportação, e pela criação do Proálcool. Mecanização, quimificação, novas variedades de culturas e de raças animais, redefinição das relações do capital comercial tradicional, subsídio oficial e ampliação do trabalho assalariado, foram as principais modificações estruturais, que contribuíram para a ampliação da produtividade do trabalho e do rendimento da terra, consolidando novo padrão de dinâmica na agricultura.¹⁵ Seu setor mais dinâmico foi o de grãos,¹⁶ que cresceu mais de 50%, no período, com alta participação da soja, que passou a ser a principal *commoditie* agroexportável, representando 18% da produção nacional de grãos em 1970 e 28% em 1985.¹⁷ A produção nacional de grãos ampliou-se, de 36 para 56 milhões de toneladas, entre 1970 e 1985 e a de soja de 6,6 para 15,7 milhões de toneladas, no mesmo período.

¹⁵ O marco do novo padrão agrícola foi, segundo Graziano Silva (1996, 24), a “constituição do complexo agroindustrial (CAI) brasileiro a partir da negação do predomínio do complexo agro-comercial até então existente”. Segundo o autor, “o processo de constituição do CAI – e da industrialização da agricultura que é um momento mais avançado da modernização – só pôde se efetivar a partir da implantação da ‘indústria para a agricultura’ isso é, do departamento fornecedor de máquinas e implementos para a agricultura”.

¹⁶ O conceito de grãos utilizado é o adotado pela Fundação Seade, no Sensor Rural, considerando as culturas anuais de: algodão herbáceo, amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, feijão, mamona, milho, soja, sorgo e trigo (F. SEADE – Sensor Rural nº 12, maio/agosto de 2000). Para suavizar possíveis problemas ocorridos na safra de alguns anos, foi adotada como a safra de cada ano, a média móvel trienal.

¹⁷ Sobre a distinções entre culturas, em função de seu grau de dinamismo, ver Fonseca e Salles Filho, 1992.

Tabela 3

Produção Regional de Grãos (1) -1970-1985 (1.000 T)

Brasil, Regiões e Estados Selecionados	1970 (2)		1975 (3)		1980 (3)		1985 (3)	
	Grãos	Soja	Grãos	Soja	Grãos	Soja	Grãos	Soja
Brasil	36.251	6.444	41.703	9.666	47.680	13.468	56.315	15.717
Rondônia	62	-	150	-	274	-	446	1
Maranhão	934	-	1.063	-	1.277	0	1.302	10
Bahia	853	0	697	1	768	2	1.044	84
São Paulo	4.895	426	4.889	655	5.188	993	5.862	916
Minas Gerais	3.448	47	3.640	83	4.257	253	4.922	740
Centro-Oeste (4)	3.726	299	4.469	364	6.815	1.676	10.433	4.906
Goiás	2.263	94	2.494	74	3.409	374	4.418	1.111
Mato Grosso	1.461	205	1.970	290	1.340	123	2.688	1.542
Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	2.039	1.165	3.229	2.177
Distrito Federal	2	0	5	0	27	14	98	76
Sul	19.535	5.671	24.356	8.563	28.220	10.544	28.726	9.057
Paraná	7.825	1.958	10.529	3.571	12.806	4.794	12.739	3.711
Santa Catarina	2.655	342	3.174	436	3.815	597	3.557	547
Rio Grande do Sul	9.055	3.371	10.653	4.555	11.599	5.152	12.430	4.799
Demais Estados (5)	2.798	0	2.440	0	881	0	3.579	3

Fonte: Fundação BGE. Anuário Estatístico, vários anos.

1 – Inclui: algodão herbáceo, amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, feijão, mamona, milho, soja, sorgo e trigo; 2 – Média 1970/1971/1972; 3 – Média trienal do ano anterior, ano base e ano posterior; 4 – A produção da parte do estado de Goiás que passaria a compor o Estado de Tocantins está computada no Centro-Oeste; 5 – Inclui AM, AP, AC, TO, PA, RR, PI, RN, PB, PE, CE, AL, SE, ES e RJ.

O principal produtor nacional de grãos, em 1970, era o Rio Grande do Sul (23,4% dos grãos e 52,3% da soja, em 1970), que perde a hegemonia para o Paraná, na produção de grãos, mas a mantém na soja, em 1985. O Sul e São Paulo juntos respondiam por quase 95% da produção nacional de soja, em 1970, que era cultivada, em pequena escala no Mato Grosso (3,2%), Goiás (1,5%) e Minas Gerais (0,7%). O Centro-Oeste amplia muito a produção no período, com forte expansão do cultivo de soja, e passa de 9,7% e 4,6% da produção nacional de grãos e soja, em 1970, para 18,5% e 31,2%, em 1985. O Sul, entretanto, prossegue sendo a principal região produtora de grãos e de soja, em 1985. (Ver os Mapas 2, 3, 4 e 5, no Apêndice de Mapas e Gráficos).

Tabela 4

Distribuição da Produção Regional de Grãos (1) -1970-1985 (%)

Brasil, Regiões e Estados Seleccionados	1970 (2)			1975 (3)			1980 (3)			1985 (3)		
	Grãos	Soja	S/G (4)	Grãos	Soja	S/G (4)	Grãos	Soja	S/G (4)	Grãos	Soja	S/G (4)
Brasil	100	100	17,8	100	100	23,2	100	100	28,2	100	100	27,9
Rondônia	0,2	0,0	0,0	0,3	0,0	0,0	0,6	0,0	0,0	0,8	0,0	0,1
Maranhão	2,4	0,0	0,0	2,4	0,0	0,0	2,5	0,0	0,0	2,3	0,1	0,8
Bahia	2,3	0,0	0,0	1,7	0,0	0,1	1,7	0,0	0,3	1,9	0,5	8,0
São Paulo	15,2	6,6	8,7	12,9	6,8	13,4	12,3	7,4	19,1	10,4	5,8	15,6
Minas Gerais	10,0	0,7	1,4	9,1	0,9	2,3	10,2	1,9	5,9	8,7	4,7	15,0
Centro-Oeste (5)	9,7	4,6	8,0	10,2	3,8	8,1	13,6	12,4	24,6	18,5	31,2	47,0
Goiás	5,9	1,5	4,2	5,7	0,8	3,0	6,8	2,8	11,0	7,8	7,1	25,1
Mato Grosso	3,8	3,2	14,0	4,5	3,0	14,7	2,7	0,9	9,2	4,8	9,8	57,4
Mato Grosso do Sul	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-	4,1	8,7	57,2	5,7	13,9	67,4
Distrito Federal	0,0	-	-	0,0	0,0	0,5	0,1	0,1	51,0	0,2	0,5	77,8
Sul	52,7	88,0	29,0	57,4	88,6	35,2	56,7	78,3	37,4	51,0	57,6	31,5
Paraná	22,4	30,4	25,0	25,9	36,9	33,9	26,3	35,6	37,4	22,6	23,6	29,1
Santa Catarina	6,9	5,3	12,9	7,2	4,5	13,7	7,5	4,4	15,7	6,0	3,5	15,4
Rio Grande do Sul	23,4	52,3	37,2	24,3	47,1	42,8	22,9	38,3	44,4	22,1	30,5	38,6
Demais Estados (6)	7,6	0,0	17,8	5,9	0,0	23,2	2,4	0,0	28,2	6,4	0,0	0,1

Fonte: Fundação BGE. Anuário Estatístico, vários anos.

1 – Inclui: algodão herbáceo, amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, feijão, mamona, milho, soja, sorgo e trigo; 2 – Média 1970/1971/1972; 3 – Média trienal do ano anterior, ano base e ano posterior; 4 – Porcentagem de soja sobre o total de grãos produzidos; 5 – A produção da parte do estado de Goiás que passaria a compor o Estado de Tocantins está computada no Centro-Oeste; 6 – Inclui AM, AP, AC, TO, PA, RR, PI, RN, PB, PE, CE, AL, SE, ES e RJ.

A “*itinerância*” da agricultura brasileira – eixo central da análise que Furtado faz da formação e do subdesenvolvimento da economia brasileira – ampliou-se no período.¹⁸ Houve grande expansão da fronteira agrícola, entre 1970 a 1985, porém, o início da desconcentração de sua produção é bem anterior. Desde os anos 20, a abertura do norte paranaense atraiu paulistas, mineiros e nordestinos, esses últimos expulsos pelas grandes secas de 1931-32.¹⁹ Na década de 50, a expansão da fronteira agrícola tomou o rumo do Centro-Oeste, com a ocupação intensificada pela inauguração de Brasília, em 1960. O Maranhão era outro pólo de atração, limite da fronteira agrícola.²⁰

Após 1965, com a nova política de crédito rural e de incentivos às exportações agroindustriais, aumentam a concentração da propriedade e o êxodo rural, pelas

¹⁸ Sobre agricultura itinerante, ver Furtado (1961) e Cano (2000).

¹⁹ Áreas do Nordeste e de Minas Gerais tiveram grande atração populacional, em séculos passados, por seu dinamismo econômico. Com a estagnação, passaram a ser grandes bolsões populacionais, com grande potencial migratório.

²⁰ Durante todo o século XX ocorreram grandes fluxos migratórios internos, induzidos por diferenciais no nível de crescimento econômico e de desenvolvimento, por mudanças na divisão social do trabalho, com o surgimento de novas oportunidades de ocupação ou emprego, pela expulsão do homem do campo e pela atração para a colonização de novas áreas. Sobre o tema, ver Faria (1983); Martine (1982) e Cano (1998).

transformações estruturais no campo.²¹ A fronteira agrícola expandiu-se para o norte do Mato Grosso e de Goiás, atual Tocantins, alcançando, na década de 70, o sul do Pará, Maranhão e Rondônia. O Paraná passou a ser expulsor desde o final dos 60 e Rondônia, Pará, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul grandes receptores de migrantes. Houve, também, naquela década, o transbordamento dos limites agrícolas brasileiros para terras do Paraguai.²²

Assim, as pressões sociais por transformações no campo foram acomodadas, tanto pela migração quanto pela expansão da fronteira agrícola. Foram implementados programas específicos, como o PIN-PROTERRA,²³ instrumentalizando o discurso de “integração nacional”, através da colonização do Centro-Oeste e da Amazônia e da implantação de pólos irrigados no Nordeste.

A Desconcentração da Produção Industrial

A desconcentração industrial foi, em grande parte, resultado de estratégia do II PND que instalou vários investimentos na periferia, pela base de recursos naturais existentes ou por decisões locacionais macropolíticas federais. Mas não se deve omitir o fato de que, o crescimento da produção primária na periferia sempre enseja também uma expansão industrial, pela agroindustrialização ou transformação produtiva, além do que, a própria expansão urbana também estimula o surgimento local de algumas indústrias leves de âmbito local ou regional.

A produção industrial em São Paulo cresceu em ritmo elevado, porém sua participação nacional caiu de 58,1% para 51,9%, entre 1970 e 1985, pelo extraordinário desempenho da periferia, com os outros Estados, exceto Rio de Janeiro e Pernambuco, ampliando ou mantendo suas participações.²⁴

²¹ Os principais fatores da migração rural urbana foram a introdução de relações capitalistas de produção ocorridas entre as décadas de 50 e 80 (notadamente a legislação social introduzida no campo em 1962, a mecanização e fatores climáticos (seca), específicos no Nordeste.

²² Os migrantes sulistas extrapolaram a fronteira nacional e passaram a cultivar terras do Paraguai, atraídos pelo diferencial de preços nos dois mercados de terras e pela possibilidade de rendimento com o trabalho agrícola (Caiado, 1997).

²³ O governo tentou reduzir as pressões pela reforma agrária incentivando a expansão da fronteira agrícola e reestruturando o arcabouço institucional de incentivo à produção agropecuária, através do Estatuto da Terra (1962), do Fundo Nacional de Refinanciamento Rural (1965), de nova política de preços mínimos (1965), e do PIN-Proterra (1970) e (1971).

²⁴ Análises detalhadas dos projetos implantados no período podem ser encontradas em Cano (1998), Negri (1994), Diniz, (1987), Diniz e Lemos (1989) e Pacheco (1996).

O Nordeste aumentou-a de 5,7% para 8,6%, impulsionado por grandes projetos e investimentos incentivados em indústrias leves. Dentre os Estados nordestinos, a Bahia teve o maior crescimento (1,5% para 3,8%), principalmente pela implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari e Pernambuco redução, de 2,2% para 2,0%. Os demais Estados (Nordeste menos Bahia e Pernambuco) ampliaram-na de 2,0% para 2,8% impulsionados principalmente pela implantação do Complexo Cloroquímico, em Alagoas; Pólo de fertilizantes, em Sergipe e por investimentos na metalurgia (ferro e alumínio), no Maranhão.

O Sul ampliou-a de 12,0% para 16,7% graças, principalmente, ao Pólo Petroquímico de Triunfo (RS), à expansão na produção de implementos agrícolas (RS e SC), calçados (RS), têxtil (SC), papel e celulose (PR e RS), e pela diversificada agroindústria regional.

No Norte, a participação elevou-se de 0,8% para 2,5%, em grande medida graças a incrementos de produção na Zona Franca de Manaus (AM), ao complexo de mineração e de siderurgia, do Projeto Grande Carajás, e ao de alumínio, da Alunorte (PA), enquanto a expansão do Centro-Oeste, de 0,8% para 1,4%, se deu, basicamente pelo crescimento agroindustrial.

Tabela 5
Distribuição Regional da Indústria de Transformação (%)

Regiões e Estados Selecionados	1970	1975	1980	1985
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0
Norte	0,8	1,3	2,4	2,5
Nordeste	5,7	6,6	8,1	8,6
Nordeste (menos BA e PE)	2,0	2,3	2,6	2,8
Bahia	1,5	2,1	3,5	3,8
Pernambuco	2,2	2,2	2,0	2,0
Sudeste	80,7	76,3	72,6	70,8
Minas Gerais	6,5	6,3	7,7	8,2
Espírito Santo	0,5	0,6	0,9	1,2
Rio de Janeiro	15,5	13,5	10,6	9,5
São Paulo	58,2	55,9	53,4	51,9
RMSP	43,5	38,8	33,6	29,4
Restante do Estado	14,7	17,1	19,8	22,5
Sul	12,0	14,8	15,9	16,7
Paraná	3,1	4,0	4,4	4,9
Santa Catarina	2,6	3,3	4,1	3,9
Rio Grande do Sul	6,3	7,5	7,3	7,9
Centro-Oeste (1)	0,8	1,0	1,1	1,4

Fonte: Dados Brutos: Fundação IBGE. Censos Industriais de 1970, 1975, 1980 e 1985.

(1) Inclui o Estado de Tocantins.

No Sudeste, Minas Gerais e Espírito Santo ampliaram suas participações devido, principalmente, a investimentos na siderurgia e papel e celulose, nos dois estados e na automobilística, em Minas Gerais.

O esforço de desconcentração foi um dos principais critérios de localização industrial adotados pelo governo federal no II PND, mas São Paulo recebeu muitos empreendimentos privados e parte dos investimentos estatais – notadamente em petróleo, petroquímica, siderurgia, telecomunicações, microeletrônica, em setores de tecnologia militar e aeroespacial, além da implantação de diversos institutos de pesquisa –, o que contribuiu para amortecer a desconcentração. Atuaram também neste sentido a implementação do Pro-álcool – para o qual a qualidade do solo e a existência de uma agricultura moderna no interior de São Paulo foram fundamentais e geraram o complexo sucroalcooleiro – e a adoção de política de subsídios e incentivos às exportações de manufaturados e semimanufaturados – o que auxiliou na dinamização da indústria interiorizada e também da agroindústria.

Outra ordem de questões relacionadas às denominadas deseconomias de aglomeração colaborou, secundariamente, para reduzir a participação da RMSP na produção industrial.²⁵ A aprovação de leis que procuravam articular crescimento industrial e desenvolvimento urbano (lei de zoneamento do Município de São Paulo – governo Paulo Egídio), o surgimento de um sindicalismo forte e independente do Estado – inicialmente concentrado no setor metal-mecânico da RMSP – e um conjunto de dificuldades provocadas por problemas urbanos e que interferiam na produção fabril – exigência de grandes deslocamentos, freqüentes congestionamentos, elevação de preços de terrenos, além da ação fiscalizadora da Cetesb quanto aos níveis de emissão e lançamento de dejetos – reduziram a atratividade da metrópole para a localização industrial e colaboraram para diminuir sua participação na produção industrial nacional de 43,5% para 29,4%, entre 1970 e 1985.

²⁵ Por deseconomias de aglomeração entende-se um conjunto de variáveis entre as quais se destacam maiores custos de transportes, de terrenos, de serviços e de infra-estrutura urbana, incluindo-se outras que provocam alteração na organização da produção e na sua produtividade, como maiores dispêndios de tempo em transporte, ampliação do poder sindical da classe trabalhadora, questões ambientais, como deterioração das condições de vida nos grandes centros urbanos, queda na produtividade do trabalho, etc.

O interior do Estado ampliou sua participação na indústria nacional, de 14,7% para 22,5%, entre 1970 e 1985. Diversos fatores fizeram com que parte da desconcentração fosse para lá: i) a articulação da moderna agricultura com o setor industrial – responsável pela geração de complexos agroindustriais; ii), investimentos industriais diretos realizados pelo governo federal em alguns municípios paulistas – com forte irradiação para diversos ramos industriais; iii) investimentos públicos em infra-estrutura (rodovias, melhorias no transporte ferroviário, implantação de distritos industriais); iv) incentivos fiscais; v) a existência de uma estruturada rede de cidades; vi) somados ao fato de que em São Paulo localiza-se grande parte do mercado brasileiro, tanto para insumos e bens intermediários como para bens finais.

A Convergência da Renda Regional

Um dos principais efeitos dessa desconcentração foi a redução das disparidades regionais. A evolução do PIB per capita do país, entre 1970 e 1985, mostra que houve certa convergência em torno da média nacional, favorecida, também, pelo movimento de reacomodação migratória ocorrido no período, cuja predominância era em direção aos Estados mais industrializados – notadamente São Paulo –, aos grandes centros regionais ou às áreas de fronteira agrícola e mineral.²⁶

Assim, a convergência teve duas componentes: o crescimento econômico de regiões periféricas e a dinâmica demográfica, notadamente a migração. Os intensos fluxos migratórios também contribuíram para elevar a renda *per capita* das principais regiões expulsoras (NE e MG) e reduzir a das receptoras (NO, CO, RJ, SP, PR e SC) possibilitando certa “redistribuição” da pobreza, num amplo processo de **acomodação dos problemas sociais**.²⁷

²⁶ Sobre a convergência da renda regional em torno da média nacional, ver Cano (1997) e Guimarães (1997).

²⁷ A migração interestadual na década de setenta envolveu 9,6 milhões de pessoas, cujos destinos preferenciais foram São Paulo, que recebeu 3,2 milhões de imigrantes, e Rio de Janeiro, que recebeu 855 mil. A estrutura agrária extremamente concentrada foi a principal causa do grande fluxo de saída do campo. O fracasso das políticas de colonização arrefeceu o fluxo rumo à fronteira agrícola e a ineficácia das políticas de assentamento, de desenvolvimento rural e de apoio ao pequeno produtor, impulsionavam a migração de longa distância, principalmente para os grandes centros do Sudeste. Sobre o processo migratório brasileiro no período ver: Martine (1982 e 1989), Martine e Camargo (1984), (Martine et alii (1989), Patarra et alii (2000) e Pacheco e Patarra (2000).

A convergência da renda regional também teve como componente o fato de a crise econômica dos anos 80 não ter tido o mesmo efeito sobre as estruturas produtivas regionais, com maior exposição daquelas mais voltadas ao mercado interno, como São Paulo.

Em 1970 só três Estados (SP, RJ e RS) e o DF tinham níveis de renda acima da média nacional. Em 1980, ES e SC se incorporariam a esse grupo e, em 1985, o PR. Dez Estados apresentavam níveis abaixo de 50% da média, em 1970 (PA, AL, BA, CE, MA, PB, PI, RN, SE e GO), nove, em 1980 (AC, AL, CE, MA, PE, PB, PI, RN, SE e apenas seis, em 1985 (AL, CE, MA, PB, PE, PI).

Tabela 6

Índices do Produto Interno Bruto Regional per Capita

Base: Brasil = 100

Regiões e Estados	1970	1975	1980	1985
Brasil	100	100	100	100
Norte	56	47	68	72
Acre	55	31	46	52
Amapá	91	44	55	64
Amazonas	67	66	93	98
Pará	47	39	54	57
Rondônia	87	50	65	84
Roraima	75	58	62	62
Tocantins	--	--	--	--
Nordeste	39	37	41	47
Alagoas	40	37	40	42
Bahia	47	46	55	64
Ceará	31	28	35	39
Maranhão	27	22	26	30
Paraíba	28	29	28	30
Pernambuco	53	50	49	48
Piauí	20	20	21	23
Rio Grande do Norte	32	36	40	53
Sergipe	45	41	41	67
Sudeste	153	150	143	137
Minas Gerais	67	72	84	89
Espírito Santo	68	61	86	95
Rio de Janeiro	173	160	145	135
São Paulo	207	199	179	166
Região Sul	94	107	106	110
Paraná	73	96	90	100
Santa Catarina	86	92	108	104
Rio Grande do Sul	120	125	121	123
Centro-Oeste	71	69	85	93
Distrito Federal	219	177	202	207
Goiás ⁽¹⁾	48	48	52	66
Mato Grosso ⁽²⁾	63	63	80	78
Mato Grosso do Sul	--	65	79	82

Fonte: Fundação IBGE - Anuário Estatístico (1992)

1- inclui os municípios que integram o Estado do Tocantins; 2- em 1970 inclui os municípios que integram o Mato Grosso do Sul

O Debate sobre Desconcentração

A análise da desconcentração produtiva fomenta debates acadêmicos nos principais centros de pesquisas em economia regional do país desde os anos 80 com dois eixos de interpretação, quanto aos argumentos utilizados na análises. Um, a partir da obra de Wilson Cano, precursor desse debate, tem por base a divisão regional do trabalho e a distribuição regional da renda, buscando na dimensão histórica dos processos de acumulação, de desenvolvimento econômico e de ocupação capitalista do território nacional e na compreensão das ações dos agentes sociais a explicação para a desconcentração. Outro, cujo principal representante é Carlos Roberto Azzoni, parte de abordagem teórica sobre economias e deseconomias de aglomeração.

Da vasta produção de Cano, da qual este trabalho é tributário, destaca-se sua contribuição ao entendimento do processo de integração produtiva e seus efeitos sobre as diversas economias regionais.

Segundo o autor, a remoção das principais barreiras que dificultavam a integração do mercado nacional, a partir da década de 30, proporcionou forte incremento do comércio inter-regional para todas as regiões brasileiras, aumentando o grau inter-regional de complementaridade (até então incipiente), o que afetou positivamente a renda e o emprego em São Paulo e nos demais Estados cafeeiros. A integração abria, também aos demais estados periféricos não-cafeeiros, importante oportunidade de retomar o crescimento, via exportações para o mercado interno (Cano, 1985:190).

A integração propiciaria *efeitos de estímulo, de inibição ou bloqueio e até mesmo de destruição* aos capitais regionais. A dominância na propagação desses efeitos seria do capital sediado em São Paulo, por ser o dominante no novo padrão de acumulação no qual o mercado interno tornava-se cativo à indústria nacional.

Os efeitos de estímulo se manifestam pela ampliação do grau de complementaridade (agrícola e/ou industrial) inter-regional e podem ocorrer pelo atendimento da demanda antes satisfeita por importação ou pela expansão da

demanda urbana, regional ou nacional que se dá pela dinâmica do processo de recuperação e crescimento.

Os efeitos de *inibição ou bloqueio* expressam que a periferia não pode repetir o processo histórico do desenvolvimento de São Paulo e ocorrem quando indústrias ou atividades agrícolas mais desenvolvidas e modernizadas, pré-existentes ou não, principalmente em São Paulo, inibem o surgimento de atividades similares na periferia nacional. Estes efeitos podem atingir bens produzidos na região para atendimento à demanda regional e que se pretendiam vender também para o restante do mercado nacional; ou bens que poderiam vir a ser produzidos na região, demandados tanto na própria região como no restante do país. Nesses casos, a pré-existência de unidades produtivas ou as decisões de investir tomadas por empresários sediados no pólo podem representar verdadeiras “barreiras à entrada”.

Os efeitos de *destruição* manifestam-se por meio da concorrência que empreendimentos mais eficientes implantados no pólo podem fazer aos similares periféricos, que operam com técnica obsoleta ou outro tipo de desvantagem concorrencial. Eles ocorrem quando é inevitável o confronto competitivo entre atividades mais modernas e eficientes localizadas principalmente em São Paulo, e aquelas similares, porém atrasadas, localizadas na periferia.

Destaca-se o profundo componente histórico da interpretação de Cano, com clara periodização, que articula o argumento dos efeitos da integração produtiva sobre as economias regionais às formas como se dão o processo de acumulação de capital e dominação do mercado.

Cano esclarece que houve três momentos de integração do mercado nacional, até a década de 70 (fase de concentração produtiva): “o primeiro (1930-1950) no período de industrialização restringida e que termina antes que a reabertura maior do comércio exterior propiciasse a retomada das importações de bens de capital, que promoveriam o reequipamento de muitas indústrias de bens de consumo não durável, principalmente na região Centro-Sul. O segundo (1951-1962) compreende o fim da industrialização restringida e o início da implantação da industrialização pesada. O terceiro inicia-se a partir da crise (1962), quando o caráter da dominância sofreria marcada alteração” (Cano, 1985:193).

Nos dois primeiros momentos, segundo o autor, a dominação do mercado nacional é do capital industrial sediado no pólo – fase mercantil de integração do mercado nacional. No terceiro, a partir de 1962, há inversões na periferia de parte do excedente gerado no pólo, que não tinha condições de ser convertido em novo capital produtivo no próprio pólo, e que, estimulado ainda pelo sistema de incentivos fiscais, pôde migrar para as regiões incentivadas, “facilitando a transição para a forma mais avançada de dominação do mercado nacional: aquela que se manifesta via acumulação de capital” (Cano, 1985:195)

A explicação do autor sobre a consolidação da liderança de São Paulo na acumulação de capital é, também, contribuição de grande relevância. Segundo Cano, “(...) a liderança do desenvolvimento capitalista em São Paulo, uma vez obtida (pré-1930) tendeu a acentuar-se, por razões que dizem respeito, antes de mais nada, à dinâmica do próprio pólo. Quer dizer: essa liderança pode ser entendida pela crescente capacidade de acumulação de capital em São Paulo, com marcante introdução de progresso técnico e diversificação de sua estrutura produtiva. Mais ainda: esse processo de concentração industrial obedeceu – conforme diz a boa doutrina – à fria lógica de localização industrial” (Cano, 1985:302).

A partir da década de 70 um conjunto de fatores favorecem a desconcentração produtiva. Os principais determinantes desse processo, segundo Cano (1998), são:

- Os efeitos de estímulo sobre as bases produtivas periféricas – decorrentes do processo de integração do mercado nacional, tanto em sua fase mercantil quando, principalmente a partir da fase de acumulação desconcentrada – impuseram transformações estruturais que geraram efeitos cumulativos de longo prazo, desconcentrando segmentos produtivos;
- A expansão da fronteira agrícola, desde 1930, dinamizou a agricultura de diversos Estados possibilitando, e incentivando a urbanização e o surgimento de agroindústrias;
- As políticas de desenvolvimento regional que a partir de 1960 criaram incentivos (fiscais, financeiros, cambiais, etc.) ao capital, primeiro para o Nordeste (Sudene), depois para o Norte (Sudam e Suframa) e para o Espírito Santo, que intensificaram a migração do capital produtivo para aquelas regiões,

acelerando transformações em suas estruturas produtivas, modificando suas pautas exportadoras e, assim, desconcentrando a produção nacional;

- As políticas de incentivo às exportações, formuladas a partir da segunda metade dos anos 60, que juntamente com as novas bases do crédito rural promoveram grande modernização, (socialmente conservadora) no agro e na agroindústria, descentralizaram e desconcentraram parte da produção nacional daqueles setores;
- O II PND, através da política de incentivos fiscais e creditícios e dos investimentos públicos e privados bem-sucedidos;
- A intensificação do processo de urbanização nas regiões NO, NE e CO (exclusive DF), que passam, de taxas médias de urbanização de 42% em 1970 para 58%, 61% e 73% em 1991. Essa acelerada urbanização exigiu e estimulou a criação e diversificação de serviços e também de indústrias leves, de âmbito local.
- A crise da década de 80, que parece ter afetado mais a economia de São Paulo, aumentando a desconcentração muito mais pelas quedas da produção paulista do que por “maiores altas” na produção periférica.

Azzoni interpretou o processo de desconcentração da atividade industrial a partir da RMSP, debatendo com Redwood (1985) e Townroe y Keen (1984), que afirmaram ser o Brasil o primeiro caso de “reversão da polarização” em países em desenvolvimento. Partiu da divisão das vantagens aglomerativas em economias de escala (redução de custos unitários de produção em função de aumento da escala de produção, interno à firma), economias de aglomeração (possibilidade de redução de custos pela proximidade de outras empresas de um mesmo setor) e economias de urbanização (economias advindas da concentração de atividades econômicas) para explicar que, no Brasil, não há reversão da polarização, já que não teriam se formado áreas de crescimento industrial autônomas em relação ao poder de atração do principal centro urbano do país.

Ao invés de “reversão da polarização”, o que estaria ocorrendo no Brasil seria uma “desconcentração concentrada”, representada pela expansão geográfica da área mais industrializada do país, para os municípios localizados num raio de

aproximadamente 150 km do centro da Região Metropolitana de São Paulo e os centros urbanos de maior porte situados razoavelmente próximos à RMSP, sobretudo no sul de Minas e na região de Curitiba.

Em que pese a perda de participação do Estado de São Paulo no produto industrial brasileiro, a RMSP continuaria desempenhando papel de principal centro de decisão e de inovação nacional. A atratividade desta região não teria diminuído, tendo inclusive se expandido, graças à ampla base de serviços ofertados (sobretudo os mais sofisticados), o que significa importante fonte de vantagens aglomerativas *vis-à-vis* o perfil setorial das indústrias instaladas no Estado. O que teria ocorrido seria apenas a dispersão da atividade industrial num raio de aproximadamente 150 quilômetros a partir do centro da capital, refletindo a combinação da maior liberdade locacional das unidades produtivas com a homogeneidade dos municípios situados no entorno da metrópole em relação à oferta de serviços e à dotação de infraestrutura de transportes (Azzoni, 1986a e 1986b).

As principais críticas à interpretação de Azzoni foram feitas por Negri (1994) e Pacheco (1996). Negri (1994:7) criticou-a, afirmando que sua abordagem “constituiu-se, na verdade, numa crítica interna aos pressupostos metodológicos dos economistas da polarização reversa. Mas, não transcende este quadro e busca indicar que a perda de importância relativa da Área Metropolitana de São Paulo foi compensada pelo crescimento do Interior do Estado, que forma com a Grande São Paulo – segundo o autor – um único campo aglomerativo”.

Além disso, a abordagem adotada por Azzoni, no que diz respeito à análise locacional, “deixa de lado uma série de contribuições novas da moderna organização industrial” e subestima, em seu marco analítico, o papel do Estado, notadamente no que se refere aos investimentos diretos estatais e seus desdobramentos, “nem sempre ditados por regras de ‘mercado’ ou, também nas políticas de incentivos, subsídios fiscais e creditícios, ou mesmo nos casos de maior restrição locacional por questões estratégicas ou ambientais” (Negri, 1994:7).

Quanto à centralidade de economia ou deseconomias de aglomeração como fatores explicativos para o processo de desconcentração das atividades econômicas, Pacheco (1996: 245-246) concorda com as críticas apresentadas por Negri e afirma

que os efeitos regionais da relação entre economias e deseconomias de aglomeração têm uma dimensão “(...) muito mais microlocacional e limitada regionalmente do que abrangente o suficiente para explicar a desconcentração que se verificou no País. É em especial nesse sentido – internamente a São Paulo – que a tese de Azzoni é particularmente correta, ainda que não leve em conta um conjunto muito mais amplo de questões que estiveram por trás da chamada ‘interiorização’ da indústria paulista”.

Entretanto, se o diagnóstico para o caso de São Paulo parece correto, a proposta de que estaria havendo uma “desconcentração concentrada” ou “espraçamento” das atividades produtivas não expressa o que efetivamente tem ocorrido. O próprio termo “espraçamento” não foi feliz, pois não explica nem mesmo o que ocorreu em São Paulo. A palavra espraçar significa “derramar, estender, alastrar, irradiar, ou, lançar-se para diferentes lados”²⁸ e isso efetivamente não ocorreu, uma vez que a desconcentração produtiva, a partir de São Paulo não alcançou os pequenos municípios localizados no interior do “campo aglomerativo” ao mesmo tempo que deixou de lado toda a região do Vale do Ribeira, situada, também, a menos de 150 quilômetros da Região Metropolitana.

A proposta de desconcentração concentrada também não explica o surgimento de novos espaços dinâmicos, fora do “campo aglomerativo”, como já apontaram Diniz (1991), Negri (1994) e Pacheco (1998).

Para Pacheco (1998) o principal mérito do trabalho de Azzoni foi demonstrar que não estava em curso no Brasil uma reversão da polarização e que as economias de aglomeração não são, por si mesmas, capazes de explicar o que ocorreu. Entretanto, aponta como crítica, o fato de Azzoni “não (se) dar conta de que, de fato, verificou-se uma significativa desconcentração espacial da indústria, o que, para ser compreendido, exigiria desde logo romper com o arsenal metodológico em que se move” (Pacheco, 1998:214).

A interpretação de Azzoni abriu espaço para a constituição de outras explicações que levam em consideração economias e deseconomias de

²⁸ Cf. Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda (1994).

aglomeração, campo aglomerativo e a proposta de reversão da polarização. Seus principais representantes estão no Cedeplar (Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional) da UFMG.

Segundo Diniz e Lemos (1989:188) “(...) talvez a concepção teórica mais correta fosse analisar, não pelo ângulo da polarização reversa nos termos propostos por Richardson, mas dentro da concepção de ‘campo aglomerativo’ conforme propõe Azzoni (1986:75)”.

Estes autores tentaram fazer uma síntese incorporando aspectos da proposta de Azzoni aos argumentos arrolados pela equipe da Unicamp para explicar o movimento das atividades produtivas no Brasil. Além do papel desempenhado pelo Estado Nacional, que com sua intervenção na economia, em termos globais, setoriais ou regionais, “constitui o pilar básico do que veio a ser hoje o capitalismo brasileiro” (Diniz e Lemos, 1989:162), eles destacam o papel dos recursos naturais na mudança e/ou expansão do espaço econômico e acrescentam, como terceiro aspecto, o papel de fatores especificamente espaciais.

Para Diniz e Lemos (1989:164-165), os fatores especificamente espaciais têm papel relevante na dinâmica regional, com a renda fundiária urbana adquirindo centralidade na possibilidade teórica da desconcentração. Assim, na medida em que a base de recursos naturais tende a se diversificar em termos de atividades urbano-industriais, surge um efeito cumulativo gerado pela própria aglomeração de atividades econômicas no espaço. Tal efeito “...implica uma propriedade *nova* do espaço geográfico, vale dizer, de produzir e reproduzir atividades econômicas com custos diferenciados em diferentes espaços cuja explicação não se encontra na base de recursos naturais. Sintetizada principalmente na forma de um sobrelucro urbano, este movimento aglomerativo gera um processo de acumulação regional que tende a produzir inevitavelmente ‘deseconomias de aglomeração’ cuja expressão quantitativa principal é a gênese e crescimento da renda fundiária urbana. Com isso, a desconcentração das atividades econômicas no espaço deixa de ser uma ‘utopia’ ou um ‘desejo’ subjetivo dos analistas da questão regional para se tornar uma *possibilidade teórica*”.

Diniz, entretanto, discorda do contorno do campo aglomerativo apresentado por Azzoni (raio de 150 quilômetros a partir da RMSP) e propõe que ele deveria ser pensado em termos de eixos radiais, em função da distância, da disponibilidade e da qualidade da malha de comunicações, do potencial econômico das distintas regiões, da base produtiva existente, do tamanho e da diversificação produtiva das cidades.

Nas palavras do autor: “(...) minha idéia de desenvolvimento poligonal amplia o conceito anterior, considerando uma ampla região como capaz de capturar este processo de desconcentração. Este movimento estaria condicionado à existência de uma rede urbana dotada de serviços básicos, infra-estrutura de ensino e pesquisa e alguma base industrial, além do maior nível relativo de renda destas regiões. Este processo, na minha concepção, tenderia a atingir as cidades do interior do próprio estado de São Paulo, o sul do triângulo de Minas Gerais e o norte do Paraná, podendo estender, no sentido sul para o estado de Santa Catarina e nordeste do Rio Grande do Sul e, no sentido norte, para a região central de Minas Gerais” (Diniz, 1991:31).

Diniz ressalta que, embora venha ocorrendo expansão industrial em outras regiões brasileiras, especialmente no Nordeste e no Norte, esse crescimento seria limitado e insuficiente para alterar de forma significativa, no curto e médio prazos, a tendência de reorganização espacial de indústria brasileira e, por esse motivo, o autor não inclui Salvador, Fortaleza, ou Mato Grosso do Sul em seu polígono.

A desconcentração relativa da produção do Estado de São Paulo resulta, segundo Diniz e Santos (1995:196), da conjugação dos seguintes fatores:

- aumento progressivo dos custos de concentração, associados às deseconomias de aglomeração, especialmente na área metropolitana de São Paulo;
- avanço da infra-estrutura em direção a outros estados e regiões;
- políticas públicas de incentivos fiscais regionais, com grande destaque para os investimentos realizados no período do II PND, inclusive os investimentos diretos realizados pelas empresas estatais;
- ampliação das fronteiras agrícolas e mineral;

- unificação do mercado, que veio ampliar o movimento da concorrência interempresarial para a ocupação do mercado nacional.

A proposta de desenvolvimento poligonal foi criticada tanto pela indevida analogia com a proposta de Azzoni, pelo descompasso metodológico entre ambas, quanto, principalmente, pelo que Negri chamou de “problema”, porque, “a desconcentração não se circunscreveu ao polígono indicado” e, em que pese aquela região ter sido a maior beneficiária da desconcentração dos últimos 20 anos, também houve crescimento fora do polígono (Negri, 1994).

Em sua crítica, Negri (1994:14) também aponta os motivos pelos quais a desconcentração não se circunscreveu ao polígono: “Primeiro porque houve significativo crescimento da indústria de outras regiões: agroindústria no Centro-Oeste, parque têxtil no Ceará, química e petroquímica no Nordeste, sobretudo na Bahia, produção mineral e siderúrgica no Maranhão e Pará, de celulose no Espírito Santo e da expansão industrial da Zona Franca de Manaus. Segundo, é preciso destacar que internamente ao polígono mencionado não foram apenas a Região Metropolitana de São Paulo e o Estado do Rio de Janeiro a perderem peso no total nacional. Na verdade esse polígono reúne realidades bastante heterogêneas, e as regiões que ampliaram seu peso no total nacional tendem a restringir-se ao entorno das áreas metropolitanas de Porto Alegre, Curitiba e Belo Horizonte, bem como parte do interior de São Paulo e poucas cidades de porte médio da rede urbana do Sul e Sudeste. Este fato é visível em São Paulo em que os ganhos do interior tendem a concentrar-se nas regiões de Campinas, São José dos Campos e Ribeirão Preto”.

A crítica formulada por Negri foi bem detalhada e sua interpretação do processo de desconcentração, apesar de muito sintética, é correta. Segundo ele, “a desconcentração prevaleceu, sobretudo, em virtude do perfil setorial do investimento dos anos 80, fortemente associado a bens intensivos em recursos naturais e típicos do padrão industrial da II Revolução Industrial” (Negri, 1994:15). Segundo ele, foi “a forma de inserção internacional do Brasil, através de produtos manufaturados relativamente padronizados e, em grande medida, ligados ao processamento contínuo de recursos naturais (...) que determinou o perfil de investimentos deste

decênio, parte do qual responde à maturação das metas do II PND” (Negri, 1994: 25).

Destacando a natureza histórica do fenômeno da desconcentração e alertando para a necessidade de se buscar alguma hierarquia que organiza seu entendimento, Negri (1994: 16). agrega as seguintes determinações ao que chama de conjunto eclético de determinantes da desconcentração:

- a forma de unificação do mercado nacional, com a passagem da integração comercial à produtiva;
- o papel do Estado, através tanto das políticas específicas de desenvolvimento regional quanto de investimentos diretos ou da infra-estrutura;
- o surgimento de deseconomias de aglomeração na RM de São Paulo, com a introdução de um bloqueio ao crescimento de seu parque produtivo, e
- a evolução da urbanização brasileira, com tendências de desconcentração de seu sistema urbano e, em menor grau, dos próprios mercados de consumo final.

Pacheco (1996:253) realizou a síntese mais completa do debate sobre desconcentração, entendendo a questão regional como “um desdobramento da problemática do desenvolvimento capitalista e da conformação de padrões de divisão do trabalho que se diferenciam espacialmente, com a subsequente diferenciação econômica do espaço”.

Após analisar as propostas de Cano, Azzoni, Negri, Diniz e Guimarães Neto, o autor apresenta sua interpretação afirmando que “há desconcentração mas não reversão da polarização, porque fundamentalmente não existem alternativas de polarização externas a São Paulo” (Pacheco, 1996: 258).

Destaca-se que, dentre os principais analistas da desconcentração, só o grupo do Cedeplar/UFMG insiste em considerar que há reversão da polarização. Os demais afirmam que esse processo não está em curso no Brasil, pois não há indícios do surgimento de outro centro polarizador, que rivalize com São Paulo. Como afirma Pacheco (1998) a acumulação é e continua sendo comandada por São Paulo graças à natureza da articulação da estrutura produtiva da indústria paulista com o restante

do país, em que São Paulo comanda o processo de acumulação de capital, liderado pelos segmentos de bens de capital e de consumo durável.

Destaca-se, aqui o conteúdo histórico na análise de Pacheco. Seu argumento é que “o desenho concentrado que assumia a indústria nacional tem muito a ver com a história prévia.” Defendendo a existência de um componente da história regional que circunscreve as possibilidades do desenvolvimento material, o autor afirma que “a **construção** do espaço econômico nacional só pode ser totalmente entendida no âmbito do processo de integração do mercado interno e da política econômica *latu sensu*. As empresas, neste sentido, não se movem num vazio. Foi o Estado, especialmente no caso brasileiro, através do câmbio, do crédito, dos inúmeros incentivos e diferenciais tributários, além da infra-estrutura, que auxiliou a modelar as condições de desenvolvimento regional recente. Todas sobredeterminadas pela história prévia das regiões, notadamente de seu 'núcleo' industrial, quer do ponto de vista do potencial de acumulação, quer em termos das trajetórias de desenvolvimento e urbanização de cada região” (Pacheco, 1998:226, grifo do autor).

As circunstâncias históricas que dão unidade à análise de Pacheco estão na centralidade atribuída à ação do Estado, na integração produtiva e no processo de desconcentração econômica.

Para Pacheco (1998:21), os determinantes da desconcentração produtiva foram:

- Integração produtiva do mercado nacional;
- deslocamento da fronteira agrícola e mineral;
- políticas de governo: política econômica, diretrizes setoriais, políticas de desenvolvimento regional e investimentos do setor produtivo estatal;
- efeitos da crise nas áreas mais industrializadas;
- deseconomias de aglomeração e pressões ambientais nas áreas mais industrializadas;
- perfil desconcentrado do sistema urbano brasileiro;
- impacto diferenciado da orientação exportadora;
- novas formas de organização da grande empresa.

O autor conclui que só é possível entender teoricamente os múltiplos determinantes do complexo processo de desconcentração econômica se destacada uma dimensão desse processo: “o papel central que atribuo ao processo de integração produtiva do mercado nacional, amparado pelo Estado, e contemporâneo da relativa maturação do padrão industrial ancorado sobre o complexo metal-mecânico-químico e com forte presença de investimentos acoplados à base de recursos naturais da economia brasileira” (Pacheco, 1998:227-228).

A centralidade da intervenção do Estado e das condições históricas de cada região, na “soldagem” das economias regionais ao movimento cíclico da economia nacional, também é adotada na interpretação de Guimarães Neto. A profunda coerência de sua interpretação, singularizada por analisar o desenvolvimento nacional enfocando questões específicas do Nordeste, tem sido fundamental para o debate sobre desconcentração.

Ressalta-se a contribuição de Guimarães Neto (1989 e 1990) na distinção entre articulação comercial e integração produtiva, como dois movimentos superpostos – mas defasados no tempo – do processo de integração do mercado nacional, expressão da mudança qualitativa nos vínculos entre as frações do capital.²⁹

Outra questão importante a destacar do autor é que adotou em algumas análises sobre desconcentração o termo “reversão da polarização”, todavia, com conotação distinta da apresentada por Diniz, pois adotou como escala de análise as macrorregiões geográficas, não centrou sua análise na atratividade exercida pelas regiões e, usou reversão da polarização como sinônimo de desconcentração.

O autor, ao analisar o processo de redução da participação do Sudeste na economia, afirma: “Em resumo, os processos em curso resultaram, ao lado de uma expansão significativa das regiões na década de 70, mudanças na estrutura produtiva no interior de cada região e uma distribuição da atividade econômica entre as regiões que seguem, em alguns setores como o industrial, um padrão distinto do que havia prevalecido até então. Com a desaceleração e crise dos anos 80 estes processos se interrompem; no entanto, como o impacto negativo concentrou-se em

²⁹ A matriz teórica desta interpretação, contudo, foi elaborada por Cano (1985).

alguns estados do Sudeste a 'reversão da polarização' seguramente teve prosseguimento na década atual, agora num contexto de crescimento a taxas reduzidas" (Guimarães Neto, 1990:153).

Em texto posterior deixa claro que utilizou "reversão da polarização", como sinônimo de desconcentração produtiva afirmando, que: "Vários estudos têm assinalado distintas manifestações de um processo mais geral de desconcentração espacial ou de reversão da polarização, a partir da segunda metade dos anos 70 (...)" (Guimarães Neto, 1995:15).

Outra questão que diferencia a interpretação de Guimarães Neto de outras análises é a importância atribuída ao capital privado nacional no processo de desconcentração produtiva.

"O personagem principal na 'regionalização' das grandes frações do capital, na direção das economias menos industrializadas do país, foi o capital privado nacional, notadamente aquele vinculado à atividade industrial, extrativa mineral e de transformação. Neste particular, ele construiu núcleos produtivos modernos nas regiões atrasadas que configuram uma nova divisão inter-regional de trabalho no qual não foi desprezível a ação governamental, quer através dos incentivos fiscais e financeiros, quer através da ação complementar de algumas empresas estatais" (Guimarães Neto, 1990:162-163).

A conclusão do autor teve por base a distribuição regional dos mil maiores empreendimentos, segundo a propriedade do capital (estatal, privada nacional ou estrangeira), comparando os anos de 1977 e 1987. Quanto ao número de empreendimentos, Guimarães Neto tem razão. Entretanto, o que determinou a localização dos empreendimentos privados foi a atuação do Estado, principalmente através dos grandes projetos, da concessão de incentivos fiscais e do investimento público em infra-estrutura.

Deve-se ressaltar que o conjunto da obra de Guimarães Neto trouxe grandes contribuições à interpretação da economia regional do Nordeste (1989) e das causas da desigualdade regional nas últimas décadas (1995). Os principais fatores apontados para o processo de desconcentração produtiva foram:

- a desaceleração da economia após o ciclo expansivo da primeira metade dos anos 70, cujos efeitos negativos se concentraram na região e nos Estados mais industrializados do país;
- as políticas setoriais, em alguns casos somadas à atração dos incentivos fiscais e financeiros das políticas de desenvolvimento regional;
- as vantagens locacionais e possibilidades de exploração de recursos naturais, até então não incorporadas ao sistema produtivo, surgidas com a criação pelo Estado de infra-estrutura de transportes e comunicações em novas áreas;
- na perspectiva microeconômica, a presença de deseconomias de aglomeração em alguns espaços nacionais e a possibilidade de ocupação de espaços econômicos fora da região central, inclusive visando garantir posições oligopólicas;
- a atuação do Estado brasileiro, apesar de não ter tido uma conotação estratégica bem definida e de suas políticas macroeconômicas, setoriais e espaciais terem sido, freqüentemente, divergentes, contraditórias e sem objetivos coerentes no que se refere à localização espacial (Guimarães Neto, 1995:34).

Quanto aos determinantes da desconcentração apresentados pelos analistas, pode-se dizer que apesar do conjunto ser eclético e não apresentar hierarquia (Negri, 1994: 16) há pouca discordância quanto aos fatores apresentados. Cano (1985) e Pacheco (1996) deram mais ênfase à atuação do Estado, que integra todas as listas, e não deixam dúvidas que a ação pública, implantando infraestrutura, concedendo incentivos e realizando investimentos diretos, é central na explicação da desconcentração.

A expansão da fronteira agrícola está presente em diversas listas, mas foi Cano quem melhor explicou como ela atuou na desconcentração ao vincula-la “à dinamização da agricultura de diversos Estados possibilitando, e incentivando a urbanização e o surgimento de agroindústrias” (Cano, 1998). A expansão da urbanização tem maior destaque na análise de Cano e foi detalhada por Pacheco ao incorporar argumento sobre o perfil desconcentrado do sistema urbano brasileiro.

A maior exploração da base de recursos minerais, em grande parte localizada na periferia, também faz parte das várias interpretações, com Diniz enfatizando também a expansão da fronteira mineral.

Em síntese, concordo com Guimarães Neto (1995) quando afirma que os determinantes da desconcentração são múltiplos e complexos. Minhas discordâncias com algumas listas estão nos fatores microeconômicos, tanto pelo elevado destaque às chamadas deseconomias de aglomeração (que, sem dúvidas existem), presentes na metrópole paulistana, como pelo destaque que Guimarães Neto dá às “estratégias concorrenciais que visam garantir posições oligopólicas”.

Ao acrescentar as deseconomias de aglomeração nas listas sem explicitar sua importância para a desconcentração, as análises equiparam os fatores que induzem o investimento na periferia àqueles que o inibem de ocorrer no pólo. As deseconomias de aglomeração continuaram presentes, todavia, os fatores indutores do investimento na periferia foram significativamente reduzidos com a falência do modelo de desenvolvimento.

Se tivessem a mesma importância a desconcentração teria prosseguido com o mesmo ímpeto e não teria havido arrefecimento e posterior estancamento. Sua atuação é, portanto, secundária. O que dá unidade à análise é o reconhecimento da centralidade da ação do Estado por meio das políticas de desenvolvimento regional (na implantação de infra-estrutura, concessão de incentivos fiscais e creditícios ou pelos investimentos produtivos diretos) ou dos efeitos da política econômica sobre a renda e o consumo.

Síntese do Capítulo I

Após 1930 foi sendo estruturado um Estado Nacional, comprometido com industrialização e desenvolvimento, que estimulou a substituição de importações e a integração do mercado nacional. Esta, propiciou novo padrão de acumulação, no qual o mercado interno tornou-se cativo à indústria nacional e a dominância seria do capital sediado em São Paulo.

O processo de integração passou por duas fases: na primeira, a partir da crise de 1929 até final dos anos 50, essencialmente mercantil, a ampliação do fluxo inter-regional de mercadorias sancionou a liderança da indústria sediada em São Paulo, beneficiada pelo constrangimento da guerra e do desequilíbrio cambial. Na segunda, a partir da ação mais institucionalizada das políticas de desenvolvimento regional, após 1960, a dominação do mercado nacional passa a se dar também pela acumulação de capital. A integração se completa e a sobrevivência de capitais até então “protegidos” passa a sentir mais fortemente os efeitos de destruição.

A crescente capacidade de acumulação de capital em São Paulo, com marcante introdução de progresso técnico e diversificação de sua estrutura produtiva, consolidou a liderança do desenvolvimento capitalista, obtida pré-1930, e conduziu a um processo de concentração regional da produção, revertido somente após 1970, principalmente por investimentos realizados pelo governo federal.

Entre 1970 e 1985 consolidou-se a implantação da matriz industrial da IIª Revolução Industrial e, por isso, a acumulação exigiu esforços de articulação mais intensos da periferia, por sua base de recursos naturais, acionando-a mais intensamente. A maior parte dos projetos de larga envergadura foi implantada na periferia, acelerando ainda mais seu crescimento. Isso, mais os efeitos decorrentes da política de desenvolvimento regional, a expansão da fronteira agrícola e consolidação de novo padrão na agricultura, e os efeitos decorrentes da expansão urbana, proporcionaram a desconcentração regional produtiva.

A integração produtiva resultou em forte “**soldagem**” das economias regionais, de tal forma que o movimento cíclico da economia nacional encontrou expressão em todo espaço nacional, em que pese haver características próprias e ritmos de acumulação com diferenças não desprezíveis. Os investimentos realizados na periferia, ao ter elevado grau de complementaridade com a estrutura instalada no pólo, **soldou a solidariedade** que já fazia com que o crescimento do centro gerasse efeitos dinâmicos propulsores de crescimento na periferia.

Entretanto, o final do ciclo expansivo 1969-1973, estendido até 1979 pelo programa de investimentos do II PND, e a crise do padrão de financiamento do

Estado atuaram na redução das taxas de crescimento e contribuíram para arrefecer o processo de desconcentração, nos anos 80.

Por fim destaca-se que, apesar de os fatores determinantes do processo de desconcentração das atividades econômicas serem múltiplos e complexos, **a ação do Estado, foi estruturante**, principalmente através das políticas de desenvolvimento regional, seja na implantação de infra-estrutura, seja na concessão de incentivos fiscais e creditícios ou, principalmente, através dos grandes investimentos produtivos diretos no período.

CAPÍTULO II – A DINÂMICA REGIONAL BRASILEIRA ENTRE 1985 E 1989 – A AGONIA DA POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

O objetivo deste capítulo é discutir os principais determinantes do processo de desconcentração produtiva entre 1985 e 1989.

Utilizou-se este recorte temporal por ter sido o período de agonia da política nacional de desenvolvimento, quando grande parte dos efeitos dinâmicos gerados pela política de desconcentração produtiva do período do II PND se esgotam. O governo, apesar de ter reduzido sua atuação, em função da crise da dívida e da alta inflação, ainda esboçou, mais no discurso do que na prática, a continuação da política de desenvolvimento regional.

Este capítulo está organizado em quatro tópicos, além desta introdução. O primeiro discute alguns aspectos metodológicos que envolvem seu objeto central; uma síntese sobre o movimento geral da economia brasileira é apresentada no segundo; o terceiro, apresenta o debate entre os principais autores que discutiram essa questão; e o quarto traz, à guisa de conclusão, uma síntese do capítulo.

Algumas Advertências Metodológicas

É preciso, de início, advertir que o sistema estatístico nacional sofreu profunda deterioração entre o final dos anos 80 e início da década de 90, principalmente com a interrupção dos censos econômicos pós 1985, substituídos por novas pesquisas estruturais anuais, de base amostral, com representatividade para as Unidades da Federação.³⁰

Este processo iniciou-se com a montagem do Cadastro Central de Empresas (Cempre), em 1994, que passou a ter atualização permanente e a ser a base para o sorteio de amostras a serem pesquisadas.

Outra alteração substantiva ocorreu na classificação das atividades. A nova Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE) tem grandes diferenças

³⁰ Exceção feita ao Censo Agropecuário, que foi realizado mais uma vez após 1985, em 1995/96.

em relação à adotada pelos censos econômicos de 1985. A principal mudança foi compatibilizar a classificação nacional com o sistema internacional, mas a profundidade das alterações entre as duas classificações dificulta o encadeamento de séries que contemplem os dois períodos, exigindo adicional esforço metodológico.³¹

A título de exemplo, na CNAE os serviços industriais (de acabamento de produtos têxteis, de instalação, manutenção e reparação, de fornecimento de ar comprimido, frio e vapor industrial e outras utilidades) saíram do setor de serviços e passaram a ser classificadas no mesmo grupo ou classe do produto fabricado.

O novo desenho de pesquisas amostrais teve início em 1996, com a nova Pesquisa Industrial Anual (PIA), cujos resultados estão disponíveis também para anos posteriores.³² Isto é muito importante para os analistas de desenvolvimento regional, pois, até o início de 2000, quando foi publicada a PIA 96, só podiam contar com a Pesquisa Industrial Mensal (PIM), que contém informações sobre a variação na produção física (PIMpf).³³

Através da PIMpf, e utilizando-se a estrutura industrial do censo de 1985, calculava-se os índices de produção física anuais. Assim, os índices eram estimados pelas variações na produção física e não pelo conceito de valor da produção.³⁴ Mas, com isto, adotava-se implicitamente uma equivocada hipótese de que a estrutura industrial de 1985 não tivesse sofrido mudanças estruturais no período.³⁵

Contudo, é preciso reconhecer que somente graças àquele esforço metodológico foi possível lançar algumas luzes sobre o que ocorria na produção

³¹ A CNAE entrou em vigor em dezembro de 1994. Sobre alterações incorporadas pela CNAE consultar <http://www.ibge.gov.br/concla/cnae>

³² A série da PIA teve início em 1966 e apresentou resultados até 1995, em anos intercensitários, com exceção de 1991. Em 1996, inaugurou nova concepção de pesquisa, adequada ao novo modelo de estatísticas econômicas, que substituiu os censos econômicos por pesquisas anuais. Seu desenho estatístico prevê censo em empresas com 30 ou mais empregados e amostra probabilística para aquelas entre cinco e 29. A unidade de investigação é a empresa industrial, complementada pelas unidades locais.

³³ A PIMpf teve início na década de 70 e já passou por três reformulações. A última, trouxe a base de ponderação para o Censo Industrial de 1985. É um painel de médios e grandes estabelecimentos e gera mensalmente índices para o Brasil, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Regiões Sul e Nordeste e, a partir de 1991, também Ceará e Espírito Santo. Para maiores esclarecimentos consultar IBGE (1994).

³⁴ Muitos são os trabalhos que se utilizam dessa metodologia para análise da evolução setorial ou regional, entre eles: Negri e Pacheco (1993); Negri (1994); Pacheco et alii (1995); Pacheco (1996); Cano (1997); Guimarães (1995) e (1997); e Diniz (1995).

³⁵ Cano (1998:311) usa a estrutura de 1985 até 1989 e adota uma “suposta” estrutura de 1989 para atualizar as informações, o que reduz a possibilidade de erro, adverte, contudo, o leitor não só sobre isso, mas, principalmente, sobre a desconhecida alteração dos preços relativos das diversas atividades industriais.

industrial brasileira e sobre o fenômeno da concentração industrial regional.

A partir da publicação das novas PIAs, no entanto, elevou-se o grau de aproximação e hoje é possível, inclusive, ter uma idéia mais clara do erro existente nas estimativas anteriores.

Outras questões que dificultam a interpretação dessas mudanças no período se devem à profunda alteração (em termos de modelos, tecnologias, preços, etc.) por que passaram muitos produtos, que se tornaram, em muitos casos, muito diferentes e menos comparáveis, como por exemplo, o computador. Se, no início do período, a produção baseava-se em computadores XT, com N unidades produzidas e valor de vendas Y (mesmo em dólares), atualmente, o mesmo produto contém processadores muito mais velozes, capacidade de armazenamento, processamento e resposta, muito maiores, além de diferentes periféricos. Por outro lado, a produção é muito maior que N e o preço muito menor que Y. O automóvel pode ser considerado outro exemplo esclarecedor. Comparar o “Opala” fabricado na década de 80 com os veículos com injeção eletrônica, freios ABS, etc. é quase impossível, pois não se trata de comparar toneladas de aço bruto, mas sim produtos que, mesmo mantendo o mesmo nome, são tecnologicamente bem distintos.

É preciso ainda lembrar que houve grandes alterações no perfil da composição dos produtos. A agregação de componentes importados – em pequena escala nos anos 80, cresceu muito nos 90, além do surgimento de novos produtos nacionais. A expansão do uso de processos e meios eletrônicos na indústria “gráfica”, como por exemplo, os *cassetes*, CD-Rom, e gravura e impressão eletrônicas, foi enorme. Mas como captar, por exemplo, o crescimento da produção do CD-Rom sem a realização de pesquisas mais amplas, detalhadas e atualizadas do que a PIMpf? Aliás, no caso específico da indústria gráfica, as dificuldades eram ainda maiores, dado que a PIMpf não divulgava resultados desse gênero.

Essas dificuldades eram contornadas, pelos analistas, graças ao conhecimento empírico que tinham, tanto da estrutura produtiva nacional e regional, o que lhes permitia qualificar os processos em curso e apresentar as ressalvas necessárias àquelas estimativas, ainda assim incorrendo em inevitáveis erros.

As Tabelas 7 e 8 apresentam a simples comparação da estrutura industrial de 1997 da PIA com a projetada pela variação da PIMpf, para tentar observar o desvio que cada estimativa incorre. A apresentação da PIA por gênero demandou reorganização de seus resultados, divulgados segundo a nova classificação, em Divisão. Ocorre que a CNAE promoveu não somente uma redistribuição das atividades antes classificadas por gêneros para a classificação por divisão, mas também, conforme já mencionado, algumas alterações (incorporações) no universo de atividades consideradas industriais, o que impede um ajuste fino nas informações.³⁶

Em *grandes números*, esses problemas tornam-se menores, mas advirta-se que se trata somente de exercício para tentar verificar o erro da metodologia a partir da PIMpf. A transposição da PIA para gêneros também incorre em erros e por isso, esta metodologia será utilizada apenas neste item.³⁷ Feitas as ressalvas, comparemos os resultados pelas três bases: CI/85; atualização da estrutura do CI/85 pelas variações observadas na PIMpf e a PIA 97.

Observa-se, primeiro, que há alteração de tendência em alguns gêneros, com a PIMpf sugerindo que eles teriam aumentado sua participação na produção total, e a PIA mostrando o oposto, (minerais não-metálicos e material elétrico e de comunicação) ou não expressando a intensidade das alterações, apesar de acertar a tendência (mecânica, química, têxtil e produtos alimentares).

Em termos de participação no total, há diferenças entre as duas bases (PIMpf e PIA), mas elas não são muito grandes: i - os seis principais gêneros, que respondiam por 64,3% do VTI no censo de 85, eram: química 17,2%, metalúrgica 12,1%, produtos alimentares 11,9%, mecânica 9,2%, material elétrico e de comunicações 7,5% e material de transportes 6,4%; ii - pela PIMpf esse conjunto passaria para

³⁶ As atividades econômicas, na CAE/85, eram organizadas em classe, gênero e grupo (com classificação numérica de dois, três ou quatro dígitos). Na CNAE passaram a ser organizadas em seção (código alfabético de um dígito), divisão, grupo e classe (com códigos numéricos de dois, três ou quatro dígitos). As atividades industriais estão organizadas em duas Seções, 27 divisões, 106 grupos e 282 classes (IBGE, 2000).

³⁷ Só é possível fazer uma compatibilização correta com acesso às bases de todos os Censos Econômicos, pois houve mudança em algumas atividades entre eles. Por outro lado, a inclusão/exclusão dessas atividades nas novas PIAs é dificultada pelo nível de agregação. Por isso, só o IBGE consegue fazer uma correta compatibilização mas a opção foi não onerá-lo com mais esta solicitação, visto que já havia solicitado o reprocessamento dos Censos Econômicos de 1985, segundo a CNAE. Então o esforço individual foi necessário para ser possível comparar com os exercícios anteriores, elaborados pelos analistas, através da PIMpf. Só por este motivo, foi realizada tal compatibilização, mesmo sabendo que também contém imprecisões.

66,3% não alterando a seqüência dos ramos e mostrando diferenças individuais menos importantes. A PIA 97 mostra redução maior para o conjunto (60,7%), mas altera a seqüência e amplia as diferenças entre os ramos

Tabela 7
Estrutura da Indústria de Transformação do Brasil –1985-1997

Gêneros da Indústria de Transformação	Estrutura (%)		
	Censo Industrial 1985	VTI 97 por Evolução Física – PIMpf (1)	Pesquisa Industrial Anual 1997
Indústria de Transformação	100,0	100,0	100,0
Minerais Não-Metálicos	4,3	4,6	3,8
Metalurgia	12,1	12,1	9,8
Mecânica	9,2	8,1	7,2
Material Elétrico e de Comunicação	7,5	9,6	6,4
Material de Transporte	6,4	7,5	9,6
Madeira	1,6	– (2)	1,2
Mobiliário	1,4	– (2)	1,9
Papel e Papelão	2,9	3,3	3,5
Borracha	1,8	2,0	1,4
Couros e Peles	0,6	– (2)	1,9
Química	17,2	15,6	13,1
Produtos Farmacêuticos e Veterinários	1,7	1,7	3,6
Perfumaria, Sabões e Velas	0,9	1,3	2,4
Produtos de Matéria Plástica	2,2	2,4	2,7
Têxtil	5,9	4,1	2,9
Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecido	5,2	2,5	2,2
Produtos Alimentares	11,9	13,4	14,6
Bebidas	1,2	2,0	3,6
Fumo	1,3	1,9	1,1
Editorial e Gráfica	1,9	– (2)	5,3
Indústria Diversa	2,7	– (2)	1,8

Fonte: Fundação IBGE. Censo Industrial 1985. Pesquisa Industrial Anual 1997. Pesquisa Industrial Mensal (vários anos).

(1) A soma dos gêneros não é igual a 100 pela não divulgação do resultado de todos os gêneros.

(2) Informação não disponível na base da PIMpf.

Comparando-se o censo de 1985 com a PIA 97, vê-se que os gêneros que mais ampliaram suas participações foram: editorial e gráfica (1,9% para 5,3%); material de transportes (6,4% para 9,6%); produtos farmacêuticos e veterinários (1,7% para 3,6%); bebidas (1,2% para 3,6%); e produtos alimentares (11,9% para 14,6%). Já as reduções mais significativas ocorreram em: metalurgia (12,1% para 9,8%); química (17,2% para 13,1%); mecânica (9,2% para 7,2%); têxtil (5,9% para 2,9%); e vestuário, calçados e artefatos de tecido (5,2% para 2,2%).³⁸

³⁸ A discussão a respeito das motivações concretas para as variações observadas em cada segmento da indústria será feita nos próximos tópicos. Aqui, o objetivo é, somente, observar o grau de acerto/erro da metodologia anteriormente utilizada.

Outra significativa alteração, refere-se à distribuição espacial da produção industrial, pois há diferenças quando a distribuição é feita a partir da nova estrutura e não somente atualizando os volumes de produção física.

Na Tabela 8, a participação de São Paulo, pela estimativa dos indicadores via PIMpf, aponta desconcentração, entre 1985 e 1997, de 51,9% para 47,9%, enquanto a PIA, reorganizada em gêneros, mostraria que a contribuição de São Paulo, em 1997, permanecia em 51,4%. Consideremos, ainda assim, que a diferença entre estas cifras é modesta e não altera a tendência estimada (forte inflexão da desconcentração a partir da segunda metade dos anos 80).

Tabela 8

Participação de São Paulo na Indústria de Transformação do Brasil – 1985-1997 (%)

Gêneros (CAE/85)	Censo Industrial 1985	PIMpf 1997	PIA 1997
Indústria de Transformação	51,9	47,9	51,4
Minerais Não-Metálicos	42,6	45,2	43,3
Metalurgia	46,9	38,1	39,2
Mecânica	55,6	44,4	60,6
Material Elétrico e de Comunicação	64,0	56,4	58,1
Material de Transporte	71,6	64,1	67,5
Madeira	18,6	—	22,0
Mobiliário	45,3	—	44,0
Papel e Papelão	57,5	60,7	58,6
Borracha	74,8	67,2	69,9
Couros e Peles	25,6	—	20,2
Química	51,5	50,2	48,3
Produtos Farmacêuticos e Veterinários	65,0	72,9	73,8
Perfumaria, Sabões e Velas	67,3	82,1	52,5
Produtos de Matéria Plástica	57,0	57,5	66,2
Têxtil	50,0	48,1	51,6
Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecido	40,5	32,3	40,4
Produtos Alimentares	37,4	35,7	42,8
Bebidas	38,4	55,0	34,4
Fumo	41,1	6,2	6,3
Editorial e Gráfica	51,3	—	58,5
Indústria Diversa	67,3	—	54,3

Fonte: Fundação IBGE. Censo Industrial 1985. Pesquisa Industrial Anual 1997. Pesquisa Industrial Mensal, vários anos.

Na indústria mecânica, por exemplo, pela PIMpf, a participação de São Paulo teria caído de 55,6% para 44,4%, enquanto a PIA mostra provável subida para 60,6% do VTI nacional. O mesmo ocorre com a alimentícia e vestuário, que também teriam passado de uma desconcentração para uma provável reconcentração. Em diversos outros gêneros, a mudança deu-se em sentido diverso, como no de

perfumarias e de bebidas, em sentido bem mais lógico (em termos de localização) do que o anterior. Isto fica mais claro na Tabela 9, organizada pela CNAE/94 (divisões), enquanto a Tabela 8 está por gêneros da CAE/85.

Antecipando o que será discutido nos próximos capítulos, observa-se que a desconcentração industrial foi estancada entre 1985 e 1998 e a participação de São Paulo praticamente não variou. Entretanto, esse aparente estancamento esconde grandes mudanças com movimentos de concentração/desconcentração, bem como de alterações na estrutura.

A conclusão que se pode chegar é que, como advertiram os que utilizaram a PIMpf, a transposição mecânica dos indicadores de produção física, mantida a estrutura de 1985, não poderia captar as mudanças na estrutura de preços relativos e, principalmente, a nova ponderação entre os gêneros industriais, em decorrência das várias mudanças ocorridas.

É preciso reconhecer, contudo, que ainda assim, foram maiores os acertos do que os erros de estimativa por aquele método, na inexistência de levantamentos mais amplos, conforme será visto nos tópicos a seguir.

Merece, ainda ser explicada a opção metodológica adotada, neste trabalho, para a análise pós-1985. No caso da indústria, não resta dúvida de que a melhor escolha é a utilização das PIAs, encadeando-as com o Censo Industrial de 1985.

Entretanto, a reorganização dos dados das PIAs segundo gênero não é a melhor opção, face à dificuldade em reagrupar todas as classes (atividades no quarto dígito da CNAE) segundo gêneros da CAE e da necessidade de repetir os cálculos para anos subseqüentes. Por isto, decidi reorganizar as informações coletadas nos censos econômicos de 1985, agrupando-as segundo a CNAE, o que permite o encadeamento de série daquela data em diante.

Tabela 9
Participação de São Paulo na Indústria do Brasil – 1985-1998

Divisões (CNAE/94)	1985	1996	1997	1998
Total Indústria Geral	47,8	49,4	49,9	49,4
Indústrias Extrativas	1,5	5,7	5,5	5,0
Extração de Carvão Mineral	-	-	-	-
Extração de Petróleo e Serviços Correlatos	0,0	-	-	-
Extração de Minerais Metálicos	0,1	-	-	-
Extração de Minerais Não-Metálicos	21,2	27,5	26,4	25,5
Indústrias de Transformação	51,9	51,0	51,4	51,2
Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas	36,7	40,2	40,7	39,0
Fabricação de Produtos do Fumo	15,6	6,3	6,4	4,0
Fabricação de Produtos Têxteis	50,5	49,5	50,4	47,9
Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios	43,2	38,6	41,3	39,4
Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro, Artigos de Viagem e Calçados	30,0	21,6	20,2	16,3
Fabricação de Produtos de Madeira	20,1	18,8	21,7	22,7
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	57,3	62,9	59,1	55,2
Edição, Impressão e Reprodução de Gravações	48,6	58,6	58,3	59,2
Fabricação de Coque, Refino de Petróleo, Elaboração de Combustíveis Nucleares e Produção de Alcool	54,4	53,7	54,8	51,4
Fabricação de Produtos Químicos	54,9	58,0	60,1	62,1
Fabricação de Artigos de Borracha e Plástico	66,5	63,2	64,5	62,1
Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	34,9	41,4	44,5	38,8
Metalurgia Básica	37,3	29,3	27,7	27,1
Fabricação de Produtos de Metal - Exclusive Máquinas e	62,6	56,1	57,2	55,8
Fabricação de Máquinas e Equipamentos	69,2	62,1	60,7	63,0
Fabricação de Máquinas para Escritório e Equipamentos de	49,4	68,2	59,9	63,5
Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	71,5	69,0	66,6	68,2
Fabricação de Material Eletrônico e de Aparelhos e Equip. de Comunicações	55,7	48,9	52,5	63,6
Fabricação de Equipamentos de Instrumentação Médico-Hospitalares, Instrumentos de Precisão e Ópticos, Equipamentos para Automação Industrial, Cronômetros e Relógios	59,4	56,8	57,0	55,8
Fabricação e Montagem de Veículos Automotores, Reboques e	81,8	73,9	72,3	71,6
Fabricação de Outros Equipamentos de Transporte	42,7	36,8	38,8	51,2
Fabricação de Móveis e Indústrias Diversas	58,0	43,9	41,8	44,5
Reciclagem	-	4,0	49,0	41,4

Fonte: Fundação IBGE. Tabulação Especial do Censo Industrial de 1985. Pesquisa Industrial Anual 1996, 1997 e 1998.

Este trabalho requereu o uso dos microdados dos censos, só possível graças ao apoio da equipe técnica do Departamento de Indústria do IBGE, que reprocessou os dados do Censo de 1985 na nova classificação. Assim, este trabalho se beneficiou das novas PIAs e apresenta série encadeada a partir do Censo de 1985 para todos os Estados brasileiros, e, no caso de São Paulo, explicitando os dados da RMSP, do interior e do município de São Paulo. Com isso, foi possível captar

alterações na estrutura produtiva decorrentes de variações no valor da transformação industrial.³⁹

Contudo há dois inconvenientes nesta opção. O primeiro é não permitir uma série única pré e pós-85. Para isso, a *solução* foi apresentar os resultados de 1985 nas duas bases, segundo gêneros da CAE/85 (comparáveis com os censos anteriores), feita nos capítulos I, II e III, e segundo divisões da CNAE/94 (com encadeamento posterior), utilizada no capítulo IV.

O segundo é de ordem mais geral, pois, ao optar pela utilização da base Censo Industrial 85 – PIAs, serão analisados somente alguns anos, dado que os dados da PIA só são compatíveis a partir de 1996. Por esse motivo, será também usada outras séries com informações anualizadas, mesmo sabendo que não expressam, com exatidão, as transformações ocorridas no período.

A alternativa primeira seria utilizar a PIMpf, como vários analistas têm feito. Porém o IBGE desenvolveu, em conjunto com as instituições estaduais de estatística, nova metodologia de mensuração das Contas Regionais, com abertura para setores e subsetores de atividades e compatível com a nova metodologia de Contas Nacionais. Isso representou um avanço em relação à PIMpf, dentre outros, por ajustá-la através de índices de valor.

Deste modo, para a análise do movimento geral da economia e seus principais setores, será utilizada a série 1985-1998 do PIB por Unidades da Federação, elaborada pelo IBGE.⁴⁰ A outra alternativa seria a série do PIB estadual calculada pelo Ipea, que tem sido muito usada. Optou-se pela do IBGE por conter explicações detalhadas da metodologia – expondo suas fragilidades mas nos dando maior segurança –, e por estar menos sujeita a críticas e falhas, uma vez que foi elaborada em conjunto com as instituições estaduais de estatística.⁴¹

³⁹ As informações para RMSP, Município de São Paulo e Interior do Estado foram organizadas a partir de tabulações espaciais também elaboradas pelo Departamento de Indústria do IBGE, específicas para este trabalho. Reitero agradecimento à equipe técnica do Deind/IBGE, isentando-a, obviamente, de responsabilidade sobre as análises produzidas.

⁴⁰ Esta série apresenta um avanço metodológico ao incorporar as instituições estaduais de estatística em sua elaboração, o que, em princípio, deverá acabar com as divergências até então existentes entre as instituições regionais.

⁴¹ Apesar de o Ipea ter publicado nova série (1985-1998), com ajustes metodológicos que alteram a série divulgada anteriormente (1985-1996), sua metodologia é muito “hermética” e, na própria publicação, os autores advertem sobre cálculo do PIB da Indústria Geral: obtido por resíduo após o cálculo da construção civil e dos Siup (IPEA – Texto para Discussão 677/2000).

Deve-se advertir que a série Contas Regionais não incorporou os resultados das novas pesquisas estruturais (PIA, PAC, etc.). Portanto, no que se refere à indústria geral, as críticas apresentadas para a PIMpf podem ser, em parte, repetidas, pois, em que pese a metodologia das Contas Regionais incorporar ajustes na estrutura de preços relativos, a partir de índices de preços, ao manter a estrutura industrial de 1985 como base, mesmo reponderando-a, incorre em erros não triviais.

A dimensão setorial dos erros é de difícil mensuração, pois a série não apresenta abertura para a indústria de transformação, mas, no nível regional, a participação de cada Estado tem diferenças significativas com as novas PIAs, inclusive, em poucos casos, com inversão de tendência.

O ajuste na estrutura de preços relativos foi um avanço em relação aos dados da PIMpf, mas a opção por manter a metodologia depois de divulgada a PIA 96, desconsiderou as grandes modificações nos processos produtivos, que inclusive introduziram novos produtos. Assim, perdeu-se a oportunidade de se dar um “salto metodológico”, ficando “a meio caminho” no setor mais significativo para as transformações estruturais por que passou o país na última década.

O esforço da equipe de contas regionais do IBGE, no entanto, foi positivo e elogiável, destacando-se a articulação com todas as instituições estaduais de estatística e a inclusão de informações das PNADs, na tentativa de captar as atividades industriais realizadas fora do âmbito da empresa, como ações inovadoras.⁴²

Porem, há subdimensionamento da participação de São Paulo nas Contas Regionais, principalmente na produção industrial, perceptível pelas diferenças entre os resultados das Contas Regionais e da PIA.

As principais diferenças metodológicas entre a PIA e a estimativa do VA das Contas Regionais, ambas pesquisas feitas pelo IBGE, consistem em:

⁴² Há que se considerar que, depois do desmonte do sistema nacional de estatísticas, no final dos anos 80 e início da década de 90, a reconstrução deve ser um processo árduo e a necessidade de dar respostas institucionais, muitas vezes, impõe escolhas que não necessariamente são as ideais. Realizada a tarefa e apresentados os resultados da nova série das Contas Regionais, temos informações que o IBGE está iniciando processo de revisão metodológica e incorporação das informações de pesquisas que apresentam a atual estrutura produtiva regional, como é o caso da PIA, PAC e PAS.

1. **na PIA:** i - ela trabalha com o VTI por empresa, e quando a mesma opera em mais de um local (bairros diferentes, municípios diferentes ou estados diferentes), é feito um rateio, por estimativa da participação de cada Unidade Local de Produção – ULP; ii - ela só contempla empresas predominantemente industriais. Isto significa que, se uma unidade predominantemente pecuária tiver uma pequena planta de leite ou queijo, esta produção não será contada; iii - ela não contempla as microempresas industriais (com até cinco empregados);
2. **nas Contas Regionais:** i - o valor adicionado (VA) é estimado da seguinte forma: o valor da produção (VBP) de 1985 é projetado para os anos seguintes, pelos índices da produção física (PIMpf) por gêneros industriais; do valor da produção é deduzido o Consumo Intermediário (mantido fixo seu coeficiente), para se obter o VA; sobre o VA por gênero são aplicados índices específicos de preços, para que se leve em conta a mudança dos preços relativos; ii - mas o IBGE observa que os índices para a indústria de bens de capital estariam muito altos, resultando nisso uma estimativa fortemente inferior para seu VA, subdimencionando muito os VAs dos principais estados produtores desses bens (SP, PR e RS); iii - nos estados para os quais não havia índices de produção física, o IBGE usou outros indicadores, como por exemplo energia elétrica consumida, o que pode superestimar a produção; iv - SP é o estado em que ocorreu a maior incidência de terceirização, com parte do VA industrial passando a ser apurado no setor serviços, e não mais na indústria. Mesmo assim, sua participação que era de 47,8% na Indústria geral e 51,9% na indústria de transformação, segundo o Censo Industrial de 1985, passou , segundo a PIA, para 49,4% e 51,2%, em 1998; v - o IBGE fará nova estimativa das Contas Regionais, com base em 1999, tentando eliminar alguns dos problemas acima citados.

As questões levantadas sobre a PIA serão ainda discutidas no capítulo IV, mas é importante esclarecer que, no censo de 1985, as microindústrias eram responsáveis por apenas 0,99% do VTI da indústria geral e 0,45% da indústria de transformação. Devem ter reduzido a participação na década de 90 pois, têm menor capacidade de resposta, principalmente em períodos de contração da demanda agregada, por seu reduzido poder de mercado. O fato de o rateio do VTI ser por

estimativa da participação de cada Unidade Local de Produção – ULP é correto e evita distorções como as que ocorrem quando ele é feito levando em consideração todas as unidades locais da empresa. Pela própria metodologia de classificação das empresas adotada pelo IBGE é insignificante (quase inexistente) o número de empresas não industriais que possuem ULP industriais.

Como já deixei claro, anteriormente, a opção é pelo uso das PIAs, entretanto, para os anos anteriores a 1996, adotarei as Contas Regionais, com as ressalvas apresentadas. Considero, portanto, que a participação de São Paulo na indústria, em 1998, é de 51,2% na indústria de transformação e 49,4% na indústria geral.

Em síntese, a subestimação da participação paulista no PIB é, em grande medida, explicada pelo método de estimativa do VA da indústria nas Contas Regionais. Estas ajustam os preços, porém, ao manter a base da estrutura industrial de 1985, reduz a participação de Estados que tiveram alterações mais profundas na estrutura produtiva, como pode ser observado na Tabela 10.

É importante observar que as diferenças de participação entre as duas séries não são explicadas pelos indicadores utilizados (VTI e VA), pois em 1985, ano em que as duas bases partem da mesma fonte (censo) as diferenças são mínimas.

Assim, mesmo alertando sobre as deficiências da série, por falta de outra fonte que apresente informações mais confiáveis, serão utilizadas as Contas Regionais para a análise do movimento geral da economia regional pós-1985. Para a indústria utilizo-a somente entre 1985 e 1989. Entretanto, seus resultados devem ser considerados com as ressalvas apresentadas.

Tabela 10**Distribuição Regional da Indústria de Transformação do Brasil – 1985-1998 (%)**

Regiões do Brasil e Estados	VTI segundo o Censo Industrial de 1985 e a PIA/98		VA segundo as Contas Regionais	
	1985	1998	1985	1998
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0
Norte	2,5	3,5	2,9	4,3
Rondônia	0,1	0,1	0,2	0,2
Acre	0,0	0,0	0,0	0,1
Amazonas	1,7	2,6	1,9	3,0
Roraima	0,0	0,0	0,0	0,0
Pará	0,6	0,7	0,6	1,0
Amapá	0,0	0,0	0,0	0,0
Tocantins	0,0	0,0	..	0,1
Nordeste	8,4	6,9	9,7	9,6
Maranhão	0,3	0,3	0,3	0,4
Piauí	0,1	0,1	0,2	0,2
Ceará	1,0	1,2	1,1	1,3
Rio Grande do Norte	0,4	0,2	0,4	0,4
Paraíba	0,4	0,4	0,4	0,6
Pernambuco	1,9	1,4	1,9	1,9
Alagoas	0,4	0,5	0,5	0,5
Sergipe	0,3	0,2	1,0	0,5
Bahia	3,7	2,5	4,0	3,9
Sudeste	71,8	68,7	69,1	63,0
Minas Gerais	8,4	8,7	8,3	9,2
Espírito Santo	1,2	1,2	1,3	1,5
Rio de Janeiro	10,3	7,6	8,0	8,9
São Paulo	51,9	51,2	51,6	43,5
Sul	16,0	18,4	17,0	20,6
Paraná	4,6	5,3	5,0	5,1
Santa Catarina	3,9	4,7	3,9	5,6
Rio Grande do Sul	7,4	8,4	8,1	10,0
Centro-Oeste	1,2	2,5	1,4	2,5
Mato Grosso do Sul	0,2	0,5	0,2	0,6
Mato Grosso	0,2	0,5	0,2	0,5
Goiás	0,7	1,2	0,8	1,2
Distrito Federal	0,2	0,3	0,2	0,3

Fonte: Fundação IBGE: Censo Industrial de 1985, Pesquisa Industrial Anual de 1998 e Contas Regionais 1985 e 1998.

Outra questão importante é que a série de Contas Regionais (para o período de 1985 a 1998) não preserva continuidade metodológica com a série anterior (também estimada pelo IBGE), de 1970 a 1985.⁴³ A distribuição do PIB por Estado não expressa os mesmos números da série anterior para 1985, presente nas duas. Porém, as diferenças entre as duas séries são muito pequenas e inferiores a um ponto de participação (para mais ou para menos) em todos os Estados. As maiores variações ocorrem no DF, MT, MA, SE, AL, PA e AM (entre 15% e 36%), nos demais estados a diferença relativa entre as duas séries não ultrapassa 15%.

⁴³ Ver Anuário Estatístico do Brasil, 1992, onde é publicada a série do PIB por Estados para o período 1970 a 1985.

A Tabela 11 apresenta as informações das duas séries, para 1985, e as diferenças entre ambas.

Tabela 11

Comparação Regional entre os Valores Apresentados nas duas Séries de PIB – 1985 (%)

Regiões do Brasil e Estados	Série 1970/1985	Série 1985/1998	Diferença Absoluta	Diferença Relativa
Norte	4,1	3,8	0,3	-7,3
Acre	0,1	0,1	0,0	0,0
Amapá	0,1	0,1	0,0	0,0
Amazonas	1,3	1,5	-0,2	15,4
Pará	1,8	1,5	0,3	-16,7
Rondônia	0,5	0,5	0,0	0,0
Roraima	0,1	0,1	0,0	0,0
Tocantins	0,1	..	-	-
Nordeste	13,6	14,1	-0,5	3,7
Alagoas	0,7	0,9	-0,2	28,6
Bahia	5,1	5,4	-0,3	5,9
Ceará	1,7	1,7	0,0	0,0
Maranhão	1,0	0,7	0,3	-30,0
Paraíba	0,7	0,7	0,0	0,0
Pernambuco	2,4	2,6	-0,2	8,3
Piauí	0,4	0,4	0,0	0,0
Rio Grande do Norte	0,9	0,8	0,1	-11,1
Sergipe	0,7	0,9	-0,2	28,6
Sudeste	59,1	60,2	-1,1	1,9
Espírito Santo	1,7	1,7	0,0	0,0
Minas Gerais	9,8	9,6	0,2	-2,0
Rio de Janeiro	12,3	12,7	-0,4	3,3
São Paulo	35,4	36,1	-0,7	2,0
Sul	17,1	17,1	0,0	0,0
Paraná	6,1	5,9	0,2	-3,3
Santa Catarina	3,2	3,3	-0,1	3,1
Rio Grande do Sul	7,9	7,9	0,0	0,0
Centro-Oeste	6,0	4,8	1,2	-20,0
Distrito Federal	2,2	1,4	0,8	-36,4
Goiás	2,0	1,8	0,2	-10,0
Mato Grosso	1,0	0,7	0,3	-30,0
Mato Grosso do Sul	0,8	0,9	-0,1	12,5

Fonte: Fundação IBGE. Contas Regionais.

Da série de Contas Regionais, serão utilizados dois indicadores: o PIB por UF, para o conjunto da economia, e o Valor Adicionado (VA) – visto que não trabalha com VTI, somente PIB e VA –, para as atividades econômicas e a estrutura produtiva regional. A utilização do VA se fez necessária porque as Contas Regionais não disponibilizaram o PIB regional com abertura para os grandes setores. O uso destes dois indicadores para o estudo da dinâmica regional não afeta a análise da distribuição espacial das atividades econômicas, além do que já foi ressaltado, pois ambos apresentam elevada similaridade na distribuição regional, como pode ser observado na Tabela 12.

Tabela 12
Distribuição Regional do PIB e do Valor Adicionado Total – 1985 e 1998 (%)

Regiões do Brasil e UFs	PIB		VA	
	1985	1998	1985	1998
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0
Norte	3,8	4,5	3,6	4,5
Rondônia	0,5	0,5	0,4	0,5
Acre	0,1	0,2	0,1	0,2
Amazonas	1,5	1,7	1,4	1,6
Roraima	0,1	0,1	0,1	0,1
Pará	1,5	1,7	1,4	1,7
Amapá	0,1	0,2	0,1	0,2
Tocantins	..	0,2	..	0,2
Nordeste	14,1	13,1	13,4	13,1
Maranhão	0,7	0,8	0,7	0,8
Piauí	0,4	0,5	0,4	0,5
Ceará	1,7	2,1	1,8	2,1
Rio Grande do Norte	0,8	0,7	0,8	0,7
Paraíba	0,7	0,8	0,7	0,8
Pernambuco	2,6	2,7	2,4	2,7
Alagoas	0,9	0,7	0,7	0,7
Sergipe	0,9	0,6	0,9	0,6
Bahia	5,4	4,2	5,1	4,2
Sudeste	60,2	58,2	60,4	57,7
Minas Gerais	9,6	9,8	9,3	9,8
Espírito Santo	1,7	1,9	1,6	1,7
Rio de Janeiro	12,7	11,0	13,4	11,0
São Paulo	36,1	35,5	36,1	35,3
Sul	17,1	17,5	16,6	17,6
Paraná	5,9	6,2	6,0	6,3
Santa Catarina	3,3	3,5	3,2	3,5
Rio Grande do Sul	7,9	7,7	7,5	7,8
Centro-Oeste	4,8	6,8	6,0	7,1
Mato Grosso do Sul	0,9	1,1	0,9	1,1
Mato Grosso	0,7	1,1	0,7	1,1
Goiás	1,8	1,9	1,8	1,9
Distrito Federal	1,4	2,7	2,7	3,0

Fonte: Fundação IBGE. Contas Regionais.

Por fim, acredita-se que as diferenças nas Contas Regionais tornam-se mais expressivas quanto mais os dados se afastem do ano base (1985). Para o período 1985-1989 este problema é minimizado. No entanto, para o período pós-1989, os resultados devem ser observados com maiores reservas, principalmente na indústria.

A Agonia da Política de Desenvolvimento – 1985 a 1989

Grande parte dos efeitos dinâmicos dos investimentos do II PND esgotou-se por volta de 1985. Apesar de ter reduzido suas margens de atuação, o governo ainda esboçou alguma continuidade na política de desenvolvimento e de redução das

disparidades regionais. Mas a crise fragilizou-o ainda mais, pouco atuando, com o que estancou o processo de desconcentração espacial econômica.

O Movimento Geral da Economia Brasileira entre 1985 e 1989

A Nova República, iniciada em março de 1985, formulou, em 1996, o Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República – PND-NR, com novas propostas para as políticas de desenvolvimento e de redução das disparidades regionais. Porém na prática, foi refém do conservadorismo e, como afirma Cano (1995), conduziu a transição política da reabertura democrática de forma a “mudar para manter”, sem enfrentar as questões estruturais, como miséria, distribuição da renda, reformas fiscal e financeira do Estado e outras.

A política econômica do período foi marcada por: i) retomada do crescimento a partir de 1984, puxada pela expansão do setor externo e, posteriormente, sancionada pelo crescimento da demanda interna que garantiu algum fôlego à economia até 1986; ii) pelo Plano Cruzado e; iii) pelo recrudescimento da inflação e crescente deterioração dos fundamentos econômicos, após 1987.

O esforço exportador e a maturação de investimentos realizados no período do II PND foram as principais fontes de crescimento.⁴⁴ As taxas de crescimento do PIB foram medíocres, comparadas à média de décadas anteriores, porém, superiores à média do período 1980-1985. Após curto período de expansão, entre 1984 e 1986, com o fracasso do Plano Cruzado (1996) houve recrudescimento inflacionário e queda no nível de atividade, ficando claro que o breve período de elevação dos níveis de emprego e renda havia se esgotado. A alternância entre curtos períodos de crescimento e desaceleração não correspondeu a mais um ciclo de acumulação e nem à instauração de um novo modelo de acumulação.

Sucederam-se tentativas de estabilização, com diferentes planos e equipes econômicas com curtos períodos de crescimento econômico após cada plano. Entretanto, as tensões inflacionárias, na ausência de políticas estruturais de

⁴⁴ O esforço exportador alterou significativamente a pauta de exportações ampliando a participação de produtos de maior valor agregado. Até 1980, mais de 40% das exportações brasileiras, em valor, eram de produtos básicos. Em 1985 os produtos industriais (semimanufaturados ou manufaturados) representavam 2/3 e, em 1990, 71,9%.

crescimento, eram recidivas e, retornavam com maior ímpeto. O que prevaleceu foi acelerada deterioração da economia, numa conjuntura de baixa taxa de inversão, deterioração das contas públicas, aceleração inflacionária e desequilíbrio externo. No final do período (segundo semestre de 1989) houve deterioração generalizada dos fundamentos macroeconômicos, com forte elevação do déficit público, juros de curto prazo muito altos e inflação galopante.

Em síntese, a política econômica foi marcada por frustradas tentativas de debelar a inflação e acabar com a indexação generalizada da economia, sem qualquer resultado duradouro.

É importante destacar que a crise econômica não teve igual impacto nos setores econômicos, tendo sido mais forte na indústria de transformação e na agropecuária, que reduziram suas participações no Valor Adicionado Total (VA), entre 1985 e 1989, de 32,3% e 11,2% para 30,9% e 9,1%, respectivamente. O maior crescimento de participação ocorreu no setor de intermediação financeira, que, foi o grande, senão o único, segmento que tirou proveito da crise.

Tabela 13
Estrutura do Valor Adicionado a Preços Básicos do Brasil – 1985-1989 (%)

Atividades Econômicas	1985	1986	1987	1988	1989
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agropecuária	11,2	11,5	9,9	9,5	9,1
Indústria Extrativa Mineral	3,3	2,7	1,7	1,4	1,1
Indústria de Transformação	32,3	33,1	32,3	34,1	30,9
Eleticidade, Gás e Água	2,6	2,6	3,0	2,7	2,4
Construção	5,6	7,4	6,0	6,1	6,3
Comércio e Reparação de Veículos e de Objetos Pessoais e de Uso Doméstico	8,9	9,5	8,5	8,5	7,4
Alojamento e Alimentação	1,6	1,7	1,6	1,5	1,6
Transportes e Armazenagem	2,8	2,9	2,3	2,4	2,2
Comunicações	1,0	0,9	1,0	1,1	1,0
Intermediação Financeira	13,1	8,0	14,1	13,8	19,5
Atividades Imobiliárias, Aluguéis e Serviços Prestados às Empresas	5,3	5,7	6,1	5,7	5,4
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	9,1	10,6	10,0	9,7	9,8
Saúde e Educação Mercantis	1,7	1,8	2,2	2,1	2,0
Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais	0,9	1,0	0,9	0,9	0,8
Serviços Domésticos	0,5	0,5	0,4	0,4	0,4

Fonte: Fundação IBGE. Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil 1985-1998, Microdados.

Internamente aos setores, entretanto, principalmente na indústria e na agropecuária, houve grande diferenciação de desempenho, com ampliação da

heterogeneidade estrutural. Aqueles engajados no esforço exportador preservaram suas margens, enquanto os voltados para o mercado interno ficaram mais expostos aos ciclos conjunturais.

Estancamento do Processo de Desconcentração Produtiva

Até meados dos anos 80, a entrada em operação e o amadurecimento de alguns investimentos ainda garantiram alguma continuidade da desconcentração produtiva, notadamente na indústria. Com a persistência da crise, na segunda metade da década,— principalmente quanto à instabilidade macroeconômica e à incapacidade do governo federal romper o círculo vicioso de recessão e fragilidade econômica do Estado —, o crescimento do Brasil (e de São Paulo) tornou-se, na média, medíocre e, com isso, arrefeceu a dinâmica de acumulação, inibindo também o crescimento periférico, interrompendo o processo de desconcentração produtiva e ampliando a participação de São Paulo no PIB nacional de 36,1%, em 1985, para 37,8% em 1989.

Houve, no período, ampliação da disputa entre Estados e municípios por localização de novos investimentos. Desde o final dos anos 70, ampliaram-se incentivos fiscais e benefícios concedidos por governos estaduais e municipais, em parte para tentar amortecer a recessão. A horizontalização do embate entre unidades federadas, além da dimensão vertical —entre o governo central, de um lado, e Estados e municípios, de outro — generalizou aquela disputa entre Estados e entre municípios, levando a uma verdadeira “**guerra fiscal**”, contribuindo para a crise do federalismo.⁴⁵ Esta “guerra” foi conceituada como “uma situação de conflito na federação em que o ente federado que ganha — quando, de fato existe um ganho — impõe, em geral, uma perda a algum ou alguns dos demais, posto que ela raramente é um jogo de soma positiva (Varsano, 1996:2).⁴⁶

⁴⁵ Sobre a crise do federalismo e a guerra fiscal, ver Affonso e Silva (1995), especialmente Affonso, Rui de B. A. A federação no Brasil: impasses e perspectivas.

⁴⁶ Sobre “guerra fiscal”, ver Prado (1999), Arbix (2002) e Alves (2002).

O efeito da “guerra fiscal”, entretanto, foi pífio pois, a crise inibiu investimentos e a formação bruta de capital fixo teve taxas bem abaixo da média do período anterior. Porém, houve significativas alterações na composição regional do PIB.

O Norte ampliou sua participação no PIB nacional, entre 1985 e 1989, de 3,8% para 4,9%, principalmente pelo crescimento observado no Pará e no Amazonas (expansão das fronteiras agrícola e mineral e ampliação da produção na Zona Franca de Manaus). A criação dos Estados de Tocantins, Roraima e Amapá também geraram alguns novos impulsos à economia regional, pela maior participação nos recursos públicos federais.

A economia do Norte apresenta baixa integração regional, com estruturas articuladas direta ou indiretamente com o exterior – caso do complexo minero metalúrgico de Carajás e da cassiterita, em Rondônia, da agricultura voltada para exportação (que no final dos anos 80 restringia-se a Rondônia - café e cacau) ou do extrativismo (castanha do Pará) – ou com o Sudeste, Zona Franca de Manaus.⁴⁷ Outra marcante característica da economia regional é o forte papel desempenhado pelo investimento público, principalmente no Pará e no Amazonas.

O Pará passou de 1,5% para 2,1%, do PIB nacional, entre 1985 e 1989. Beneficiou-se do início da operação da CVRD (Projeto Grande Carajás), em 1985, da expansão da indústria de madeira, principalmente no sul, região de Paragominas (no entorno da Belém-Brasília) e da expansão da fronteira agrícola, que incorporou o sudeste do Estado ao plantio de soja e ampliou a pecuária na região de Altamira.

Os investimentos na minero-metalurgia, no complexo Carajás, contribuíram para que o Norte aumentasse sua participação nas exportações brasileiras de 2,6%, em 1975, para 5,8%, em 1990, com ampliação da participação de produtos semimanufaturados no total das exportações da região, de 7,7% para 35,7%, no mesmo período (Buarque et alii, 1995).

O Amazonas ampliou sua participação no PIB nacional, de 1,5% para 1,8%, no período. Apresenta forte concentração em Manaus, com destaque para o setor

⁴⁷ Sobre a economia da Região Norte, ver Buarque et alii, 1995.

industrial da Zona Franca de Manaus, que adquiriu novo fôlego, em 1988, pela ampliação dos incentivos fiscais e sua prorrogação até 2013.

A fronteira agrícola alcançou o Amapá, que ampliou sua participação no PIB. Rondônia, Roraima e Acre mantiveram-nas inalteradas (Ver Tabela 14).

É importante destacar o significativo refluxo dos programas e instrumentos de integração da Região Norte após-1985. A estagnação e a crise do Estado Nacional deterioraram a atuação dos órgãos e mecanismos de promoção do desenvolvimento regional. Os recursos tornaram-se mais escassos e os investimentos públicos estacionaram. O Polamazônia e o PIN foram extintos no período e mesmo o Projeto Grande Carajás, sofreu refluxo nos investimentos.

A criação do Fundo Constitucional do Norte (FCNO), pela Constituição de 1988, destinando 0,6% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), poderia compensar parcialmente a redução dos programas federais de desenvolvimento regional no período, todavia, só foi regulamentado em 1989, para vigorar a partir de 1990 e seus impactos não foram sentidos no período.⁴⁸

O Nordeste reduziu sua participação de 14,1% para 12,3% e Maranhão foi o único Estado que a aumentou, graças aos projetos articulados ao Projeto Grande Carajás, que o beneficiou tanto pelo porto como por investimentos industriais articulados.

Piauí, Rio Grande do Norte e Paraíba oscilaram positiva ou negativamente, chegando ao final do período com as mesmas participações. Ceará, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia reduziram-na.

As explicações para a variação estão na forma de inserção de cada estado na economia regional e nacional, mas é necessário destacar o que Tânia B. Araújo chama de uma das características especiais da economia do Nordeste, que “é o relevante papel desempenhado nos anos recentes pelo setor público” (Araújo,

⁴⁸ Os Fundos Constitucionais são constituídos por 3% do produto da arrecadação do IR e do IPI, “destinados para aplicação de programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada, ao semi-árido do Nordeste a metade dos recursos destinados à Região, na forma que a lei estabelecer” (Brasil. Constituição Federal, 1988 artigo 159, alínea “c”).

1995:131). A presença do Estado foi o fator determinante da intensidade e dos rumos do dinamismo ocorrido no Nordeste e a paralisia do investimento público reduziu o ritmo do crescimento regional. Por outro lado, a grande compradora de insumos e produtos industriais do Nordeste era a indústria paulista, que, ao reduzir suas compras, transmitiu-lhe os efeitos da crise. Também a indústria tradicional, voltada em grande medida ao atendimento do mercado regional, sofreu restrição.⁴⁹

Em Pernambuco os fatores são mais complexos, pois sua economia crescia abaixo da média nacional desde o período anterior. Seu declínio deve ser atribuído, fundamentalmente, à crise da agroindústria do açúcar, a certa ausência de recursos naturais no território estadual que pudessem ter atraído investimentos no período do II PND, que acabaram por redundar em falta de alternativas de desenvolvimento, e à redução da área cativa do comércio pernambucano – tradicionalmente dinâmico no Estado – devido à integração do mercado nacional.⁵⁰

Na Bahia, a indústria petroquímica teve forte participação no crescimento do PIB, entre 1975 e 1985, e mudou estruturalmente a economia local naquele período (Lima e Katz, 1993), mas não foi capaz de impedir a posterior redução de sua participação. Esta, foi motivada em grande medida, pela crise que afetou a indústria química nacional pois, a despeito de sua atualidade tecnológica, teve dificuldades mercadológicas para continuar expandindo suas exportações.⁵¹ A redução da participação de Alagoas e Sergipe, também foi causada pela baixa taxa de crescimento da produção industrial.

O Sudeste teve pequena redução, de 60,2% para 59,4%, pelo declínio da contribuição do Rio de Janeiro, de 12,7% para 10,3%, principalmente pela forte redução de participação de sua indústria extrativa mineral (basicamente petróleo e gás, da bacia de Campos) na composição do VA estadual, graças à queda nos

⁴⁹ A indústria tradicional no Nordeste, cuja expansão esteve preponderantemente associada aos ciclos agroexportadores, inclui produtos alimentares, bebidas, couros e peles, têxtil e confecções, além da agroindústria. Fazem parte da “nova indústria” a química, petroquímica, mecânica, metalúrgica, material elétrico e de comunicação e minerais não-metálicos (Guimarães Neto, 1989).

⁵⁰ Sobre os argumentos utilizados para explicar a perda de participação da indústria pernambucana, ver: Cano (1997), Guimarães Neto (1995), Pacheco (1996), Araújo (1995) e IPEA/IBGE/NESUR/IE-UNICAMP (1999).

⁵¹ A petroquímica brasileira exportou, em média, 34% de sua produção, entre 1981 e 1990, entretanto, a ampliação do excedente estrutural da oferta mundial dificultava a manutenção de *superávits*. Segundo Coutinho e Ferraz (1994), o comércio mundial, principalmente nos produtos de maior valor adicionado, é dominado por poucas empresas com flexibilidade de produção global e elevada capacitação tecnológica.

preços internacionais do petróleo, e à política de utilização dos preços públicos para a contenção da escalada inflacionária, que compensaram a elevação da produção física verificada. Assim, sua contribuição para o VA estadual foi reduzida, provocando crescimento do PIB estadual abaixo da média nacional.⁵²

São Paulo ampliou sua contribuição, de 36,1% para 37,8%, apesar de tê-la reduzido na agropecuária e na indústria. A ampliação deveu-se ao setor de serviços, principalmente aos serviços prestados a empresas e ao segmento administração pública, defesa e seguridade. No primeiro a participação do Estado no VA setorial passou de 34,6% para 44,5% e no segundo, de 23,3% para 28,2%.

O crescimento das exportações sobre a produção foi importante no período, tanto em produtos já direcionados ao mercado externo quanto naqueles que viram reduzida sua demanda interna, retraída pela crise.

No Espírito Santo e em Minas Gerais, o esforço foi positivo e ampliou suas participações nas exportações nacionais, com metalurgia, minério de ferro e papel e celulose sendo os principais responsáveis. Em Minas, deve ser incluída a produção de veículos no rol de produtos que tiveram melhor desempenho exportador.⁵³ Portanto, a ampliação de suas exportações baseou-se, em grande medida, em produtos cujas escalas de produção foram planejadas para este fim, como metalurgia e papel e celulose, no primeiro, e metalurgia e siderurgia, no segundo, exceção feita à automobilística. Apesar disso, os dois estados mantiveram suas participações: Minas Gerais em 9,6% e Espírito Santo em 1,7%.

Minas Gerais registrou forte ampliação de participação na IEM (de 12,6% para 23,5%), pequena ampliação na agropecuária e pequena redução na indústria de transformação nacional. O Espírito Santo perdeu participação no VA agropecuário e no industrial, porém, ampliou-a na construção e em alguns segmentos de serviços. Destaca-se, também seu papel de “corredor de exportações e importações”, o que faz com que esta atividade tenha importância na composição do VA do Estado.

⁵² O Rio de Janeiro concentrava mais de 50% do VA da IEM brasileira, em 1985, e teve sua participação reduzida para 40,2%, em 1989 pela ampliação da exploração mineral em outros Estados, principalmente Minas Gerais e Pará.

⁵³ Na pauta de exportações do Espírito Santo, a metalurgia de ferro respondia por 32,8% do valor, em 1991, seguida por minério de ferro (31,9%) e pasta de celulose (15,6%). Na pauta de Minas Gerais, os principais produtos eram: aço (32,2%); minério de ferro (29,8%); e veículos (10,7%) (Pacheco et alii, 1993).

Na Região Sul, os três Estados ampliaram suas participações, que, no conjunto, passou de 17,1% para 18,6%. O Paraná passou de 5,9% para 6,5%, Santa Catarina, de 3,3% para 4,2% e Rio Grande do Sul, de 7,9% para 8,2%. Os três engajaram-se no esforço exportador e expandiram suas contribuições no VA industrial, mas, na agropecuária, o Paraná reduziu-a, enquanto Rio Grande do Sul e Santa Catarina ampliaram-na. Destaque-se que o Paraná teve forte elevação na participação do VA setorial dos serviços industriais de utilidade pública, de 4,6% para 9,3%, impulsionada por ampliação de geração de energia elétrica em Itaipú. (Ver Mapa 6 no Apêndice de Mapas e Gráficos).

Tabela 14

Participação Regional no PIB Nacional – 1985-1989

Regiões e UFs	1985	1986	1987	1988	1989
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Norte	3,8	4,4	4,4	4,4	4,9
Rondônia	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5
Acre	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Amazonas	1,5	1,8	1,8	1,8	1,8
Roraima	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Pará	1,5	1,7	1,8	1,7	2,1
Amapá	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2
Tocantins	..	..	..	..	0,1
Nordeste	14,1	14,1	13,1	12,8	12,3
Maranhão	0,7	0,8	0,7	0,8	0,8
Piauí	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4
Ceará	1,7	1,7	1,6	1,6	1,5
Rio Grande do Norte	0,8	0,7	0,7	0,7	0,8
Paraíba	0,7	0,8	0,7	0,7	0,7
Pernambuco	2,6	2,8	2,8	2,6	2,5
Alagoas	0,9	0,8	0,8	0,7	0,6
Sergipe	0,9	0,8	0,7	0,6	0,5
Bahia	5,4	5,1	4,7	4,8	4,5
Sudeste	60,2	58,6	60,2	60,3	59,4
Minas Gerais	9,6	9,5	9,8	9,7	9,6
Espírito Santo	1,7	1,8	1,5	1,5	1,7
Rio de Janeiro	12,7	11,6	11,1	11,0	10,3
São Paulo	36,1	35,7	37,7	38,1	37,8
Sul	17,1	17,6	17,3	17,5	18,6
Paraná	5,9	6,0	6,0	5,9	6,3
Santa Catarina	3,3	3,5	3,4	3,5	4,2
Rio Grande do Sul	7,9	8,1	8,0	8,1	8,2
Centro-Oeste	4,8	5,4	5,0	5,0	4,8
Mato Grosso do Sul	0,9	1,1	1,0	1,0	0,9
Mato Grosso	0,7	0,8	0,8	0,9	0,8
Goiás	1,8	2,0	1,8	1,7	1,5
Distrito Federal	1,4	1,5	1,4	1,4	1,5

Fonte: Fundação IBGE. Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Regionais, Contas Regionais do Brasil 1985-1998, microdados.

No Centro-Oeste, Goiás teve pequena redução de participação, de 1,8% para 1,5%, principalmente pela redução no VA da agropecuária nacional (de 3,1% para 1,7%). Mato Grosso do Sul manteve-a em 0,9%, apesar da redução no VA da agropecuária (de 3,0% para 2,7%), compensada por elevação nos outros setores. Mato Grosso ampliou-a, de 0,7% para 0,8%, principalmente pela expansão na produção agropecuária (de 1,2% para 1,7%). O Distrito Federal passou de 1,4% para 1,5% do PIB nacional, principalmente pelo crescimento da administração pública, que passou de 6,9% para 8,5% do VA nacional do setor.

A Dinâmica Regional da Produção Agrícola

A atividade mais dinâmica da agropecuária nacional, no período, foi, o cultivo de grãos, com destaque para a soja: 27,9% da produção nacional de grãos em 1985 e 33,4%, em 1989. Prossegue a “itinerância” da agricultura brasileira, com expansão da fronteira agrícola e ampliação da produção de agroexportáveis.⁵⁴

Tabela 15				
Produção Regional de Grãos (1) – 1985-1989 (1.000 T)				
Brasil, Regiões e Estados Selecionados	1985 (2)		1989 (2)	
	Grãos	Soja	Grãos	Soja
Brasil	56.315	15.717	61.914	20.662
Rondônia	446	1	503	12
Maranhão	1.302	10	1.176	23
Bahia	1.044	84	1.246	389
São Paulo	5.862	916	6.234	1.096
Minas Gerais	4.922	740	5.181	949
Centro-Oeste (3)	10.433	4.906	13.530	7.339
Goiás	4.418	1.111	5.096	1.603
Mato Grosso	2.688	1.542	4.614	3.185
Mato Grosso do Sul	3.229	2.177	3.644	2.457
Distrito Federal	97	76	176	95
Sul	28.726	9.057	30.273	10.805
Paraná	12.739	3.711	13.186	4.817
Santa Catarina	3.557	547	3.741	573
Rio Grande do Sul	12.430	4.799	13.347	5.415
Demais Estados (4)	3.579	3	3.770	48

Fonte: Fundação BGE. Anuário Estatístico, vários anos.

1 – Inclui algodão herbáceo, amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, feijão, mamona, milho, soja, sorgo e trigo; 2 – Média trienal do ano anterior, ano base e ano posterior; 3 – Em 1985, a produção da parte do Estado de Goiás que passaria a compor o Estado de Tocantins está computada no Centro-Oeste; 4 – Inclui AM, AP, AC, TO, PA, RR, PI, RN, PB, PE, CE, AL, SE, ES e RJ.

⁵⁴ Sobre a itinerância da agricultura brasileira ver Capítulo 1.

A principal área de expansão continua sendo o Centro-Oeste, que ampliou sua participação de 18,5% para 21,9% da produção nacional de grãos e de 31,2% para 35,5% da soja. Esta, que representava 47,0% da produção regional de grãos sobe para 54,2%. O aumento da produção do Centro-Oeste foi graças, principalmente, à expansão da fronteira agrícola no norte do Mato Grosso e de Goiás (Tocantins). No Mato Grosso do Sul houve redução de participação na produção de soja, no período. O Sul produzia 51,0% dos grãos e 57,5% da soja nacional em 1985, reduzindo-as para 50,3% e 53,3%, em 1989. Em São Paulo, também, o crescimento da produção de grãos e de soja foi inferior à média nacional reduzindo sua participação, de 10,4% para 10,1% nos grãos e de 5,8% para 5,3% na soja. (Ver Mapas 5 e 12, no Apêndice de Mapas e Gráficos).

Tabela 16
Distribuição da Produção Regional de Grãos (1) – 1985-1989 (%)

Brasil, Regiões e Estados Selecionados	1985 (2)			1989 (2)		
	Grãos	Soja	S/G (3)	Grãos	Soja	S/G (3)
Brasil	100,0	100,0	27,9	100,0	100,0	33,4
Rondônia	0,8	0,0	0,1	0,8	0,1	2,5
Maranhão	2,3	0,1	0,8	1,9	0,1	2,0
Bahia	1,9	0,5	8,0	2,0	1,9	31,2
São Paulo	10,4	5,8	15,6	10,1	5,3	17,6
Minas Gerais	8,7	4,7	15,0	8,4	4,6	18,3
Centro-Oeste (4)	18,5	31,2	47,0	21,9	35,5	54,2
Goiás	7,8	7,1	25,1	8,2	7,8	31,5
Mato Grosso	4,8	9,8	57,4	7,5	15,4	69,0
Mato Grosso do Sul	5,7	13,9	67,4	5,9	11,9	67,4
Distrito Federal	0,2	0,5	77,8	0,3	0,5	53,8
Sul	51,0	57,6	31,5	48,9	52,3	35,7
Paraná	22,6	23,6	29,1	21,3	23,3	36,5
Santa Catarina	6,3	3,5	15,4	6,0	2,8	15,3
Rio Grande do Sul	22,1	30,5	38,6	21,6	26,2	40,6
Demais Estados (5)	6,4	0,0	0,1	6,1	0,2	1,3

Fonte: Fundação IBGE. Anuário Estatístico, vários anos.

1 – Inclui algodão herbáceo, amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, feijão, mamona, milho, soja, sorgo e trigo; 2 – Média trienal do ano anterior, ano base e ano posterior; 3 – Porcentagem de soja sobre o total de grãos produzidos; 4 – Em 1985 a produção da parte do Estado de Goiás que passaria a compor o Estado de Tocantins está computada no Centro-Oeste; 5 – Inclui AM, AP, AC, TO, PA, RR, PI, RN, PB, PE, CE, AL, SE, ES e RJ.

Minas Gerais, Maranhão, Bahia e Rondônia também eram produtores de grãos e soja. Os demais Estados (AC, AM, AP, PA, TO, RR, PI, RN, PB, PE, CE, AL, SE, ES e RJ) respondiam, conjuntamente, por cerca de 6% da produção nacional de grãos, sendo que a soja praticamente aí não era cultivada.

No capítulo I, discutiu-se a importância que a produção de agroexportáveis, notadamente grãos, adquiriu no modelo de desenvolvimento desde os anos 60. A contínua expansão na produção de soja – que entre 1985 e 1989 teve um crescimento de 31,5%, enquanto a de grãos aumentou 15,8% – demonstra a manutenção de tal política. Porém é importante lembrar que há outras atividades dinâmicas na agropecuária brasileira, como cana-de-açúcar, café, cacau, fruticultura irrigada, silvicultura, pecuária leiteira e de corte, hortifrutigranjeiros, dentre outros. Há, portanto, considerável estoque de capital aplicado em outros compartimentos da agropecuária, que torna a dinâmica do setor parcialmente dependente dessas atividades.

Entretanto, os estados que mais ampliaram suas participações no VA da agropecuária, foram os de fronteira agrícola ou com estrutura mais voltada ao cultivo de *exportáveis* – principalmente grãos, no cerrado e no Sul, e frutas de mesa, nos perímetros irrigados no Nordeste. Regiões onde preponderava o cultivo para o mercado interno perderam participação, exceção feita ao Rio de Janeiro, que teve pequena ampliação. Assim, Rondônia, Pará, Mato Grosso e Maranhão, localizados em regiões de fronteira agrícola, ampliaram suas participações.

No Nordeste, além do Maranhão, somente Rio Grande do Norte e Paraíba tiveram ampliação de participação, principalmente, pelos efeitos da fruticultura irrigada para exportação, nos dois últimos.

No Sudeste, Minas Gerais teve pequena ampliação, motivada, principalmente, pela incorporação de áreas de cerrado ao cultivo de soja, no noroeste do estado.

O Rio de Janeiro teve diminuta ampliação de participação. Com uma agropecuária declinante e com baixa participação para a composição do produto estadual, os incentivos do Pro-alcool deram algum alento à economia do norte fluminense, que expandiu a produção de cana-de-açúcar.

São Paulo e Espírito Santo reduziram suas participações no VA da agropecuária.

No Sul, Rio Grande do Sul e Santa Catarina ampliaram suas participações pela diversificação produtiva. A consolidação de complexos agro-industriais,

principalmente de carnes, ampliou a criação de pequenos e médios animais, contribuindo para que a agropecuária catarinense ampliasse sua participação.

O Mapa 7, no Apêndice de Mapas e Gráficos, apresenta a distribuição estadual do VA da agropecuária.

Tabela 17

Distribuição Regional do Valor Adicionado Bruto da Agropecuária do Brasil – 1985 – 1989 (%)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Anos				
	1985	1986	1987	1988	1989
BRASIL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
NORTE	5,8	7,7	8,0	8,0	10,9
Rondônia	0,7	1,4	1,2	0,9	1,2
Acre	0,3	0,3	0,2	0,2	0,1
Amazonas	1,1	1,0	1,1	1,4	1,1
Roraima	0,1	0,2	0,2	0,2	0,0
Pará	3,5	4,7	5,2	5,2	8,0
Amapá	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2
Tocantins	..	..	..	..	0,4
NORDESTE	20,4	20,0	19,8	20,9	19,4
Maranhão	1,8	2,3	1,5	1,9	2,1
Piauí	0,6	0,7	0,5	0,5	0,5
Ceará	2,4	2,3	2,9	2,7	2,1
Rio Grande do Norte	0,6	0,7	0,8	0,9	1,7
Paraíba	1,3	1,3	1,4	1,3	1,6
Pernambuco	3,0	3,2	3,0	2,6	2,1
Alagoas	1,5	0,9	1,6	1,1	1,3
Sergipe	0,6	0,6	0,6	0,6	0,5
Bahia	8,5	8,0	7,4	9,3	7,6
SUDESTE	37,1	31,1	33,6	33,9	33,5
Minas Gerais	14,7	14,0	15,4	15,1	14,9
Espírito Santo	3,0	3,8	1,6	2,1	2,5
Rio de Janeiro	1,4	1,5	1,4	1,7	1,7
São Paulo	18,0	11,8	15,2	14,9	14,4
SUL	29,1	31,9	30,7	28,7	30,0
Paraná	12,7	10,7	10,7	8,6	8,5
Santa Catarina	5,2	6,4	5,2	5,6	8,1
Rio Grande do Sul	11,3	14,9	14,8	14,6	13,4
CENTRO-OESTE	7,5	9,3	8,0	8,5	6,2
Mato Grosso do Sul	3,1	3,8	3,4	3,2	2,7
Mato Grosso	1,2	1,9	1,5	2,3	1,7
Goiás	3,1	3,5	2,9	2,8	1,7
Distrito Federal	0,1	0,1	0,1	0,3	0,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Regionais, Contas Regionais do Brasil 1985-1998, microdados.

A Crise na Indústria de Transformação e a Distribuição da Produção Regional

Na produção industrial a desconcentração praticamente estancou. Em 1985, São Paulo produzia 51,6% do VA da indústria de transformação e, em 1989, 49,9%, tendo passado por redução em alguns anos e aumento em outros, reflexo dos ciclos conjunturais e não de novos investimentos originários de alguma política de desconcentração. A contração da demanda teve maiores reflexos na produção industrial paulista, mais voltada ao atendimento do mercado interno.

Aqui é importante destacar que a economia paulista, por concentrar os compartimentos mais complexos da estrutura produtiva nacional – notadamente os setores de bens de capital e duráveis de consumo – sofreu mais o impacto das crises e, em períodos de crescimento econômico baixo ou nulo, perdeu participação. Entretanto, em retomadas do crescimento, ela tem respondido mais rapidamente que a média nacional e ampliado sua participação. A maior interdependência técnica faz com que quando um setor importante é afetado, positiva ou negativamente, gere reações em cadeia sobre outros, de forma mais acentuada que no restante do país.

Pode-se dizer, portanto, que a economia paulista tem sido mais pró-cíclica que a média de outros Estados. Contudo, com o maior grau de integração (ex. alumínio no MA, metalurgia em MG) as UFs, ou parte delas, também se tornariam, em parte, pró-cíclicas.

Assim, a desconcentração industrial deste período deve ser creditada, parcialmente, à crise, pelas quedas relativamente mais acentuadas da produção industrial paulista do que elevação na produção periférica, o que foi chamado por Cano (1997) de desconcentração de caráter “estatístico”.

O padrão de crescimento industrial, na década de 80, foi distinto daquele dos anos 70, quando o desempenho dos setores de bens de capital e duráveis de consumo foi superior à média. Desde o início dos anos 80, além de alteração no ritmo de crescimento, os setores que registraram maiores taxas foram bens intermediários e bens não duráveis de consumo. Segundo o Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira (ECIB), entre 1980 e 1992, os setores que sofreram maior impacto foram os de bens de capital e de bens duráveis de consumo,

com retração de 44% e 8%, respectivamente. O de bens intermediários cresceu 6%, no período, induzido pelos investimentos realizados no período do II PND e impulsionado pelo aumento das exportações de *commodities*. A categoria de bens não duráveis de consumo expandiu-se em 8% (Coutinho e Ferraz, 1994).⁵⁵

Segundo Laplane e Silva (1994), os investimentos foram do tipo “defensivo”, com racionalização e modernização pontual da capacidade produtiva, em detrimento daqueles realizados em expansão ou instalação de novas unidades de produção. Foram dirigidos por reorientação das estratégias de crescimento, em favor do mercado externo e, em termos da estrutura industrial, tiveram como resultado uma ampliação da heterogeneidade estrutural intersetorial, intrasetorial (entre empresas exportadoras e não-exportadoras) e intrafirma (entre produtos e linhas de produção atualizados e tradicionais).

As possibilidades de expansão a partir de exportações não ocorreram em todos os setores e a inserção internacional da indústria brasileira, foi reforçada pelos segmentos representativos do padrão anterior de desenvolvimento e em produtos intensivos em recursos naturais, energia e mão-de-obra barata. Para isso contribuíram, segundo Suzigan (1992:17), “os determinantes espúrios da competitividade: retração da demanda interna, desvalorizações reais periódicas da taxa de câmbio, compressão do mercado interno e incentivos – subsídios fiscais e creditícios”.

A fratura do padrão de crescimento anterior, conduziu a importantes desequilíbrios na estrutura industrial, que se expressaram em taxas de crescimento, coeficientes exportados e graus de utilização da capacidade bastante discrepantes e justificam o fato de não ter havido uma mesma tendência, mesmo internamente às categorias de uso, entre 1985 e 1989.

A variação da produção física, conforme metodologia adotada por diversos analistas, indica que gêneros que conseguiram se engajar no esforço exportador,

⁵⁵ Coutinho e Ferraz identificaram três etapas no processo de ajuste por que passou a indústria brasileira, nos anos 80, com diferentes impactos na produção industrial: no início da década, houve forte ajuste patrimonial com redução do endividamento e ampliação das receitas não operacionais, devido ao aumento das aplicações financeiras em detrimento de investimentos produtivos; em seguida, ocorreu a redefinição dos mercados, com as empresas buscando ampliar seus coeficientes de exportação; finalmente, a terceira etapa, já no final da década, atingiu o processo produtivo.

como metalúrgica, papel e papelão e minerais não metálicos, por exemplo, cresceram acima da média. Porém, mesmo na categoria que mais se engajou no esforço exportador (bens intermediários), a indústria química cresceu abaixo da média da indústria.

As que registraram maiores taxas de crescimento físico, entre 1985 e 1989, foram bebidas (36,9%), perfumaria (35,9%), produtos plásticos (22,6%), mecânica (22,4%) e material elétrico (21,6%). As com menores taxas de crescimento foram vestuário e calçados (-7,3%), química (3,7%), produtos alimentares (6,1%), têxtil (7,3%) e material de transportes (8,6%). Não há uma explicação única para maiores ou menores taxas de crescimento dos gêneros, devendo-se à expansão da produção nos períodos de crescimento ou ao esforço exportador, ou mesmo à conjugação dos dois fatores. O Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira (ECIB) mostrou que a estratégia de aumento do coeficiente de exportação apresentou especificidades setoriais, tendo sido particularmente intensa em determinadas indústrias, como calçados, siderurgia, automobilística, petroquímica e abate de aves, entre outras (Coutinho e Ferraz, 1994).

Tabela 18

Índices de Crescimento da Produção Industrial do Brasil e de São Paulo – 1985 - 1989

Gêneros da Indústria de Transformação	1985-1989 (1985=100)		1985-1997 (1985=100)		1985-1999 (1985=100)		1989-1999 (1989=100)	
	Brasil	SP	Brasil	SP	Brasil	SP	Brasil	SP
Total da Indústria de Transformação	111,7	108,3	118,2	101,5	113,3	94,8	98,4	85,1
Bens de Consumo Não-Durável								
Farmacêutica	115,7	112,3	123,2	118,5	126,8	166,4	99,6	109,1
Perfumaria Sabões e Velas	135,9	140,5	158,1	153,8	168,5	166,4	107,4	126,9
Materiais Plásticos	122,6	124,6	131,9	94,5	123,2	83,5	93,9	58,5
Têxtil	107,3	101,2	80,8	60,3	76,1	57,5	102,0	62,8
Vestuário e Calçados	92,7	81,4	50,3	16,5	42,3	17,6	96,8	49,2
Alimentação	106,1	112,2	128,1	124,5	132,6	130,0	103,2	118,9
Bebidas	136,9	142,6	173,1	172,6	170,9	167,8	100,0	122,8
Fumo	115,6	106,0	158,6	113,2	128,7	3,8	94,9	18,7
Bens Intermediários								
Minerais Não-Metálicos	119,2	119,0	126,9	119,6	123,4	113,1	96,9	90,6
Metalurgia	114,1	107,9	118,9	96,7	114,0	82,6	99,0	73,8
Papel	118,1	124,3	130,4	115,4	137,0	120,8	106,3	95,0
Borracha	117,4	111,1	128,3	115,9	125,3	109,9	104,3	97,4
Química	103,7	101,7	108,0	108,3	112,9	108,1	100,9	104,9
Bens de Consumo Durável e Bens de Capital								
Mecânica	122,4	115,1	114,1	85,4	102,9	72,6	93,1	59,5
Material Elétrico	121,6	105,2	147,6	114,5	126,3	107,2	89,7	99,4
Material de Transporte	108,6	107,8	139,0	121,7	119,6	98,5	95,7	85,0

Fonte: Fundação IBGE. Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física – Sidra – arquivos originais recuperados em 13/12/2000 (<http://www.ibge.gov.br/sidra>).

O aumento da produção de bebidas está ligado às estratégias de concorrência das empresas líderes do oligopólio, que procuraram ampliar sua penetração no mercado. Houve expansão da produção para atendimento do mercado interno, com o aumento da produção, mais concentrado no final do período.

Os setores menos oligopolizados e voltados para o mercado interno foram os que mais sofreram o impacto da crise, com ritmo de crescimento muito baixo, ou nulo. Foi o caso das indústrias de vestuário, de produtos alimentares e da têxtil. O aumento da produção nas indústrias mecânica e de material elétrico deve ser creditado aos últimos empuxos dinâmicos de investimentos realizados no segundo quinquênio da década anterior, notadamente aos investimentos no setor de geração de energia elétrica e na implantação do parque produtivo de açúcar e álcool e de suco de laranja. Ambos os setores tiveram novas plantas inauguradas ou ampliadas, no período.

A tabela 19 mostra que a indústria paulista cresceu menos que a média nacional, possibilitando a continuação da desconcentração. Entre os Estados que a PIMpf apresenta informações, o único que teve contração na produção foi Pernambuco (-2,1%), reduzindo sua participação, de 2,0% para 1,8% da produção nacional. Entretanto, a produção do Nordeste, bem como a da Bahia, cresceu a taxas inferiores à média nacional, reduzindo suas participações de 8,6% para 8,1% e de 3,8% para 3,7%, respectivamente.

O mesmo ocorreu com o Rio Grande do Sul, que passou de 7,9% para 7,8%. Minas Gerais manteve sua participação em 8,2%. Os únicos Estados da amostra com crescimento acima da média nacional e, portanto, ampliação de participação foram Rio de Janeiro (de 9,5% para 10,3%), Paraná (de 4,9% para 5,3%) e Santa Catarina (3,9% para 4,0%).

Além desses estados é possível analisar o desempenho agregado dos demais, Região Norte, Centro-Oeste e Espírito Santo, cuja contribuição conjunta passou de 5,1% para 6,1%. Adotando a metodologia sugerida por Negri e Pacheco (1993) – que analisaram o desempenho da indústria paulista desagregando as informações através do valor adicionado fiscal – observa-se que a desconcentração ocorreu não somente na RMSP mas também no interior do estado.

Tabela 19
Distribuição Regional da Indústria de Transformação do Brasil – 1985-1989 (%)

Regiões e Estados Selecionados	1985	1989
Brasil	100,0	100,0
Nordeste	8,6	8,1
Nordeste (menos BA e PE)	2,8	2,6
Bahia	3,8	3,7
Pernambuco	2,0	1,8
Minas Gerais	8,2	8,2
Rio de Janeiro	9,5	10,3
São Paulo	51,9	50,2
RMSP (1)	29,4	28,4
Interior do Estado (1)	22,5	21,8
Sul	16,7	17,1
Paraná	4,9	5,3
Santa Catarina	3,9	4,0
Rio Grande do Sul	7,9	7,8
Restante do País (Norte + Centro-Oeste + Esp. Santo)	5,1	6,1

Fonte: Fundação IBGE – Censo Industrial de 1985 e PIMpf 1985-89; Fundação Seade e Sec. Fazenda do Estado de SP.

(1) As participações da RMSP, Município de SP e Restante do Estado foram calculadas a partir do Valor Adicionado Fiscal na Indústria de Transformação do Dipam/Secretaria da Fazenda

Contudo, as Contas Regionais apresentam informações para todas as Unidades da federação, permitindo melhor análise da distribuição regional da indústria de transformação.⁵⁶ Há diferenças em relação às taxas de crescimento observadas na série CI/PIMpf, inclusive com inversão de tendência em alguns Estados, como Pernambuco, por exemplo.

Observa-se que a maior ampliação relativa, foi a do Norte, como também ocorreu no período 1970-85, graças principalmente à expansão da Zona Franca de Manaus e ao projeto Carajás.

O Nordeste reduziu-a, com pequena ampliação de Ceará e Pernambuco e declínio dos demais. Pelos índices de produção física, Pernambuco a teria diminuído, entretanto, ampliou-a de 1,9% para 2,3%, segundo as Contas Regionais. Parte da explicação para a diferença entre as duas bases está na alteração na estrutura de preços relativos e na manutenção da ponderação de 1985.

⁵⁶ É importante lembrar que a distribuição regional da IT, em 1985, apresentada nesta série, não é exatamente igual às anteriores, pois, nas tabelas apresentadas no capítulo I e nos parágrafos anteriores deste capítulo o indicador utilizado é o VTI e aqui é o VA, conforme já foi alertado nas considerações metodológicas.

Aqui é importante aclarar mais a questão metodológica. A PIMpf manteve fixa a ponderação do Censo de 1985, mas a crise econômica e os preços relativos atingiram diferentemente os distintos gêneros industriais, alterando a estrutura geral.

Em Pernambuco, por exemplo, os principais gêneros em 1985, eram alimentar (23,0%), química (12,0%), têxtil (10,9%) e material elétrico e de comunicações (10,2%). Pelos incrementos de produção física, entre 1985 e 1989, a distribuição alterar-se-ia para alimentar (16,0%), produtos elétricos e de comunicações (15,4%), química (13,2%) e têxtil (9,5%). Essas mudanças deveriam causar impactos nos parâmetros de ponderação, para o cálculo da taxa de crescimento do total da indústria de transformação. Como isso não ocorreu, a forte expansão da indústria de material elétrico (50,9%) e as quedas da alimentar (-31,2%) e da têxtil (-14,4%) não foram corretamente incorporadas, causando distorções consideráveis no índice de crescimento do total da IT pela PIMpf.

Na Região Sul, os três Estados ampliaram suas participações e no Centro-Oeste só Mato Grosso do Sul teve pequeno incremento, com os demais Estados e o DF mantendo-as inalteradas. No Sudeste, Minas Gerais reduziu-a de 8,3% para 7,8% e o Rio de Janeiro ampliou-a de 9,5% para 10,3%.

Em São Paulo, houve alternância entre concentração e desconcentração e não é possível observar uma “tendência”, tanto pelo curto período quanto, principalmente, pela ausência de políticas estruturais de crescimento. Mas, se forem considerados os anos de 1985 e 1989, houve pequena redução da participação de São Paulo, de 51,6% para 49,9% do VA nacional da IT. As três principais regiões produtoras do Estado: RMSP, capital e Interior, passaram por redução, como pode ser observado na Tabela 20, a seguir e nos Mapas 8 e 9, no Apêndice de Mapas e Gráficos.

Tabela 20
Participação Regional no Valor Adicionado Bruto da Indústria de Transformação do Brasil
1985-1989

Regiões do Brasil e Estados	1985	1986	1987	1988	1989
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Norte	2,8	3,8	3,6	3,3	3,8
Rondônia	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1
Acre	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Amazonas	1,9	2,7	2,6	2,5	2,6
Roraima	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Pará	0,6	0,8	0,7	0,7	0,9
Amapá	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Tocantins	..	..	..	..	0,0
Nordeste	9,7	9,8	8,8	8,3	8,4
Maranhão	0,3	0,3	0,3	0,2	0,3
Piauí	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Ceará	1,1	1,2	0,9	1,0	1,2
Rio Grande do Norte	0,4	0,3	0,3	0,4	0,4
Paraíba	0,4	0,4	0,3	0,3	0,3
Pernambuco	1,9	2,3	2,3	2,1	2,3
Alagoas	0,5	0,4	0,3	0,3	0,2
Sergipe	1,0	0,9	0,6	0,5	0,4
Bahia	4,0	3,8	3,7	3,3	3,1
Sudeste	69,1	67,7	69,2	68,9	67,0
Minas Gerais	8,3	7,8	8,0	7,8	7,8
Espírito Santo	1,3	1,3	1,4	1,3	1,3
Rio de Janeiro	7,9	7,1	7,1	7,8	8,0
São Paulo	51,6	51,5	52,8	52,0	49,9
RMSP	29,6	30,7	30,9	27,6	28,3
Município de São Paulo	15,2	17,4	16,4	13,0	14,4
Interior do Estado	22,0	20,8	21,9	24,4	21,6
Sul	17,0	17,1	17,1	18,0	19,5
Paraná	5,0	5,3	5,1	5,3	5,8
Santa Catarina	3,9	4,2	3,7	4,2	5,0
Rio Grande do Sul	8,1	7,7	8,3	8,5	8,7
Centro-Oeste	1,3	1,6	1,4	1,5	1,4
Mato Grosso do Sul	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3
Mato Grosso	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Goiás	0,7	0,9	0,7	0,8	0,7
Distrito Federal	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Regionais, Contas Regionais do Brasil 1985-1998, microdados.

Nota: A participação da RMSP, do Município de São Paulo e do Interior foram calculadas a partir do Valor Adicionado Fiscal.

Chama atenção o fato de o município de São Paulo continuar tendo, em 1989, produção industrial superior a qualquer outro Estado. Seu produto industrial era superior à soma dos Estados das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Espírito Santo (20 Estados e o DF).

Além da elevada concentração em São Paulo, outra característica espacial da indústria é certa "especialização" setorial nos estados menos industrializados.

Guimarães Neto (1997) chamou atenção para o fato de as regiões e Estados da periferia tenderem a se articular com os mais industrializados através da “especialização” de suas economias, no quadro de uma divisão mais geral do trabalho, e Araújo (1994) alertou que essas especializações, apesar de apresentarem grande articulação com a estrutura produtiva do centro, muitas vezes demonstravam baixa articulação regional, sendo responsáveis pela desarticulação de espaços regionais maiores. São exemplos a indústria de material eletrônico e de comunicações, na Zona Franca de Manaus, a agroindústria, no Centro-Oeste, a química, no Nordeste, Metalúrgica, no Pará e no Espírito Santo, etc.

Interrupção do Processo de Convergência da Renda Regional

A convergência da renda regional para a média nacional, que ocorrera no período anterior, foi interrompida. No Nordeste, que se distanciou da média, somente o Maranhão aumentou sua convergência. O Norte elevou-a, mas Rondônia e Acre reduziram-na. O Sudeste convergiu para a média pela redução no Rio de Janeiro e Espírito Santo, pois São Paulo distanciou-se, ampliando-a. Os três estados do Sul ampliaram seus índices acima da média nacional, enquanto no Centro-Oeste, Mato Grosso convergiu e Goiás e Mato Grosso do Sul distanciaram-se, perdendo participação.

Como explicado no capítulo anterior, a convergência da renda regional, entre 1970 e 1985 foi favorecida por dois movimentos: o crescimento econômico e a dinâmica demográfica, notadamente a migração. Após 1985, a redução dos fluxos migratórios de longa distância e a queda no ritmo de crescimento da renda contribuíram para interromper a convergência, estancando-se o processo de “redistribuição” da pobreza e **acomodação dos problemas sociais** e agravando os problemas regionais.

Tabela 21

Índices do Produto Interno Bruto Regional per Capita

Base: Brasil = 100

Regiões do Brasil e Estados	1985	1986	1987	1988	1989
BRASIL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Norte	68,8	76,8	75,7	73,6	74,2
Rorônia	79,9	86,3	76,3	69,1	74,4
Acre	48,5	51,1	46,8	47,7	46,0
Amazonas	115,5	131,6	132,5	132,9	126,5
Roraima	62,9	71,7	69,2	68,3	77,6
Pará	48,8	54,9	54,9	51,8	62,8
Amapá	69,9	64,6	64,5	73,7	94,9
Tocantins	..	..	..	..	23,4
Nordeste	48,5	48,4	45,2	44,2	42,4
Maranhão	22,1	23,9	21,3	23,0	23,1
Piauí	22,2	24,1	22,5	21,1	21,2
Ceará	39,2	39,7	36,6	37,0	35,4
Rio Grande do Norte	48,2	45,1	44,2	41,7	46,0
Paraíba	31,9	34,1	32,7	31,0	31,6
Pernambuco	52,3	56,8	55,9	53,0	51,5
Alagoas	50,7	46,5	49,0	40,2	33,9
Sergipe	93,1	85,5	66,9	62,3	53,9
Bahia	66,8	64,1	58,5	59,4	56,0
Sudeste	139,6	136,1	140,1	140,6	138,5
Minas Gerais	87,6	86,6	90,4	89,1	88,6
Espírito Santo	98,9	101,1	84,0	86,4	96,6
Rio de Janeiro	139,5	128,4	124,3	123,6	116,7
São Paulo	169,7	167,5	176,6	178,2	176,1
Sul	110,1	114,1	112,9	114,5	122,5
Paraná	97,4	99,0	100,1	99,9	107,1
Santa Catarina	107,6	114,4	111,2	114,0	135,8
Rio Grande do Sul	123,5	128,3	125,8	128,5	130,5
Centro-Oeste	71,7	79,6	72,5	72,6	75,5
Mato Grosso do Sul	80,3	91,2	83,7	80,6	77,7
Mato Grosso	58,6	67,3	62,8	67,1	64,0
Goiás	54,6	60,9	52,9	52,2	53,4
Distrito Federal	131,3	139,7	133,0	133,8	143,2

Fonte: Fundação IBGE/ Diretoria de Pesquisas/ Departamento de Contas Regionais/ Contas Regionais do Brasil 1985-1998, microdados.

Debate sobre o Período

Poucos são os autores que analisaram a economia regional pós-1985, com a periodização aqui adotada. Muitos adotaram o recorte temporal 1985 – 1990, entretanto, não inviabiliza a análise de suas contribuições sobre o período.

Cano (1997) demarcou precisamente as diferenças entre os períodos 1985-89 e 1990 em diante. O argumento para isto foi o início da implantação do neoliberalismo, a partir do governo Collor (1990).⁵⁷

⁵⁷ Mesmo demarcando bem, o autor desenvolve a análise em conjunto, para os dois períodos.

Alertando sobre as deficiências estatísticas, o autor mostra que houve **inflexão no processo de desconcentração**. A economia paulista continuou perdendo pontos no contexto nacional, mas houve diminuição da velocidade do fenômeno. Não obstante, Cano (1997:328) afirma que as cifras ocultam “uma provável reconcentração que estaria ocorrendo, dentro de alguns ramos industriais”.

Para o autor, a profunda crise que afetou a economia nacional é a principal causa da continuidade do processo de desconcentração. Por São Paulo ser o centro produtivo dominante e por contar com uma estrutura industrial mais completa e mais complexa, a crise afetou mais sua indústria do que a média do restante do país. Assim, a desconcentração do período teria mais um caráter estatístico do que propriamente produtivo. Para a redução do ímpeto da desconcentração industrial da RMSP em direção ao interior do Estado, que vinha ocorrendo no período anterior, aponta os seguintes fatos:

- o esgotamento de vários programas oficiais federais;
- a contenção do programa de produção de álcool de cana;
- a diminuição do ritmo de crescimento das exportações; e
- a queda do investimento público e privado.

A interpretação de outros autores pode ser observada através da análise de textos de época. Assim, em que pese não adotarem especificamente o mesmo recorte temporal, alguns analisaram o segundo quinquênio dos anos 80. Os primeiros que fizeram estimativa para a distribuição da produção da indústria de transformação, para 1990, foram Negri e Pacheco (1993), seguidos por Pacheco (1993), Diniz (1993) e Pacheco et alii (1993). Todos utilizaram a metodologia baseada em incrementos de produção física (PIMpf) para atualizar o Censo Industrial de 1985. Entretanto, ao adotarem o recorte por quinquênio, apresentam resultados para 1990 que indicam tendência diversa da exposta por Cano. As principais diferenças apontam que a Bahia, o interior de São Paulo e Minas Gerais prosseguiram ampliando sua participação, enquanto, pelos dados de 1989, teriam reduzido.

O ponto em comum nas análises é a concordância no arrefecimento do processo de desconcentração industrial, mas Diniz, (1993) exacerba o argumento

com a afirmação de que haveria uma relativa **reconcentração**, reafirmando o argumento da reversão da polarização, ocorrida entre 1970 e 1990, e considerando que esse movimento divide-se em duas fases. Na primeira, o processo de reversão da polarização teria se dado com “relativo espraiamento para o próprio interior do Estado de São Paulo e para quase todos os demais estados brasileiros.” Na segunda, estaria ocorrendo uma relativa reconcentração em um polígono definido por Belo Horizonte – Uberlândia – Londrina/Maringá – Porto Alegre – Florianópolis – São José dos Campos, fechando novamente em Belo Horizonte. Nesta área, segundo o autor, estariam sendo formados os principais pólos de alta tecnologia.

É importante destacar a exclusão do Estado do Rio de Janeiro da área de reconcentração industrial, onde o autor considera que há “desindustrialização relativa”, pelo processo de declínio produtivo relativo que o Estado vem passando nas últimas nove décadas.

Diniz aponta como principais fatores que frearam e redirecionaram o processo de desconcentração:⁵⁸

- mudanças tecnológicas e seu efeito sobre os requisitos locais das atividades de alta tecnologia;
- redução da intervenção estatal;
- concentração prévia da produção industrial, da pesquisa, do mercado de trabalho profissional e da renda, dentro daquela grande região.

Segundo o autor, as regiões que vinham sendo objeto de políticas regionais, como o Nordeste e o Norte, não têm demonstrado capacidade de sustentar um crescimento diferenciado que se traduzisse em alteração macroespacial substantiva, apesar do crescimento industrial na Bahia e em Manaus e de relativa alteração da distribuição regional do PIB brasileiro (Diniz, 1993).

É interessante observar que o autor mescla argumentos sobre a crise econômica com outros ligados às exigências locais da indústria de alta

⁵⁸ Segundo o autor, os principais fatores da desconcentração foram:

- deseconomias de aglomeração na Área Metropolitana de São Paulo e criação de economias de aglomeração em vários outros centros urbanos e regiões;
- ação do Estado, por investimentos diretos, incentivos fiscais ou construção de infra-estrutura;
- busca de recursos naturais, traduzida pelo movimento das fronteiras agrícola e mineral;
- unificação do mercado. Ver Capítulo I.

tecnologia para afirmar sobre a possível continuidade no processo de “relativa reconcentração”. Utilizando bibliografia internacional que analisa as mudanças no padrão tecnológico e seu impacto no padrão locacional, o autor argumenta como seus principais elementos:

- o processo de crise freou ou congelou as alterações regionais da produção, que se fazem, fundamentalmente, pela orientação locacional dos novos investimentos e não pela realocação das plantas existentes;
- as transformações tecnológicas em curso parecem dificultar o processo de desconcentração macroespacial, reconcentrando as atividades modernas na área mais desenvolvida do país;
- a crise geral da economia brasileira levou à simultânea redução dos investimentos estatais diretos e da construção de infra-estrutura, o que seguramente prejudicaria o processo de desconcentração;
- a distribuição regional e pessoal da renda, fortemente concentrada, é grande obstáculo para a política de desconcentração regional da indústria.

Destaque-se que existe aparente contradição entre as hipóteses de reconcentração poligonal e de reversão da polarização da metrópole paulistana. O autor confunde desconcentração industrial com reversão da polarização, como já mostraram Azzoni (1986) e Negri (1994).⁵⁹ Se houvesse reversão, não haveria mais força aglomerativa e, portanto, o “campo aglomerativo” polarizado pela RMSP tenderia a se reduzir com dispersão da localização – se não houvesse profundas diferenciações regionais e heterogeneidade estrutural e regional – ou surgiria novo pólo de atração. Não surgiu, no período e nem após, contestação à centralidade exercida pela produção industrial localizada em São Paulo.

Sobre essa controvérsia, Diniz (1993:18, nota 1) afirma, corretamente, que Azzoni (1986) e Storper (1991), que negaram a hipótese de reversão da polarização, cometeram “um grande engano, ao utilizarem os dados do Estado de São Paulo e não da Área Metropolitana.” Sem dúvida os movimentos da indústria são diferentes na RMSP e no interior e, mesmo arrefecido, prosseguiu o processo de

⁵⁹ Esta discussão foi detalhada no Capítulo I.

desconcentração industrial, mas, sem indício de perda de dinamismo do parque instalado na Região Metropolitana de São Paulo e, principalmente, sem nenhum indício de surgimento de outro pólo.

O argumento usado por Pacheco é distinto. Em três textos (Negri e Pacheco, 1993; Pacheco, 1993 e Pacheco et alii, 1993) o autor desenvolve o conceito de **“ilhas” de produtividade**. No primeiro, estudando a RMSP, os autores centram a análise em fatores da desconcentração, afirmando que grande parte das empresas ali instaladas realizou significativo ajuste em suas unidades produtivas na década de 80. Mesmo que esse ajuste tenha se revelado, muitas vezes, numa mera acomodação passiva às orientações da política econômica, principalmente nos períodos recessivos, ele conduziu a ganhos acentuados de produtividade, ampliação do peso dos mercados externos e importantes mudanças organizacionais.

Segundo os autores, em geral, o ajuste seguiu a lógica de racionalizar atividades desenvolvidas na metrópole, sendo que, a estratégia das empresas que tinham unidades fora da RMSP foi alterar o *“mix”* de produtos e de atividades que realizava na metrópole (produtivas, de pesquisa, de controle de qualidade, ou mesmo administrativas), na inexistência de pressões por sucateamento das plantas já instaladas.

Os autores dão centralidade ao processo de ajuste, com externalização de atividades produtivas e serviços e à alteração do *“mix”* de produtos e linhas de montagem, para compreender o que estava ocorrendo com a indústria e o sentido que poderia assumir a desconcentração.

A conclusão apontava que o ajuste em curso na RMSP – em termos de localização espacial da atividade econômica, para as empresas que mantinham plantas fora daquela área – era manter na metrópole exclusivamente as linhas de maior conteúdo tecnológico, ou que por diversas razões demandem mão-de-obra de maior qualificação.

Ao analisar o desempenho da economia regional brasileira, na década de 80, em outro texto do mesmo período, Pacheco (1993) considera que a tônica do conjunto da economia foi o crescimento das exportações, inclusive com aumento da importância dos manufaturados, que, em muitas economias regionais, apenas

substituíram demanda interna. A estratégia de ajuste via exportações mostrou-se fracassada em termos macroeconômicos, mas, argumenta o autor, isso não significa que não tenha sido relevante para o desempenho de regiões específicas.

Com as exportações abriram-se alternativas locais de dinamismo, mesmo no contexto de crise, mas, segundo o autor, esse dinamismo apresentou pouca ou nenhuma correspondência com o desempenho do conjunto da economia, em particular com os segmentos com maior grau de encadeamento na estrutura produtiva.

“O resultado desse processo foi uma sensível alteração na dimensão espacial do desenvolvimento brasileiro. Assistiu-se a uma gradativa desconcentração econômica, e foi a região metropolitana de São Paulo a que mais perdeu peso na indústria. Em paralelo, essa trajetória mostrou uma crescente heterogeneidade no desenvolvimento interno das regiões brasileiras, com o surgimento de **“ilhas” de produtividade** em quase todas as regiões, crescimento maior das antigas periferias nacionais, padrões relativamente baixos de crescimento populacional das áreas metropolitanas, sobretudo de suas sedes, e uma importância ainda maior das cidades de médio porte” (Pacheco, 1993:19, grifo meu).

Esse argumento fica mais claro no terceiro texto, do mesmo ano. A partir da bibliografia internacional que apontava os impactos regionais da reestruturação produtiva e o surgimento de novos espaços industriais, os autores analisam o desenvolvimento regional brasileiro acrescentando esses novos fatores, mas sem perder de vista a centralidade do papel do Estado nacional, no caso brasileiro. Segundo os autores, o desenho regional dependerá, em muito, das possibilidades de o Estado Nacional patrocinar políticas estruturantes, que foram fundamentais para favorecer a desconcentração e que “(...) continuam sendo imprescindíveis, ainda mais quando grande parte das condições de competitividade assume uma dimensão sistêmica e passa a depender de uma série de ‘externalidades construídas’. Esse aspecto é fundamental não só em razão da distribuição relativa da indústria no espaço nacional, mas também em termos do papel do Brasil nas novas formas de divisão internacional do trabalho, que trazem inúmeros desafios à periferia recém industrializada, em especial em países como o nosso, em que apesar da relativa

modernidade do aparato produtivo há um significativo atraso nas formas de organização do capital e em sua capacitação tecnológica” (Pacheco et alii, 1993).

Segundo os autores, dentre as perspectivas vislumbradas para as dinâmicas industriais regionais havia duas direções, não necessariamente excludentes. Uma representava a oportunidade de investimentos em infra-estrutura, o que poderia revitalizar a dinâmica das relações interindustriais internas. Outra apontava tendência à busca individualizada de oportunidades específicas de inserção internacional. Os autores alertam, entretanto, que as possibilidades de êxito da última “dependem das reações protecionistas contra produtos específicos em cada um dos macro-mercados da Tríade” (Pacheco et alii, 1993:52).

Em síntese, os principais argumentos de Pacheco para o arrefecimento no processo de desconcentração são:

- a ausência de políticas públicas estruturantes;
- a redução do investimento público;
- a dimensão sistêmica da competitividade, que depende de externalidades construídas;
- a reestruturação produtiva que, ao alterar o mix de produtos, manteve na metrópole aqueles de maior conteúdo tecnológico, ou que por diversas razões demandavam mão-de-obra de maior qualificação.

Síntese do Capítulo II

Não é demais lembrar que nas análises do desenvolvimento regional apresentadas os autores não se beneficiaram da série Contas Regionais, divulgada pelo IBGE, em 2001. Alguns usaram a série PIB por Estados divulgada pelo IPEA e outros as Contas Nacionais do IBGE. A série divulgada pelo IPEA indicava a continuidade do processo de desconcentração, o que induziu à conclusão de arrefecimento no processo de desconcentração, pela redução de sua intensidade.

As Contas Regionais, ao apresentarem informações desagregadas para as principais atividades, com abertura para todos os Estados, permitiram análises mais

detalhadas que mostraram **estancamento no processo de desconcentração** das atividades econômicas, com ligeira reconcentração, entre 1985 e 1989.

Ampliou-se o raio de localização de atividades com algum dinamismo, principalmente pela expansão da fronteira agrícola e da urbanização, porém foi estancada a desconcentração produtiva. Houve certa reconcentração econômica e fraca desconcentração da indústria de transformação, em São Paulo porém, com forte caráter estatístico.

O Estado não havia abandonado o discurso de desenvolvimento mas, fragilizado pela crise econômica, atuou precariamente nas políticas de desenvolvimento regional e, sem a atuação do ente central na formulação e condução das políticas de desenvolvimento, o processo de desconcentração espacial da atividade econômica foi estancado. Por isso diz-se que este é o **período de agonia da política de desenvolvimento**.

A busca individualizada de oportunidades específicas de inserção internacional levou os setores que conseguiram se engajar no esforço exportador a ampliarem sua participação e preservarem sua rentabilidade, no que Pacheco denominou de “**ilhas de produtividade**”. Esse movimento, ao preservar minimamente o setor exportador e expor à crise econômica aqueles voltados ao mercado interno, ampliou a heterogeneidade estrutural e reduziu a interdependência técnica que garantia crescimento solidário.

Em síntese, o movimento da economia regional foi de **estancamento** do processo de desconcentração, no conjunto da economia, e **forte arrefecimento**, na indústria de transformação.

CAPÍTULO III – DINÂMICA REGIONAL PÓS-1989 – ABANDONO DA POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO E NEOLIBERALISMO

No cenário internacional alguns movimentos aceleraram o ritmo de reprodução do capital e reduziram a capacidade de intervenção dos Estados nacionais, nas duas últimas décadas. A emergência de um novo paradigma dificultou ainda mais o engajamento das economias subdesenvolvidas, com a mundialização do capital e as reformas liberalizantes (Chesnais, 1994). O “**padrão sistêmico de riqueza**” passou a ser, desde os anos 70, a **financeirização**, com a supremacia do capital financeiro provocando maiores desequilíbrios e instabilidade nos países em desenvolvimento, alvos fáceis de ataques especulativos .

No mesmo período, a emergência da III Revolução Industrial gerou transformações no padrão produtivo para reforçar ou adquirir competitividade. A crescente importância do complexo eletrônico e da química fina, a automação integrada flexível como novo paradigma industrial, a utilização de novos materiais, a revolução nos processos de trabalho, o uso de novas estratégias empresariais e as alianças tecnológicas como forma de competição são as principais inovações nas economias capitalistas, apontadas pela bibliografia.

O ataque ao Estado regulador, keynesiano e desenvolvimentista, e o retorno ao Estado liberal clássico – com compressão do tempo de reprodução do capital, possibilitada pela mundialização do capital e emergência de novo padrão produtivo – são as balizas do novo pensamento hegemônico, que representou verdadeira restauração liberal-conservadora (Fiori, 1998).

Esse receituário, que passou a propugnar a implantação de medidas econômicas pelas nações em desenvolvimento, segundo Cano (1995), pode ser sintetizado em:

- necessidade de forte ajuste macroeconômico ortodoxo, para eliminar o déficit público, promover “enxugamento” nas funções do Estado e reorientar o pagamento de dívidas externas através de acordos internacionais referendados pelo FMI e pelo BIRD;

- flexibilização, ou liberalização, das relações trabalho-capital, reduzindo direitos sociais dos trabalhadores e flexibilizando as regras da política salarial;
- redução, ou fim, das barreiras tarifárias e conseqüente liberalização do comércio exterior, para que possa haver uma “livre” competição entre as estruturas produtivas interna e internacional;
- redução da regulação sobre a economia, com a privatização fazendo parte do enxugamento do Estado;
- desregulamentação dos fluxos internacionais de capital.

O Brasil não escapou à grande onda conservadora e, desde o início dos anos 90, foram implantadas reformas liberalizantes, promovendo intensa abertura comercial e financeira, privatização de ativos públicos e redução da atuação do Estado. Assim, a redução da intervenção do Estado na implementação de políticas de desenvolvimento regional, alterou o processo de desconcentração industrial que ocorria, passando a se manifestar, inclusive, com reconcentração de algumas atividades.

O Abandono da Política Nacional de Desenvolvimento e Implantação do Neoliberalismo

A posse de Collor, em janeiro de 1990, marcou o início de um desastre econômico cujas bases assentavam-se na ampliação da exposição externa e na privatização de ativos públicos e cujos principais efeitos foram retração do PIB, aumento do desemprego e da ociosidade da estrutura industrial, retomada do processo inflacionário e declínio do investimento público e privado.

A política econômica do governo Itamar, empossado em outubro de 1992, continuou a de Collor, com ampliação do programa de privatizações, corte nos gastos do governo, novo ajuste fiscal e ampliação da exposição externa.

A partir da estabilização da economia (Plano Real), em 1994, ao som do discurso de “modernização da estrutura de Estado”, inevitabilidade das reformas e necessidade de o país engajar-se na “globalização”, intensificaram-se as principais medidas liberalizantes, como as desregulamentações, abertura comercial,

privatizações, reconhecimento de patentes estrangeiras em áreas estratégicas, flexibilização dos direitos trabalhistas e desarticulação dos mecanismos de apoio ao desenvolvimento regional.⁶⁰

Assim, o governo FHC consolidou a opção por uma inserção subordinada do país à nova (des)ordem internacional, pondo fim ao modelo desenvolvimentista.⁶¹ No novo projeto (o da “integração competitiva”), a busca da *equidade* deu lugar ao conceito de *eficiência* econômica, o emprego passou a ser menos importante que a competitividade e o Estado se retirou de arenas estratégicas, ampliando as bases para a retomada de fluxos de capital internacional.⁶²

A retomada do IDE possibilitou um “miniciclo” de modernização na indústria, entre 1995 e 1997, por meio de reposição de equipamentos, após período de racionalização da produção, de 1991 a 1994 (Bielschowsky, 1999). O investimento nas empresas instaladas foi reação à concorrência dos importados, para reduzir custos. A tônica do período foi a aquisição de participação de mercado pelo capital internacional, através de fusões e aquisições. Houve, também, investimento em nova capacidade produtiva, que, mesmo crescente, foi relativamente modesto, comparado ao PIB e ampliou a incorporação de componentes importados (Laplane e Sarti, 1999).

A economia nacional passou por breve período de expansão, entre 1994 e 1996, graças à expansão do consumo agregado. O crescente ingresso de capital estrangeiro, aplicado majoritariamente na aquisição de ativos pré-existentes pouco contribuiu para gerar um crescimento sustentado.

A drástica queda da inflação possibilitou, nos primeiros anos, ampliação do consumo, sobretudo aos trabalhadores de menor renda. Contudo, a manutenção de elevadas taxas de juros e o forte desequilíbrio das contas externas prejudicaram ainda mais as contas públicas e a política de restrição do crédito interno, impondo, já no segundo ano, restrições à demanda agregada (Tavares, 1998).

A taxa de desemprego explodiu, com a eliminação de mais de três milhões de postos de trabalho, ampliando o setor informal e o desemprego aberto, solapando os

⁶⁰ Ver Anderson (1996)

⁶¹ Sobre a proposta de “integração competitiva” do governo, ver Nardini (1990) e Mendonça de Barros e Goldenstein (1997)

⁶² Uma análise detalhada dos efeitos do Plano Real sobre os diversos setores da economia nacional pode ser encontrada em Mercadante (1998).

ganhos iniciais e jogando, novamente para baixo da linha de pobreza, os recém-promovidos.

A recuperação da economia, baseada no consumo corrente e com baixa expansão do investimento, deu sinais de exaustão, desnudando as contradições do plano quanto à sustentabilidade econômica do modelo. Não obstante, as reformas produziram importantes modificações na economia brasileira, com destaque para a maior vulnerabilidade externa e regressão parcial da estrutura produtiva.

Segundo Carneiro (2000:140), a combinação dessas reformas com o programa de estabilização da moeda, fundado na âncora cambial, “acarretou restrições adicionais ao crescimento da economia. Dois foram os resultados dessa combinação: o rápido crescimento do passivo externo, certamente bastante influenciado pela apreciação cambial decorrente do plano, e o desmesurado aumento da dívida pública”.

Outro aspecto relevante e demarcador do diferencial em relação ao padrão de crescimento anterior foi o fim do tripé – capitais público, privado nacional e privado internacional – que possibilitou elevado dinamismo econômico entre as décadas de 1950 e 1970, no qual o investimento público induzia e estimulava o investimento privado, ampliando o potencial de acumulação nos ciclos expansivos.

Após 1989 houve crescente redução da atuação do Estado em políticas de desenvolvimento regional, chegando ao quase abandono. Sua atuação se deu, basicamente, através da exacerbação da “guerra fiscal” entre unidades da federação e do incentivo ao novo fluxo de investimento estrangeiro.

Com a interrupção do investimento público direto no setor produtivo – que teve grande importância na desconcentração produtiva a partir dos anos 70 – na ausência de projeto de desenvolvimento regional, a guerra fiscal é o principal fator que altera as vantagens locais existentes no pólo e em algumas outras regiões e influencia, segundo o perfil do investimento, a decisão locacional.

Quanto ao IDE é importante destacar, como mostraram Laplane e Sarti (1999: 42), que seu perfil foi alterado em relação ao período anterior, com queda de participação do investimento industrial vis-à-vis ao setor de serviços (22,7% e 75,9%, em 1996, 13,3% e 83,7%, em 1997, respectivamente). Os autores concluíram que “a

capacidade do investimento industrial de atuar como motor do crescimento sustentado é, no período atual, comparativamente mais fraca do que em fases anteriores da industrialização”.

Quanto à distribuição regional dos novos investimentos, Guimarães Neto (1997:58), a partir de estudo dos investimentos previstos e do comportamento das aplicações regionalizadas de recursos voltados para a formação de capital, concluiu que o processo de desconcentração pode ser considerado **extremamente seletivo**, do ponto de vista setorial e espacial, e insuficiente para reverter o alto grau de desigualdade e heterogeneidade existente na economia nacional. Quando analisou os investimentos industriais, o autor afirmou ainda que os dados sugerem tendência de grande **seletividade**, notadamente em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e Rio Grande do Sul, persistindo a concentração da indústria pesada, no Sudeste, e desconcentração dos segmentos leves, privilegiando alguns Estados nordestinos e da região Norte (Guimarães Neto, 1997:56–57, grifo meu).

Isso significa que os investimentos privados têm definido sua localização segundo vantagens regionais ditadas pelo mercado, e por efeito da guerra fiscal, que tem promovido a implantação de certos investimentos em regiões de menor tradição industrial, gerando alguma desconcentração em setores específicos, notadamente naqueles intensivos em mão-de-obra.

Em períodos anteriores, notadamente na década de 70 e início dos anos 80, havia o manto das políticas públicas de desenvolvimento regional e o investimento direto do Estado a induzir o desenvolvimento regional. Após 1989, quando o Estado se afastou da agenda de desenvolvimento e reduziu fortemente seus investimentos diretos na esfera produtiva, passou a vigorar a estrita lógica privada da localização, determinada não apenas pelos maiores retornos econômicos, mas também pelo reforço dos subsídios diretos e indiretos proporcionados pela guerra fiscal.

O oferecimento, pelo poder público, de vantagens e benefícios, em desacordo com a legislação do Conselho de Administração Fazendária (Confaz) e através de acordos que rompem os limites da ética pública – tem causado apreciável transferência de (altas) rendas públicas para empresas privadas e alterado pouco a lógica de localização industrial. Destaque-se que, na medida em que todos os

Estados criaram mecanismos de atração e incentivos à localização, estes perderam a pretendida eficácia, e, na prática, a decisão locacional é tomada com elevado grau de liberdade, porém, em um “leilão”, no qual são extraídas vantagens ainda maiores do poder público.

Ademais, a “entrada” de São Paulo na “guerra” a partir da concessão de benefícios à Embraer para a instalação de nova fábrica em Gavião Peixoto, região de Araraquara, dá ainda mais liberdade de decisão ao capital privado, sabedor de conseguir vantagens em qualquer região, inclusive do pólo. Porém, a desvalorização cambial de 1999 e a subsequente redução do fluxo de capitais internacionais, reduziram as possibilidades de novos investimentos, notadamente aqueles fora do centro dinâmico da economia.

Apesar de não haver exclusão de regiões, constata-se que, mesmo sob intensa disputa locacional entre Estados e entre cidades, cerca de 30% dos investimentos anunciados no Brasil para o período 1997-2000 localizavam-se em São Paulo e mais de 50% no Sudeste.⁶³

Quanto à atuação do Estado, o dismantelamento de suas estruturas de planejamento e sua fraca atuação no desenvolvimento regional culminou com a extinção da Sudam e da Sudene, sob pretexto de que ali havia elevada corrupção.⁶⁴

Por outro lado, o problema não é tanto a falta de recursos. Galvão (2001:126) demonstrou que o montante destinado ao desenvolvimento regional no Brasil (0,69% do PNB) é superior ao da União Européia (0,26%), mas sua utilização é voltada para interesses pouco explícitos e com finalidades muitas vezes inconsistentes com verdadeiros objetivos nacionais e regionais. O volume de recursos destinados ao desenvolvimento regional corresponde mais a uma “colcha de retalhos de iniciativas passadas, muitas vezes dissociada de *nexos* com a realidade atual” (Galvão, 2001:127). Esses recursos são alocados no “balcão”, para projetos pontuais, na ausência de proposta de desenvolvimento. Mesmo os Fundos Constitucionais do

⁶³ Investimentos superiores a cinco milhões de dólares, anunciados em 1997. Ver Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (<http://www.mdic.gov.br/progacoes/development/oportu02.html/>).

⁶⁴ A extinção da Sudene e Sudam e a subsequente criação das Agências de Desenvolvimento da Região Nordeste e da Região Norte não significa que acabaram os desmandos, favorecimentos e desvios de dinheiro público, pois não houve mudanças substantivas nas regras de atuação das sucedâneas em relação às predecessoras.

Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste têm tido resultados limitados, uma vez que não são utilizados somente em novos investimentos, mas também em manutenção, reparos, substituição, capital de giro, etc.

Se as ações públicas indiretas de indução estão estranguladas pela redução da intervenção do Estado ou são ineficazes, restaria a ação direta por meio de investimentos realizados pelo próprio governo, por empresas públicas ou em empreendimentos consorciados com o capital privado. Os programas de governo de FHC – Brasil em Ação (do primeiro mandato) e Avança Brasil (do segundo) – continham elevado número de planos e projetos que, se executados, poderiam ter algum impacto sobre o crescimento, mas seus resultados no desenvolvimento regional seriam parciais.

Veja o exemplo do Plano Plurianual de Investimentos 1999-02 (PPA). Elaborado a partir do programa Avança Brasil, teve por base o projeto dos Eixos de Desenvolvimento Econômico, cuja tônica é a logística exportadora e as oportunidades de negócios a ele associados. Tendo como origem o Projeto dos Corredores de Exportação, elaborado por Eliezer Batista, na Secretaria de Assuntos Estratégicos do Governo Collor, o PPA não tem como objetivo a articulação produtiva nacional, mas, basicamente, a ampliação da competitividade das exportações brasileiras, através da “desobstrução de gargalos”, com redução de custos de transporte e de armazenamento. Ademais, a obsessão da equipe econômica por geração de superávits fiscais primários, inclusive acima das metas estabelecidas no acordo de 1999, com o FMI, deixou de lado os projetos do PPA, ou postergou sua conclusão, fazendo pífio seu resultado.⁶⁵

Poucos são os projetos concluídos e elevado é o atraso nos cronogramas iniciais e no desembolso de recursos por parte do governo federal. Por outro lado, nem todos os projetos contribuiriam para a desconcentração produtiva. O Rodoanel de São Paulo, por exemplo, deverá reduzir as chamadas deseconomias de aglomeração e ampliar a já forte atratividade exercida pela RMSP na localização de novos investimentos, com efeitos sobre a desconcentração.

⁶⁵ Para a crítica dos Eixos de desenvolvimento ver Brandão e Galvão (2001).

É importante destacar que o debate sobre concentração *versus* desconcentração, até o final dos anos 80, estava sob o manto da integração produtiva nacional, que era a questão central. Mas com a abertura e maior exposição da economia, a reprodução do capital está articulada mais intensamente a parâmetros internacionais e a competição determinada em escala global. Os “elos de solidariedade” existentes nos compartimentos regionais e setoriais da economia nacional ficam mais fracos e a articulação, ditada pelos grandes oligopólios internacionais, passa a ter requerimentos da rede global de fornecedores.

O Movimento da Economia Regional pós-1989

Entre 1989 e 1998 houve alterações significativas na estrutura produtiva setorial do PIB, além de considerável aumento da terciarização. Os segmentos com maiores reduções relativas foram a agropecuária e a indústria de transformação e os serviços tiveram maior ampliação. Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas (consultoria, propaganda e marketing, contabilidade, entre outros) foram os segmentos do serviços que mais aumentaram-na.

Tabela 22

Distribuição do Valor Adicionado Bruto do Brasil, segundo Atividades Econômicas – 1989-1998 (%)

Atividades Econômicas	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agropecuária	9,1	8,0	7,3	6,6	6,6	9,7	8,5	8,1	7,7	7,9
Indústria Extrativa Mineral	1,1	1,0	1,4	1,2	1,4	1,3	1,0	1,0	1,0	0,8
Indústria de Transformação	30,9	30,1	28,1	27,8	26,7	26,6	24,5	24,1	23,5	22,6
Eletricidade, Gás e Água	2,4	2,8	2,8	3,2	3,0	3,2	3,0	3,4	3,5	3,6
Construção	6,3	6,1	5,9	5,8	5,9	7,8	8,7	9,0	9,8	9,8
Comércio e Reparação de Veículos e de Objetos	7,4	9,1	9,1	8,2	7,7	8,3	9,6	8,4	7,9	7,5
Pessoais e de Uso Doméstico										
Alojamento e Alimentação	1,6	1,8	1,9	1,8	1,7	1,8	2,0	2,0	1,8	1,9
Transportes e Armazenagem	2,2	2,1	2,4	2,1	1,9	2,2	1,7	2,0	2,0	2,1
Comunicações	1,0	1,1	1,1	1,3	1,5	1,5	1,6	2,0	2,0	2,3
Intermediação Financeira	19,5	14,0	11,7	19,7	23,6	13,7	7,6	6,1	6,4	6,3
Atividades Imobiliárias, Aluguéis e Serviços Prestados às Empresas	5,4	6,5	11,1	7,9	5,8	6,7	11,6	13,3	14,3	14,9
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	9,8	13,7	12,9	10,2	10,4	13,0	15,5	15,6	14,9	15,3
Saúde e Educação Mercantis	2,0	2,1	2,6	2,6	2,3	2,7	2,9	3,3	3,3	3,1
Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais	0,8	1,2	1,4	1,2	1,0	1,1	1,3	1,4	1,5	1,5
Serviços Domésticos	0,4	0,3	0,3	0,4	0,3	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4

Fonte: Fundação IBGE/ Diretoria De Pesquisas/ Departamento de Contas Nacionais/ Contas Regionais do Brasil 1985-1998.

É preciso lembrar, como alertado no Capítulo II, que as Contas Regionais subestimam a produção industrial e superestimam os serviços, o que faz com que a queda apresentada na indústria seja superior à ocorrida.

Nos anos 90, houve estancamento do processo de desconcentração industrial, havendo mesmo pequena reconcentração de alguns setores em São Paulo, principalmente nos de maior complexidade tecnológica. **A hipótese é que não se trata de nova etapa do processo de integração produtiva mas de novo processo, com redução da integração na estrutura industrial e esgotamento de importantes fatores condicionantes da localização desconcentrada que, com a abertura comercial e a ausência de política nacional de desenvolvimento, tiveram reduzido impacto.**

Podem ser observados dois momentos na economia regional até o final da década de 90, com diferentes impactos sobre as regiões.

Entre 1989 e 1994, início da implantação das “novas regras”, com ampliação da exposição e início das privatizações, persistência da crise econômica e fraco investimento. A exposição abrupta à concorrência internacional – após mais de dez anos do fim do último ciclo expansivo – dificultou a retomada em setores não exportadores, com considerável defasagem técnica, fragilizou ainda mais suas posições e a resposta se deu pela “reestruturação espúria”. Os compartimentos menos competitivos tiveram dificuldades para se manter no mercado, enquanto o setor exportador, foi um pouco mais preservado. O esforço exportador manteve-se como a principal estratégia empresarial, com ampliação da heterogeneidade estrutural e regional.

Houve desconcentração econômica regional, entre 1989 e 1994 com São Paulo perdendo participação no PIB (de 37,8% para 34,1%). O Sudeste reduziu-a de 59,4% para 57,3% e as demais regiões ampliaram-na: o Norte, de 4,9% para 5,1%; o Nordeste, de 12,3% para 12,9%; o Centro-Oeste, de 4,8% para 6,1%, e o Sul, de 18,6% para 18,7%. Além de São Paulo, também reduziram suas participações: Rondônia, Amazonas, Rio Grande do Norte, Bahia, Paraná e Santa Catarina. Não deve ser esquecido o caráter estatístico da desconcentração, conforme já explicado no Capítulo II.

O segundo momento, a partir de 1994, iniciou-se com a estabilização da economia e breve período de retomada do crescimento, entre 1994 e 1996. A tônica foi a intensificação das medidas liberalizantes (como as desregulamentações, abertura comercial, privatizações, reconhecimento de patentes estrangeiras em áreas estratégicas, flexibilização dos direitos trabalhistas e desarticulação dos mecanismos de apoio ao desenvolvimento regional); crescente desequilíbrio nas transações correntes; ampliação da exposição da economia nacional às crises internacionais e ampliação do IDE, mas com pouca agregação de capacidade produtiva.

Houve exacerbação da “guerra fiscal”. Acordos como os do governo do Paraná com a Renault e a Chrysler e do governo da Bahia com a Ford, nos quais, além da concessão de isenções e subsídios, realização de obras e implantação dos serviços públicos específicos, houve transferências diretas de recursos públicos às empresas, são exemplos desse processo, que rompe os limites da ética pública.

Além disso, o capital internacional aplicado na produção foi fortemente seletivo, aumentando o investimento em carteira e concentrando o investimento direto no setor de serviços, na indústria de bens de consumo e na importação de máquinas e equipamentos.⁶⁶

O processo de concentração produtiva regional foi retomado, a partir de 1994. As principais justificativas são: i - o crescimento da economia baseado no setor de bens de consumo, com maior requerimento sobre a economia paulista e, ii - o perfil dos novos investimentos, que preferiram o pólo. Assim, São Paulo ampliou a participação no PIB, de 34,1% para 35,5%, entre 1994 e 1998. As regiões Norte e Sul reduziram-na: de 51,1% para 4,5% e de 18,7% para 17,5%, respectivamente. Nordeste e Centro-Oeste a aumentaram: de 12,9% para 13,1% e de 6,1% para 6,8%. Pará, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Goiás tiveram redução de participação.

Somente São Paulo, Rondônia, Ceará, Pernambuco, Espírito Santo, Paraná e DF cresceram acima da média nacional, ampliando suas participações. Os demais

⁶⁶ Sobre os movimentos do capital internacional, ver Cano (1999) e sobre o IDE, ver Laplane e Sarti (1999).

estados mantiveram-nas, indicando que reduziram-se os efeitos de encadeamento, enfraquecendo ainda mais os elos técnicos de interdependência produtiva que garantiam crescimento solidário.

O segundo momento, após 1994, foi de efetiva reconcentração produtiva, pois baseou-se em novos investimentos e na redução da capacidade produtiva ociosa. Porém, a retomada da concentração foi inferior ao ritmo da desconcentração ocorrida entre 1989 e 1994 e São Paulo não retornou ao patamar de participação de 1989.

Portanto, no período 1989-98 houve pequena desconcentração com redução da participação de São Paulo no PIB nacional (37,8% para 35,5%). Nordeste e Centro-Oeste cresceram acima da média nacional e ampliaram-na, 12,3% para 13,1% e , 4,8% para 6,8%. O Norte reduziu-a, de 4,9% para 4,5%, o Sul, de 18,6% para 17,5% e o Sudeste, de 59,4% para 58,2%. Lembremos, entretanto, das observações metodológicas feitas no Capítulo II, que destaca que há subestimação da participação paulista no PIB, pelas Contas Regionais. Além de São Paulo, Amazonas, Pará, Rio Grande do Norte, Bahia, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul também tiveram redução entre 1989 e 1998.

As principais mudanças na região Norte foram a redução da competitividade da Zona Franca de Manaus – por mudanças na legislação nacional e, principalmente, pela devastação causada pela abertura comercial –, o incremento da produção no complexo Carajás (minero-metalúrgico) e a ampliação da área utilizada na produção de agroexportáveis, tanto por substituição de culturas tradicionais (milho e arroz no sul e no nordeste do Pará), como pela incorporação de novas áreas (na Chapada dos Parecis/RO, no sul do Amapá, em Roraima e norte de Tocantins).

A integração da região Norte à economia nacional é peculiar, pela limitada articulação entre os diversos subespaços que, em alguns casos, estão integrados a outras esferas geoeconômicas, como é o caso da Zona Franca de Manaus, do complexo Carajás (Pará-Maranhão) ou da agropecuária de Rondônia (Buarque et alii, 1995).

No Nordeste, as mais marcantes características são “a grande *diversidade* e crescente *heterogeneidade* de suas estruturas econômicas” (Araújo, 2000:210). Há vários “focos” de dinamismo da economia regional, que convivem com tradicionais

áreas agrícolas ou agropastoris. Entre as áreas dinâmicas, destacam-se o complexo petroquímico de Camaçari, o pólo têxtil e de confecções de Fortaleza, o complexo minero-metalúrgico de Carajás, o pólo agroindustrial de Petrolina/Juazeiro, as áreas de moderna agricultura de grãos (que se estendem dos cerrados baianos ao sul dos estados do Maranhão e Piauí), o pólo de fruticultura do RN (com base na agricultura irrigada do vale do Açu) e diversos pólos turísticos implantados nas principais cidades litorâneas. As zonas cacaveiras, canavieiras e o sertão semi-árido são as principais e tradicionais áreas estagnadas (Araújo, 2000).

Rio Grande do Norte e Bahia reduziram suas participações no PIB nacional, entre 1989 e 1998. Maranhão manteve-a e os outros a ampliaram. Os maiores aumentos ocorreram nos Estados que mantiveram políticas de atração de novos investimentos articuladas principalmente à guerra fiscal. É o caso de Ceará, Paraíba e Pernambuco, cujos governos estaduais tentaram implementar, a partir da “guerra fiscal” algumas políticas estaduais de desenvolvimento. A Bahia, com agressiva “guerra fiscal”, dispersou por vários municípios do interior as novas plantas industriais e incentivou a constituição de cooperativas de trabalhadores, semelhante ao *putting out*, mas não conseguiu reverter a redução de sua participação, que ocorria desde o período anterior, 1985-89.⁶⁷

No Sudeste, exceto São Paulo, os três Estados ampliaram-nas, inclusive o Rio de Janeiro. Este, que havia passado por longo processo de perda de dinamismo econômico, aumenta-a de 10,3% para 11,0%, em grande parte devida à expansão de petróleo e de alguns segmentos de serviços.

Minas Gerais soube tirar proveito da proximidade de São Paulo e atraiu parte dos investimentos que poderiam se localizar no pólo. Muitas vezes as divisas estaduais não são limites à localização, pois os benefícios conseguidos pelas empresas compensam a distância. Houve, também, a “mineirização” dos fornecedores da Fiat, através do Projeto “J”, que propiciou a regionalização da rede

⁶⁷ Esse processo ocorre nos setores de calçados e confecções, com surgimento de cooperativas em diversos pequenos municípios do interior e grandes indústrias localizadas nas cidades maiores.

de fornecedores.⁶⁸

O Espírito Santo ampliou-a, pelo incremento na produção industrial de setores anteriormente implantados (extrativa mineral, metalúrgica básica e papel e celulose), bem como pela construção civil e pelo segmento de serviços prestados às empresas.

Na Região Sul os três Estados sofreram pequenas reduções: o Paraná, de 6,3% para 6,2%; Santa Catarina, de 4,2% para 3,5%; e Rio Grande do Sul, de 8,2% para 7,7%. Isto em parte é explicado pela queda da participação na produção nacional de grãos (RS e SC), e pelo efeito estatístico gerado pelo maior crescimento das outras regiões.

No Centro-Oeste, os três Estados incrementaram sua participação, principalmente pela ampliação da agropecuária e da agroindústria. No DF, o segmento administração pública, defesa e seguridade social responde por grande parte de seu crescimento.

A participação dos estados no PIB do Brasil, entre 1989 e 1998, pode ser visualizada no Mapa 10, no Apêndice de Mapas e Gráficos.

⁶⁸ Segundo Lemos et alii (2000), a indústria de autopeças em MG é composta de aproximadamente 150 empresas, com grande concentração em duas regiões: na Região Metropolitana de Belo Horizonte (97 empresas) e no Sul de Minas (31 empresas). A quase totalidade das empresas instaladas na RMBH são fornecedoras da Fiat. As instaladas no Sul de Minas, próximo à divisa com SP, visam o mercado nacional, mas são, também, fornecedoras daquela montadora. Sobre o arranjo produtivo da rede Fiat e seus fornecedores ver, também, Lemos e Diniz (1999).

Tabela 23

Participação Regional no PIB Nacional – 1989–1998 (%)

Regiões do Brasil e Estados Selecionados	Anos									
	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
BRASIL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Norte	4,9	4,9	4,7	4,3	5,2	5,1	4,6	4,6	4,4	4,5
Rondônia	0,5	0,5	0,4	0,4	0,4	0,4	0,5	0,5	0,5	0,5
Acre	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,1	0,2	0,2
Amazonas	1,8	1,8	1,7	1,6	1,9	1,7	1,7	1,8	1,7	1,7
Roraima	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Pará	2,1	2,1	2,0	1,8	2,4	2,4	1,9	1,8	1,7	1,7
Amapá	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Tocantins	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Nordeste	12,3	12,9	13,4	12,9	12,8	12,9	12,8	13,2	13,1	13,1
Maranhão	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,9	0,9	0,8
Piauí	0,4	0,4	0,5	0,4	0,4	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5
Ceará	1,5	1,6	1,8	1,8	1,8	1,9	1,9	2,0	2,0	2,1
Rio Grande do Norte	0,8	0,7	0,8	0,7	0,8	0,7	0,7	0,8	0,8	0,7
Paraíba	0,7	0,8	0,8	0,7	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8
Pernambuco	2,5	2,7	2,9	2,7	2,6	2,6	2,7	2,7	2,7	2,7
Alagoas	0,6	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,6	0,7	0,7	0,7
Sergipe	0,5	0,6	0,6	0,6	0,7	0,6	0,5	0,6	0,6	0,6
Bahia	4,5	4,5	4,4	4,4	4,3	4,3	4,1	4,2	4,3	4,2
Sudeste	59,4	58,8	58,7	58,8	57,7	57,3	58,7	58,1	58,6	58,2
Minas Gerais	9,6	9,3	9,5	9,5	9,4	10,0	9,7	10,1	10,0	9,8
Espírito Santo	1,7	1,7	1,7	1,7	1,6	1,8	2,0	1,9	1,9	1,9
Rio de Janeiro	10,3	10,9	12,3	12,1	11,8	11,3	11,5	11,1	11,2	11,0
São Paulo	37,8	37,0	35,3	35,5	34,9	34,1	35,5	34,9	35,5	35,5
Sul	18,6	18,2	17,1	18,3	18,4	18,7	17,9	18,0	17,7	17,5
Paraná	6,3	6,3	5,9	5,9	5,9	6,1	5,9	6,1	6,1	6,2
Santa Catarina	4,2	3,7	3,5	3,9	3,6	3,7	3,6	3,8	3,7	3,5
Rio Grande do Sul	8,2	8,1	7,7	8,6	8,9	8,9	8,3	8,1	7,9	7,7
Centro-Oeste	4,8	5,2	6,1	5,7	5,8	6,1	6,0	6,1	6,2	6,8
Mato Grosso do Sul	0,9	1,0	1,0	0,9	1,0	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1
Mato Grosso	0,8	0,8	0,9	1,0	1,1	1,1	1,0	1,0	1,1	1,1
Goiás	1,5	1,8	1,9	1,7	1,8	2,0	1,8	1,9	1,8	1,9
Distrito Federal	1,5	1,6	2,3	2,0	1,9	1,9	2,0	2,1	2,3	2,7

Fonte: Fundação IBGE/ Diretoria de Pesquisas/ Departamento de Contas Nacionais/ Contas Regionais do Brasil 1985-1998, microdados.

A Agropecuária Brasileira entre 1989 e 1998

A “*itinerância*” da agricultura persistiu na década de 90, com expansão da fronteira agrícola. Destaque-se que essa expansão, desde os anos 70, não ocorreu só pela incorporação de terra virgem com baixo nível de progresso técnico, mas também pela maior mecanização e quimificação tanto em zonas velhas como em pioneiras. Contudo, como afirma Cano (2000:98), “essa intensificação de progresso técnico foi mais presente entre 1970 e 1989 do que na década de 1990.” Não é demais lembrar que a base técnica modernizou-se, enquanto a questão fundiária agravou-se (Graziano da Silva, 1989).

A modernização da agricultura foi promovida pelo Estado, através do crédito rural subsidiado, que ao privilegiar os grandes proprietários acentuou a diferenciação social e espacial, manifestada na elevação da concentração fundiária e de renda (Plata, 2001).

Cano (2002) alerta que grande parte dessa migração da atividade agrícola pode ser considerada irracional, dado que o problema não é o da falta de terra apta para o cultivo, nas regiões antes consolidadas. Colaborou para a continuidade desse processo o próprio governo, com a forma com que implementou suas políticas de incentivo às exportações – que destruiu a estrutura produtiva do norte do Paraná, substituindo a pequena e média propriedade pelo latifúndio soja/trigo –, à produção de energéticos (cana-de-açúcar), e nas mais recentes de colonização (e de extração de madeira) no Centro-Oeste e na Amazônia.

Apesar dos constantes deslocamentos geográficos da produção, a área cultivada e a área agrícola total não têm tido grande expansão. Haja vista que, enquanto o PIB agrícola do Brasil teve aumento acumulado de 168%, entre 1970 e 2000, a área agrícola total cresceu apenas 25%. A de lavouras aumentou 37%, sendo que 60% desse aumento deu-se na *fronteira* (NO e CO juntos), que cresceu 236%. No Sul, a ampliação foi de 27%, em São Paulo 18%, em Minas Gerais 5% e no NE 9%.

Contudo, o aumento de área foi contido entre o final da década de 80 e o da de 90, salvo na *fronteira*, onde cresceu 12,7%. Isto se deve, segundo Cano (2000), a vários fatores, como a política de abertura comercial, aumento de rendimento físico e substituição de pastagens naturais e de alguns cultivos (como trigo e algodão), que *poupam* terra no período. Entre as médias de 1987-89 e 1997-99, a área de lavouras diminuiu 4,8% no Brasil, 9,3% no Nordeste, 8,4% no Sudeste (5,7% em São Paulo e 12,3% em Minas Gerais) e 12,5% no Sul.

Se o deslocamento geográfico da produção agropecuária não tem representado forte expansão na área de cultivo, o que explica a itinerância? Essa resposta só é encontrada quando analisado o mercado de terras rurais no Brasil.

Plata (2001), mostra que entre 1966 e 1999, a evolução do preço da terra foi fortemente influenciada pela expectativa otimista de ganhos produtivos pela

modernização agrícola e pela instabilidade econômica que avivou expectativas de ganhos especulativos quando a inflação estava crescendo, e vice-versa. O autor conclui que mudou o patamar dos preços da terra rural, a partir dos anos 70, associado à implementação de inovações tecnológicas e reforçado pelo crédito subsidiado.⁶⁹

Uma das características dessa modernização é a reafirmação da possibilidade de utilização especulativa das terras agrícolas, que passam a ser demandadas por um espectro mais amplo e complexo de agentes econômicos com expectativas de ganhos com a produção, mas principalmente com a expectativa de valorização especulativa do preço (Reydon, 1992).

Estes são alguns dos fatores que explicam essa itinerância e contribui para ampliar a heterogeneidade existente no campo, com grande diferença de modernização da produção entre as regiões.⁷⁰ Os dados regionais, mostram que os Estados que ampliaram suas participações no valor adicionado básico (VAB) da agropecuária foram os maiores produtores de cana-de-açúcar (São Paulo, Pernambuco e Sergipe) ou que passaram por grande expansão no cultivo de grãos (Paraná e o Centro-Oeste), como mostra a Tabela 24.

Em São Paulo, outros fatores podem ser agregados ao aumento da renda na cana-de-açúcar, pela elevação dos preços internacionais do açúcar. A forte integração agroindustrial (notadamente na cana-de-açúcar, sucos cítricos, lácteos e carnes) e a ampliação e diversificação da produção de espécies e variedades de maior preço (como flores e frutas de mesa) contribuíram para aumentar sua participação, de 14,4% para 23,7% do total da renda da agropecuária brasileira, entre 1989 e 1998.

A do Nordeste teve crescimento abaixo da média nacional, inclusive em Estados que ampliaram a produção de grãos no período (Bahia e Maranhão). As únicas exceções foram Sergipe e Pernambuco, que expandiram suas participações,

⁶⁹ Segundo Plata (2001:10), a formação do mercado de terras no Brasil já nasce atrelada ao poder público e o comando sobre a propriedade da terra também propicia acesso a benefícios de ordem econômica, tais como: baixos impostos rurais; acesso a subsídios governamentais; possibilidade de deduções no imposto sobre a renda; compras de terras feitas como forma de regularizar ganhos duvidosos; existência de expectativas de valorização sistemática da terra; entre outros.

⁷⁰ Ver Silva (1999).

pela elevação da renda auferida no plantio de cana-de-açúcar. Ver Mapa 11, no Apêndice de Mapas e Gráficos.

Tabela 24
Distribuição Regional do Valor Adicionado Bruto da Agropecuária do Brasil – 1989-1998 (%)

Regiões do Brasil e Estados	Anos									
	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
BRASIL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Norte	10,9	11,5	10,6	8,6	14,9	8,8	8,6	7,6	7,1	7,0
Rondônia	1,2	0,7	0,9	0,8	0,9	0,7	0,8	0,8	0,9	0,8
Acre	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Amazonas	1,1	1,5	0,9	0,9	0,5	0,5	0,5	0,4	0,4	0,5
Roraima	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Pará	8,0	8,6	8,2	6,1	12,8	6,8	6,5	5,7	5,1	5,0
Amapá	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,1	0,1
Tocantins	0,4	0,4	0,4	0,5	0,4	0,4	0,5	0,4	0,4	0,4
Nordeste	19,4	18,8	18,6	18,7	14,5	16,8	19,2	20,0	17,7	14,7
Maranhão	2,1	2,0	1,9	1,9	1,4	1,7	2,0	2,7	2,5	1,6
Piauí	0,5	0,7	0,7	0,6	0,6	0,7	0,9	0,8	0,7	0,5
Ceará	2,1	2,6	2,8	2,9	1,9	2,3	2,2	2,4	1,7	1,5
Rio Grande do Norte	1,7	0,6	0,9	0,8	0,5	0,6	0,6	0,7	0,5	0,6
Paraíba	1,6	1,5	1,3	1,3	1,1	1,4	1,9	1,8	1,5	1,0
Pernambuco	2,1	3,2	3,0	3,0	2,1	2,6	3,3	3,6	3,2	2,9
Alagoas	1,3	1,9	1,1	1,3	0,7	1,1	1,0	0,7	0,7	0,8
Sergipe	0,5	0,7	0,7	0,8	0,9	0,7	0,7	0,7	0,6	0,6
Bahia	7,6	5,6	6,3	6,1	5,5	5,8	6,6	6,5	6,4	5,2
Sudeste	33,5	35,5	38,5	38,1	36,0	36,9	36,0	32,8	35,2	38,1
Minas Gerais	14,9	12,5	13,5	11,8	12,5	14,1	11,3	11,3	11,1	11,3
Espírito Santo	2,5	1,2	1,4	1,4	1,5	1,9	1,9	2,2	1,7	1,9
Rio de Janeiro	1,7	1,5	1,4	0,9	1,0	1,0	1,4	1,3	1,2	1,2
São Paulo	14,4	20,3	22,2	23,8	21,0	19,9	21,5	18,0	21,2	23,7
Sul	30,0	26,7	23,5	26,9	25,7	28,3	26,6	30,0	30,0	30,1
Paraná	8,5	9,0	6,6	7,4	8,1	9,4	6,4	9,9	11,2	11,1
Santa Catarina	8,1	6,0	5,4	6,7	5,4	6,3	6,3	6,3	6,0	5,8
Rio Grande do Sul	13,4	11,7	11,6	12,8	12,2	12,6	13,9	13,8	12,8	13,2
Centro-Oeste	6,2	7,5	8,8	7,7	8,9	9,1	9,6	9,6	10,1	10,1
Mato Grosso do Sul	2,7	3,3	3,6	3,1	3,7	3,3	3,7	3,7	3,6	3,5
Mato Grosso	1,7	1,2	1,3	1,2	1,2	2,0	1,9	2,1	2,5	2,4
Goiás	1,7	2,9	3,3	3,1	3,8	3,5	3,8	3,6	3,7	3,9
Distrito Federal	0,1	0,2	0,5	0,3	0,2	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2

Fonte: Fundação IBGE/ Diretoria de Pesquisas/ Departamento de Contas Regionais/ Contas Regionais do Brasil 1985-1998, microdados

A agricultura itinerante e capitalizada tem expandido o cultivo de grãos, principalmente soja e milho, tanto em áreas de fronteira quanto em regiões de agricultura dinâmica, e reduzido em áreas de menor capitalização (Nordeste) ou com solo degradado por superexploração (RS).

A produção de grãos no país cresceu 17,5%, sendo que a soja cresceu 40%, em toneladas, entre 1989 e 1998. Em 1989 a soja era plantada principalmente no Sul

(52,3%) e no Centro-Oeste (35,5%). Os maiores produtores eram Rio Grande do Sul (26,2%), Paraná (23,3%), Mato Grosso (15,4%) e Mato Grosso do Sul (11,9%).

A expansão da fronteira agrícola, no Centro Oeste e Norte, e a substituição de culturas, alterou essa distribuição, reduzindo a participação do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e de São Paulo, em 1998. Destaca-se que a economia da parte sul do RS, onde se concentra grande parte de sua pecuária e produção de grãos, tem perdido participação na economia regional, principalmente pela estrutura fundiária e falta de manejo do solo.⁷¹ No Nordeste, Maranhão e Bahia são os Estados com plantio mais expressivo de grãos, colhendo 5% da produção nacional de grãos e de soja.

A maioria dos Estados do Norte e do Nordeste, além de Espírito Santo e Rio de Janeiro, num total de 15 Estados, praticamente não produzem grãos ou soja. Juntos, AM, PA, RR, AP, TO, AC, PI, CE, RN, PB, SE, PE, AL, ES e RJ respondiam por 5,7% da produção nacional de grãos, em 1989, passando para 4,3%, em 1998. A soja tem perdido participação naqueles estados e os grãos mais cultivados são feijão e milho. Ver Mapas 12, 13, 14 e 15, no Apêndice de Mapas e Gráficos.

Tabela 25
Produção Regional de Grãos (1) – 1989-1998 (1.000 T)

Brasil	1989 (2)		1993 (2)		1997 (2)		1998 (3)	
	Grãos	Soja	Grãos	Soja	Grãos	Soja	Grãos	Soja
Brasil	61.914	20.662	71.081	22.246	75.687	27.117	76.577	28.894
Rondônia	503	12	662	11	600	-	551	-
Maranhão	1.176	23	1.111	84	1.376	251	1.210	280
Bahia	1.246	389	1.854	649	2.321	967	2.521	1.101
São Paulo	6.234	1.096	5.883	1.020	5.682	1.222	5.736	1.216
Minas Gerais	5.181	949	6.020	1.121	5.845	1.126	6.036	1.193
Centro-Oeste	13.530	7.339	15.572	8.680	19.615	10.976	20.446	11.903
Goiás	5.096	1.603	5.639	2.037	6.704	2.621	6.834	2.922
Mato Grosso	4.614	3.185	6.184	4.360	8.415	6.108	8.902	6.646
Mato Grosso do Sul	3.644	2.457	3.555	2.184	4.285	2.169	4.483	2.252
Distrito Federal	176	95	194	98	211	78	226	83
Sul	30.273	10.805	36.483	10.644	36.357	12.483	36.779	13.086
Paraná	13.186	4.817	15.020	4.512	17.460	6.764	17.345	6.926
Santa Catarina	3.741	573	4.791	412	4.615	520	4.627	527
Rio Grande do Sul	13.347	5.415	16.672	5.720	14.283	5.200	14.807	5.633
Demais Estados (4)	3.770	48	3.496	37	3.891	92	3.298	115

Fonte: Fundação IBGE - Anuário Estatístico, vários anos.

1 – Inclui: algodão herbáceo, amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, feijão, mamona, milho, soja, sorgo e trigo; 2 – Média trienal do ano anterior, ano base e ano posterior; 3 – Média bienal 1997 e 1998; 4 – Inclui AM, AP, AC, TO, PA, RR, PI, RN, PB, PE, CE, AL, SE, ES e RJ.

⁷¹ Sobre a regionalização do Rio Grande do Sul e o desenvolvimento recente, ver Alonso et alii (1994), Macadar (1998) e Fundação .Seade/Paer (2000).

Em alguns estados a soja substituiu culturas tradicionais. No Maranhão, por exemplo, a produção de grãos não aumentou, entretanto, a soja passou de 2% da para 23% da produção, entre 1989 e 1998, principalmente pela substituição do arroz de sequeiro. Em São Paulo, a produção de grãos foi reduzida de 6,3 para 5,7 milhões de toneladas, mas a da soja aumentou de 1,0 para 1,2 milhão de toneladas.

Em síntese, a agropecuária, em que pese ter reduzido sua participação no VA do país, passou por mudanças profundas nos anos 90, tanto no *mix* produtivo como na regionalização da produção. Houve forte penetração de capitais no setor – principalmente no Centro-Oeste, mas também em outras regiões de cerrado – ,ampliando a produção de agroexportáveis e a integração agroindustrial. A produção de grãos continua itinerante, incorporando novas áreas, como o sudeste de Rondônia, o sudoeste do Piauí, o sul de Roraima e do Amapá, contribuindo para a desconcentração da produção.⁷²

Tabela 26
Distribuição da Produção Regional de Grãos (1) – 1989-1998 (%)

Estados Produtores	1989 (2)			1993 (2)			1997 (2)			1998 (3)		
	Grãos	Soja	S/G	Grãos	Soja	S/G	Grãos	Soja	S/G	Grãos	Soja	S/G
Brasil	100,0	100,0	33,4	100,0	100,0	31,3	100,0	100,0	35,8	100,0	100,0	37,7
Bahia	2,0	1,9	31,2	2,6	2,9	35,0	3,1	3,6	41,7	3,3	3,8	43,7
Goiás	8,2	7,8	31,5	7,9	9,2	36,1	8,9	9,7	39,1	8,9	10,1	42,8
Mato Grosso	7,5	15,4	69,0	8,7	19,6	70,5	11,1	22,5	72,6	11,6	23,0	74,7
Mato Grosso do Sul	5,9	11,9	67,4	5,0	9,8	61,4	5,7	8,0	50,6	5,9	7,8	50,2
Minas Gerais	8,4	4,6	18,3	8,5	5,0	18,6	7,7	4,2	19,3	7,9	4,1	19,8
Paraná	21,3	23,3	36,5	21,1	20,3	30,0	23,1	24,9	38,7	22,7	24,0	39,9
Rio Grande do Sul	21,6	26,2	40,6	23,5	25,7	34,3	18,9	19,2	36,4	19,3	19,5	38,0
Santa Catarina	6,0	2,8	15,3	6,7	1,9	8,6	6,1	1,9	11,3	6,0	1,8	11,4
São Paulo	10,1	5,3	17,6	8,3	4,6	17,3	7,5	4,5	21,5	7,5	4,2	21,2
Distrito Federal	0,3	0,5	53,8	0,3	0,4	50,6	0,3	0,3	36,8	0,3	0,3	36,7
Rondônia	0,8	0,1	2,5	0,9	0,0	1,6	0,8	0,0	0,0	0,7	0,0	0,0
Maranhão	1,9	0,1	2,0	1,6	0,4	7,6	1,8	0,9	18,3	1,6	1,0	23,1
Centro-Oeste	21,9	35,5	54,2	21,9	39,0	55,7	25,9	40,5	56,0	26,7	41,2	58,2
Sul	48,9	52,3	35,7	51,3	47,8	29,2	48,0	46,0	34,3	48,0	45,3	35,6
Demais Estados (4)	6,1	0,2	1,3	4,9	0,2	1,1	5,1	0,3	2,4	4,3	0,4	3,5

Fonte: Fundação IBGE - Anuário Estatístico, vários anos.

1 – Inclui: algodão herbáceo, amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, feijão, mamona, milho, soja, sorgo e trigo; 2 – Média trienal do ano anterior, ano base e ano posterior; 3 – Média bienal 1997 e 1998; 4 – Inclui AM, AP, AC, TO, PA, RR, PI, RN, PB, PE, CE, AL, SE, ES e RJ.

⁷² A incorporação dessas áreas ao cultivo de grãos ainda não se reflete nas estatísticas oficiais, pois é muito recente. As informações foram coletadas por pesquisa de campo realizada recentemente pela Fundação Seade, no projeto Pesquisa da Atividade Econômica Regional (Paer), em todos os Estados brasileiros, entre 1999 e 2001. Ver Fundação Seade/Paer (1999, 2000 e 2001).

A Produção Industrial Regional

Como vimos no Capítulo II, após o último censo industrial, em 1985, o IBGE só voltou a produzir estatísticas desse tipo, e regionalizadas, com as PIAs, em 1996-2000, restando à indústria regional, somente, a PIMpf. Alguns analistas atualizavam a estrutura industrial de 1985 pelos índices de variação da produção física, como em Negri e Pacheco (1992), Pacheco (1996 e 1998), Cano (1997 e 1998) e Diniz (1993). As variações nos preços relativos e na estrutura produtiva não eram consideradas.⁷³

Tal lacuna foi superada com o reprocessamento do censo industrial pela CNAE/94, encadeado com as novas PIAs, apresentadas no próximo capítulo. Entretanto, persiste a ausência de bases estatísticas estaduais para o período 1986-95. As alternativas são: a utilização do VA das Contas Regionais ou da distribuição regional da produção física, da PIMpf. Assim, em que pese as limitações de ambas, será feita breve discussão da produção industrial do período, a partir daquelas informações.

Tabela 27

Distribuição Regional da Indústria de Transformação do Brasil – 1985-1998 (%)

Regiões do Brasil e Estados	1985	1989	1990	1995	1996	1997	1998
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Região Nordeste	8,6	8,1	8,3	8,1	7,9	7,9	8,3
Bahia	3,8	3,7	4,0	3,7	3,8	3,8	4,2
Pernambuco	2,0	1,8	1,7	1,6	1,4	1,4	1,3
Demais Estados do Nordeste	2,8	2,6	2,7	2,8	2,7	2,7	2,8
Minas Gerais	8,2	8,2	8,7	8,8	9,1	9,2	9,1
Rio de Janeiro	9,5	10,3	9,8	8,6	8,4	7,9	8,1
São Paulo	51,9	50,2	49,2	49,8	48,5	49,1	49,5
RMSP (1)	29,8	28,4	28,6	25,8	26,1	25,6	24,4
Restante do Estado (1)	22,1	21,8	20,6	23,9	22,5	23,5	25,1
Região Sul	16,7	17,1	17,3	18,1	18,5	19,1	19,4
Paraná	4,9	5,3	5,7	5,5	5,6	5,7	6,1
Santa Catarina	3,9	4,0	4,2	4,4	4,5	4,6	4,6
Rio Grande do Sul	7,9	7,8	7,7	8,2	7,8	8,2	8,2
Restante do País (Norte + Centro-Oeste + Esp. Santo) (2)	5,1	6,1	6,7	6,6	7,5	6,8	5,7

Fonte: Dados Básicos retirados de IBGE – Censo Econômico de 1985 e Pesquisa Industrial Mensal-Produção Física (<http://www.ibge.gov.br/cgi-bin/prtabela>) – arquivos originais recuperados em 13/12/2000) Fundação Seade – VAF/SP.

1 – Distribuição da produção no Estado de São Paulo através do VAF; **2** – o conjunto de Estados do Norte, Centro-Oeste e Espírito Santo, foi estimado por subtração do total do Brasil.

⁷³ A discussão sobre este tema encontra-se nos itens *Algumas Advertências Metodológicas* e *A Crise na Indústria de Transformação e sua Distribuição Regional*, do Capítulo II.

Segundo a PIMpf, São Paulo teve pequena redução de participação no VTI da indústria de transformação (IT), 50,2% para 49,5%, entre 1989 e 1998. Teria, portanto, estancado o processo de desconcentração. A PIMpf indica também redução de participação do RJ e de PE

Nordeste, Sul, Bahia e Minas Gerais teriam ampliado. Em São Paulo – com resultados para a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e restante do Estado (ou interior) calculados pela distribuição do Valor Adicionado Fiscal (VAF), – teria havido continuidade da desconcentração para o interior.

A PIMpf não disponibilizava informações desagregadas para o Norte, Centro-Oeste e Espírito Santo, sendo calculadas pela diferença do total do Brasil. Por isso, não captou adequadamente o firme movimento de desconcentração ocorrido em alguns estados do Centro-Oeste e do Norte, registrando crescimento da participação até 1996 e, posteriormente, pequena redução.

Mesmo se considerado o período a partir de 1985, como nas análises antes citadas, teria ocorrido certo estancamento da desconcentração – quer o final seja em 1994, como em Pacheco (1998), em 1995, como em Cano (1998), ou em 1998. A conclusão a que os números da PIMpf nos conduz é similar à daqueles autores e aponta para o que chamaram de “arrefecimento do processo de desconcentração”. Teria continuado a desconcentração, mas a um ritmo muito menos intenso que no período 1970-85.

O crescimento da produção física, entre 1989 e 1998, foi muito pequeno (3,2%), e a desconcentração teve elevado *componente estatístico*.

Entretanto, nos gêneros teria havido grandes variações. O aumento mais significativo teria sido nas indústrias de bebidas (34,1%), perfumaria (25,4%) e alimentar (23,4%), mas teria havido retração em vestuário, calçados e artefatos de tecidos (-47,1%), têxtil (-33,4%) e mecânica (-12,4%). Em síntese, pela variação na produção física, teria havido mudanças significativas na estrutura industrial, como pode ser observado na Tabela 28.

Tabela 28

Índice Acumulado de Crescimento da Produção Industrial do Brasil – 1989-1998 (dez. 1989=100)

Gêneros da Indústria de Transformação	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Total da Indústria de Transformação	90,5	88,2	84,1	92,2	100,0	101,7	102,8	106,4	103,2
Transf. de Prod. Minerais Não-Metálicos	89,0	89,6	81,9	86,8	89,9	94,0	100,3	107,7	107,3
Metalúrgica	87,4	81,7	81,0	88,7	98,9	97,1	98,7	104,7	100,9
Mecânica	83,1	72,9	63,4	80,7	101,8	97,3	84,5	91,7	87,6
Material Elétrico e de Comunicação	94,5	87,9	75,3	89,5	108,5	123,1	127,8	126,0	116,2
Material de Transporte	84,1	83,9	81,8	102,5	116,0	120,0	119,7	130,3	116,2
Papel e Papelão	93,8	100,4	98,4	103,3	106,1	106,5	109,4	112,3	112,6
Borracha	95,6	94,4	94,3	103,5	107,6	107,3	106,8	110,9	103,3
Química	91,9	84,3	83,8	88,1	94,7	94,2	99,2	104,3	108,3
Farmacêutica	90,3	87,9	76,6	89,0	86,5	104,7	96,1	107,5	111,5
Perfumaria, Sabões e Velas	94,3	101,3	100,7	105,2	107,6	112,9	117,0	122,2	125,4
Produtos de Matérias Plásticas	84,4	84,1	72,8	80,5	84,6	94,4	105,7	109,3	106,9
Têxtil	89,9	92,7	88,2	87,8	91,5	85,8	80,0	73,5	66,6
Vestuários, Calçados e Artef. de Tecidos	86,0	72,8	65,1	75,7	73,6	66,7	64,2	57,5	52,9
Produtos Alimentares	101,8	105,4	105,3	105,9	108,1	115,8	121,1	122,1	123,4
Bebidas	102,3	120,3	103,7	112,3	122,8	139,9	136,6	136,3	134,1
Fumo	98,7	106,0	123,7	128,1	113,3	108,2	120,7	142,9	120,2

Fonte: Dados Básicos retirados de IBGE – Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física (<http://www.ibge.gov.br/cgi-bin/prtabela> – arquivos originais recuperados em 13/12/2000).

Entre 1985 e 1989 teria havido desconcentração em todos os gêneros pesquisados, mas entre 1989 e 1998 vários gêneros sofreram reconcentração.

O estancamento da desconcentração, na média da indústria de transformação, estaria ocultando concentração ou desconcentração em alguns gêneros, cujos principais movimentos, entre 1989 e 1998 seriam (ver tabelas 28 e 29):

- na indústria predominantemente produtora de bens não-duráveis de consumo, em São Paulo, haveria concentração em bebidas, farmacêutica, têxtil e perfumaria e desconcentração mais acentuada em vestuário e calçados, fumo e materiais plásticos;
- nas indústrias produtoras de bens intermediários, teria havido aumento da concentração na química e em transformação de minerais não metálicos;
- na de bens duráveis de consumo e de capital, teria ocorrido desconcentração nos três gêneros pesquisados (mecânica, material elétrico e de comunicações e material de transportes).

Tabela 29

Índices de Crescimento da Produção da Indústria de Transformação 1985 – 1998

Base= média mensal anual

Categorias de Uso e Gêneros da Indústria de Transformação	1985-1989		1985-1998		1989-1998	
	Brasil	SP	Brasil	SP	Brasil	SP
Total da Indústria de Transformação	111,7	108,3	114,9	99,1	103,1	102,1
Bens de Consumo Não-Durável						
Farmacêutica	115,7	112,3	127,2	125,3	111,8	125,0
Perfumaria Sabões e Velas	135,9	140,5	161,3	159,8	125,3	142,6
Materiais Plásticos	122,6	124,6	129,4	89,6	125,3	108,6
Têxtil	107,3	101,2	74,0	54,5	66,5	68,3
Vestuário e Calçados	92,7	81,4	45,6	11,5	52,8	35,3
Produtos Alimentares	106,1	112,2	129,5	127,7	123,5	112,9
Bebidas	136,9	142,6	170,9	168,4	134,3	167,6
Fumo	115,6	106	135,8	73,5	120,2	71,5
Bens Intermediários						
Minerais Não-Metálicos	119,2	119	126,5	114,7	107,3	112,9
Metalurgia	114,1	107,9	115,1	89,4	101,1	93,2
Papel e Papelão	118,1	124,3	130,7	114,8	112,9	113,2
Borracha	117,4	111,1	120,7	105,9	102,8	98,6
Química	103,7	101,7	112,0	112,0	108,0	112,2
Bens de Consumo Durável e Bens de Capital						
Mecânica	122,4	115,1	110,0	88,2	87,6	80,9
Material Elétrico	121,6	105,2	137,8	114,2	116,1	110,4
Material de Transporte	108,6	107,8	124,8	106,9	115,7	110,5

Fonte: Fundação IBGE - Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física, vários anos.

É importante destacar que os autores que utilizaram a PIMpf advertiram sobre a precariedade daquela base, ancoraram suas análises em fontes complementares e se serviram do profundo conhecimento da dinâmica econômica das diversas regiões, o que lhes permitiu elevado grau de acerto nas análises.

Outra fonte de informações sobre a produção industrial do período são as Contas Regionais do IBGE. Como analisado no Capítulo II, apresenta avanços metodológicos em relação à PIM/pf por tentar ajustar os preços relativos. Porém, ao considerar a estrutura industrial de 1985 como base, incorre em erros não triviais, que são maiores quanto mais se afasta do ano base, 1985. Outra questão, também alertada no capítulo, II é que, por adotar o mesmo índice de preços para todos os estados, não incorpora as diferenças regionais e contribui para subdimensionar a participação paulista.

As mudanças na estrutura de preços relativos e no *mix* de produtos foram tão grandes que não bastaria atualizar as informações do Censo, mantendo sua estrutura de ponderação. A dimensão dos erros para a indústria de transformação é significativa em comparação aos resultados apresentados pelas PIAs. Como

exemplo, a participação de São Paulo na IT nacional, em 1998 seria de 43,5%, pelas Contas Regionais, de 49,5%, pela PIMpf, e 51,2%, pela PIA.

É importante alertar que a série de Contas Regionais trabalha com o VA e as outras com o VTI. Os resultados, portanto, não poderiam ser iguais, mas deveriam guardar maior proximidade, haja vista que, em 1985, a participação de São Paulo no VA da IT era de 51,6% e, no VTI, de 51,9%. Nas Contas Regionais, a tentativa de ajuste pelos preços relativos, mantendo a estrutura de ponderação por ramos, ampliou a diferença em relação à PIMpf, ao invés de reduzi-la.

Esses fatos recomendam grandes ressalvas na utilização das Contas Regionais para a Indústria, na década de 90, pelo distanciamento do ano base. Aqui, a opção foi analisar a produção industrial a partir dos resultados das PIAs, encadeando série com o censo industrial de 1985. Por esse motivo a análise da produção industrial abarácará todo o período (1985-1998) e será realizada, com mais detalhes, no próximo capítulo.

O Processo de Convergência da Renda Regional per Capita

A convergência da renda regional per capita em torno da média nacional, que ocorrera entre 1970 e 1985, e foi interrompida entre 1985 e 1989, não foi totalmente retomada após 1989, pois a região Norte distanciou-se da média nacional e as demais tiveram pequena convergência. O Nordeste teve diminuta convergência, mas permaneceu abaixo de 50% da média nacional, destacando-se Maranhão e Piauí, com PIBs per capita inferiores a 1/3 da média nacional, e Bahia e Sergipe, que distanciaram-se da média.

Em nove estados e no DF não houve convergência para a média nacional. Amapá, Pará, Rondônia, Roraima, Bahia e Sergipe já inferiores à média nacional, distanciaram-se para baixo. Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná e DF, já superiores à média nacional, distanciaram-se para cima.

Como explicado no capítulo anterior, entre 1970 e 1985 a convergência da renda regional foi favorecida tanto pelo crescimento econômico como pela migração de longa distância de regiões deprimidas para outras com maior dinamismo,

notadamente o Sudeste. Esta, que fez com que, por exemplo, o denominador daquela relação (PIB/População) diminuísse fortemente em Minas Gerais e no Nordeste, entre 1940 e 2000: enquanto a população cresceu 164% no primeiro e 230% no segundo, a do Brasil crescia 310%, a de São Paulo 427% e a do Sul 383%. (Cano, 2002b)

De fato, entre 1980 e 1991, as migrações inter-regionais somaram 3 milhões de brasileiros, dos quais 1 milhão foi para São Paulo, cerca de 0,6 milhão para o CO e 0,9 milhão para o NO. Entre 1991 e 1999 somaram outros 3,1 milhões, dos quais o CO absorveu apenas 350 mil, o NO apenas 80 mil e São Paulo foi o grande receptor, com 1,5 milhão. Assim, a agricultura itinerante (CO e NO, principalmente) e os serviços de São Paulo receberam 73% dos fluxos desses dois períodos, mas, note-se, que no segundo, São Paulo recebeu quase 4 vezes mais do que a fronteira. Nesses períodos, os nordestinos foram, de novo, os emigrantes recordistas, somando 1,4 milhão em cada um. Do Nordeste, o total acumulado de emigrados, até 1999, totalizava 8,8 milhões, ou cerca de 19% de sua população total. (Cano, 2002b:8)

Em síntese: os fluxos diminuíram para alguns (MG, ES, SUL) mas aumentaram muito para outros (NE) e a alteração da renda média regional por habitante sofreu importante influência estatística. Se olharmos, contudo, só para estados e não para regiões, há que lembrar que em 2000, o Maranhão ainda apresentava renda média eqüivalente a apenas 24% da nacional, ou que, a de Tocantins era de 31%, mas a de Brasília era 131% maior.

Tabela 30

Confronto do PIB Regional per Capita com a média do Brasil

Regiões do Brasil e Estados	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
BRASIL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Norte	74,2	73,4	69,1	62,6	75,1	72,1	65,0	64,5	60,8	61,0
Rondônia	74,4	66,0	54,9	51,4	56,8	56,0	58,6	59,6	61,3	63,9
Acre	46,0	49,1	47,2	50,1	48,5	52,5	50,6	47,7	48,1	50,0
Amazonas	126,5	128,6	117,8	109,1	128,8	113,1	112,9	118,7	107,4	106,1
Roraima	77,6	79,2	63,7	56,8	44,8	44,4	46,6	44,5	44,8	50,7
Pará	62,8	61,8	60,5	52,0	68,8	68,6	53,6	50,6	47,7	47,8
Amapá	94,9	83,4	81,8	85,4	75,8	79,4	81,6	70,7	69,6	63,1
Tocantins	23,4	25,3	29,0	26,3	27,5	29,1	28,7	29,4	29,2	31,0
Nordeste	42,4	44,4	46,2	44,8	44,6	44,9	44,7	46,2	46,1	46,1
Maranhão	23,1	23,8	24,2	24,1	23,3	24,6	23,5	26,5	25,7	23,9
Piauí	21,2	25,4	25,9	23,6	25,9	26,8	28,8	29,5	28,7	28,8
Ceará	35,4	37,3	42,2	42,3	42,0	43,5	44,6	46,3	46,6	47,5
Rio Grande do Norte	46,0	43,8	47,7	43,7	47,4	45,8	44,8	46,3	47,1	46,2
Paraíba	31,6	38,6	38,8	34,3	35,3	38,1	38,9	40,0	38,5	38,3
Pernambuco	51,5	54,5	59,5	55,2	53,8	54,3	57,1	58,4	57,6	58,4
Alagoas	33,9	41,4	41,6	42,4	39,1	40,4	37,1	38,9	39,6	40,4
Sergipe	53,9	56,8	62,9	62,1	64,1	56,9	53,0	53,4	53,6	52,8
Bahia	56,0	55,7	54,4	54,4	53,9	53,5	51,8	53,1	53,4	53,4
Sudeste	138,5	137,5	137,4	137,6	135,2	134,2	137,6	136,1	137,4	136,4
Minas Gerais	88,6	86,3	88,7	89,2	88,3	93,4	91,7	95,1	94,6	92,6
Espírito Santo	96,6	93,9	93,6	95,0	92,8	102,5	111,7	107,3	104,1	106,2
Rio de Janeiro	116,7	123,6	140,6	139,0	136,2	131,8	134,4	130,6	132,1	130,2
São Paulo	176,1	172,4	163,9	164,6	161,5	157,8	163,5	160,7	163,0	162,6
Sul	122,5	120,2	113,4	121,6	122,5	124,4	119,4	120,5	118,3	117,1
Paraná	107,1	109,3	101,9	101,9	103,0	106,3	103,5	106,9	106,0	108,6
Santa Catarina	135,8	120,8	112,9	124,9	114,8	118,1	117,6	121,8	117,9	114,1
Rio Grande do Sul	130,5	130,2	124,3	138,2	144,6	144,5	135,0	132,4	130,0	126,5
Centro-Oeste	75,5	81,1	95,2	87,6	88,7	92,6	90,0	90,9	92,6	100,6
Mato Grosso do Sul	77,7	79,5	81,6	77,6	79,5	90,2	88,4	87,0	86,7	89,1
Mato Grosso	64,0	62,0	66,4	68,6	76,1	78,5	71,1	71,6	73,4	75,1
Goiás	53,4	64,2	68,9	63,2	65,3	69,1	64,4	65,1	63,3	65,0
Distrito Federal	143,2	148,9	212,6	183,4	172,6	171,1	178,3	182,7	194,5	231,1

Fonte: Fundação IBGE/ Diretoria de Pesquisas/ Departamento de Contas Regionais/ Contas Regionais do Brasil 1985-1998,

Lembremos que, na renda pessoal, esgotaram-se os efeitos distributivos do plano Real (Rocha, 2000) e continua, em 1998, sendo perversa sua concentração no país, com a capa superior da pirâmide social – os 1% mais ricos – detendo maior parcela da renda (13,7%) que os 50% mais pobres (13,5%). Houve alguma melhora na sua distribuição, entre 1989 e 1998, mas não foi suficiente para alterar o quadro histórico de elevada concentração. Assim, se os anos de 80 ficaram conhecidos como a década perdida, os 90 podem ser chamados de “a década perversa”, pois,

em que pese ter havido algum crescimento econômico, este foi socialmente concentrado.

Como os Principais Analistas do Desenvolvimento Regional Interpretaram o Período

Na análise da economia regional pós-1989 há concordância entre os principais intérpretes do desenvolvimento regional sobre o arrefecimento no processo de desconcentração. Os distintos argumentos indicam a interrupção ou redução do ritmo da desconcentração em relação ao ocorrido nas décadas anteriores. Cano e Guimarães apontam possível reconcentração de alguns segmentos. Pacheco centra sua análise na *fragmentação* da nação e afirma que esse novo contexto problematiza, embora sem bloquear completamente, a continuidade do processo de desconcentração. Diniz reafirma que há *reversão da polarização* em São Paulo e *reconcentração poligonal*, e Azzoni afirma que a desconcentração industrial em países desenvolvidos tem efeito concentrador no país hospedeiro, atuando contra a “reversão da polarização”. Vejamos os argumentos:

Analisando o período 1985-95 e advertindo sobre a fragilidade das bases estatísticas, Cano (1998:332) afirma que, “se havia uma tendência reconhecidamente desconcentradora entre 1970 e 1985, e que se prolongaria, ela já não se coloca de forma tão clara com os dados do período 1985/1995.” Houve “não só inflexão no processo de desconcentração como também, talvez, o início de uma ‘suave’ reconcentração, justamente a partir da intensificação da política de abertura” (Cano, 1998: 333).

Esse “comportamento contraditório” do fenômeno recente da desconcentração industrial foi causado, segundo Cano, por vários fatores, alguns deprimindo o crescimento periférico nacional e inflexionando a desconcentração, outros contribuindo efetivamente para o processo de desconcentração.

Os principais fatores responsáveis pela inflexão da desconcentração são:

- desmantelamento do Estado Nacional e de vários órgãos regionais (Sudene e Sudam, por exemplo), implicando um "ocaso" das políticas de desenvolvimento regional no período, principalmente a partir do "desastre Collor";
- abertura comercial, que, segundo o autor, foi irresponsável e só não deu resultados piores graças ao desequilíbrio argentino, que nos ensejou bons superávits até junho de 1994. No entanto, a partir da valorização, inverteu a balança comercial brasileira, sendo que o impacto dessa abertura vem causando sérios efeitos destruidores em várias linhas de produção industrial (eletrônicos, bens de capital, têxtil, confecções, brinquedos, autopeças, bebidas, alimentos, etc.) e agrícola (trigo, algodão, leite, etc.);
- debilidade fiscal e financeira dos governos federal e estaduais, que causou acentuada queda nos investimentos de infra-estrutura e de energia, deixando de causar impactos nas estruturas regionais e de gerar economias externas na periferia nacional;
- sensível diminuição dos preços reais de produtos básicos (cerca de 25% para a América Latina entre 1989/1993, confrontados com a média de 1975-76), contendo o crescimento do valor das exportações;
- diminuição do ritmo de crescimento das exportações de manufaturados de indústrias tradicionais e de tecnologia "madura";
- localização recente, em São Paulo – a despeito da perda de participação –, dos principais investimentos em informática, microeletrônica, telecomunicações e automação direta ou indiretamente associados à forma reconcentradora da atual reestruturação produtiva do país (Cano, 1998:330 e 331).

Entre os fatores que contribuíram para efetivas manifestações de desconcentração, o autor cita:

- alocação de grandes investimentos petrolíferos de extração (no NE e no RJ) e de refino (no PR);
- continuidade da desconcentração agrícola, indutora de novos projetos agro industriais regionalizados (nos cerrados e em algumas manchas irrigadas nordestinas);

- algumas políticas estadualizadas – notadamente as de “guerra fiscal” – combinadas com projetos privados de novas localizações, que desconcentraram a partir de São Paulo, em direção principalmente à Zona Franca de Manaus, Minas Gerais e Região Sul;
- embora ainda tímidas, as políticas de incentivos ao turismo nacional geraram efeitos similares aos da expansão urbana periférica.

O autor aponta um cenário de paralisia de quaisquer intenções de planejamento, pela quebra a que estão sendo levados o Estado Nacional e os governos locais; afirma que a deterioração das contas públicas desnuda claramente a impossibilidade de retomada do gasto e, principalmente, do investimento público e que as elevadas taxas de juros afastam o investimento privado. Para Cano, essa política neoliberal de abertura, desregulamentação e privatização potencializa ainda mais os efeitos perversos da Terceira Revolução Industrial. Assim, tanto as eficiências competitivas dos países desenvolvidos como as dos demais estariam dadas e dificilmente poderiam ser ampliadas. Dessa forma, afirma o autor, é uma ilusão pensar no “poder transformador”, de modernização e competitividade, que o neoliberalismo possa trazer ao mundo subdesenvolvido.

Demonstrando não ter qualquer ilusão sobre o atendimento a reivindicações que propugnam por equidade regional, Cano (1998:351) afirma que “no discurso neoliberal isso não tem guarida, pois a busca é da eficiência e não da equidade”.

Ao incorporar em seu trabalho uma dimensão prospectiva, o autor especula sobre duas trajetórias possíveis, que poderiam ser trilhadas pela economia brasileira: uma neoliberal e outra oposta. A seguir, apresenta-se uma síntese da trajetória neoliberal, pois foi a que se consolidou durante a década.⁷⁴

Mantida a política neoliberal, Cano afirmava que a desconcentração no sentido SP-restante do país diminuiria sensivelmente e padeceria, crescentemente, dos efeitos perversos que a desestruturação industrial certamente causaria. Tais efeitos afetarão não só ainda mais a economia paulista, como também, de maneira mais dura, o parque industrial periférico, que é muito menos articulado que o de São Paulo

⁷⁴ A segunda trajetória prevista por Cano estaria em um cenário oposto ao da política preconizada pelo Consenso de Washington. Ver Cano (1995).

(Cano, 1998:353). Destaca-se o elevado grau de acerto do autor, mesmo trabalhando – como ele mesmo adverte – com precária base de dados.

Outro ponto da análise do autor a ser destacado é sua discordância do diagnóstico que afirma que a nação está se fragmentando. Apesar de os efeitos perversos para a economia nacional advindos da manutenção de política neoliberal serem regionalmente diferenciados, afirma:⁷⁵ “Penso que não é certo falar em fragmentação, uma vez que os elos entre o núcleo da acumulação (São Paulo) e o restante da nação permanecem unidos. Concordo que ela poderá ocorrer à medida que a desindustrialização cresça e que aponte para o indesejável caminho da regressão mercantil do país, e não apenas de uma ou de outra região” (Cano, 1998:309).

Pacheco destaca que o contexto contemporâneo problematiza, embora sem bloquear completamente, a continuidade do processo de desconcentração ocorrido no Brasil nas décadas anteriores. O autor afirma que a desconcentração não deverá se dar de forma generalizada, com todas as regiões “periféricas” crescendo mais rapidamente que as de maior desenvolvimento. O que deverá ocorrer, segundo ele, é uma desconcentração impulsionada pelo surgimento de “ilhas de dinamismo” em todas as regiões do país, num contexto de “dessolidarização” das dinâmicas de crescimento e de redução dos níveis de integração inter e intra-setoriais e também entre as regiões.

A principal contribuição de Pacheco foi mostrar o rompimento de nexos econômicos de solidariedade entre regiões, que foram fundamentais para criar um grande mercado interno e soldar os diversos interesses conflitantes da nação. Afirmou que a desconcentração tem se manifestado mais sob a forma de uma flagrante **fragmentação da economia nacional**, do que no crescimento solidário das regiões, com acréscimo de capacidade produtiva nos principais espaços econômicos da nação (Pacheco, 1998: 261 – grifos do autor).

O argumento do autor foi construído relacionando a débil desconcentração pós-1985 à falência do Estado nacional e às políticas que amparavam a construção do

⁷⁵ O autor está, nesse ponto, dialogando com Guimarães (1996) e Pacheco (1996), que afirmaram estar em curso um processo de fragmentação da economia nacional, o primeiro, e da nação, o segundo.

mercado interno. Para ele, os principais determinantes da continuidade do processo de desconcentração, mesmo arrefecido, foram:

- deseconomias de aglomeração RMSP;
- efeitos da crise sobre as áreas mais industrializadas;
- evolução da própria urbanização do país, com tendências à desconcentração de seu sistema urbano e, em menor grau, dos próprios mercados de consumo final;
- ajuste microeconômico interno às empresas, com externalização de atividades e focalização da produção.

Pacheco acredita estarem problematizadas as possibilidades de encaminhar uma trajetória de redução dos desequilíbrios regionais, afirmando que pode haver continuidade de uma certa desconcentração econômica, tanto pela redução do peso de São Paulo em benefício dos demais Estados do Sudeste e do Sul quanto pela agroindustrialização da fronteira agrícola. Porém, o autor adverte que “há razões de sobra para vislumbrar um quadro de dificuldades para grande parte do território nacional, inclusive para aquelas áreas que podem vir a ganhar peso no produto nacional” (Pacheco, 1998: 246), citando três razões que considera mais relevantes:

- os efeitos da abertura comercial e do novo ambiente competitivo internacional tendem a ser bastante negativos para as regiões não integradas ao mercado regional, em que pode se transformar o Mercosul, que em certo sentido pode ser uma resposta da política de "regionalização" ante a globalização;
- o ajuste fiscal do setor público traz restrições para a formulação de políticas de desenvolvimento regional;
- o aumento de incorporação de componentes importados, na busca de ampliação da competitividade, enfraquece os nexos interindustriais internos ao país e reduz seus efeitos globais de encadeamento.

Destaca-se a correção da análise do autor quanto aos efeitos do aumento da incorporação de componentes importados, que reduz a eficácia do incentivo enquanto estímulo à economia local e quebram-se os nexos internos de solidariedade.

De fato, Souza e Garcia (1998), ao analisarem o arranjo produtivo de indústrias de alta tecnologia da região de Campinas, atestaram a existência de elevados déficits comerciais no setor e perceberam um movimento de substituição da rede local de empresas fornecedoras em favor de estratégias de *global sourcing*, o que corrobora a afirmação de Pacheco.

Outro intérprete do desenvolvimento regional é Campolina Diniz, com vários estudos analisando a desconcentração industrial. Em trabalho de 1996, em parceria com Crocco, analisa o impacto regional da reestruturação econômica, apontando para um “novo mapa da indústria brasileira”.

O argumento central é conhecido: afirmando que o processo de desconcentração industrial foi marcado por fenômenos que alterariam o padrão regional brasileiro, os autores indicam, como primeiro fator, a reversão da polarização da Região Metropolitana de São Paulo.

“Além das pressões de custo da Área Metropolitana de São Paulo, o desenvolvimento da infra-estrutura e das economias de aglomeração em outras regiões e cidades passou a propiciar melhores condições locais para as novas indústrias.” (Diniz e Crocco, 1996:84).

O segundo fenômeno seria o desenvolvimento da infra-estrutura, que, conjugado com o crescimento urbano e de serviços modernos, propiciou, de acordo com os autores, a criação de economias de urbanização em várias cidades e regiões brasileiras, facilitando a desconcentração. O investimento público é apontado em terceiro lugar, pois houve intencionalidade da política econômica em promover o processo de desconcentração industrial.

A expansão da fronteira agrícola e da mineração e a ampliação da infra-estrutura, com o crescimento da demanda industrial e urbana e com o potencial exportador, são apontadas em quarto lugar.

Além do argumento dos fatores propiciadores da desconcentração os autores levantam a questão dos limites da desconcentração afirmando que a mesma foi “parcialmente contida”. É a conhecida tese de Diniz sobre a força do campo aglomerativo de São Paulo a conter o processo de desconcentração em um grande polígono, que vai da região central de Minas Gerais ao Rio Grande do Sul.

O processo de reestruturação relacionado com as mudanças tecnológicas e organizacionais seria, segundo os autores, outro limite à desconcentração macroespacial, “retendo o crescimento em cidades de porte médio, próximas às grandes capitais do Centro-Sul ou mesmo em áreas metropolitanas de menor dimensão dentro desta região” (Diniz e Crocco,1996:87).

A abertura comercial e o Mercosul seriam o terceiro elemento a atuar no sentido da contenção do processo de desconcentração. A busca de eficiência produtiva e de aumento da produtividade, como formas de enfrentar a competição internacional, tenderiam a beneficiar as regiões com melhores infra-estruturas, mercado de consumo e de trabalho, condicionando a localização da indústria.

Os autores analisam o dinamismo industrial por meio de informações sobre o mercado de trabalho (taxa de crescimento do emprego industrial) para constatar a existência de Aglomerações Industriais Relevantes (AIRs), que delimitam o polígono, dividindo-as em três grupos: AIRs estagnadas, ou de baixo dinamismo; AIRs dinâmicas ;e AIRs especiais.

A conclusão emoldura, pela fragilidade da base de dados utilizada (emprego, e não renda, produto ou produção), os equívocos iniciados com a afirmação de que há reversão da polarização no Brasil. Mesmo considerando que na indústria brasileira estão ocorrendo mudanças tecnológicas e organizacionais decorrentes do processo de reestruturação produtiva, os autores ancoram a análise na taxa de crescimento do emprego industrial para concluir que, quanto maior sua expansão (leia-se, menor reestruturação tecnológica e organizacional), mais dinâmica seria a AIR. Dessa análise, poder-se-ia concluir que a RMSP – região de maior densidade industrial do país e onde o processo de reestruturação foi mais intenso – ficou estagnada. Ao usar informações que não exibiam os processos centrais em curso, conseguiram comprovar a equivocada tese da reversão da polarização. Outra conclusão dos autores aponta no sentido da reconcentração geográfica da produção industrial na região do polígono.

Foi mostrado, no primeiro capítulo, o equívoco da tese da reversão da polarização e não é o caso de retomar a discussão. Vale lembrar que, em 1998, a RMSP, apesar de continuar reduzindo seu peso na estrutura industrial do país,

respondia por 26% da produção da indústria de transformação e o município de São Paulo contribuía com 11,6%. A produção industrial da RMSP era equivalente à da soma de todos os Estados brasileiros fora do Sudeste e a da capital superava a das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste juntas.

O capital industrial continua a ser comandado a partir de São Paulo, o que reafirma a centralidade da RMSP na produção industrial, local da maioria das sedes dos grandes conglomerados industriais, financeiros e de serviços.

Quanto ao argumento de que a desconcentração ficou parcialmente contida no “polígono” de Belo Horizonte ao Rio Grande do Sul, vale lembrar que, desde os anos 70, quando iniciou-se esse processo de desconcentração, até o começo da década de 90, ampliou-se o número de regiões e áreas com algum dinamismo induzido pela indústria, inclusive no segundo quinquênio dos anos 80 e nos 90. Os investimentos no Programa Grande Carajás, com desdobramentos na indústria extrativa mineral do Pará e na metalurgia, no Maranhão, são exemplos desse processo, no final da década de 80, e a expansão da produção industrial no Centro-Oeste, exemplo dos anos 90.

Aliás, o complexo minero-metalúrgico do Maranhão foi instalado neste período, com grande impacto na estrutura produtiva regional.⁷⁶ Somem-se, também, as indústrias de celulose e metalúrgica, no Espírito Santo, a têxtil e calçados, no Ceará, química, petroquímica (Camaçari) e celulose (Bahiasul) na Bahia, e agroindústria, no Centro-Oeste (com destaque para o complexo da soja no Mato Grosso e de carnes e rações animais, no sul de Goiás – Rio Verde) e tem-se a constatação da ampliação das áreas com algum dinamismo econômico (as chamadas “ilhas de prosperidade”) no país, mesmo nos anos de crise econômica.

Não pode ser esquecido, também, que a “área poligonal” contém regiões com crescimento econômico baixo e áreas deprimidas. É o caso do Vale do Rio Ribeira, que engloba áreas de São Paulo e Paraná, e parte da região paulista do Vale do Paraíba, vizinha ao Rio de Janeiro, que ficaram à margem dos grandes ciclos

⁷⁶ Sobre o impacto regional da implantação do complexo minero-metalúrgico no Maranhão, ver Lima e Katz (1993) e Araújo (1995).

econômicos industriais e continuaram com baixo dinamismo em todas as etapas da industrialização.

Em texto mais recente Diniz e Borges Lemos (2000), reafirmam a interpretação sobre a reversão da polarização nas áreas mais industrializadas do país (RMSP e RMRJ) e a reaglomeração macroespacial no polígono já descrito, fazendo ressalva, entretanto sobre o papel desempenhado pela RMSP, que, segundo os autores, “continuará sendo o maior centro econômico e populacional do país.” Afirmam que a área metropolitana de São Paulo está mudando suas funções, reduzindo sua importância relativa em termos de concentração da produção industrial do país, mas ampliando suas funções de centro de serviços e de comando econômico, tanto em nível da economia brasileira quanto da integração desta com a economia internacional (Diniz e Lemos, 2000).

Outro enfoque foi adotado por Diniz e Gonçalves, em artigo apresentado na Anpec 2000. Ao analisarem as possibilidades e tendências de localização da *indústria do conhecimento* no Brasil, os autores afirmam que a persistência das desigualdades sociais e regionais permite caracterizar um verdadeiro “divide” econômico e social quando se comparam os níveis de desenvolvimento e as condições sociais entre as regiões brasileiras, permitindo caracterizar três grandes regiões: uma dinâmica; uma atrasada; e outra vazia. Na região dinâmica, composta pelo Sudeste e Sul do país, estaria localizada a maior parcela da produção industrial, a maior base acadêmico-universitária e de pesquisa, a rede urbana mais integrada e os centros industriais mais dinâmicos. A região atrasada, correspondente ao Nordeste, abriga quase um terço da população brasileira, mas apresenta baixos níveis de desenvolvimento econômico, escolaridade e condições sociais. Ali começam a surgir ‘ilhas de modernidade’, sem mostrar, contudo, indicações de reversão do quadro de atraso, no curto e médio prazos. A região vazia, Centro-Oeste e Norte, caracteriza-se como fronteira agropecuária e mineral, sem potencial aparente para o desenvolvimento de indústrias intensivas em conhecimento (Diniz e Gonçalves, 2000: 17).

Os autores têm razão quanto à tendência da indústria do conhecimento de se localizar junto às grandes metrópoles e cidades médias. Entretanto, divisão territorial

não é tão rígida e não existe “vazio econômico” no NO e CO, pois, além da Zona Franca de Manaus existem instituições de pesquisa e universidades atuantes na região.

Como já mencionamos antes, a ausência de políticas de desenvolvimento regional e de redução das disparidades regionais e pessoais de renda, a manutenção do grave quadro de concentração da renda, a redução das barreiras à incorporação de componentes importados no processo produtivo e a atuação dos principais oligopólios através de estratégias globalizadas têm feito prevalecer a lógica privada da localização industrial, que é, por princípio, concentradora.⁷⁷

Entretanto, a ampliação ou a manutenção da participação na produção da IT nacional, entre 1985 e 1998, de quase todos os Estados aponta, conforme já indicado, para a ampliação do espaço de localização das atividades, permitindo às empresas mais opções de escolha.

O que tem havido é uma maior seletividade na localização dos setores mais dinâmicos, entretanto, as regiões estão recebendo investimentos e passando por alterações em sua estrutura produtiva e não existe “vazio econômico”. Sem dúvida há grande heterogeneidade regional no país e a ocupação capitalista do território nacional, que se dá de forma desigual e combinada, produz, simultaneamente, focos de expansão do mercado interno e excedentes exportáveis regionalmente diversificados. Assim, o que há são regiões em processo de consolidação de sua estrutura produtiva, mas não vazias.

A confusão dos autores se dá ao transporem, para a análise do espaço econômico, os atributos do espaço territorial, pois há, sem dúvida, áreas desocupadas (vazio territorial) no país, mas não vazio econômico.

A esse respeito, Galvão e Vasconcelos (1999) apresentam análise consistente ao proporem uma tipologia sub-regional brasileira a partir de estudo das microrregiões geográficas do IBGE, concluindo pela existência de quatro conjuntos distintos de situações regionais: microrregiões de alta renda; dinâmicas de menor

⁷⁷ Veja o caso da fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações, em que o Amazonas teve sua participação reduzida de 30,3% para 23,1% da produção nacional, entre 1985 e 1998. Na fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos, Pernambuco era responsável por 4,0% da produção nacional, em 1985, e passando para 3,4% em 1998, segundo informações da série encadeada do Censo Industrial de 1985 e as PIAs de 1996 a 1998.

renda; estagnadas de média renda; e deprimidas tradicionais. A conclusão dos autores é consentânea com a forte heterogeneidade existente nas grandes regiões brasileiras e mostra que, embora, existam microrregiões quase desabitadas no Norte do país, não há vazio econômico.

Ressalte-se que, apesar de se considerar equivocada a tese do *divide* econômico e social e a existência de região vazia, o enfoque de Diniz, ao abordar questões específicas da indústria intensiva em conhecimento, é correto e contribui para o entendimento dos novos fatores de localização desses segmentos industriais.

Guimarães Neto é outro intérprete do desenvolvimento regional. Mantém, em seu trabalho, grande coerência analítica e considera a possibilidade de esgotamento provável da, desconcentração espacial a partir de meados dos anos 80. Atribuiu a interrupção do processo de desconcentração espacial, ou ao menos a redução de sua intensidade, ao aprofundamento da crise e da instabilidade no final dos anos 80 e à intensificação da crise fiscal e financeira do setor público que, através de seus gastos e financiamentos, foi o elemento indutor de grandes transformações desde o início da industrialização do país.

É o autor que mais tem frisado o fato de o processo de desconcentração, que interrompeu secular processo de concentração espacial, ter tido duração de “não mais que uma década e ter ocorrido no quadro geral de desaceleração, de início, e de crise e instabilidade da economia nacional”. Segundo ele (1997:58), “isso explica, em grande parte, os limites do processo de desconcentração e o fato de ter sido extremamente seletivo do ponto de vista setorial e espacial e insuficiente para reverter o alto grau de desigualdade e heterogeneidade existente na economia nacional, do ponto de vista social e espacial”.

Em texto de 1997 incorporou novos argumentos aos limites da desconcentração, analisando os impactos regionais da globalização e maior exposição da economia nacional à concorrência internacional, bem como os impactos espaciais da vigência de novo padrão tecnológico. Afirma que as atividades econômicas deverão **voltar a se concentrar** nas regiões de maior industrialização e de nível mais alto de renda por habitante. “No que se refere à vigência de um novo padrão tecnológico e a seus impactos espaciais, é de se esperar que as regiões mais

industrializadas – com maior capacidade tecnológica acumulada no decorrer da montagem da sua complexa estrutura industrial, ou em razão de sua maior integração com a economia nacional e da proximidade com os centros de pesquisa melhor qualificados do país, ou ainda em razão da melhor qualificação dos recursos humanos – venham a concentrar, nesse contexto, os novos empreendimentos que devam ser, no futuro imediato, os responsáveis pela dinâmica de suas economias e da economia nacional” Guimarães Neto (1997: 61).

O autor alerta para a intensificação dos níveis de tensão no pacto federativo, cada vez mais frágil, provocado por um “novo regionalismo”, ou “regionalismo contemporâneo”. “Com a infra-estrutura econômica deteriorada há anos, acumulando contingentes de subempregados, com uma evolução econômica caracterizada pela ausência de taxas significativas de crescimento ou a persistência de taxas muito reduzidas ou negativas de expansão, as regiões, através de seus grupos econômicos e políticos partiram para uma disputa que tende a intensificar, cada vez mais, os níveis de tensão no quadro de um pacto federativo cada vez mais frágil” Guimarães Neto, 1997:59).

O profundo conhecimento da realidade regional brasileira faz com que as análises desse autor tenham elevado grau de acerto. Realmente, a exacerbação da guerra fiscal tem trazido novos ingredientes ao regionalismo e os gêneros industriais de maior complexidade tecnológica têm se localizado no Estado de São Paulo, num movimento de reconcentração que problematiza a expansão em outras regiões.

Azzoni já havia estudado as vantagens aglomerativas – dividindo-as em economias de escala, de aglomeração e de urbanização – para explicar, que no Brasil, não há reversão da polarização, já que não teriam se formado áreas de crescimento industrial autônomas em relação ao poder de atração do principal centro urbano do país. Ao invés de “reversão da polarização”, estaria ocorrendo uma **“desconcentração concentrada”**, representada pela expansão geográfica da área mais industrializada do país, para os municípios localizados num raio de aproximadamente 150 km do centro da RMSP e dos centros urbanos de maior porte situados razoavelmente próximos à RMSP, sobretudo no sul de Minas e na região de Curitiba.

A RMSP continuaria desempenhando papel de principal centro de decisão e de inovação nacional. Sua atratividade teria se expandido graças à ampla base de serviços ofertados (sobretudo os mais sofisticados), importante fonte de vantagens aglomerativas *vis-à-vis* o perfil setorial das indústrias instaladas no Estado. Ocorreu, segundo Azzoni (1986a e 1986b), uma **dispersão** da atividade industrial, para uma região de aproximadamente 150 Km de raio a partir da capital. A questão da reversão da polarização ou dispersão das atividades econômicas deixou de ser central nas análises mais recentes de Azzoni, que, entretanto, não abandonou o debate sobre concentração espacial das atividades.

Ao analisar o deslocamento de atividades industriais de países centrais para outros menos desenvolvidos, Azzoni (1993) afirma que a desconcentração industrial em países desenvolvidos tem efeito concentrador no país hospedeiro, atuando contra a “reversão da polarização”, isso porque:

“Nos países menos desenvolvidos, todavia, a obtenção de níveis mínimos de economias externas, qualificação da mão-de-obra, aptidão para o trabalho em linhas de montagem, oferta mínima de infra-estrutura etc. acaba ocorrendo apenas em alguns poucos pontos do território, exatamente os grandes centros urbanos consolidados, simultaneamente o centro industrial desses países. Ou seja, essa desconcentração a nível mundial significa concentração nos países hospedeiros desses empreendimentos. Apenas com o passar do tempo e com o aumento significativo da ‘massa’ de produção nessas áreas centrais é que haveria um início de desconcentração, o que só ocorreria após um razoável grau de concentração nos estágios iniciais” (Azzoni, 1993: 11-12).

Analisando a indústria paulista a partir da PAEP/96, Azzoni e Santos (2000) destacam como particularidade o alto grau de concentração, estrutural e regional, afirmando haver bipolaridade nessa estrutura, com reduzido número de grandes empresas respondendo pela maior parcela de pessoal ocupado e de valor adicionado num pólo, e, no outro, enorme contingente de pequenas empresas, com pequena capacidade de gerar valor e absorver mão-de-obra. Regionalmente, três Regiões Administrativas (Campinas, Sorocaba e São José dos Campos), mais a RMSP respondem por mais de 80,0% do pessoal ocupado e do valor adicionado na

indústria paulista. Setorialmente, seis setores destacam-se tanto em pessoal ocupado quanto em valor adicionado (Azzoni e Santos, 2000: 23).

Há, segundo o autor, presença significativa de atividades sistemáticas de P&D nos principais setores da indústria paulista, que têm reduzida capacidade de absorção de mão-de-obra e de expansão do emprego. Além disso, “esses setores dinâmicos concentram-se naquelas quatro regiões do Estado, o que quer dizer que, caso ocorra expansão de suas atividades, ela irá reforçar a concentração espacial existente hoje.” (Azzoni e Santos, 2000: 24).

Em síntese, há concordância entre os principais analistas sobre o forte arrefecimento no processo de desconcentração. Os distintos argumentos indicam a interrupção ou forte redução de ritmo da desconcentração ocorrida nas décadas anteriores.

Síntese do Capítulo III

Após 1989 houve **crescente redução da atuação do Estado** em políticas de desenvolvimento regional, chegando ao seu quase abandono. A atuação do poder público se deu, basicamente, pela exacerbação da “guerra fiscal” entre unidades da federação e incentivo ao novo fluxo de investimento estrangeiro.

Com a interrupção do investimento público direto no setor produtivo, na ausência de projeto de desenvolvimento regional, a guerra fiscal foi o principal fator a alterar as vantagens locacionais existentes no pólo e em algumas outras regiões e influenciar, segundo o perfil do investimento, a decisão locacional.

Persistiu o estancamento do processo de desconcentração regional da economia. Na agropecuária, a agricultura itinerante e capitalizada tem expandido o cultivo de grãos, principalmente soja e milho, tanto em áreas de fronteira quanto em regiões de agricultura dinâmica, e reduzido em áreas de menor capitalização (Nordeste) ou com solo degradado por superexploração (RS), o que contribuiu para certa desconcentração.

Na indústria, a fragilidade da base de dados recomenda cautela nas conclusões, que serão melhor apresentadas no capítulo IV. As informações da PIMpf

indicam forte arrefecimento na desconcentração industrial, com pequena reconcentração em segmentos produtivos de maior complexidade tecnológica.

Foram observados dois momentos na economia regional até o final da década de 90, com diferentes impactos sobre as regiões.

Entre 1989 e 1994, houve desconcentração econômica a partir de São Paulo, que perdeu participação no PIB (37,8% para 34,1%). O processo de concentração produtiva regional foi retomado, a partir de 1994, com maior requerimento sobre a economia paulista, que ampliou sua participação no PIB, de 34,1% para 35,5%. Foi um período de efetiva reconcentração produtiva, pois baseou-se em novos investimentos e na redução da capacidade produtiva ociosa. Entretanto, ao longo do período 1989-98 as informações apontam pequena desconcentração com redução da participação de São Paulo no PIB nacional (37,8% para 35,5%).

Houve grandes alterações na indústria, pela ampliação da terceirização, novos processos produtivos e lançamentos de novos produtos, aumento de participação de componentes importados e novos entrantes. Entretanto, a produção física industrial cresceu apenas 3,5% entre 1989 e 1998, indicando que, provavelmente, a produção, em valor, cresceu ainda menos, ou mesmo retraiu.

A hipótese é que não se trata de nova etapa de integração produtiva mas de novo processo, com redução da integração na estrutura industrial e esgotamento de importantes fatores condicionantes da localização desconcentrada que, com a abertura comercial e a ausência de política nacional de desenvolvimento, tiveram reduzido impacto.

Infelizmente, a fragilidade das bases estatísticas do período não permite afirmações conclusivas, motivo pelo qual optou-se por desenvolver nova base para ancorar a interpretação, apresentada no próximo capítulo.

CAPÍTULO IV – A DINÂMICA INDUSTRIAL ENTRE 1985 E 1998

Como explicado no Capítulo II, após o censo industrial de 1985 as informações regionalizadas (estaduais) sobre produção industrial foram interrompidas, só retomadas a partir de 1996, com a reformulação da Pesquisa Industrial Anual (PIA), divulgada em 2000.⁷⁸ Entretanto, como esta é estruturada com nova classificação, tornou-se complexo o encadeamento de série temporal entre 1985 e 1996, dificultando a análise da evolução e transformações ocorridas pós 1985. A base estatística deste capítulo foi organizada com o reprocessamento do censo industrial de 1985 na nova classificação, encadeando-o com as PIAs (1996 em diante), cujos procedimentos metodológicos foram apresentados no Capítulo II.

O capítulo está organizado em dois tópicos, além desta introdução. O primeiro trata da dinâmica regional da indústria brasileira, destacando a estrutura produtiva e a participação dos principais estados. Quero lembrar que muitos dos fatores que explicam a dinâmica regional da indústria foram apresentados nos capítulos II e III tornando-se desnecessário repeti-los. O segundo estuda a produção industrial no Estado de São Paulo, dividindo-o em Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e Interior do Estado. Na análise da produção industrial da RMSP desagrega-se as informações para a capital e os demais municípios metropolitanos.

A Produção Industrial Brasileira entre 1985 e 1998

Sabe-se que a construção de série reais, em períodos de alta inflação apresenta distintos resultados em função do indexador utilizado. Ademais, a escalada inflacionária e a implantação de planos de estabilização em meio de período fazem com que qualquer desvio na mensuração do índice de preços seja “carregado” e tenha seu impacto ampliado, quanto maior for a série. Por isso, ela não foi usada nos outros capítulos.

⁷⁸ Como explicado no Capítulo II até a reformulação da PIA, em 1996 ela praticamente não era usada em análises regionais, em função de problemas na amostra.

Todavia, mesmo reconhecendo tais dificuldades, elaborei uma série real com o VTI de 1985 (Censo Industrial) e de 1998 (PIA) – cercando-me dos cuidados metodológicos necessários e fazendo as ressalvas pertinentes – para lançar algumas questões sobre o período. Antes de discutir os resultados, são necessárias algumas explicações e ressalvas:

- foi utilizado o IPA-OG médio, para a indústria extrativa mineral e para a indústria de transformação, em suas respectivas divisões da CNAE, pela inexistência de indexadores mais detalhados;
- o ideal seria adotar indicadores específicos para cada divisão da indústria, mas os índices setoriais do IPA-OG são divulgados em classificação da CAE/1985. As mediações necessárias para transpô-los (de gêneros para divisões) são muitas e podem gerar desvios de difícil mensuração;⁷⁹
- evitou-se, no restante da tese, trabalhar com séries reais para períodos longos, privilegiando a análise pela evolução das participações em cada momento;
- Haguenauer et alii (1998) alertaram para dificuldades de encadear séries dos Censos Industriais com as PIAs, pelas diferenças metodológicas, tanto no âmbito quanto nas unidades de investigação das pesquisas, advertindo que, nos Censos estão todas as empresas, independentemente do porte, enquanto nas PIAs encontram-se só as com cinco ou mais empregados em 31/12 do ano anterior à coleta. Todavia, observa-se, no Censo de 1985, que as empresas com até cinco empregados representavam 0,99% do VTI industrial geral e 0,45% do da indústria de transformação.⁸⁰ Essa participação era ainda mais reduzida nos segmentos industriais mais complexos, como bens de produção e duráveis de consumo, o que torna aquela diferença metodológica entre as pesquisas, menos relevante.⁸¹ Quanto às unidades de investigação: os Censos utilizavam estabelecimentos e as PIAs adotam unidades locais, o que reduz o

⁷⁹ Haguenauer et alii (1998) realizaram tal transposição adotando para divisões os indicadores divulgados para os gêneros correlatos. Entretanto, por acreditar que tal procedimento metodológico pode levar a desvios não mensurados nos resultados de diversos gêneros, optou-se por trabalhar com o IPA-OG médio da indústria de transformação e da extrativa mineral.

⁸⁰ Segundo Censo Industrial de 1985, Censos Econômicos de 1985, Censo Industrial nº 1. Dados Gerais. Brasil. IBGE. Tabela 9, pp XLIV.

⁸¹ A participação das microindústrias no total do VTI deve ter se mantido ou reduzido no período, pois, seu menor poder de mercado restringe sua capacidade de resposta, principalmente em períodos de crise ou de contração da demanda agregada.

número de respostas, mas não afeta a mensuração do VTI. Em síntese, esses não são obstáculos à construção de série. A maior dificuldade, superada nesta tese, são suas diferentes classificações.

- a *terceirização* de segmentos da atividade industrial aumentou muito após 1985, reduzindo o valor do PIB industrial, sem a proporcional alteração na produção física. Esse fato tem impacto de difícil mensuração, o que faz com que os resultados encontrados sejam observados com ressalvas;
- a desorganização das estatísticas nacionais, a substituição de metodologias e a elaboração de nova série do PIB sem a preocupação de reconstituição para períodos anteriores, prejudicam qualquer afirmação incisiva que pudesse checar os cálculos apresentados pois, não informa para anos anteriores a 1990 e só divulga o resultado a preços correntes do ano anterior, portanto, sem deflator implícito;
- a alternativa foi usar a série de Contas Regionais do Brasil, que traz o Valor Adicionado Bruto, a Preços Básicos, e possibilita algumas comparações (apesar das ressalvas apresentadas nos capítulos II e III). Constata-se que a IT reduziu sua participação no VA do Brasil, de 32,3% para 22,6%. Aplicando essas participações no PIB a preços de 1998 publicado pelo IPEA, constata-se que a produção industrial passou de R\$ 214 bilhões para R\$ 203 bilhões, entre 1985 e 1998 – indicando retração de 5,2%, o que é consistente com os cálculos apresentados a seguir.⁸²

Feitas as ressalvas, vejamos os números: o VTI da indústria geral do Brasil teve retração de 4,8%, e o da indústria de transformação 5,5%, entre 1985 e 1998. Somente a indústria extrativa mineral teve crescimento (17,4%), devido à forte expansão da extração de minerais não metálicos (221,0%) e da extração de minerais metálicos (188,8%). A extração de petróleo – que respondia por mais de 2/3 do VTI da IEM, em 1985 – passou por forte retração e induziu a conclusões equivocadas de alguns analistas regionais, pois, apesar de ampliação na produção física, passou por

⁸² Se for deflacionada a série PIB por Estados, do IPEA, divulgada em 2000, usando o IPA-OG da IT e aplicando-o à Indústria Geral (pois o PIB do IPEA não divulga dados para a IT, só para a IG) encontra-se uma retração de 18,8%, entre 1985 e 1998. Apesar de muito elevado, portanto provavelmente errado, sinaliza, também, que teria havido retração na produção da IT. (Parte do erro desse cálculo pode estar no uso do IPA da IT para a IG, pois sabe-se que a IEM teve crescimento)

forte retração no VTI (-46,9%), provocada por alterações em seus preços internacionais, que estavam elevados em 1985.

Tabela 31
Estrutura e Crescimento Real da Indústria Extrativa Mineral do Brasil, 1985 e 1998 (em %)

Divisões da Indústria Extrativa	Estrutura		Crescimento
	1985	1998	85-98
Indústrias Extrativas	100,0	100,0	17,4
Extração de Carvão Mineral	1,8	2,0	29,4
Extração de Petróleo e Serviços Correlatos	72,7	32,8	-46,9
Extração de Minerais Metálicos	18,6	45,8	188,8
Extração de Minerais Não-Metálicos	6,9	19,5	221,0

Fonte: Fundação IBGE/DEIND – Tabulação Especial do Censo Industrial de 1985 e PIA 1998.

A indústria predominantemente produtora de bens intermediários teve retração de 16,4% no período. Nos bens de capital e de consumo durável, a queda foi de 2,6% enquanto nos bens de consumo não-durável cresceu 9,2%. Essas médias ocultam taxas de expansão e retração muito distintas, sendo necessário analisar os resultados segundo as Divisões da CNAE.⁸³

Das 23 divisões da IT, somente 7 apresentaram expansão: produtos do Fumo (156,8%); edição, impressão e reprodução de gravações (150,9%); produtos alimentícios e bebidas (42,6%); fabricação e montagem de veículos (37,5%); equipamentos de instrumentação médico-hospitalares (17,4%); química (6,4%); e papel e celulose (5,3%). As maiores quedas ocorreram na têxtil (-54,1%), reciclagem (-46,1%), refino de petróleo e elaboração de combustíveis (-40,4%), metalurgia (-37,5%), máquinas para escritório e equipamentos de informática (-35,9), vestuário e acessórios (-34,8) e máquinas e equipamentos (-19,7%).

Observa-se que há grandes diferenças em relação às informações da PIMpf, tanto nas taxas de redução (da têxtil e metalurgia, entre outras) como nas de crescimento. A forte expansão de edição, impressão e reprodução de gravações não era sequer percebida, pois não se dispunha das informações coletadas pela PIM e a expansão das outras se anunciava menor.

A redução média de 2,6% nas indústrias do Grupo III (bens de capital e duráveis de consumo) oculta forte retração nos bens de capital, em parte

⁸³ Informações detalhadas sobre a Classificação Nacional de Atividades Econômicas podem ser encontradas no Capítulo II – Considerações Metodológicas e no Apêndice Metodológico.

compensada pela expansão de alguns bens duráveis, como montagem de veículos e instrumentos de precisão. Em síntese, a expansão se deu em setores predominantemente produtores de bens de consumo (8,4%), enquanto nos bens de produção houve retração de 16,9%.

Houve retração de 19,7% na indústria de máquinas e equipamentos, o que mostra que as mudanças na economia brasileira nos anos 90, acentuaram um certo padrão de divisão do trabalho no qual o país se coloca como importador de bens intensivos em tecnologia e capital e exportador de bens intensivos em mão-de-obra e, principalmente, recursos naturais.

Destaque-se que estudos de Laplane e Sarti (1999) e de Carneiro (2000), que utilizam distintos indicadores e bases de dados, também indicam retração na indústria de bens de produção.

A retração no setor de bens de produção certamente resulta de um processo de forte redução de fatores dinâmicos do crescimento de longo prazo da economia brasileira. Esses efeitos são regionalmente diferenciados e têm impacto sobre toda indústria, uma vez que, na dinâmica específica de acumulação, o setor de bens de consumo assume a dominância, mas não raro, sofre problemas de realimentação dinâmica. Por sua própria natureza, a indústria de consumo é incapaz de manter um crescimento autogerado, como ocorre na de bens de produção.

A forte exposição da indústria, a dominância do setor de bens de consumo e a retração do setor de bens de produção geraram efeitos depressivos na indústria brasileira. Note-se ainda que, como os principais fatores dinâmicos do crescimento são majoritariamente captados a partir dos bens de produção e que estes reduziram sua participação na produção industrial (dada a crise e a ampliação de suas importações), isto debilitou ainda mais a indústria.

É importante destacar que entre 1996 e 1998, quando o PIB teve crescimento acumulado de mais de 6%, a indústria de transformação cresceu apenas 1,8% e várias divisões tiveram retração: bens de produção cresceram 2,0%; bens de consumo 1,7% (não-duráveis cresceram 1,9%); bens intermediários tiveram o maior crescimento (2,9%) e bens de capital e de consumo durável ligeira retração (-0,1%).

Tabela 32

Crescimento Real da Indústria Geral do Brasil, segundo Divisão e Categorias de Uso(1) – 1985 - 1998

Divisões e Categorias de Uso	1985=100			1996=100
	1996	1997	1998	1998
Total da Indústria Geral	93,2	96,8	95,2	102,1
Indústrias Extrativas	107,2	101,7	117,4	109,5
Extração de Carvão Mineral	104,9	130,0	129,4	123,3
Extração de Petróleo e Serviços Correlatos	49,6	42,3	53,1	107,0
Extração de Minerais Metálicos	254,3	252,8	288,8	113,6
Extração de Minerais Não-Metálicos	308,9	303,7	321,0	103,9
Indústrias de Transformação	92,8	96,7	94,5	101,8
Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas	136,2	148,8	142,6	104,7
Fabricação de Produtos do Fumo	291,2	278,9	256,8	88,2
Fabricação de Produtos Têxteis	49,0	44,5	45,9	93,8
Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios	68,5	65,7	65,2	95,2
Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro, Artigos de Viagem e Calçados	88,7	77,4	74,5	83,9
Fabricação de Produtos de Madeira	70,1	75,6	69,8	99,6
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	115,5	106,4	105,3	91,1
Edição, Impressão e Reprodução de Gravações	229,3	254,4	250,9	109,4
Fabricação de Coque, Refino de Petróleo, Elaboração de Combustíveis Nucleares e Produção de Alcool	64,7	55,5	59,6	92,0
Fabricação de Produtos Químicos	100,8	104,8	106,3	105,5
Fabricação de Artigos de Borracha e Plástico	93,2	99,8	98,4	105,6
Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	64,5	73,1	79,0	122,5
Metalurgia Básica	59,4	66,6	62,5	105,1
Fabricação de Produtos de Metal - Exclusive Máquinas e Equipamentos	91,2	90,5	91,3	100,2
Fabricação de Máquinas e Equipamentos	82,8	88,5	80,3	97,0
Fabricação de Máquinas para Escritório e Equipamentos de Informática	66,1	65,0	64,1	97,1
Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	81,3	87,1	91,4	112,4
Fabricação de Material Eletrônico e de Aparelhos e Equipamentos de Comunicações	122,3	122,1	96,2	78,6
Fabricação de Equipamentos de Instrumentação Médico-Hospitalares, Instrumentos de Precisão e Ópticos, Equipamentos para Automação Industrial, Cronômetros e Relógios	104,2	106,9	117,4	112,7
Fabricação e Montagem de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias	134,5	148,8	137,5	102,3
Fabricação de Outros Equipamentos de Transporte	48,5	62,8	65,7	135,6
Fabricação de Móveis e Indústrias Diversas	67,5	68,7	72,5	107,5
Reciclagem	41,1	56,0	53,9	131,1
Categorias de Uso da Indústria de Transformação				
Indústria Predominantemente Produtora de Bens de Consumo Não-Duráveis	107,2	111,9	109,2	101,9
Indústria Predominantemente Produtora de Bens Intermediários	81,3	83,0	83,6	102,9
Indústria Predominantemente Produtora de Bens de Consumo Duráveis e Bens de Capital	97,5	104,9	97,4	99,9
Predominantemente Produtora de Bens de Consumo	106,6	112,5	108,4	101,7
Predominantemente Produtora de Bens de Produção	81,5	83,8	83,1	102,0

Fonte: Fundação IBGE/DEIND – Tabulações Especiais do Censo Industrial de 1985 e PIAs 1996, 1997 e 1998.

(1) Deflator Utilizado: IPA-OG (FGV) da Indústria Extrativa e da Indústria de Transformação, médias anuais.

Nas divisões da IT o maior crescimento, entre 1996 e 1998, ocorreu na fabricação de outros equipamentos de transportes, onde está a indústria aeroespacial, (35,6%). Mesmo assim, em 1998 sua produção em valor era 34,3% inferior à de 1985. As maiores retrações, entre 1996 e 1998, foram na fabricação de

material eletrônico e de comunicações (-21,4%), couro e calçados (-16,1%), fumo (11,8%), celulose e papel (-8,9%), refino de petróleo e produção de álcool (-8%) e têxteis (-6,2%).

A indústria de máquinas e equipamentos continuou retraindo-se (-3%), demonstrando claramente que prosseguiu a opção pelos importados.

Não obstante o desempenho da produção industrial no período, houve grandes transformações, tanto pela reestruturação produtiva como pela alteração no *mix* de produtos de cada segmento industrial, como explanado no Capítulo II. A estrutura industrial do país, em 1998, é bastante distinta da existente em 1985. As principais mudanças foram:

- redução de participação da indústria de bens de produção (de 56,1% para 49,3% da IT) e equivalente ampliação dos bens de consumo;
- crescimento dos bens de consumo não-duráveis (de 29,8% para 33,5%);
- redução da participação dos bens intermediários (de 46,6% para 42,4%);
- além disso, em 1985 a produção industrial do país estava dividida em 91,1% na IT e 8,9% na extrativa mineral, na qual a extração de petróleo tinha grande peso. Em 1998 a IT ampliou sua participação (93,7%), devido à forte queda dos preços do petróleo, com o que a participação do setor de extração de petróleo caiu de 6,5% para 1,8% da indústria geral.

Tabela 33

Estrutura da Indústria Geral do Brasil, segundo Categorias de Uso – 1985 e 1998 (em %)

Divisões da Indústria e Categorias de Uso	1985	1998
Indústria Geral	100,0	100,0
Indústria Extrativa	8,9	6,3
Extração de Carvão Mineral	0,1	0,1
Extração de Petróleo e Serviços Correlatos	6,5	1,8
Extração de Minerais Metálicos	1,1	1,5
Extração de Minerais Não-Metálicos	1,2	2,9
Indústria de Transformação	91,1	93,7
Predominantemente Produtora de Bens de Consumo Não-duráveis	29,8	33,5
Predominantemente Produtora de Bens Intermediários	46,6	42,4
Predominantemente Produtora de Bens de Capital e de Consumo Duráveis	23,6	24,1
Predominantemente Produtora de Bens de Consumo	43,9	50,7
Predominantemente Produtora de Bens de Produção	56,1	49,3

Fonte: Fundação IBGE/DEIND – Tabulações Especiais do Censo Industrial de 1985 e PIA 1998.

Das 23 divisões da IT, apenas 8 ampliaram suas participações e as principais alterações foram:

- nas divisões de consumo não-durável, aumento de participação da alimentícia e bebidas (12,3% para 18,6%) e de edição, impressão e reprodução de gravações (2,1% para 5,5%) e redução da têxtil (6,5% para 3,2%), vestuário (3,3% para 2,3%), móveis e diversas (3,2% para 2,4%) e couro e calçados (2,4% para 1,9%);
- nos bens intermediários, cresceu a participação da química (11,7% para 13,2%) e reduziu a da metalurgia básica (8,7% para 5,8%) e da fabricação de coque, refino de petróleo e produção de álcool (8,3% para 5,3%);
- na indústria de bens de capital e de consumo durável, as principais alterações foram: redução de participação de máquinas e equipamentos (8,0% para 6,8%), de máquinas, aparelhos e materiais elétricos (3,3% para 3,2%) e de máquinas para escritório e equipamentos de informática (0,8% para 0,6%) e ampliação da automobilística (5,6% para 8,1%).

Em síntese, as cinco principais divisões da IT, em 1985, eram: produtos alimentares e bebidas (12,3%), química – que havia adquirido grande significado depois da implantação dos pólos petroquímicos e dos complexos a eles articulados, no final dos 70 e início dos 80 – (11,7%), máquinas e equipamentos (8,0%), refino de petróleo e produção de álcool (8,3%) e têxtil (6,5%). Em 1998, a alimentícia e bebidas (18,6%) e a química (13,2%) permaneceram com as maiores participações. A montagem de veículos passou a ser a terceira (8,1%), seguida por máquinas e equipamentos (6,8%) e impressão, reprodução e gravações (5,5%).

Tabela 34
Estrutura da Indústria de Transformação do Brasil – 1985 a 1998 (em %)

Divisões da Indústria de Transformação	ano			
	1985	1996	1997	1998
Indústrias de Transformação	100,0	100,0	100,0	100,0
Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas	12,3	18,0	18,7	18,6
Fabricação de Produtos do Fumo	0,4	1,1	1,1	1,0
Fabricação de Produtos Têxteis	6,5	3,5	3,0	3,2
Confeção de Artigos do Vestuário e Acessórios	3,3	2,4	2,2	2,3
Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro, Artigos de Viagem e Calçados	2,4	2,3	2,0	1,9
Fabricação de Produtos de Madeira	1,6	1,2	1,2	1,2
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	3,2	3,9	3,5	3,6
Edição, Impressão e Reprodução de Gravações	2,1	5,1	5,4	5,5
Fabricação de Coque, Refino de Petróleo, Elaboração de Combustíveis Nucleares e Produção de Alcool	8,3	5,8	4,8	5,3
Fabricação de Produtos Químicos	11,7	12,7	12,9	13,2
Fabricação de Artigos de Borracha e Plástico	4,2	4,2	4,3	4,3
Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	5,0	3,5	3,7	4,2
Metallurgia Básica	8,7	5,5	6,0	5,8
Fabricação de Produtos de Metal - Exclusive Máquinas e Equipamentos	4,3	4,2	4,0	4,1
Fabricação de Máquinas e Equipamentos	8,0	7,2	7,3	6,8
Fabricação de Máquinas para Escritório e Equipamentos de Informática	0,8	0,6	0,5	0,6
Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	3,3	2,9	3,0	3,2
Fabricação de Material Eletrônico e de Aparelhos e Equipamentos de Comunicações	2,7	3,5	3,4	2,7
Fabricação de Equipamentos de Instrumentação Médico-Hospitalares, Instrumentos de Precisão e Ópticos, Equipamentos para Automação Industrial, Cronômetros e Relógios	0,8	0,9	0,9	1,0
Fabricação e Montagem de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias	5,6	8,0	8,5	8,1
Fabricação de Outros Equipamentos de Transporte	1,7	0,9	1,1	1,2
Fabricação de Móveis e Indústrias Diversas	3,2	2,3	2,3	2,4
Reciclagem	0,1	0,4	0,0	0,1

Fonte: Fundação IBGE/DEIND – Tabulações Especiais do Censo Industrial de 1985, PIAs 1996, 1997 e 1998.

A Dinâmica Regional da Indústria

As mudanças na estrutura regional da indústria, entre 1985 e 1998, são significativas e distintas das ocorridas entre 1970 e 1985. A principal diferença é a redução de participação do Nordeste. A desconcentração a partir de São Paulo foi praticamente estancada, mas o Sudeste prosseguiu reduzindo-a, principalmente devido à redução no RJ. Norte, Sul e Centro-Oeste ampliaram suas participações, com destaque para a do Sul.

Por unidade da federação, os resultados são mais complexos. No período 1970-85, apenas São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco registraram quedas de participação na IT nacional. Entre 1985 e 1998, além dos três, Bahia, Rio Grande do Norte e Sergipe também reduziram-na. Rio de Janeiro teve a maior redução (de

10,3% para 7,6%) e, como Pernambuco, não conseguiu reverter a perda de competitividade de sua indústria.

Alerta-se que a análise do período 1985-98 não deve ser feita com a mesma matriz analítica do período anterior. Antes o movimento era dicotômico, havia concentração e desconcentração industrial. A partir de 1985 o movimento tornou-se mais incerto. Em São Paulo, por exemplo, se observado o movimento da IT, houve pequena redução de participação (de 51,9% para 51,2%), estancando-se o processo de desconcentração. Na indústria geral, entretanto, ocorreu reconcentração (de 47,8% para 49,4%), puxada pela indústria extrativa mineral, cuja produção paulista expandiu-se de 1,5% para 5,0% do total do Brasil.

Este é um aparente contra-senso, pois a IEM – historicamente mais desconcentrada e com a maioria de suas divisões (de petróleo, extração de carvão e de minerais metálicos) não situadas em São Paulo – foi a responsável pela ampliação da participação paulista. Alguns fatores contribuíram para esta expansão, entre os quais destacam-se dois: a forte alteração na estrutura de preços relativos nas quatro divisões da IEM, com impactos sobre suas respectivas contribuições para o total; e o provável aumento da formalização nas empresas de extração de minerais não-metálicos (notadamente a classe extração de pedra, areia e argila) em São Paulo entre 1985 e 1998, maiores responsáveis pela ampliação da participação paulista.⁸⁴

É importante alertar que na última década a fiscalização ambiental em São Paulo tornou-se bem mais rígida, reduzindo a extração predatória de minerais não-metálicos (areia e argila) que historicamente ocorria no vale do Paraíba. Isso exigiu maior formalização das empresas que atuam no estado, o que explica, em parte a forte expansão do setor. O crescimento da participação paulista na IEM, portanto, deve ser observado com ressalvas.⁸⁵

⁸⁴ Em 1998 São Paulo respondeu por 25,5% da extração de minerais não-metálicos e por 37,7% da extração de pedra, brita e areia do Brasil, segundo a PIA

⁸⁵ As diferenças da participação paulista na indústria da construção civil e na indústria extrativa de minerais não-metálicos, em 1985, fazem crer que houve subestimação, provavelmente pela elevada taxa de informalização, comparada a 1998. De fato, atualmente a fiscalização ambiental exige que os agentes que atuam nesse setor estejam legalizados. Há o fato, também, de ter crescido significativamente o número de empresas atuando na extração de areia na RMSP, a maioria localizada em Mogi das Cruzes e adjacências.

Se observada a dinâmica regional da indústria geral, Rondônia também reduziu sua participação, devido à retração nas atividades de exploração da cassiterita. Assim, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Rio de Janeiro e Rondônia diminuíram suas participações na IG, enquanto São Paulo e os demais Estados ampliaram ou mantiveram-na. É importante destacar que a redução na exploração do manganês, no Amapá, teve forte impacto regional e reduziu a participação estadual na Indústria extrativa mineral, mas, por sua reduzida participação na indústria geral, foi estatisticamente irrelevante.

Tabela 35
Distribuição Regional da Indústria do Brasil – 1985-1998 (em %)

Regiões do Brasil e Estados	1985			1998		
	Ind. Extrativa Mineral	Ind. Transformação	Indústria Geral	Ind. Extrativa Mineral	Ind. Transformação	Indústria Geral
BRASIL	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
Norte	6.1	2.5	2.8	14.4	3.5	4.0
Rondônia	0.8	0.1	0.2	0.0	0.1	0.1
Acre	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Amazonas	2.9	1.7	1.8	2.1	2.6	2.6
Roraima	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Pará	2.4	0.6	0.7	12.3	0.7	1.2
Amapá	0.1	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Tocantins	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Nordeste	28.0	8.4	10.0	13.6	6.9	7.1
Maranhão	0.1	0.3	0.3	0.2	0.3	0.3
Piauí	0.0	0.1	0.1	0.0	0.1	0.1
Ceará	0.1	1.0	0.9	0.2	1.2	1.2
Rio Grande do Norte	7.8	0.4	1.0	5.0	0.2	0.4
Paraíba	0.1	0.4	0.4	0.2	0.4	0.4
Pernambuco	0.1	1.9	1.8	0.0	1.4	1.3
Alagoas	0.0	0.4	0.4	0.1	0.5	0.5
Sergipe	7.4	0.3	0.9	2.6	0.2	0.3
Bahia	12.3	3.7	4.4	5.3	2.5	2.6
Sudeste	62.1	71.8	71.1	64.3	68.7	68.5
Minas Gerais	10.2	8.4	8.6	25.4	8.7	9.4
Espírito Santo	4.7	1.2	1.5	10.2	1.2	1.5
Rio de Janeiro	45.7	10.3	13.2	23.6	7.6	8.2
São Paulo	1.5	51.9	47.8	5.0	51.2	49.4
Sul	2.6	16.0	14.9	4.6	18.4	17.9
Paraná	0.4	4.6	4.3	1.0	5.3	5.2
Santa Catarina	1.6	3.9	3.7	2.4	4.7	4.6
Rio Grande do Sul	0.7	7.4	6.9	1.2	8.4	8.1
Centro-Oeste	1.1	1.2	1.2	3.1	2.5	2.5
Mato Grosso do Sul	0.1	0.2	0.2	0.6	0.5	0.5
Mato Grosso	0.2	0.2	0.2	0.2	0.5	0.5
Goiás	0.8	0.7	0.7	2.3	1.2	1.3
Distrito Federal	0.0	0.2	0.2	0.0	0.3	0.3

Fonte: Fundação IBGE/DEIND – Tabulações Especiais do Censo Industrial de 1985 e PIA 1998.

Mesmo se a análise se restringir à dinâmica na IT, a discussão não é simples. Além da redução de participação de seis Estados (SP, RJ, PE, BA, RN e SE), o

debate sobre concentração ou desconcentração fica mais complexo quando a análise é feita a partir dos grupos, categorias de uso ou divisões da CNAE, pois houve várias mudanças, impulsionadas por novos investimentos, deslocamentos de plantas e encerramento de muitas.

A indústria de bens de consumo, que registrou expansão da produção, reconcentrou-a e a de bens de produção, que teve retração, desconcentrou-a. No segundo caso, a retração ocorrida na indústria de máquinas e equipamentos, muito concentrada em SP, refletiu mais naquele estado, que perdeu participação. Assim, a desconcentração se deu, em parte, pela maior retração em São Paulo, não se tratando exatamente de movimento real de desconcentração. Há, portanto, forte componente de mero resultado estatístico em algumas mudanças na desconcentração, como já apontado por Cano (1998).

Na indústria e bens de capital e duráveis e consumo, com forte concentração, houve suave desconcentração, com o Sudeste passando de 79,5% para 76,6%. Entretanto somente o Sul ampliou sua participação (11,6% para 14,5%). Nordeste, Norte e Centro-Oeste reduziram-na.

O Nordeste perdeu participação nas três categorias de uso, ao contrário do Sul, que ampliou-a. O Sudeste ganhou participação nos bens não-duráveis e perdeu nas outras, mas continua respondendo por 70,5% da produção industrial nacional. Norte e Centro-Oeste ampliaram suas participações somente em bens intermediários, o que mostra que a base de recursos naturais continua sendo responsável por grande parte da desconcentração para fora do Centro-Sul.

Para melhor visualização da estrutura e participação regional da indústria de transformação, ver Mapas 16, 17, 18 e 19, no Apêndice de Mapas e Gráficos.

Tabela 36

Distribuição e Participação Regional do VTI da Indústria Geral do Brasil, segundo Divisões e Categoria de Uso – 1985 (em %)

Divisões da Indústria e Categorias de Uso	Indústria Geral						Participação na Indústria Geral do Brasil					
	Brasil	CO	NE	NO	SE	SU	CO	NE	NO	SE	SU	Brasil
Indústria Geral	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	1,2	10,0	2,8	71,1	14,8	100,0
Indústrias Extrativas	8,9	44,8	23,1	25,9	7,2	1,5	6,2	25,9	8,2	57,3	2,5	100,0
Extração de Carvão Mineral	0,1	-	-	-	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	100,0
Extração de Petróleo e Serv. Correlatos	6,5	1,8	20,6	17,7	5,5	-	0,3	31,7	7,6	60,3	0,0	100,0
Extração de Minerais Metálicos	1,1	6,2	1,0	0,1	1,3	0,1	7,1	9,0	0,3	82,5	1,1	100,0
Extração de Minerais Não-Metálicos	1,2	36,8	1,5	8,1	0,4	0,4	38,9	12,7	19,4	23,9	5,0	100,0
Indústrias de Transformação	91,1	55,2	76,9	74,1	92,8	98,5	0,7	8,5	2,3	72,5	16,1	100,0
Predominantemente Produtora de Bens de Consumo Não-durável	29,8	36,2	42,2	21,8	25,2	45,3	0,9	12,0	1,7	61,1	24,4	100,0
Predominantemente Produtora de Bens Intermediários	46,6	53,2	49,7	19,6	49,0	37,6	0,9	9,0	1,0	76,2	13,0	100,0
Predominantemente Produtora de Bens de Capital e de Consumo Durável	23,6	10,6	8,1	58,6	25,8	17,1	0,3	2,9	5,7	79,5	11,6	100,0
Predominantemente Produtora de Bens de Consumo	43,9	46,2	46,6	76,5	40,6	52,8	0,8	9,0	4,0	67,0	19,3	100,0
Predominantemente Produtora de Bens de Produção	56,1	53,8	53,4	23,5	59,4	47,2	0,7	8,1	1,0	76,7	13,5	100,0

Fonte: Fundação IBGE/DEIND – Tabulações Especiais do Censo Industrial de 1985 e PIA 1998.

Tabela 37

Distribuição e Participação Regional do VTI da Indústria Geral do Brasil, segundo Divisões e Categoria de Uso – 1998 (em %)

Divisões da Indústria e Categorias de Uso	Indústria Geral						Participação na Indústria Geral do Brasil					
	Brasil	CO	NE	NO	SE	SU	CO	NE	NO	SE	SU	Brasil
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	2,5	7,1	4,0	68,5	17,9	100,0
Indústrias Extrativas	6,3	61,9	7,8	34,3	3,8	1,0	25,1	8,9	21,6	41,4	3,0	100,0
Extração de Carvão Mineral	0,1	0,0	0,0	1,8	0,0	0,4	0,0	0,1	46,4	0,1	53,3	100,0
Extração de Petróleo e Serviços Correlatos	1,8	1,0	4,6	11,8	1,3	0,1	1,4	18,6	26,7	52,1	1,1	100,0
Extração de Minerais Metálicos	1,5	4,0	1,2	1,2	1,9	0,0	6,7	5,8	3,0	84,3	0,2	100,0
Extração de Minerais Não-Metálicos	2,9	56,9	2,1	19,5	0,6	0,5	50,6	5,1	27,0	14,3	2,9	100,0
Indústrias de Transformação	93,7	38,1	92,2	65,7	96,2	99,0	1,0	7,0	2,8	70,3	18,9	100,0
Predominantemente Produtora de Bens de Consumo Não Duráveis	33,5	28,8	45,6	14,5	29,3	47,6	0,9	9,6	1,2	61,5	26,8	100,0
Predominantemente Produtora de Bens Intermediários	42,4	66,3	47,5	36,9	44,1	33,9	1,6	7,9	2,4	73,1	15,1	100,0
Predominantemente Produtora de Bens de Capital e Duráveis de Consumo	24,1	4,9	6,9	48,6	26,6	18,5	0,2	2,0	5,6	77,6	14,5	100,0
Predominantemente Produtora de Bens de Consumo	50,7	32,9	49,8	60,6	48,8	57,6	0,7	6,9	3,3	67,7	21,4	100,0
Predominantemente Produtora de Bens de Produção	49,3	67,1	50,2	39,4	51,2	42,4	1,4	7,2	2,2	73,0	16,2	100,0

Fonte: Fundação IBGE/DEIND – Tabulações Especiais do Censo Industrial de 1985 e PIA 1998.

Assim, as principais alterações na distribuição regional da produção da IT foram as seguintes:

- Na categoria de uso de bens de consumo não-duráveis – que é a mais desconcentrada regionalmente e se expande com a urbanização –, ampliou-se a concentração no Sudeste, impulsionada pela indústria de produtos

alimentícios e bebidas – que tem privilegiado o lançamento de novos produtos, focalizando segmentos de mercado com maior poder aquisitivo e passou por forte penetração de capitais internacionais – e pelas indústrias gráfica e de vestuário. A de fumo passou a se localizar, em mais de 50%, nos Estados do Sul, com grande redução da participação de SP e RJ. Têxtil e couros e calçados também desconcentraram-se, como já comentado na literatura. Santa Catarina e Ceará foram os Estados que mais ampliaram suas participações na têxtil, enquanto São Paulo e Rio de Janeiro foram os que mais perderam. Na Indústria de couro e calçados, Rio Grande do Sul, Ceará e Paraíba expandiram sua contribuição e São Paulo e Santa Catarina reduziram-na.

- Nos bens intermediários, houve declínio da participação do Sudeste e Nordeste e aumento para Sul, Centro-Oeste e Norte. Entretanto, a química, divisão mais complexa, reconcentrou-se no Sudeste, com redução da participação da BA, RJ, SE e RS e ampliação de SP. A região Sul só não ganhou participação nas indústrias de madeira e de papel e celulose. O Nordeste só ampliou sua participação em celulose e papel (com nova planta no sul da Bahia, a Bahiasul), em refino de petróleo, produção de álcool, minerais não metálicos e em produtos de metal.
- No conjunto da indústria de bens duráveis e de capital, somente a região Sul ampliou a participação, e as demais apresentaram queda. Entretanto, a indústria de máquinas para escritórios e equipamentos de informática, sofreu reconcentração em São Paulo, com ganhos também para Minas Gerais e Bahia e redução de participação para Paraná e Pernambuco. A indústria de material eletrônico e de aparelhos de comunicações apresentava grande concentração na Zona Franca de Manaus, mas com a abertura comercial e as mudanças na Lei de Informática houve significativas alterações, com reconcentração em São Paulo. Entre 1985 e 1998, AM, RJ, PE e RS perderam participação, enquanto SP, PR, SC e MG ampliaram. Na automobilística houve desconcentração a partir de São Paulo, com aumento da participação de MG, RS e RJ.⁸⁶ Na

⁸⁶ Em 1998 não haviam sido inauguradas as montadoras no Paraná, e o estado só apresentará crescimento mais significativo em anos posteriores.

fabricação de outros equipamentos de transportes (aviões, motos, barcos, vagões, etc.) Rio de Janeiro registrou forte redução e Amazonas e São Paulo tiveram expansão. A produção de motocicletas e barcos, em Manaus, e a indústria aeroespacial, de São José dos Campos foram as principais responsáveis pela ampliação. Na indústria de máquinas e equipamentos, que passou por forte retração no período, os principais Estados produtores (SP, RJ e RS) reduziram suas participações enquanto Paraná e Santa Catarina ampliaram-na.

A redução de custo de produção, provocada pelas diferenças salariais inter-regionais e nos impostos, taxas, preços públicos, incentivos fiscais e benefícios concedidos pelos Estados (guerra fiscal), facilitou o deslocamento e a realocação de plantas industriais, ou implantação de novas, em Estados com menor tradição industrial e sindical. Em alguns casos, como na indústria de bebidas, por exemplo, a estratégia competitiva interoligopólio foi localizar novas plantas em vários Estados, para reduzir custos de transporte.

A redução no custo da folha de salários e os benefícios e incentivos conseguidos com a “guerra fiscal” compensam a ampliação dos gastos com transportes. Esse movimento de desconcentração, por sua vez, foi facilitado pela redução relativa nos custos de transportes (pela *containerização*, redução de volume e peso dos produtos e maior disseminação dos meios de transportes), e ampliação das redes de infra-estrutura, por investimentos realizados no período anterior.⁸⁷

A ausência de políticas claras de desenvolvimento regional não impediu que houvesse muitos movimentos de localização, como no período anterior (1970-1985), com novos investimentos se instalando fora do pólo. A diferença principal é que, no primeiro período, além de o Estado atuar ativamente na formulação e implementação de políticas de desenvolvimento regional e de localização de novos investimentos em regiões pouco industrializadas, os investimentos diretos realizados pelo Estado seguiram, via-de-regra, tal orientação. Os investimentos no segundo período (pós-

⁸⁷ É preciso analisar com mais cuidado os componentes dos movimentos de desconcentração e da reconcentração em cada segmento, detalhada nos itens a seguir, para não parecer que há contradição entre estes e as tendências de reconcentração e busca de sinergias, (especialização, focalização, constituição de redes estáveis de fornecedores, etc.) apontadas na bibliografia.

1985), no entanto, não contaram com a participação direta do Estado – salvo quanto aos enormes benefícios concedidos pela guerra fiscal – e foram decididos, em grande medida, pela estrita lógica privada da localização industrial.

As dimensões continentais e a heterogeneidade do espaço produtivo nacional, em período marcado por movimentos defensivos, pela entrada de novos concorrentes e ampliação dos importados, e sob a égide da guerra fiscal, contribuíram para deslocamentos ou localização de novas plantas em Estados e regiões com pouca tradição industrial, contribuindo para o movimento de desconcentração. Por outro lado, empresas de setores tecnologicamente mais complexos, como o eletroeletrônico e o de telecomunicações, ao se instalarem no país, optaram por se localizar no pólo (São Paulo), o que contribuiu para amortecer o impacto da desconcentração promovida pela guerra fiscal.

Assim, setores com menor competitividade – com padrão tecnológico maduro – procuraram reduzir custos através do deslocamento espacial da produção. Esse tipo de desconcentração tem objetivo de ampliar ou manter a competitividade de forma espúria, como a redução de custos pelo pagamento de menores salários e/ou pela contratação de cooperativas de trabalhadores (com o que se elimina o pagamento de encargos trabalhistas), além da redução da carga tributária.

Ressalte-se que, em termos de segmentos produtivos, houve o duplo movimento, com setores se movendo no sentido da desconcentração regional e outros reconcentrando-se. Os que se desconcentraram beneficiaram-se, em grande medida, da redução de custos produtivos pelo pagamento de menores salários e impostos. Nos setores que passaram por reconcentração, a diminuição relativa dos incentivos à localização na Zona Franca de Manaus pela nova lei de informática, a concentração regional de renda (e do mercado), e os fatores ligados a sinergias externas à firma (rede de fornecedores, centros de pesquisa, mão-de-obra qualificada, etc.) são os principais elementos explicativos.

Destaca-se que, em países centrais, as transformações econômicas e sociais levaram ao desmantelamento de poderosos centros industriais (como por exemplo: Detroit e Chicago, nos Estados Unidos, Liverpool, Reino Unido e, recentemente Osaka, no Japão), ao surgimento de novos arranjos produtivos e alterações na

inserção de diversos centros na rede de cidades (Sassen, 1988 e 1990), possibilitando o surgimento, ou fortalecimento, de novos espaços produtivos que engendraram desenvolvimento regional e passaram a ser evocados como modelos a serem seguidos.⁸⁸ Para alguns, a reestruturação produtiva além de estar associada ao surgimento de novos arranjos produtivos – mais propícios de surgirem fora dos grandes centros industriais – viria acompanhada de deslocamento do centro dinâmico, pelo surgimento, ou consolidação, de novos centros produtivos, com novas formas de articulação interfirmando e destas com o espaço urbano. As regiões industriais tradicionais perderiam competitividade e não estariam no rol de “regiões que ganham”.⁸⁹

No Brasil, entretanto, não houve deslocamento do centro dinâmico, e as recentes instalações de unidades fora do núcleo são mais explicadas pela “guerra fiscal” que por criação de “externalidades benignas”.⁹⁰ O núcleo dinâmico continua sendo o Estado de São Paulo e mesmo na capital paulista, que teve perda relativa de participação na produção industrial (desconcentração), não se observam sinais de obsolescência no parque industrial. Está crescendo a participação em setores complexos, como o de máquinas de escritório e equipamentos de informática, dentre outros.⁹¹

Não obstante, houve ampliação da área de localização industrial em grande medida, pela expansão da produção em setores tradicionais, em menor proporção pela extrapolação das fronteiras estaduais e localização em estados vizinhos a São Paulo (principalmente no sul de Minas, norte do RJ e no Paraná), incorporação de novos espaços produtivos (Centro-Oeste e alguns Estados nordestinos) e consolidação de outros (estados do Sul, Minas Gerais, Espírito Santo, Pará e Amazonas).

Poucos foram os setores tecnologicamente mais complexos que não passaram por reconcentração mas ampliaram o raio de localização. Esse movimento ocorreu principalmente na indústria automobilística, impulsionado por fortes incentivos e

⁸⁸ São exemplos a Lombardia (Itália); Rhone-Alpes (França), Baden-Württemberg (Alemanha), Cataluña (Espanha), e Vale do Silício e Route 128 (EUA), que são recorrentemente apresentadas como as regiões que ganham.

⁸⁹ Ver a respeito: Becatini, 1990; Benko e Lipietz, 1992; Dunford, 1994; Regini, 1995; e Benko, 1996.

⁹⁰ Houve, sem dúvidas, expansão da região dinâmica, discutida a seguir.

benefícios fiscais e monetários oferecidos por alguns Estados e por novas tecnologias, que possibilitam plantas menores. Contudo, não houve deslocamento (fechamento de unidade produtiva em determinado local e transferência da produção para outra região) ou fechamento de plantas – com exceção do encerramento da produção da Gurgel e de uma antiga planta da Ford localizada na capital paulista –, sendo realizados fortes investimentos também no Estado de São Paulo, onde as empresas mantiveram seus centros de gestão.⁹²

Setores industriais com reduzida competitividade, dificuldade de incorporação de inovação e/ou com elevada participação de exportações em suas vendas têm optado por se deslocar para (ou se instalar em) regiões periféricas. São exemplos as expansões da têxtil no CE, de couro e calçados no CE e PB, de alimentos e bebidas no AM, GO, MS e MT, de confecções em SC, PR, GO e MG. Movimento oposto é observado nos setores industriais tecnologicamente mais complexos e/ou voltados ao mercado de maior renda pessoal, com reconcentração em São Paulo e nos Estados vizinhos.

O movimento mais intenso de desconcentração ocorreu na indústria do fumo, que se deslocou para o Sul e para MG, reduzindo sua produção em outras regiões produtoras (principalmente em SP e RJ). Em couros e calçados também foi observada alteração de estratégia locacional, com redução relativa de produção em São Paulo e ampliação no Nordeste, destacando-se CE e PB. Porém, Rio Grande do Sul, o maior produtor (56,8% da produção setorial), ampliou sua participação. No RS a existência de produtores de grandes porte, o capital previamente investido (o que tem sido chamado de “custos enterrados” ou “imobilizados”), a existência de um bem articulado “*cluster*” setorial (com *designs*, estrutura de treinamento e apoio à produção, fornecedores de couro, plásticos, borracha, outros produtos químicos, etc.) e maior inserção no mercado externo (o estado responde por 75% das exportações de calçados do país) mantiveram-no como o principal produtor.⁹³ Lembro que o VTI

⁹¹ A economia paulista será discutida no próximo item, quando o argumento será detalhado.

⁹² Algumas montadoras, como a Mercedes Bens, em Campinas, Ford, GM e Volkswagen usaram estratégias sutis para não fechar, deslocando linhas de produção como parte de redefinições estratégicas. Ver Bedê (1996)

⁹³ Piquet (2000), ao analisar a nova organização espacial da produção, destaca que, algumas empresas gaúchas, ao mesmo tempo que instalaram novas fábricas no nordeste mantiveram seu *cérebro* no RS onde definem os rumos estratégicos, os novos *designs*, contratam consultorias, etc.. Destaca, também que o salário médio no Sul é seis vezes maior que o do Ceará.

setorial nacional, em 1998, foi 25,5% inferior ao de 1985 e, no RS, mesmo ampliando sua participação, há crise setorial, como nos demais estados produtores do centro-sul.⁹⁴

A têxtil passou por estratégia similar, diminuindo relativamente sua produção em São Paulo e Rio de Janeiro, e ampliando-a no Nordeste, com destaque para o Ceará. Santa Catarina, principal produtor nacional, e o interior de São Paulo aumentaram suas participações, por terem perdas menores que a média (forte caráter estatístico).

Na indústria alimentícia e de bebidas houve reconcentração em São Paulo, em alguns compartimentos mais complexos (conservas e rações balanceadas) e naqueles nos quais o Estado tem estruturas produtivas e concorrenciais mais consolidadas, como em torrefação e moagem de café e fabricação e refino de açúcar. Entretanto, nos agroprocessados de grãos e carnes, houve expansão no Centro-Oeste e redução nos Estados do Sul.

Na indústria de bebidas a estratégia de ampliação de mercado foi reduzir custos de transporte, implantando novas unidades mais próximas do mercado consumidor. Houve também a implantação de grandes unidades de fabricação de concentrado para produção de refrigerantes para exportação e abastecimento do mercado interno, em Manaus.

Em síntese, nos bens não duráveis, a participação de São Paulo diminuiu na produção de couro e calçados, têxtil, fumo e vestuário e ampliou na indústria gráfica e alimentícia e bebidas. Nos bens intermediários, houve reconcentração na química, na fabricação de produtos de minerais não metálicos e em produtos de madeira e desconcentração nos demais. A indústria de máquinas e equipamentos passou por leve desconcentração, enquanto nos bens duráveis houve reconcentração na indústria de informática (máquinas de escritório e equipamentos de informática), de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações e na fabricação de outros equipamentos de transportes. É importante destacar que, em alguns casos, houve desconcentração, mas São Paulo continua respondendo por grande

⁹⁴ Sobre o setor calçadista ver Andrade e Corrêa (2001).

parte da produção nacional. Por exemplo, em 1998, o Estado respondia, por 71,6% da produção nacional da indústria automobilística, 68,2% da indústria de máquinas, aparelhos e materiais elétricos e por 63,0% da de máquinas e equipamentos.

Em síntese, aumentaram as opções espaciais de localização das atividades industriais no país, mas acentuou-se a **seletividade** pois, o processo de desconcentração tem sido ainda mais **seletivo** do ponto de vista setorial e espacial, que no período anterior (1970-1985).

As Tabelas 38 e 39, a seguir, apresentam a distribuição regional do VTI da Indústria do Brasil, segundo Divisões para os anos de 1985 e 1998. O Apêndice Estatístico traz tabelas com a estrutura industrial dos estados para os anos de 1985, 1996, 1997 1998 e a distribuição regional para aqueles anos.

Tabela 38

Distribuição Regional do VTI da Indústria do Brasil, segundo Divisões – 1985 (em %)

Divisões	DF	GO	MT	MS	RS	SC	PR	SP	RJ	ES	MG	BA	SE	AL	PE	PB	RN	CE	PI	MA	TO	AP	PA	RR	AM	AC	RO
Total	0,2	0,7	0,2	0,2	6,9	3,7	4,3	47,6	13,2	1,5	8,6	4,4	0,9	0,4	1,8	0,4	1,0	0,9	0,1	0,3	0,0	0,0	0,7	0,0	1,8	0,0	0,2
Indústrias Extrativas	0,0	0,8	0,2	0,1	0,7	1,6	0,4	1,5	45,7	4,7	10,2	12,3	7,4	0,0	0,1	0,1	7,8	0,1	0,0	0,1	0,0	0,1	2,4	0,0	2,9	0,0	0,8
Extração de Carvão Mineral	-	-	-	-	19,5	77,1	3,4	-	-	-	0,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Extração de Petróleo e Serviços Correlatos	-	-	-	-	0,0	0,0	-	0,0	62,2	3,4	-	15,0	10,2	-	-	-	9,2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Extração de Minerais Metálicos	0,0	0,2	0,5	0,6	0,7	0,0	0,2	0,1	0,0	11,1	47,1	5,7	-	0,0	-	0,3	0,6	0,1	-	0,0	0,0	0,5	12,6	-	15,3	-	4,4
Extração de Minerais Não-Metálicos	0,1	11,1	0,9	0,5	2,9	2,5	4,2	21,2	9,7	1,9	19,7	4,6	0,6	0,6	1,5	0,6	14,4	1,7	0,2	0,7	0,0	-	0,3	-	0,0	-	0,1
Indústrias de Transformação	0,2	0,7	0,2	0,2	7,5	3,9	4,6	51,9	10,3	1,2	8,4	3,7	0,3	0,4	1,9	0,4	0,4	1,0	0,1	0,3	0,0	0,0	0,6	0,0	1,7	0,0	0,1
Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas	0,3	2,3	0,7	0,7	12,3	6,3	9,5	36,6	5,8	1,7	7,4	3,2	0,5	1,5	4,8	0,5	0,5	2,6	0,3	0,6	0,0	0,0	1,2	0,0	0,6	0,0	0,1
Fabricação de Produtos do Fumo	0,0	0,1	0,0	0,0	12,2	0,1	3,9	15,6	13,7	0,0	37,7	2,9	0,2	0,0	9,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	4,2	0,0	0,0	0,0	0,0
Fabricação de Produtos Têxteis	0,0	0,3	0,0	0,2	2,5	8,6	2,9	50,7	7,0	0,8	10,2	2,5	1,7	0,4	3,2	2,0	1,3	3,6	0,3	0,0	-	-	0,6	-	1,2	-	0,0
Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios	0,1	0,5	0,0	0,0	6,1	14,9	1,8	43,2	13,2	1,0	5,7	1,1	0,3	0,0	2,8	0,2	2,9	4,9	1,0	0,1	0,0	0,0	0,1	-	0,1	-	0,0
Preparação de Couros e Fabricação de	0,0	0,4	0,1	0,0	50,0	2,4	1,4	30,0	1,5	0,6	5,4	1,0	0,1	0,0	3,7	1,2	0,2	1,2	0,4	0,0	-	-	0,3	0,0	0,1	-	0,0
Artefatos de Couro, Artigos de Viagem e Calçados																											
Fabricação de Produtos de Madeira	0,1	0,2	3,5	1,3	7,5	16,6	20,7	20,1	1,3	3,0	2,2	1,6	0,1	0,1	0,5	0,1	0,1	0,3	0,2	2,0	0,1	0,5	8,7	0,1	2,7	0,6	5,8
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	0,0	0,1	0,0	0,0	6,2	7,0	9,8	57,3	4,6	5,0	5,6	1,0	0,0	0,0	1,6	0,3	0,1	0,1	0,0	0,3	-	-	0,9	-	0,1	-	0,0
Edição, Impressão e Reprodução de Gravações	1,1	0,7	0,2	0,3	4,4	1,1	2,3	48,6	29,8	0,5	4,1	1,6	0,1	0,2	1,8	0,4	0,2	0,7	0,1	0,2	0,0	0,0	0,8	0,0	0,5	0,1	0,2
Fabricação de Coque, Refino de Petróleo, Elaboração de Combustíveis Nucleares e Produção de Alcool	0,0	0,8	0,1	0,5	4,4	0,2	9,8	54,4	12,1	0,2	9,5	5,9	0,0	0,5	0,2	0,4	0,3	0,0	0,0	0,1	0,0	-	0,0	-	0,6	0,0	0,0
Fabricação de Produtos Químicos	0,0	0,2	0,0	0,0	6,1	0,6	2,1	55,0	14,5	0,3	3,4	13,8	0,3	0,9	1,8	0,0	0,0	0,3	0,1	0,3	0,0	-	0,1	-	0,2	-	0,0
Fabricação de Artigos de Borracha e Plástico	0,0	0,1	0,0	0,0	7,0	5,4	2,4	66,6	9,7	0,1	2,6	1,5	0,0	0,0	1,1	0,5	0,0	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	-	1,3	0,3	0,3
Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	0,8	2,3	0,5	0,6	3,0	4,5	5,3	34,9	23,7	1,9	11,0	2,0	0,6	0,4	2,5	0,9	0,9	1,0	0,3	0,5	0,0	0,0	2,0	0,0	0,2	0,0	0,2
Metalurgia Básica	0,0	0,8	0,0	0,0	2,0	1,8	0,6	37,3	13,4	5,2	31,8	4,5	0,0	0,1	0,9	0,0	0,0	0,1	0,0	1,1	0,0	0,0	0,0	-	0,3	-	0,0
Fabricação de Produtos de Metal - Exclusive Máquinas e Equipamentos	0,1	0,2	0,1	0,1	11,2	1,9	1,7	62,6	9,6	0,3	8,1	0,6	0,0	0,0	1,2	0,1	0,0	0,5	0,0	0,2	0,0	0,0	0,3	0,0	1,2	0,0	0,0
Fabricação de Máquinas e Equipamentos	0,1	0,1	0,0	0,0	10,9	4,1	3,1	69,2	5,4	0,2	3,8	1,7	0,0	0,2	0,6	0,0	0,0	0,5	0,0	0,0	-	0,0	0,1	-	0,2	-	0,0
Fabricação de Máquinas para Escritório e Equipamentos de Informática	0,6	-	-	0,0	5,9	-	15,4	49,4	14,8	-	0,3	0,1	-	-	2,8	-	-	0,0	-	-	-	-	0,0	-	10,7	-	-
Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	0,0	0,3	0,0	0,0	3,4	3,7	2,6	71,5	6,7	0,6	3,6	2,1	0,0	0,0	4,0	0,0	0,0	0,3	-	0,0	-	-	0,1	-	0,9	-	0,0
Fabricação de Material Eletrônico e de Aparelhos e Equipamentos de Comunicações	1,1	0,0	0,0	0,0	2,2	0,5	2,4	55,7	4,7	0,0	1,7	0,0	0,0	-	1,3	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	-	0,0	-	30,3	-	-
Fabricação de Equipamentos de Instrumentação Médico-Hospitalares, Instrumentos de Precisão e Ópticos, Equipamentos para Automação Industrial, Cronômetros e Relógios	0,1	0,0	-	-	3,9	3,6	0,7	59,4	7,8	0,0	7,4	0,0	0,0	-	0,1	0,0	0,0	0,6	0,0	0,0	-	-	0,0	-	16,4	-	-
Fabricação e Montagem de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias	0,0	0,1	0,0	0,0	4,3	0,8	3,5	81,8	1,1	0,0	7,8	0,1	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Fabricação de Outros Equipamentos de Transporte	0,0	0,1	0,2	0,0	0,6	1,3	0,4	42,7	40,6	1,1	1,6	0,4	0,0	-	0,6	0,0	0,0	1,1	0,0	0,0	-	0,0	0,5	-	8,7	-	0,1
Fabricação de Móveis e Indústrias Diversas	0,2	0,3	0,1	0,1	11,0	5,3	6,5	58,0	6,7	0,5	3,9	0,9	0,1	0,1	1,4	0,3	0,3	0,4	0,4	0,2	0,0	0,0	0,4	0,1	2,8	0,0	0,1
Reciclagem	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE/DEIND – Tabulações Especiais do Censo Industrial de 1985.

- Informação inexistente

Tabela 39

Distribuição Regional do VTI da Indústria do Brasil, segundo Divisões – 1998 (em %)

Divisões	DF	GO	MT	MS	RS	SC	PR	SP	RJ	ES	MG	BA	SE	AL	PE	PB	RN	CE	PI	MA	TO	AP	PA	RR	AM	AC	RO
Total	0,3	1,3	0,5	0,5	8,1	4,6	5,2	49,4	8,2	1,5	9,4	2,6	0,3	0,5	1,3	0,4	0,4	1,2	0,1	0,3	0,0	0,0	1,2	0,0	2,6	0,0	0,1
Indústrias Extrativas	0,0	2,3	0,2	0,6	1,2	2,4	1,0	5,0	23,6	10,2	25,4	5,3	2,6	0,1	0,0	0,2	5,0	0,2	0,0	0,2	0,0	0,0	12,3	0,0	2,1	0,0	0,0
Extração de Carvão Mineral	-	-	-	(x)	(x)	65,8	(x)	(x)	(x)	-	(x)	(x)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Extração de Petróleo e Serviços Correlatos	-	-	-	-	-	(x)	-	-	(x)	(x)	-	6,7	5,4	(x)	-	-	12,4	-	-	-	-	-	(x)	-	5,2	-	-
Extração de Minerais Metálicos	(x)	0,1	0,0	1,3	(x)	(x)	(x)	(x)	0,1	18,7	49,6	4,5	-	-	(x)	(x)	(x)	-	-	-	-	-	24,3	-	(x)	-	0,0
Extração de Minerais Não-Metálicos	0,1	11,5	0,9	(x)	2,8	2,9	5,0	25,5	9,3	(x)	(x)	(x)	4,3	(x)	1,5	(x)	(x)	1,3	0,0	0,9	0,2	-	(x)	-	(x)	(x)	0,1
Indústrias de Transformação	0,3	1,2	0,5	0,5	8,4	4,7	5,3	51,2	7,6	1,2	8,7	2,5	0,2	0,5	1,4	0,4	0,2	1,2	0,1	0,3	0,0	0,0	0,7	0,0	2,6	0,0	0,1
Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas	0,6	3,9	1,7	1,9	10,2	5,4	7,6	39,0	5,8	1,3	8,3	2,2	0,3	1,5	2,7	0,5	0,5	1,8	0,2	0,3	0,1	0,0	0,9	0,0	3,1	0,0	0,2
Fabricação de Produtos do Fumo	(x)	0,0	0,0	(x)	28,4	9,2	15,9	4,0	0,6	-	39,8	1,0	0,4	0,7	-	0,0	-	(x)	-	0,0	-	(x)	-	(x)	(x)	(x)	-
Fabricação de Produtos Têxteis	0,0	0,4	0,0	0,1	2,2	15,0	3,8	47,9	3,8	0,7	11,1	1,2	1,7	0,4	1,0	1,6	1,6	6,7	0,0	0,2	(x)	-	0,2	-	0,5	-	-
Confeção de Artigos do Vestuário e Acessórios	0,1	1,6	0,0	0,0	5,4	22,4	4,1	39,4	8,9	1,3	6,9	1,1	0,1	0,0	1,5	1,1	1,3	3,7	0,8	0,0	0,0	(x)	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro, Artigos de Viagem e Calçados	0,0	0,3	0,2	0,3	56,8	1,3	1,8	16,3	2,4	0,6	4,6	0,7	0,4	0,0	0,7	3,3	0,2	9,4	0,2	(x)	0,0	-	0,2	-	(x)	-	0,0
Fabricação de Produtos de Madeira	0,3	0,3	6,2	0,4	7,0	16,5	22,6	22,7	1,3	0,4	2,9	0,7	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,2	0,0	0,9	0,0	0,0	11,4	0,0	1,3	0,1	4,3
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	0,0	0,2	0,0	0,0	6,7	7,3	8,8	55,2	2,7	5,1	5,9	4,3	0,0	0,0	0,9	0,1	0,0	0,3	0,0	0,0	(x)	(x)	1,8	-	0,2	(x)	0,0
Edição, Impressão e Reprodução de Gravações	1,1	0,9	0,2	0,1	4,7	1,0	5,6	59,2	16,7	0,5	3,7	1,2	0,1	0,2	1,2	0,3	0,2	0,6	0,1	0,2	0,0	0,0	0,2	0,0	1,8	0,0	0,0
Fabricação de Coque, Refino de Petróleo, Elaboração de Combustíveis Nucleares e Produção de Alcool	-	1,0	0,8	0,8	(x)	0,0	7,3	51,4	(x)	0,2	6,7	5,3	(x)	0,8	0,8	0,6	(x)	0,9	(x)	0,2	(x)	-	0,0	-	(x)	-	-
Fabricação de Produtos Químicos	0,1	0,9	0,1	0,0	5,7	0,7	2,5	62,1	11,9	0,2	3,9	7,7	0,1	1,1	1,5	0,0	0,0	0,5	0,1	0,2	0,0	(x)	0,1	(x)	0,6	(x)	0,0
Fabricação de Artigos de Borracha e Plástico	0,0	0,6	0,1	0,1	8,4	7,6	3,8	62,1	6,9	0,2	3,9	1,9	0,1	0,3	0,9	0,3	0,2	0,5	0,0	0,0	0,0	(x)	0,0	-	1,9	0,0	0,0
Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	1,7	1,9	0,8	1,1	4,3	7,2	5,5	38,8	7,6	3,8	16,2	1,6	1,0	0,3	2,4	1,7	0,5	1,1	0,2	0,6	0,1	0,0	0,8	0,0	0,8	0,0	0,1
Metalurgia Básica	0,0	1,0	0,1	0,0	3,2	3,1	1,4	27,1	18,1	6,3	29,3	2,4	0,0	0,0	0,7	0,0	0,0	0,2	0,0	2,7	(x)	-	4,2	-	0,2	-	(x)
Fabricação de Produtos de Metal - Exclusive Máquinas e Equipamentos	0,1	0,6	0,1	0,2	11,2	3,1	4,1	55,8	5,7	0,5	11,0	0,9	0,0	0,0	1,7	0,1	0,0	0,7	0,0	0,0	0,5	0,0	0,2	0,0	3,5	0,0	0,0
Fabricação de Máquinas e Equipamentos	0,3	0,2	0,0	0,0	9,9	7,9	5,3	63,9	3,8	0,3	4,1	0,8	(x)	0,2	0,6	0,0	0,0	1,0	0,1	0,0	(x)	-	0,1	-	1,5	-	(x)
Fabricação de Máquinas para Escritório e Equipamentos de Informática	1,3	(x)	(x)	(x)	5,9	0,5	4,3	63,5	(x)	0,1	2,5	7,9	(x)	(x)	0,3	-	-	(x)	(x)	(x)	-	-	(x)	-	12,1	-	-
Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	0,0	0,1	0,0	0,0	6,3	6,7	4,0	68,2	4,1	0,2	3,8	1,7	0,0	(x)	3,4	0,0	(x)	0,5	0,0	0,0	(x)	-	0,0	(x)	0,8	-	-
Fabricação de Material Eletrônico e de Aparelhos e Equipamentos de Comunicações	0,0	0,0	-	0,0	2,1	0,9	6,4	63,6	1,8	(x)	1,9	0,0	-	-	0,0	(x)	(x)	0,0	(x)	-	-	(x)	-	-	23,1	-	-
Fabric. De Equip. de Instrument. Médico-Hospit., Instrum. De Precisão e Ópticos, Equip. para Automação Industrial, Cronômetros e Relógios	0,1	0,0	(x)	0,0	5,5	2,6	5,1	55,8	12,2	0,0	4,2	0,3	(x)	0,0	0,1	0,2	0,0	1,1	(x)	-	-	-	(x)	-	12,8	-	-
Fabricação e Montagem de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias	0,0	0,0	0,0	0,0	5,8	1,2	3,2	71,6	4,0	0,2	13,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	-	0,0	(x)	0,2	(x)	0,0
Fabricação de Outros Equipamentos de Transporte	0,0	0,3	(x)	0,1	(x)	0,8	0,4	51,2	10,1	0,7	2,8	0,3	(x)	(x)	1,4	(x)	0,1	0,3	(x)	0,1	-	-	1,6	-	29,5	-	(x)
Fabricação de Móveis e Indústrias Diversas	0,2	0,5	0,1	0,1	14,6	6,9	11,4	44,5	5,5	0,6	9,0	0,5	0,2	0,0	1,0	0,1	0,3	0,5	0,2	0,1	0,0	0,0	0,2	0,0	3,3	0,0	0,1
Reciclagem	-	(x)	-	-	5,3	4,0	4,0	41,4	17,8	(x)	16,1	4,0	-	-	(x)	-	(x)	0,9	-	(x)	-	-	-	-	(x)	-	-

Fonte: IBGE/DEIND – PIA 1998.

(x) Sigilo estatístico.

- Informação Inexistente.

A Indústria Paulista

A retração da produção industrial foi mais forte em São Paulo do que na média do país, o que permite afirmar que a pequena redução da concentração teve forte componente meramente estatístico. Isto exige maiores cuidados antes da afirmação de continuidade da desconcentração, ainda mais quando se sabe que o movimento da indústria não foi mais determinado pela política de desenvolvimento regional e investimentos públicos, como ocorreu entre 1970 e 1985, mas sim por retração na produção e pela lógica privada da localização industrial, na qual a “guerra fiscal” adquiriu grande relevância.

Em síntese, o processo de desconcentração foi **estancado** e a redução de São Paulo, quando observadas as principais regiões produtoras, foi espacialmente limitada à capital, que teve forte redução de sua participação na indústria geral (13,8% para 11,2% do VTI do Brasil) e na de transformação (15,0% para 11,6%). Nos demais municípios daquela metrópole (RMSP exclusive capital), houve concentração em ambas (13,0% para 13,8% e 14,1% para 14,4%, respectivamente). Em síntese, a RMSP perdeu participação (26,8% para 25,0%, na indústria geral e 29,2% para 26,0%, na indústria de transformação do Brasil), graças à redução ocorrida na capital, conforme será detalhado no item a seguir.⁹⁵

O interior (Estado exclusive RMSP) ampliou sua participação na produção industrial do país: de 21,0% para 24,4%, na indústria geral e de 22,7% para 25,2%, na de transformação.

Tabela 40						
Distribuição Regional da Indústria Geral do Estado de São Paulo –1985-1998 (em %)						
Regiões	1985			1998		
	IEM	IT	IG	IEM	IT	IG
BRASIL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Sudeste	62,1	71,8	71,1	64,3	68,7	68,5
São Paulo	1,5	51,9	47,8	5,0	51,2	49,4
RMSP	0,6	29,2	26,8	2,0	26,0	25,0
Capital	0,1	15,0	13,8	0,9	11,6	11,2
RMSP exclusive Capital	0,5	14,1	13,0	1,1	14,4	13,8
Interior	0,9	22,7	21,0	3,0	25,2	24,4

Fonte: IBGE/DEIND – Tabulações Especiais do Censo Industrial de 1985 e da PIA 1998.
IEM – Indústria Extrativa Mineral; IT – Ind. de Transformação e IG – Ind. Geral

⁹⁵ Tabelas com informações mais detalhadas estão no Apêndice Estatístico.

São Paulo ampliou a concentração em oito divisões da indústria de transformação: gráfica; química; equipamentos de informática; material eletrônico e aparelhos e equipamentos de comunicações; alimentos e bebidas; minerais não metálicos; outros equipamentos de transportes e madeira. Em outras quatro, a despeito da queda de participação, o Estado concentra mais de 60% da produção nacional: fabricação de veículos automotores (71,6%); máquinas, aparelhos e materiais elétricos (68,2%); máquinas e equipamentos (63,9%); e artigos de borracha e plástico (62,1%). As maiores reduções de participação ocorreram na indústria do fumo, de couro e calçados, metalurgia básica e móveis e indústrias diversas. Ver Gráfico 1, no Apêndice de Mapas e Gráficos.

Houve, também, forte concentração industrial em São Paulo em grupos mais complexos, mesmo nas divisões consideradas tradicionais.⁹⁶ Na indústria de alimentos, responde por 62,2% da produção de conservas; na têxtil, por 68,3% da fabricação de tecidos e artigos de malha; na química, por 80,2% da fabricação de fibras, fios, cabos e filamentos contínuos artificiais e sintéticos, por 72,8% da fabricação de produtos farmacêuticos, por 77,6% da fabricação de sabões, detergentes, produtos de limpeza e de perfumaria e por 74,8% de tintas, vernizes, esmaltes, lacas e produtos afins.

Na de produtos de minerais não-metálicos, sua participação aumentou, devido à grande concentração (81,2%) na fabricação de vidro e seus produtos, em 1998. Na metalurgia básica responde por 70,1% da produção de forjaria, estamparia, metalurgia do pó e serviços de tratamento de metais, na de máquinas e equipamentos, por 75,8% de máquinas-ferramenta e, na de máquinas, aparelhos e materiais elétricos, por 85,2% de material elétrico para veículos – exclusive baterias – e por 77,2% de fios, cabos e condutores elétricos isolados.

Na indústria eletrônica e de comunicações, produz 79,1% dos aparelhos e equipamentos de telefonia e radiotelefonia e de transmissores de televisão e rádio e 72,7% do material eletrônico básico. Na de instrumentos de precisão, concentra 76,5% da fabricação de aparelhos e instrumentos de medida, teste e controle – exclusive equipamentos para controle de processos industriais e – 69,6% da fabricação de máquinas, aparelhos e equipamentos de sistemas eletrônicos dedicados à automação industrial e controle do processo produtivo.

Na fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias, 80,1% da produção de automóveis, caminhonetas e utilitários e 71,8% de peças e acessórios para veículos automotores. Na fabricação de outros equipamentos de transporte, as maiores participações são na construção, montagem e reparação de aeronaves (84,0%) e na construção, montagem e reparação de veículos ferroviários (77,6%).

Em síntese, São Paulo concentra parcela significativa da produção dos grupos tecnologicamente mais complexos em quase todas as divisões da IT (Tabela 16 do Apêndice Estatístico). Pode-se concluir que a produção industrial de São Paulo passou a ser ainda mais seletiva, com concentração ou manutenção de elevada participação em divisões tecnologicamente mais complexas.

Outra questão importante a destacar é que São Paulo, mesmo com a “guerra fiscal”, continua recebendo novos investimentos industriais. Entre as intenções de investimento anunciadas para o Brasil e divulgadas pelo Ministério do Desenvolvimento e do Comércio Exterior, a participação de São Paulo no total nacional é elevada exatamente em segmentos com maior densidade tecnológica, a exemplo de instrumentos hospitalares, informática, eletrodomésticos, material eletrônico e de comunicações, tratores e máquinas agrícolas, autopeças, máquinas e equipamentos e veículos automotores.⁹⁷

Quanto à distribuição espacial da indústria, observa-se convergência entre as estruturas das indústrias metropolitana e do interior, com redução das especificidades antes observadas, pois a indústria localizada no interior também tornou-se mais diversificada e complexa.

Isso não significa que o espaço produtivo paulista seja homogêneo. Há especificidades tanto na estrutura produtiva metropolitana em comparação à do interior quanto na da capital em relação à dos demais municípios metropolitanos, que requerem análises regionais, pois as médias estaduais ocultam significativas diferenças regionais.

⁹⁶ Grupo é a classificação das atividades econômicas no terceiro dígito. Ver no Apêndice Metodológico nota sobre a CNAE.

⁹⁷ As informações sobre os investimentos anunciados para o Brasil foram tiradas do site: <http://www.brasil.gov.br/mdce>

Tabela 41

Participação Regional de São Paulo, RMSP, Capital e Interior na Indústria Geral do Brasil, segundo Divisões – 1985 e 1998 (em %)

Divisões da Indústria	Estado de São Paulo		Região Metropolitana de São Paulo						Interior (SP exclusive RMSP)	
			Total da RMSP		Município de São Paulo		RMSP exclusive Capital			
	1985	1998	1985	1998	1985	1998	1985	1998	1985	1998
INDÚSTRIA GERAL	47,8	49,4	26,8	25,0	13,8	11,2	13,0	13,8	21,0	24,4
Indústrias Extrativas	1,5	5,0	0,6	2,0	0,1	0,9	0,5	1,1	0,9	3,0
Extração de Carvão Mineral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Extração de Petróleo e Serviços Correlatos	0,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Extração de Minerais Metálicos	0,1	-	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0	0,0	0,1	-
Extração de Minerais Não-Metálicos	21,2	25,5	9,0	10,1	2,0	4,3	7,0	5,9	12,2	15,4
Indústrias de Transformação	51,9	51,2	29,2	26,0	15,0	11,6	14,1	14,4	22,7	25,2
Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas	36,7	39,0	11,6	11,0	8,1	6,8	3,5	4,3	25,1	28,0
Fabricação de Produtos do Fumo	15,6	4,0	15,6	4,0	15,6	4,0	0,0	-	0,0	0,0
Fabricação de Produtos Têxteis	50,5	47,9	27,5	21,2	17,6	8,5	9,9	12,7	23,0	26,7
Confeccção de Artigos do Vestuário e Acessórios	43,2	39,4	33,4	33,1	28,1	27,1	5,3	6,0	9,8	6,3
Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro, Artigos de Viagem e Calçados	30,0	16,3	5,0	2,4	2,9	1,2	2,2	1,2	25,0	13,9
Fabricação de Produtos de Madeira	20,1	22,7	5,7	2,5	2,9	0,7	2,9	1,8	14,4	20,2
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	57,3	55,2	33,5	26,0	15,3	5,7	18,2	20,3	23,8	29,2
Edição, Impressão e Reprodução de Gravações	48,6	59,2	45,4	54,0	40,1	38,4	5,2	15,6	3,2	5,2
Fabricação de Coque, Refino de Petróleo, Elaboração de Combustíveis Nucleares e Produção de Alcool	54,4	51,4	3,1	8,0	0,3	0,3	2,9	7,8	51,3	43,4
Fabricação de Produtos Químicos	54,9	62,1	35,1	41,5	13,4	15,9	21,8	25,5	19,8	20,6
Fabricação de Artigos de Borracha e Plástico	66,5	62,1	48,6	38,3	26,1	16,8	22,4	21,5	17,9	23,8
Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	34,9	38,8	17,5	16,6	8,1	7,0	9,4	9,6	17,4	22,2
Metalurgia Básica	37,3	27,1	18,8	8,4	6,0	3,0	12,8	5,4	18,5	18,7
Fabricação de Produtos de Metal - Exclusive Máquinas e Equipamentos	62,6	55,8	51,0	36,9	26,8	18,8	24,2	18,1	11,6	18,9
Fabricação de Máquinas e Equipamentos	69,2	63,9	46,2	31,9	24,1	17,2	22,1	14,7	23,0	31,1
Fabricação de Máquinas para Escritório e Equipamentos de Informática	49,4	63,5	44,1	49,1	36,6	37,2	7,6	11,9	5,3	14,4
Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	71,5	68,2	49,9	39,6	27,4	14,9	22,5	24,7	21,6	28,6
Fabricação de Material Eletrônico e de Aparelhos e Equipamentos de Comunicações	55,7	63,6	36,6	30,7	21,8	7,4	14,9	23,3	19,1	32,9
Fabricação de Equipamentos de Instrumentação Médico-Hospitalares, Instrumentos de Precisão e Ópticos, Equipamentos para Automação Industrial, Cronômetros e Relógios	59,4	55,8	47,8	32,2	30,7	21,3	17,1	10,9	11,6	23,6
Fabricação e Montagem de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias	81,8	71,6	49,4	32,0	12,3	3,9	37,1	28,1	32,4	39,6
Fabricação de Outros Equipamentos de Transporte	42,7	51,2	17,6	13,2	14,8	10,4	2,7	2,8	25,1	38,0
Fabricação de Móveis e Indústrias Diversas	58,0	44,5	42,1	26,3	25,8	11,8	16,3	14,6	15,9	18,2
Reciclagem	-	41,4	24,0	7,3	17,4	3,7	6,6	3,6	-	34,1

Fonte: IBGE/DEIND – Tabulações Especiais do Censo Industrial de 1985 e da PIA 1998.

A Produção Industrial na Região Metropolitana de São Paulo

A RMSP é o núcleo predominante da acumulação de capital no Brasil uma vez que sedia as grandes organizações industriais, financeiras e comerciais que se encarregam da realização e valorização do capital.

Continua sendo a principal área industrial do país, respondendo por mais de ¼ do VTI da IT, com produção mais expressiva que a das grandes regiões, exceto o Sudeste. Em 11 das 23 divisões da IT, sua participação supera 30% da produção nacional, e em três delas ultrapassam 40%: gráfica (54,0%); máquinas para escritórios e equipamentos de informática (49,1%) e química (41,5%).

As principais alterações em sua estrutura industrial foram: forte ampliação na participação das indústrias de impressão, reprodução e gravação (3,2% para 11,4% do VTI da IT metropolitana), química (14,1% para 21,1%) e alimentícia e bebidas (4,9% para 7,9%); e redução da têxtil (6,2% para 2,6%), máquinas e equipamentos (12,7% para 8,3%), metalurgia básica (5,6% para 1,9%) e fabricação de móveis (4,6% para 2,5%). Ver Gráfico 2, no Apêndice de Mapas e Gráficos.

Se observada a distribuição da produção regional do país, houve reconcentração na RMSP, em quatro divisões: gráfica; química; máquinas para escritórios e equipamentos de informática; e refino de petróleo, combustíveis e álcool, esta última, porém, de pouca expressão na produção metropolitana.

As alterações na estrutura produtiva da indústria metropolitana assemelham-se parcialmente, ao apontado na bibliografia internacional como o *menu* da reestruturação produtiva: redução de participação dos setores de tecnologia madura e/ou dos intensivos em mão-de-obra (têxtil, confecções, couro e calçados, metalurgia, produtos de metal, etc.) e ampliação em alguns setores que podem ser identificados como integrantes da chamada “nova indústria” ou indústria intensiva em conhecimento.⁹⁸

Destaca-se que, na RMSP não houve processo de deterioração do parque produtivo, pela reestruturação produtiva, como a bibliografia aponta que ocorreu e alguns grandes centros nos Estados Unidos da América.

⁹⁸ Sobre “nova indústria”, ver Lipietz, (1987).

As empresas consideradas de alta tecnologia se encontram fortemente concentradas na RMSP. Há quem afirme, inclusive, que estaria ocorrendo hoje no Brasil uma “segunda onda de concentração, causada pelas necessidades (demandas) atuais das empresas de tecnologia no tocante aos processos inovativos” (Tinoco, 2001: 62).⁹⁹

Como já salientado, houve forte participação do IDE nos investimentos industriais recentes, considerado movimento internacional do capital à procura de sua melhor reestruturação e valorização. Tem sido observado, entretanto, que o investimento em setores de maior complexidade tecnológica tem efeito concentrador espacial no Brasil, como ocorre na maioria dos países hospedeiros. Isso porque a obtenção de níveis mínimos de economias externas (pela qualificação da mão-de-obra, localização dos potenciais fornecedores, oferta de infra-estrutura tecnológica, etc.) acaba ocorrendo apenas em algumas regiões, que são exatamente os centros industriais consolidados. Ou seja, a desconcentração da produção, a partir de países centrais, tem significado reconcentração regional no país, pela heterogeneidade regional das condições de produção.

Em pesquisa recente, Castells (1999:74) recoloca no debate o papel das metrópoles, destacando as especificidades do modelo americano (deslocamento do eixo dinâmico do *Snowbelt* para o *Sunbelt*) e afirmando que “as maiores áreas metropolitanas antigas do mundo industrializado são os principais centros de inovação e produção de tecnologia da informação, fora dos EUA”.¹⁰⁰

Esta não é uma especificidade brasileira – é da natureza do capitalismo –, mas aqui é ampliada pela heterogeneidade estrutural e regional da economia e pela concentração da renda e dos recursos para investimento público em P&D. Como afirmam Diniz e Gonçalves (2000), a capacidade de gerar e assimilar inovações no Brasil é heterogênea, porque fatores locais dos quais dependem os setores de tecnologia avançada estão distribuídos de forma muito diferenciada entre as regiões

⁹⁹ Pesquisa recente mostrou que há alta concentração espacial das atividades inovativas no Brasil no centro-sul, notadamente na Região Sudeste e “essa concentração, ao contrário do caso americano, é superior à concentração da atividade econômico produtiva” (Albuquerque et alii, 2001).

¹⁰⁰ Sobre os impactos da reestruturação produtiva na região Metropolitana de São Paulo, ver Araujo (2001)

e as localidades, gerando desigual potencial de pesquisa e dificultando a desconcentração industrial.

Esses são os principais fatores que constroem a desconcentração regional da produção industrial e mantêm a forte polaridade exercida por São Paulo e pela RMSP. Entretanto, há também outros fatores atuando no sentido da desconcentração. Por isso, antes de discutir a dinâmica industrial na RMSP, é necessário analisar os recentes movimentos de localização e seus impactos na concentração ou desconcentração regional.

Não é demais lembrar que, como afirmou Guimarães Neto (1995), o processo de desconcentração da indústria, no Brasil, foi causado por múltiplos e complexos fatores, sendo composto por distintos movimentos, entre os quais a ação do Estado tem maior significado. Interessa, nesse ponto, identificar os principais movimentos do processo de desconcentração para então interpretar melhor a dinâmica da produção industrial na RMSP entre 1985 e 1998.

Há certo consenso entre os intérpretes da desconcentração de que os esforços realizados pelo Estado, tanto na implantação de infra-estrutura básica e na realização de investimentos diretos no setor produtivo quanto no desenvolvimento de infra-estrutura do conhecimento, constituem importantes fatores para a desconcentração da produção industrial para fora da RMSP e do Estado de SP.¹⁰¹

No atual fluxo de investimentos, com dominância do capital privado internacional, as decisões locacionais beneficiam-se das infra-estruturas básica e científica e tecnológica e de outros investimentos públicos realizados em períodos anteriores, que ampliaram as possibilidades de localização, com a consolidação de algumas regiões estruturadas para o recebimento de investimentos industriais (Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, etc.) e inclusão de outras (sul do RJ, sul de Minas, Zona da Mata, em MG, RM de Fortaleza, região serrana do RS, entre outras).

Podem ser identificados dois conjuntos nesse processo de localização de novos investimentos industriais. O primeiro refere-se aos setores de tecnologia consolidada,

¹⁰¹ Esse movimento não deve ser confundido com a desconcentração produtiva propiciada pelos investimentos diretos do II PND, posto que, naquele momento, a atuação do Estado foi central e estruturadora e tampouco com a desconcentração propiciada pela expansão da urbanização e do mercado nas demais regiões ou aquela determinada pela localização de fontes de recursos naturais, matérias-primas ou pela itinerância da agricultura.

ou de baixas oportunidades tecnológicas,¹⁰² que, com maior presença do capital privado nacional, têm buscado ampliar sua competitividade por meio da redução dos custos produtivos – tanto da carga fiscal, propiciada pela guerra fiscal, como dos gastos com salários –, instalando-se em regiões de baixa densidade industrial. O segundo é composto por segmentos identificados como intensivos em ciência (*science based*) (Pavitt, 1984; Quadros et alii, 1999) e outros do grupo intermediário, segundo a adoção de inovações. Esse grupo é composto, majoritariamente, pelo capital privado internacional e suas preferências têm sido se instalar no Estado de São Paulo ou no entorno imediato, reconcentrando a produção.¹⁰³

Em síntese, as distintas estratégias de localização dos segmentos ocasionaram movimentos mais complexos que a dicotômica concentração *versus* desconcentração. Houve desconcentração produtiva, real ou de caráter estatístico, em certos segmentos; deslocamento de plantas em outros; alguns adotaram a dispersão da produção, com ampliação do raio de localização e outros reconcentraram-se.

Esses movimentos, entretanto, não podem ser generalizados, pois não ocorrem em todas as regiões e são mais facilmente perceptíveis quando a análise é feita a partir de São Paulo. Mesmo assim, o recorte entre RMSP e interior já não é suficiente para interpretá-los, uma vez que também há diferenças entre o que ocorre na capital e nos demais municípios metropolitanos. Na RMSP deve ser destacada a produção na capital – que continua sendo a principal área produtiva do país, bem como a mais importante metrópole sul-americana – e nos municípios da região do ABC.

¹⁰² A partir das informações levantadas pela Paep 1996, Quadros et alii (1999) classificam a indústria paulista segundo a adoção de inovações em: segmentos intensivos em ciências, relacionados à indústria eletrônica (segmentos com participação das empresas inovadoras superior a 40% - equipamentos e informática, eletrônica e telecomunicações, e instrumentos de automação; grupo intermediário, com participação das empresas inovadoras variando entre 25% e 40%, composto por química, máquinas e equipamentos, outros materiais de transportes, borracha e plástico, veículos automotores, refino de petróleo e álcool, máquinas e material elétrico, metalurgia básica e produtos de metal; grupo de segmentos menos inovadores – papel e celulose, edição, impressão e gravação, minerais não metálicos, couro e calçados, alimentos e bebidas, vestuário e acessórios e extração mineral

¹⁰³ Essa preliminar definição das estratégias locacionais da indústria no Brasil baseou-se no trabalho de Storper (1997), que estudou as estratégias territoriais das empresas a partir da tecnologia, nos países centrais. Storper define o comportamento das empresas a partir da análise da combinação de três ações: flexibilidade, inovação e alguma combinação de envolvimento e coordenação, definindo quatro modelos, com distintos efeitos sobre o território. As estratégias adotadas pelas empresas no Brasil, entretanto, são peculiares, tanto pela heterogeneidade espacial e estrutural da indústria como pelo reduzido investimento em P&D e baixa taxa de inovatividade, mesmo nos setores de maior complexidade tecnológica.

O argumento das deseconomias de aglomeração colocado genericamente não dá conta de explicar os complexos processos pelos quais passou a metrópole nos últimos quinze anos. Não houve movimento linear de desconcentração. Apesar de, na média, ela ter perdido participação na produção industrial, alguns setores se reconcentraram, num movimento que pode ser chamado de *dualidade circular*,¹⁰⁴ no qual alguns segmentos saem da região, compelidos por deseconomias de aglomeração, e outros se instalam, atraídos por economias de aglomeração.

O enfoque do conceito aqui adotado é distinto da abordagem original de Benko (1996), pois, não se trata de dois movimentos sucessivos da indústria de alta tecnologia, mas sim de movimentos simultâneos do conjunto da indústria: desconcentração, em alguns segmentos pouco intensivos em tecnologia; e reconcentração, nos de alta.

Segundo a Paep, na indústria paulista, os segmentos com os maiores índices de intensidade tecnológica concentram a maior parte de suas atividades internas de P&D em empresas de capital estrangeiro; a participação do pessoal de P&D no total do emprego é visivelmente pequena quando comparada com índices equivalentes nos países desenvolvidos; e as empresas industriais apresentaram notável performance inovadora, em termos de adoção de novos produtos e processos, no período 1994-96, mas não dependeram primordialmente de atividades de P&D para alcançar tal desempenho (Quadros et alii, 1999: 59 e segs.).

Chama a atenção o fato de as indústrias de alta tecnologia, com raras exceções, como a aeroespacial, por exemplo, terem forte participação do capital estrangeiro e, nelas, o primeiro movimento preconizado por Benko, anterior à estandardização, ocorre nos países-sede dos respectivos conglomerados, onde os produtos são desenvolvidos.

Os recentes investimentos realizados no Brasil nesses setores, no caso (e somente nele) de empresas de capital estrangeiro, se inserem numa divisão social,

¹⁰⁴ O conceito de “dualidade circular” foi originalmente elaborado por Benko para explicar os dois movimentos sucessivos que caracterizam a organização espacial das indústrias de alta tecnologia. Há “uma concentração geográfica das atividades, que permite obter economias de aglomeração (baseadas na organização da produção e na formação dos mercados locais de trabalho), seguida por desconcentração geográfica da produção para evitar as deseconomias de aglomeração crescentes provocadas pela concentração acentuada das atividades. Essa segunda etapa é realizada a partir do momento em que a estandardização da produção o permite” (Benko, 1996: 150).

espacial e internacional do trabalho que se assemelha à preconizada por Scott, (1987a e b). Difere daquela porque, segundo o autor, as empresas desses novos setores se instalariam, numa primeira etapa, em tecnopólos nos países centrais e, numa segunda etapa, buscariam instalar sua produção em espaços periféricos, zonas pouco industrializadas, nos países desenvolvidos ou no Terceiro Mundo.¹⁰⁵ No caso brasileiro esses segmentos têm priorizado (mas sem exclusividade absoluta) o Estado de São Paulo e a RMSP, não ocorrendo desconcentração.

Das divisões que podem ser identificadas com a “nova indústria”, a da imagem (*impressão, reprodução e gravações*), a química e a automobilística ampliaram suas participações na produção da RMSP. De fato, além da disseminação de novas mídias (fitas de vídeo e CD ROM), houve forte expansão da indústria gráfica, com diversificação de títulos de revistas e periódicos e aumento no número de lançamentos e na tiragem de livros. Parece que o setor adotou estratégia deliberada de reconcentração regional, pois foi reduzida a participação do RJ (tradicional produtor) e ampliada a de SP.

Na química, a RMSP produz os compartimentos mais complexos, como a química fina, destacando a farmacêutica, que ampliou sua participação com novas plantas, devido à proximidade com centros de pesquisa e à escalada do mercado metropolitano e paulista.

Na automobilística, chama atenção o aumento de sua participação na produção industrial da RMSP (de 9,5% para 10,0% do VTI metropolitano, em 1998), apesar da desconcentração da produção. Isso foi possível porque a redução da produção na divisão *fabricação e montagem de veículos automotores* foi inferior ao decréscimo médio na indústria metropolitana, o que ocasionou elevação de participação.

Para melhor interpretação da dinâmica da indústria metropolitana, é necessário desagregar os dados da capital, tanto por continuar sendo o local de maior produção industrial do país, como por conviver com alguns dos clássicos fatores geradores de

¹⁰⁵ A proposta de Scott pode ser considerada tributária da teoria do ciclo de produto (Vernon, 1966), apesar das críticas formuladas pelo autor (Scott, 1987a) e dele concordar com as críticas de Storper (1985). Sobre esse debate ver Benko (1996), que incorre no mesmo dilema de Scott, critica o ciclo de produto de Vernon, mas propõe modelo similar ao analisar a indústria de alta tecnologia.

deseconomias de aglomeração que, segundo a bibliografia, nos países centrais, provocaram a dispersão da indústria para a periferia metropolitana.

Seria, portanto, equívoco tratar a RMSP como um conjunto homogêneo e não procurar entender as especificidades da produção industrial na sede metropolitana em relação à dinâmica nos demais municípios, motivo pelo qual abro os dois próximos itens.

A Indústria Localizada na Capital

A grande especificidade regional da indústria brasileira é o fato de o município de São Paulo continuar sendo, isoladamente, o principal centro industrial do país. A produção industrial na capital (11,6%) supera a de qualquer outro Estado da federação e ultrapassa a de todos os Estados das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste juntos (10,8%), 19 Estados e o DF.

A cidade primaz da rede urbana do Brasil, sede de grandes conglomerados financeiros e industriais, maior metrópole da América do Sul e chamada de Cidade Mundial, pela dinâmica de seu setor terciário, continua sendo também o principal centro industrial do País.

Ademais, a concentração industrial no entorno da capital (RMSP exclusive a capital) e no interior de São Paulo tem ampliado num ritmo que, praticamente, compensou a perda de participação da capital.

Há certas especificidades na estrutura industrial da capital em relação à do restante da RMSP e do interior, mas também há complementaridades. As de celulose, papel e produtos de papel e de edição, impressão e reprodução de gravações, por exemplo – nas quais o Estado responde por 55,2% e 59,2% da produção nacional, respectivamente – estão localizadas, a primeira, principalmente no interior (29,2%) e nos Demais Municípios da RMSP (20,3%) e, a segunda, na capital (38,4%) e nos Demais Municípios da RMSP (15,6%).

Desde os anos 50, vem sendo ampliado o raio de localização da indústria em São Paulo com dispersão da produção a partir da capital. Inicialmente, foram

incorporados os principais municípios contíguos, e outros, localizados entre a capital e o porto, e a partir dos anos 70, houve maior interiorização da indústria.

Nesse sentido, Cano (1988) e Negri (1996) apresentaram argumentos que elucidavam fatores que atuaram na redução da atração da metrópole para novas localizações industriais nas décadas de 1970/80. Destacam que a deterioração da vida urbana na metrópole, a intensidade e maior expressão dos movimentos sindicais e o fortalecimento de movimentos ambientalistas punham a nu a incapacidade político-administrativa-financeira do Estado e dos municípios envolvidos de solucioná-los, com eficiência e respaldo democrático. Decidiram, então que a metrópole não podia mais crescer e que, para isso, a industrialização deveria ser descentralizada. Então, o governo federal propugnou pela descentralização para a periferia nacional enquanto o governo estadual revigorou antigas propostas de interiorização do desenvolvimento, fugindo, ambos, às responsabilidades pelo não-enfrentamento dos problemas, transferindo-os espacialmente junto com as indústrias. Cano faz referência, também, ao fato de que, com a expansão urbana da cidade, a localização de plantas de antes de 1940 (em bairros próximos do centro da capital), mais o enorme tamanho que as técnicas antigas determinavam, criou anacronismos imobiliários em bairros em que o preço do m² subiu muito. Este, embora não sendo fator de dinâmica industrial e sim problema urbano e do capital imobiliário, também atuou pressionando por desconcentração.

Destaca-se que, apesar da redução de participação provocada pela desconcentração e interiorização da indústria, as chamadas deseconomias de aglomeração não têm sido fortes o suficiente para inibir a produção industrial no município de São Paulo, que continua atraindo algumas divisões da indústria de transformação de elevado conteúdo tecnológico. As sinergias propiciadas pela proximidade dos fornecedores (empresas-rede) e pela existência de instituições de pesquisa e, principalmente, a escala do mercado metropolitano, num contexto de forte concentração pessoal da renda, suplantam os sobrecustos causados pela urbanização em alguns segmentos, mas têm provocado perda relativa de participação e até mesmo deslocamento em outros.

Houve, portanto, *dualidade circular* na localização industrial na capital com a instalação de novas plantas em alguns segmentos e deslocamento em outros. Foi na capital que esse movimento ocorreu mais intensamente, pois, em muitas divisões, tanto os ganhos como as perdas de participação foram significativas e alteraram a estrutura da indústria local. A localização industrial na capital foi, portanto, fortemente seletiva.

Para aprofundar a discussão sobre seletividade na localização industrial, serão analisados os principais fatores que hoje contribuem para o deslocamento de plantas industriais da capital, processo que tem chamado atenção da imprensa, da classe política e dos estudiosos do desenvolvimento regional, nos últimos anos.

A desconcentração da produção industrial de núcleos metropolitanos e as mudanças sócio espaciais daí decorrentes são produzidas por alterações estruturais na organização social, nas quais, segundo Gottdiener (19993:268), “o setor imobiliário, inclusive a fração do capital financeiro organizado em torno dos investimentos na terra, é a linha de frente da materialização desse processo de desenvolvimento capitalista tardio no espaço. Nesse sentido, “as mudanças sócio-espaciais na cidade são reguladas pela lógica da acumulação de capital” (Gottdiener, 1993:29).

As questões específicas do mercado de terras urbanas e sua lógica de acumulação do capital não são objeto deste trabalho e estão bem discutidas na bibliografia.¹⁰⁶ Não obstante, chama-se a atenção para algumas especificidades do caso brasileiro e, em especial, do paulista. Em São Paulo, apesar do alto preço da terra na capital e da elevada renda diferencial potencial, pela incorporação imobiliária em áreas liberadas pela indústria, há fatores que constroem parcialmente o processo de dispersão da produção, mantendo a capital com elevada produção industrial e atrativa para novos segmentos industriais. São fatores de localização ligados à produção flexível, ou à nova indústria.

Como já mencionado, a bibliografia analisa, via-de-regra, mudanças na dinâmica socioespacial em países centrais, que não contam com a heterogeneidade

¹⁰⁶ Ver os trabalhos clássicos de Topalov (1979), Lojkin (1977) e Castells (1972 e 1984), dentre outros.

estrutural, social e espacial existente nas nações subdesenvolvidas, como o Brasil. Aqui não houve a deterioração do centro fabril tradicional (São Paulo) e o surgimento de novo núcleo, em que pese a expansão do número de centros com algum dinamismo.¹⁰⁷ Não obstante, o núcleo expandiu-se transbordando-se para outros municípios da RMSP e abarcando, atualmente, municípios das Regiões Metropolitanas de Campinas e da Baixada Santista e das Regiões de Governo de São José dos Campos e de Sorocaba.

Entre 1985 e 1998 houve desconcentração industrial a partir da capital, com redução de 15,0% para 11,6% da produção industrial do Brasil. Porém, isto não deve ser confundido com reversão da polarização, pois o município continua sendo o principal espaço industrial do país e tem sido atrativo para setores de elevado conteúdo tecnológico, inclusive com ampliação da concentração na fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática e na fabricação de produtos químicos. Em 1998, a capital respondia por mais de 20% da produção do país em quatro divisões da IT: gráfica (38,4%); máquinas de escritório e equipamentos de informática (37,2%); vestuário (27,1%); e instrumentos de precisão e óticos (21,3%), algumas das quais integrantes da “indústria do conhecimento”, apresentando fortes *spin-offs* pelas economias de aglomeração.¹⁰⁸

Na indústria de máquinas de escritório e equipamentos de informática, dado o declínio da política de atração da Zona Franca de Manaus, reverteu o processo de redução da participação de São Paulo ocorrido até meados dos anos 90. Entre 1985 e 1998, houve reconcentração no Estado (49,4% para 63,5%) e na capital (36,6% para 37,2%).

A indústria química passou a ter a mais significativa participação na produção industrial da capital, ampliando de 10,4% para 18,2%, entre 1985 e 1998, e

¹⁰⁷ Os indicadores de inovação tecnológica captados na Pesquisa de Atividade Econômica de São Paulo (Paep), de 1996, apontam que as empresas industriais no Estado de São Paulo apresentam uma performance significativa no que se refere à introdução de inovações tecnológicas (Quadros et alli, 1999). Pesquisa da Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Industriais (Anpei), em 1998, mostra que há considerável concentração dos recursos de P&D em São Paulo (Pesquisa, revista da Fapesp, nº 68). Essa informação é corroborada por Diniz & Gonçalves (2001:14), ao afirmarem que “não há dúvidas que existem condições para a expansão da indústria do conhecimento na área metropolitana de São Paulo”, e também por Tolosa (1999), que demonstra a capacidade de inovação e a viabilidade econômica das metrópoles de SP e do Rio, consideradas pelo autor as “Cidades Mundiais” brasileiras.

¹⁰⁸ Benko, (1999) destaca a importância das economias de aglomeração geradas nas metrópoles, essenciais às atividades de P&D e aos *spin-offs*, que, segundo o autor, diminuem na mesma proporção da população adjacente.

suplantando a divisão de máquinas e equipamentos, que registrou decréscimo no período (12,8% para 10,1%). Ver Gráfico 3, no Apêndice de Mapas e Gráficos.

Ocorreram reduções de participação em diversas divisões. Algumas optaram por interromper a produção em antigas plantas localizadas na capital e deslocá-las para outros Estados ou para o interior de São Paulo. A impossibilidade de ampliação das plantas físicas, devido a elevados custos da terra e à ocupação já consolidada do entorno, as dificuldades de circulação de cargas, as exigências ambientais, entre outros, aumentaram os custos produtivos, provocando deseconomias de aglomeração para diversos setores de produção contínua e de grande porte. Contribuiu, também, para o deslocamento da produção elevados rendimentos com terrenos liberados de antigas fábricas, disponíveis para novos empreendimentos imobiliários (renovação urbana de antigas zonas industriais no Brás, Mooca, Itaim Bibi, Santo Amaro, entre outros).

Rolnik (2000), pesquisando o perfil da zona leste da capital, concluiu que o termo "desindustrialização" não se aplica ao atual estágio do parque industrial da capital. A concentração de empresas de potencial inovador, a exportação de plantas menos dinâmicas e a grande dispersão das pequenas e micro novas indústrias pela cidade indicam que se trata de um amplo processo de reconversão industrial.

As principais reduções de participação ocorreram nas seguintes divisões da IT:

- na indústria do fumo, as plantas paulistas situavam-se na capital e o setor adotou como estratégia deslocar-se para as regiões produtoras de fumo, o que fez a participação reduzir-se de 15,6% para 4,0% da produção nacional, entre 1985 e 1998;
- na automobilística, o fechamento da antiga planta da Ford e a opção do setor em realizar maior parte dos investimentos fora da RMSP (interior de SP e outros Estados) ocasionaram forte retração da participação da capital (12,3% para 3,9%);
- na fabricação de produtos têxteis, também houve fechamento de plantas localizadas na antiga área industrial que caracterizava a zona leste de São Paulo (Mooca e adjacências) e deslocamento da produção para outros estados, principalmente do Nordeste. Em síntese a capital passou por redução de participação na produção industrial do país, mas não perdeu atratividade e prossegue sendo o principal pólo industrial.

Tabela 42

Estrutura da Indústria de Transformação da RMSP, Capital e RMSP Exclusive a Capital, segundo Divisões – 1985 e 1998 (em %)

Divisão de Atividades	R.M. de São Paulo		Município de São Paulo		RMSP Exclusive a Capital	
	1985	1998	1985	1998	1985	1998
Indústrias de Transformação	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas	4,9	7,9	6,7	10,9	3,1	5,5
Fabricação de Produtos do Fumo	0,2	0,2	0,4	0,3	0,0	0,0
Fabricação de Produtos Têxteis	6,2	2,6	7,6	2,3	4,6	2,8
Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios	3,7	2,9	6,1	5,3	1,2	0,9
Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro, Artigos de Viagem e Calçados	0,4	0,2	0,5	0,2	0,4	0,2
Fabricação de Produtos de Madeira	0,3	0,1	0,3	0,1	0,3	0,1
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	3,7	3,6	3,3	1,8	4,2	5,1
Edição, Impressão e Reprodução de Gravações	3,2	11,4	5,5	18,1	0,8	5,9
Fabricação de Coque, Refino de Petróleo, Elaboração de Combustíveis Nucleares e Produção de Alcool	0,9	1,6	0,1	0,1	1,7	2,8
Fabricação de Produtos Químicos	14,1	21,1	10,4	18,2	18,1	23,4
Fabricação de Artigos de Borracha e Plástico	6,9	6,4	7,2	6,3	6,6	6,5
Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	3,0	2,7	2,7	2,5	3,3	2,8
Metalurgia Básica	5,6	1,9	3,5	1,5	7,8	2,1
Fabricação de Produtos de Metal - Exclusive Máquinas e Equipamentos	7,4	5,8	7,6	6,7	7,3	5,2
Fabricação de Máquinas e Equipamentos	12,7	8,3	12,8	10,1	12,5	6,9
Fabricação de Máquinas para Escritório e Equipamentos de Informática	1,3	1,1	2,0	1,8	0,4	0,5
Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	5,6	4,8	6,0	4,1	5,2	5,5
Fabricação de Material Eletrônico e de Aparelhos e Equipamentos de Comunicações	3,4	3,2	3,9	1,7	2,8	4,4
Fabricação de Equipamentos de Instrumentação Médico-Hospitalares, Instrumentos de Precisão e Ópticos, Equipamentos para Automação Industrial, Cronômetros e Relógios	1,3	1,2	1,6	1,8	1,0	0,7
Fabricação e Montagem de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias	9,5	10,0	4,6	2,7	14,7	15,9
Fabricação de Outros Equipamentos de Transporte	1,0	0,6	1,7	1,0	0,3	0,2
Fabricação de Móveis e Indústrias Diversas	4,6	2,5	5,4	2,5	3,6	2,5
Reciclagem	0,1	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0

Fonte: IBGE/DEIND – Tabulações Especiais do Censo Industrial de 1985 e da PIA 1998.

Demais Municípios da RMSP, exclusive a Capital

Houve reconcentração da produção industrial nesse agregado territorial, ampliando sua participação de 14,1% para 14,4% do VTI da IT, entre 1985 e 1998. Se observado o conjunto desses municípios, verifica-se que, em seis divisões da indústria de transformação, sua produção responde por mais de 20% da nacional e doze ampliaram a participação regional na IT do Brasil.

Daquelas divisões identificadas como pertencentes à nova indústria, a química, a fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática, material elétrico e eletrônico e aparelhos e equipamentos de comunicações aumentaram a concentração regional, enquanto a montagem de veículos automotores e a indústria de precisão e de equipamentos para automação industrial desconcentraram-se. Ver Gráfico 4, no Apêndice de Mapas e Gráficos.

A PIA não permite abertura de informações para outras regiões internas ao Estado, entretanto, isso é possível com a utilização do Valor Adicionado Fiscal (VAF), da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda do Estado de São Paulo, que apresenta elevada correlação com a distribuição da PIA.¹⁰⁹

O processo de dispersão da localização industrial, mesmo estancado a partir da capital, apresenta movimentos específicos nessa região. O principal deles está ligado às funções de núcleo, ou *core* como chamou Hirschman (1958). A clássica divisão entre núcleo e periferia, na qual o município-sede é o centro e os demais compõem a periferia, na RMSP não faz sentido, pelo transbordamento de algumas atividades típicas do núcleo para municípios do entorno, principalmente Santo André, São Caetano, Osasco, Barueri, Guarulhos e São Bernardo do Campo.

Esses municípios formam um entorno complementar do núcleo e ao mesmo tempo que têm ampliadas as atividades terciárias, com estruturação de mercado imobiliário nos moldes da capital (implantação de *shopping centers*, prédios residenciais para a classe média e equipamentos de lazer), alguns apresentam

¹⁰⁹ Segundo a base de dados Censo-PIAs, o Município passou de 51,4% para 44,6% do VTI da RMSP, entre 1985 e 1998. Pelo VAF a variação teria sido de 51,3% para 42,2%, no mesmo período. A participação da RMSP nos dois períodos considerados seria, segundo as duas bases de dados, de 56,3% e 50,8%, pelo Censo-PIAs, e de 57,6% e 49,4%, pelo VAF, em 1985 e 1998, respectivamente.

redução da participação na produção industrial regional, como Santo André, São Caetano e Osasco. Em síntese, o crescimento da produção industrial nos municípios metropolitanos fora da capital não é homogêneo.

Barueri, Guarulhos, São Bernardo do Campo, Taboão da Serra e Suzano foram os que tiveram maiores ampliações de participação no período.

A região do Grande ABC expandiu de 26,2% para 28,9% a participação na produção da IT metropolitana. Entretanto, como seu ritmo de crescimento foi inferior ao verificado no interior, houve redução relativa de participação no Estado, que passou de 15,0% para 14,3%, entre 1985 e 1998.¹¹⁰ A produção desta região (7,3% da nacional) é maior que a de Estados industrializados como Paraná ou Santa Catarina, por exemplo, (ver as Tabelas do Apêndice Estatístico).

A Produção Industrial no Interior do Estado

Os principais fatores do processo de interiorização da indústria ocorrido entre 1970 e 1985, amplamente discutidos nos diversos trabalhos produzidos pela equipe do Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional – Nesur, do Instituto de Economia da Unicamp, podem ser sintetizados em:

- os ligados a políticas públicas ou investimentos diretos públicos;
- os ligados às *deseconomias de aglomeração* presentes na metrópole;
- os decorrentes da existência de uma agricultura moderna;
- os decorrentes da existência de uma bem estruturada rede urbana.

Pode-se dizer que os investimentos industriais diretos realizados pelo governo federal em alguns municípios paulistas – com forte irradiação para diversos ramos industriais –, as ações e os investimentos em infra-estrutura realizados pelos governos estadual e municipais, a articulação da moderna agricultura com o setor industrial e o fato de São Paulo concentrar grande parte do mercado brasileiro, tanto para insumos e bens intermediários como para bens finais, foram os principais responsáveis pela interiorização do desenvolvimento.

¹¹⁰ Os municípios integrantes do Grande ABC são: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

Esses fatores fizeram com que a RMSP e a capital efetivamente perdessem participação na geração do valor de transformação industrial (VTI), caindo de 43,5% para 29,2% e de 27,9% para 15,0% do VTI nacional da IT, entre 1970 e 1985, respectivamente. Porém, parte dessa redução foi absorvida pelo interior do Estado, que passou de 14,7% para 22,7%, no mesmo período.

Outro ponto a destacar refere-se à lógica da localização industrial, pois, até meados da década de 70, os setores industriais mais dinâmicos localizavam-se na capital e em seu entorno imediato (região do ABC e Baixada Santista). Ao buscar novas alternativas de localização, a opção foi por centros urbanos com infra-estrutura básica e social e que se localizassem nos principais eixos viários de acesso à capital, o que acabou privilegiando os centros regionais próximos à RMSP. Isso porque a necessidade de articulação entre as diversas plantas e a intenção de redução dos custos de implantação e utilização dos serviços, equipamentos e infra-estruturas de uso coletivo indispensáveis à produção determinaram que, novamente, fossem buscadas economias através da aglomeração.

Por esse motivo, na decisão locacional para os investimentos industriais, foram privilegiados municípios situados em torno dos eixos formados pelas rodovias Anhangüera/Bandeirantes, Castelo Branco/Raposo Tavares e Presidente Dutra, nas regiões de Campinas, Sorocaba e São José dos Campos.

Ressalte-se que a Baixada Santista já detinha a segunda maior parcela industrial do interior em 1970, inferior apenas à de Campinas, graças a uma estrutura industrial anteriormente implantada. Assim, as quatro regiões juntas aumentaram sua participação no VTI estadual de 18,2% para 33,7%, entre 1970 e 1985.¹¹¹

A indústria do interior tinha forte peso da agroindústria, o que a diferenciava da metropolitana, em 1985. Com o aprofundamento da interiorização, novos setores adquiriram alta significância, aproximando-a da estrutura industrial da RMSP.

Essas mudanças na estrutura produtiva interiorana provocaram alterações nas articulações inter-regionais e engendraram formas de articulação espacial de maior complexidade. São diferentes padrões de urbanização que não só expressam a

¹¹¹ A RA de Ribeirão Preto teve sua dinâmica industrial mais associada ao desenvolvimento da agroindústria, tendo recebido inicialmente pouco impacto do processo de desconcentração industrial originário da RMSP.

inserção do interior paulista na estrutura produtiva nacional, mas, principalmente, refletem o caráter contraditório desse padrão de desenvolvimento.¹¹²

A divisão refino de petróleo e produção de álcool teve forte redução de participação, entre 1985 e 1998 (18,8% para 9,0%), principalmente devido à substituição da produção de álcool por açúcar, em função da elevação nos preços do açúcar no mercado internacional e da redução da demanda por álcool anidro, causada pela queda dos incentivos à produção de carros a álcool. Assim, apesar do aumento da produção do complexo sucro alcooleiro, houve recomposição do *mix* produtivo.

As indústrias têxtil, de vestuário, de couro e calçados, de móveis e metalúrgica cresceram a taxas inferiores à média da IT do interior e também reduziram suas participações. As causas para esse baixo crescimento foram distintas e só em alguns casos estão ligadas a localização de novos investimentos em outras regiões, como ocorreu nas indústrias de couro e calçados e de confecções.

As divisões que mais ampliaram suas participações na composição do VTI do interior foram as de produtos alimentícios e bebidas (de 13,5% para 20,6%) e a automobilística (de 7,9% para 12,7%). Vários fatores contribuíram para a expansão da alimentícia e de bebidas: aumento na produção de açúcar; expansão da indústria de sucos cítricos; novas fábricas de bebidas em Jacareí, Jaguariúna, Mogi-Guaçu e Agudos; e incremento na produção de massas, biscoitos e lácteos após o movimento de fusões e aquisições ocorrido em meados da década de 90. A automobilística realizou fortes investimentos na ampliação de plantas (GM e Volkswagen, em Taubaté e São José dos Campos, inclusive com a implantação de novas linhas de montagem) e consolidação do setor de autopeças nas regiões de Campinas e São José dos Campos.¹¹³

A estrutura industrial do interior tornou-se mais complexa, com redução de participação de setores tradicionais e ampliação daqueles de maior intensidade tecnológica. As indústrias de materiais elétricos, materiais eletrônicos e aparelhos de

¹¹² Sobre os diferentes padrões de urbanização no interior paulista, ver Caiado e Santos (2001).

¹¹³ Após 1998 prosseguiu o investimento do setor automobilístico no interior, com a localização de novas plantas em São Carlos (Volkswagen), Sumaré (Honda) e Indaiatuba (Toyota) e novos investimentos nas plantas do Vale do Paraíba.

comunicações, máquinas e equipamentos, equipamentos de informática, produtos químicos e de artigos de borracha também ampliaram suas participações na composição do VTI da IT do interior. Ver Gráfico 5, no Apêndice de Mapas e Gráficos.

A contribuição do interior de São Paulo para a produção industrial do país, entre 1985 e 1998, aumentou de 22,7% para 25,2%. O interior paulista consolidou-se como a segunda região mais industrializada do Brasil e, se consideradas as trajetórias de redução da participação da RMSP e expansão do interior, pode-se inferir que em poucos anos o interior de São Paulo será a área de maior concentração industrial brasileira.

A distribuição dos novos investimentos anunciados para o Estado, entre 1999 e 2001, corrobora tal expectativa, pois mais de 60% estão previstos para se localizarem no interior.¹¹⁴

Houve concentração regional em praticamente todas as divisões da IT. Se excluídas as indústrias do fumo, inexistente no interior, e de reciclagem, para a qual não se dispõe de informações em 1985, em função de sigilo estatístico, das 21 demais divisões, somente em três houve desconcentração da produção: confecção de artigos do vestuário e acessórios; indústria de couro e calçados; e produção de álcool. Nessa última, entretanto, a redução relativa se deve à alteração no *mix* produzido pela indústria sucroalcooleira.

A maior concentração setorial está na indústria automobilística (montagem de veículos automotores), que ampliou de 32,4% para 39,6% da produção nacional entre 1985 e 1998. Na fabricação de outros equipamentos de transporte, em que é registrada a produção da indústria ferroviária, de aeronaves e de embarcações navais, a contribuição do interior paulista passou de 25,1% para 38,0%; na indústria de material eletrônico e de comunicações, de 19,1% para 32,9%; na de máquinas e equipamentos, de 23,0% para 31,1% e na de informática, de 5,3% para 14,4%.

A distribuição regional da indústria no interior, segundo as Regiões Administrativas (RAs), mostra que a maior participação na produção industrial é da

¹¹⁴ A listagem dos investimentos anunciados para o Estado de São Paulo, entre 1999 e 2001, pode ser encontrada em <http://www.seade.gov.br/investimentos>

RA de Campinas, com 20,3% do VAF da indústria estadual e 40,1% da do interior.¹¹⁵ As quatro RAs mais industrializadas (Campinas, São José dos Campos, Sorocaba e Santos) juntas tiveram sua participação para a composição do VAF ampliada de 32,9% para 37,8%, entre 1985 e 1998, o que demonstra que o processo de interiorização da indústria não se dá em todo o território, mas continua privilegiando algumas regiões com melhor infra-estrutura, mais próximas à capital, como constatado por Negri (1994). A RA de Santos diminuiu sua participação – por restrições espaciais e ambientais para a localização de novas plantas – e as três outras RAs registraram forte expansão (28,8% para 35,4% da produção estadual) no período.¹¹⁶

Fica mais claro como é forte a concentração espacial quando a análise é feita por Região de Governo (RG), que são subdivisões das RAs. Apenas as RGs de Campinas, São José dos Campos e Sorocaba respondem, em conjunto, por 24,7% da produção industrial do Estado, medida pelo VAF (ver Tabelas do Apêndice Estatístico).

Como mencionado anteriormente a interiorização da indústria seguiu os grandes eixos viários que partem da RMSP em direção ao interior ou ao Estado do Rio de Janeiro. Esses eixos são formados pelas rodovias Anhangüera/Bandeirantes, com ramificação para a Washington Luiz; Castelo Branco/Raposo Tavares e Presidente Dutra/Aírton Sena/Carvalho Pinto. A produção industrial das RGs localizadas em seus entornos (Jundiaí, Campinas, Limeira, Piracicaba, Rio Claro, Araraquara, São Carlos, Ribeirão Preto, Sorocaba, Botucatu, São José dos Campos, Taubaté, Guaratinguetá e Cruzeiro) ampliou de 31,1% para 37,4% do total do Estado, no período 1985-98. Ver Mapa 20, no Apêndice de Mapas e Gráficos.

Ressalta-se que também no interior de São Paulo há forte seletividade na localização industrial. As RAs menos industrializadas (Registro, Presidente Prudente,

¹¹⁵ Existe no Estado de São Paulo uma regionalização, para fins de planejamento, que agrega os 645 municípios em 14 Regiões Administrativas (606 municípios), além da Região Metropolitana de São Paulo (39 municípios). As Regiões Administrativas são as seguintes: Registro, Santos, São José dos Campos, Campinas, Sorocaba, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Bauru, Marília, Araçatuba, Presidente Prudente, Franca, Barretos, e Central. A Região Metropolitana da Baixada Santista, instituída em 1996 tem o mesmo recorte espacial da RA Santos. Aos municípios integrantes da Região Metropolitana de Campinas, instituída em 2000, entretanto, não são os mesmos da RA Campinas, ou da Região de Governo de Campinas. As Regiões Administrativas são subdivididas em 42 Regiões de Governo.

¹¹⁶ Sobre a trajetória econômica das diversas RAs e as novas estratégias de localização industrial, ver Caiado e Vasconcelos (1994).

Marília e Araçatuba) representavam, juntas, 1,9% da produção industrial, em 1985, e 3,0%, em 1998, mesmo contando com a expansão da agroindústria sucroalcooleira para o oeste após 1985.

Na distribuição regional dos investimentos anunciados nos últimos cinco anos, para São Paulo, a RMSP, isoladamente, é mais atrativa, seguida pelas RAs de Campinas, São José dos Campos, Santos, Sorocaba e Central. Porém o novo fluxo de investimentos está privilegiando o interior do Estado, num processo de continuação da interiorização do desenvolvimento. A opção pelo interior se explica pela tendência de se homogeneizarem as vantagens de localização entre a Região Metropolitana de São Paulo e parte do interior. Não estão se dirigindo somente para a RMSP, mas abarcam uma área mais ampla, que contém diversas regiões do interior paulista.¹¹⁷

Outra questão a se destacar é que as fronteiras estaduais não são limites à localização industrial. Ao contrário, a concessão de incentivos e benefícios por Estados vizinhos tem estimulado a migração ou o transbordamento de plantas para regiões contíguas a São Paulo, próximas aos grandes eixos de transporte que ligam à RMSP, sem que se comprometam as vantagens advindas dessa proximidade. Casos recentes de decisões locacionais nos municípios de Resende e Porto Real, no Rio de Janeiro, e nos municípios do sul de Minas Gerais (Varginha, Pouso Alegre, Extrema, Poços de Caldas, entre outros) são exemplos paradigmáticos desta situação.

No interior do estado a Região Metropolitana de Campinas tem sido a mais privilegiada para a localização industrial no interior, notadamente pela indústria de alta tecnologia. Além do tradicional eixo formado pela Anhangüera (onde estão as cidades de Americana, Hortolândia, Sumaré, Valinhos e Vinhedo), no eixo composto pela Rodovia Campinas-Mogi-Mirim, Jaguariúna tem recebido grandes investimentos e, no da Rodovia Santos Dumont, Indaiatuba, Salto e Itu tendem a criar um forte núcleo industrial, articulando Campinas a Sorocaba.¹¹⁸

¹¹⁷ A relação dos novos investimentos encontra-se em Caiado (2000).

¹¹⁸ Salto e Itu não integram a RMC e pertencem à RG de Sorocaba, mas têm ampliado suas articulações no eixo Campinas-Sorocaba, formado pela Rodovia Santos Dumont.

As condições estruturais existentes em São Paulo, adequadas ao surgimento de articulações que levem à *eficiência coletiva*, são apontadas na bibliografia como vantagem para a localização da nova indústria. Realmente há alguma sinergia entre as instituições públicas de P&D e grandes empresas tanto na RMSPP como em algumas áreas do interior. É preciso, entretanto, não ter ilusões sobre a capacidade de arraste, de geração de sinergias e da eficiência coletiva na decisão locacional das grandes empresas.

A estratégia das grandes empresas multinacionais, com a liberalização da economia e novo fluxo de IDE, foi abandonar boa parte das capacidades acumuladas pelos agentes locais, substituindo-os por importados, com desperdício de capacitações acumuladas, que poderiam ser utilizadas no fomento de atividade inovativa. Souza e Garcia (1998), mostraram que o grande percentual de insumos importados é uma das principais razões para a decisão de localização das atividades produtivas na região de Campinas, pela infra-estrutura viária complexa e integrada e aeroporto internacional capaz de receber grandes aeronaves de carga

Observa-se também que tem crescido a disputa pela localização não só entre Estados, mas também entre localidades, com generalização de políticas municipais de atração industrial (Caiado e Vasconcelos, 1994). Todavia, os incentivos municipais, ainda menos que os estaduais, não são suficientes para uma estratégia bem-sucedida no longo prazo. A recente decisão da Embraer de realizar grande investimento em Gavião Peixoto, pequeno município da região de Araraquara, reforça esta hipótese, ao mesmo tempo em que não desmonta a afirmação de que estão sendo privilegiados os municípios pólos regionais ou seus entornos imediatos.

Nos setores intensivos em conhecimento, cada vez mais deixam de ser preponderantes, para a estratégia empresarial de localização, os ganhos de escala – tão comuns no "regime fordista" de produção em massa. A localização passa a ser determinada pela existência de mão-de-obra qualificada, pela possibilidade de constituição de rede de fornecedores, por ganhos de escopo, pela proximidade do mercado consumidor, pela possibilidade de uma qualidade de vida "amena" para seus funcionários, entre outros.

Esses são os motivos que justificam a escolha da localização de novos empreendimentos em municípios de médio porte do interior paulista. É provável que num futuro próximo continuem prevalecendo esses mesmos fatores e que incentivos fiscais municipais, permaneçam com um peso reduzidíssimo no processo de decisão locacional. Essa lógica prevalece sobretudo para a grande indústria de bens de consumo duráveis, responsável por parcela significativa dos novos investimentos.

A indústria de bens intermediários possui maior rigidez locacional, quer pelo grande porte de suas plantas – na química, de materiais plásticos ou de borracha, por exemplo –, quer pela necessidade de transporte de grandes volumes de matéria-prima, como madeira e minérios.

Em bens de consumo não-duráveis, as estratégias locacionais são distintas. A indústria de bebidas, por exemplo, tem optado por descentralizar a produção, localizando novas plantas em cidades que são entroncamento dos grandes eixos de transportes, próximas aos mercados consumidores e com adequados mananciais hídricos. Isso tem sido observado principalmente em cerveja e refrigerantes, em que a disputa pela conquista de novas faixas de mercado tem se acirrado e a redução dos custos de transportes é uma componente importante.¹¹⁹

Também para diminuir custos de transporte e atraída por incentivos fiscais oferecidos por outros Estados, a indústria de esmagamento de grãos (soja e milho, principalmente) e a de frigoríficos têm se deslocado de São Paulo para outros Estados, mais próximos aos locais de plantio ou criação de gado.

Na têxtil vem ocorrendo deslocamento de algumas plantas do Estado de São Paulo para o Nordeste, mais especificamente Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Bahia. Os principais motivos alegados têm sido o custo da mão-de-obra, a redução nos gastos de transporte para atingir o mercado dos Estados Unidos da América, além dos incentivos fiscais oferecidos pela extinta Sudene.

Há alguns fatores novos, entretanto, ligados à macro infra-estrutura que podem, de diversas maneiras, alterar a lógica atual de localização das atividades, criando

¹¹⁹ A decisão de grandes conglomerados de localizarem em Manaus suas fábricas de xaropes para abastecer o mercado sulamericano está mais ligada aos incentivos da ZFM.

novas vantagens para alguns lugares e reduzindo as de outros: o Gasoduto Bolívia-Brasil, o Rodoanel de São Paulo e a Hidrovia Tietê-Paraná.

Há grande expectativa nos municípios cortados pelo gasoduto, diante da possibilidade de adquirirem competitividade pela oferta de gás natural e de energia termelétrica abundante e sem os riscos de queda no fornecimento. Se resolvida a questão do preço, poderá haver alguma vantagem, mas serão maiores para os municípios onde há previsão de *city gates* (ponto a partir do qual pode haver distribuição do gás).

O Rodoanel de São Paulo deverá reduzir o tráfego de passagem na RMSP. A primeira etapa, com 32 quilômetros, liga as Rodovias Raposo Tavares, Castelo Branco, Anhangüera e Bandeirantes e se encontra concluída. Além de atuar na redução das deseconomias de aglomeração, seu principal impacto será no médio prazo. Por estar sendo implantado em áreas de baixa densidade, poderão ser criadas novas alternativas de localização e se constituir em novo vetor de localização de grandes plantas industriais e/ou de grandes equipamentos de armazenagem e distribuição.

Em síntese, houve **estancamento** no processo de desconcentração nacional a partir de São Paulo, sendo que a redução de participação do Estado, quando observadas as principais regiões produtoras, foi espacialmente limitada à capital. A produção industrial em São Paulo cresce em ritmo equivalente à média nacional e abriga os compartimentos com mais elevado conteúdo tecnológico. Entretanto, a elevada proporção de componentes importados e a adoção de *sourcing global* reduz a capacidade de arrasto e o processo de difusão, ou transmissão espacial dos efeitos dinâmicos do crescimento, (Hirschman 1958).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitas das conclusões a que chegamos neste trabalho foram apresentadas ao longo do desenvolvimento de suas partes, não haveria portanto porque retomá-las aqui. Entretanto, cabe chamar a atenção para alguns de seus aspectos mais relevantes.

Antes, não é demais lembrar que, no que diz respeito ao processo de integração produtiva e seus efeitos sobre as diversas economias regionais, a partir da década de 30, a remoção das principais barreiras que dificultavam a integração do mercado nacional proporcionou forte incremento do comércio inter-regional para todas as regiões brasileiras, com efeitos de *estímulo*, de *inibição ou bloqueio* e até mesmo de *destruição* aos capitais regionais (Cano, 1985:191). A dominância na propagação desses efeitos foi do capital sediado em São Paulo e a integração, que correspondeu a um verdadeiro processo de “abertura de fronteiras” regionais para a acumulação, criou oportunidades de investimentos que estavam obstadas nas áreas mais industrializadas.

Até meados da década de 70, a liderança do desenvolvimento capitalista em São Paulo uma vez obtida (já antes de 1930) – pela crescente capacidade de acumulação de capital, com marcante introdução de progresso técnico e diversificação da estrutura produtiva – tendeu a se acentuar por razões que dizem respeito, antes de mais nada, à dinâmica do próprio pólo. Assim, o processo de concentração industrial obedeceu, predominantemente, à lógica capitalista da localização industrial.

Nos anos 70 houve grande avanço na consolidação da matriz industrial, com a implantação de política ativa de desconcentração econômica, notadamente da produção industrial. A maior parte dos projetos de larga envergadura (como os hidrelétricos, não-ferrosos, químicos, petroquímicos, e mesmo alguns agroindustriais) foi implantada fora de São Paulo, acelerando ainda mais o crescimento da periferia e exigindo esforços de articulação mais intensos.

Houve participação ativa do Estado nacional na formulação de políticas de desenvolvimento regional, a partir dos anos 60 e principalmente nos 70. Estas, ao

promoverem investimentos industriais regionalizados, intensificaram o processo de desconcentração espacial da atividade industrial, com o que reduziu-se a participação de São Paulo.

O rol de investimentos realizados na periferia, ao ter elevado grau de complementaridade com a estrutura instalada no pólo, soldou uma solidariedade que fazia com que o crescimento do centro gerasse efeitos dinâmicos propulsores de crescimento na periferia. Assim, entre 1970 e 1985, houve efetivo movimento de desconcentração produtiva, porém, a taxa de crescimento de SP também foi alta, intensificando ainda mais as articulações com o restante do país.

É importante destacar, que, apesar de os fatores determinantes da desconcentração serem múltiplos e complexos, a ação do Estado teve papel central, principalmente, por meio das políticas de desenvolvimento regional, seja na implantação de infra-estrutura, na concessão de incentivos fiscais e creditícios ou, principalmente, através de grandes investimentos produtivos diretos no período.¹²⁰

Não se pode esquecer que, no Brasil, integração produtiva realizou-se em um quadro de profunda heterogeneidade estrutural, tanto no campo como na cidade, característica de capitalismos tardios e periféricos (Egler, 1993). Essa heterogeneidade assumiu dimensões ainda mais relevantes com a crise da década de 80 e a abertura comercial dos anos 90, expondo fragilidades e pontos de estrangulamento da estrutura produtiva nacional e dificultando a retomada do crescimento.

Deve-se destacar o fato de que, para além do processo de integração produtiva, diversos fatores históricos contribuíram para a conformação de estruturas produtivas regionais que, embora sejam partes integrantes de um mesmo mercado doméstico, possuem características próprias e ritmos diferenciados de acumulação que não podem ser desprezados.¹²¹

¹²⁰ Deve ser destacado, também, que a perversa concentração pessoal da renda não foi reduzida nem mesmo no período de forte crescimento econômico. Por outro lado, a tendência de convergência da renda regional per capita, em torno da média nacional, não deve ser tomada como *proxi* da redução da concentração, pois, além de ter duas componentes – a expansão da renda na periferia e sua redução no Sudeste – teve, também, a contribuição do intenso movimento de reacomodação demográfica ocorrido em todo o período.

¹²¹ Sobre o processo de integração produtiva e a existência de estruturas produtivas regionais com diferenciados ritmos de acumulação ver o trabalho pioneiro de Cano (1985)

Entretanto, mesmo no longo período de desconcentração da atividade produtiva, o processo de homogeneização do espaço nacional foi obstado pela heterogeneidade estrutural e espacial da economia nacional. Isso porque o não enfrentamento das questões centrais geradoras do subdesenvolvimento foi mitigado pelo processo de industrialização e de políticas de desenvolvimento regional. Esse fato pode ser constatado com as políticas industrial e de desenvolvimento regional implantadas no bojo do II PND – quando a proposta era superar os desequilíbrios regionais com a implantação de pólos de desenvolvimento –, que levou para regiões e estados menos desenvolvidos grande parte dos investimentos industriais, sem alterar o que Tavares (2000:137) chama de “sagrada aliança” entre os donos da terra, o Estado e os donos do dinheiro, “que sustenta o pacto de dominação desde nossa ‘revolução burguesa’ iniciada há pelo menos 150 anos”.

Os fatores que contribuem para a homogeneização do espaço nacional estão ligados à criação de condições objetivas para a reprodução do capital, via de regra implementadas pelo Estado nacional, quer através de políticas de desenvolvimento regional (implantação da infra-estrutura indispensável à localização de atividades produtivas, concessão de incentivos fiscais e creditícios, etc.) ou, principalmente, através da realização direta de investimentos produtivos em regiões periféricas.

Assim, enquanto o investimento público cumpre o papel de ampliar os espaços disponíveis à reprodução ampliada do capital, este procura se localizar onde essas condições objetivamente garantem ganhos de competitividade.

Entre 1985 e 1989, o movimento da economia regional foi ditado pela crise do Estado Nacional, que, ao reduzir e quase abandonar as políticas de desenvolvimento e de redução das desigualdades regionais, arrefeceu o processo de desconcentração.

O baixo dinamismo do período fez prevalecer um quadro de crise e instabilidade macroeconômica, com retração da demanda interna, desvalorizações cambiais, compressão do mercado interno e incentivos fiscais e creditícios à exportação.

A busca individualizada de oportunidades específicas de inserção internacional fez com que setores que conseguiram se engajar no esforço exportador -

notadamente os recém implantados sob a égide do II PND - ampliassem sua participação, deu certa continuidade à desconcentração. Esse movimento, ao deixar mais expostos à crise econômica os setores voltados ao mercado interno ampliou a heterogeneidade estrutural da economia nacional e reduziu a interdependência técnica que garantia um crescimento solidário dos diversos compartimentos industriais regionalmente localizados. Assim, o movimento da economia regional foi débil, com reduzindo fortemente a desconcentração industrial.

A dinâmica da economia regional pós-1989 não deve ser tratada como mais uma etapa do processo de integração produtiva, pois, enquanto este correspondeu a um verdadeiro processo de “abertura de fronteiras” regionais para a acumulação, criando oportunidades de investimentos que estavam obstadas nas áreas mais industrializadas, a abertura comercial e a desregulamentação do mercado nacional, a partir de 1990, tiveram o mesmo significado, em escala internacional, com a abertura das fronteiras nacionais à acumulação internacional. Isso significou a criação de “novas” oportunidades de “negócios” às grandes empresas que atuam em escala global, com o espaço econômico nacional simplesmente transformado em “mercado”

Isso não significa que o processo de integração do mercado nacional esteja esgotado. Há muito o que reduzir nas diferenças regionais, mesmo no sentido estrito das condições produtivas. Em tese, a integração poderia prosseguir com a redução da heterogeneidade estrutural e regional e maior dispersão na localização dos compartimentos dinâmicos. Porém, como demonstrado, esta ficou estancada pela elevada exposição da economia nacional, baixo desenvolvimento tecnológico e ausência de políticas de desenvolvimento.

Neste contexto, a discussão sobre desconcentração ou reconcentração das atividades produtivas deve ser relativizada. Muitos estados ampliaram sua participação na produção industrial, entretanto, a de São Paulo tem-se mantido. Por outro lado, na capital paulista tem ampliado a **dualidade circular** na localização industrial com a redução de participação (e até mesmo saída) de setores intensivos em mão-de-obra e ampliação e novas implantações em segmentos tecnologicamente mais complexos.

Por isso, a palavra que melhor exprime a dinâmica regional após 1989 é **seletividade**, pois não há exclusão, ou vazio, mas cada região tem sido privilegiada segundo estritos determinantes de mercado, quase sempre acompanhados de grandes e generosos prêmios concedidos pela *Guerra Fiscal*.

Na verdade têm sido muito tênues os componente de homogeneização espacial (universalização da mercantilização)¹²² no processo de desenvolvimento histórico ou recente e a localização dos setores de maior dinamismo, tecnologicamente mais complexos e, portanto, capazes de alavancar maior crescimento regional, tem sido fortemente **seletiva** na localização regional. Este, entretanto, não é um processo recente, fruto do atual momento, mas, antes de tudo, é uma característica do processo de industrialização retardatária, na ausência de políticas de desenvolvimento regional.

Se o Estado nacional não atua na redução das disparidades regionais e da concentração da renda, mas abre mão de políticas estruturadoras, reduz as barreiras de proteção ao capital nacional e trata o território nacional simplesmente como “mercado”, seu efeito só poderia ser, como foi, o de maior exposição da economia nacional, retração industrial em alguns segmentos e estancamento dos processos de convergência inter-regional da renda e de desconcentração industrial. O desenvolvimento regional ficou restrito à “guerra fiscal” e à fria lógica da localização industrial, que, logicamente, é concentradora. Assim, a decisão de investimento do capital privado, nacional ou internacional, passou a contar com verdadeiro “leilão” de localização, responsável por transferências líquidas de recursos públicos para empresas privadas, impondo ao desenvolvimento regional forte **seletividade**.

Esta é a forma desigual e combinada com que tem se articulado o capital no espaço brasileiro, nos últimos anos. Uma região preterida para a instalação de segmentos tecnologicamente mais complexos da indústria pode ser atrativa para outros setores de tecnologia madura, nos quais a redução de custos através do pagamento de menores salários ainda pode contribuir para ampliar ou manter a “competitividade”.

¹²² Ver Brandão 2001.

Assim, a busca de eficiência microeconômica – na ausência de políticas industrial e de desenvolvimento regional claras e numa conjuntura de desregulamentação, privatização, abertura comercial e novas prioridades de aplicação do capital estrangeiro – tem contribuído para reconcentrar atividades mais dinâmicas. Por outro lado, o avanço das formas de *sourcing* global tem problematizado o encadeamento regional e a disseminação de inovações e enfraquecido os elos produtivos e os nexos de solidariedade entre as diversas cadeias produtivas e as estruturas produtivas regionais, **criando problemas para a dispersão** da produção industrial e **reduzindo, ainda mais, a integração**.

Em síntese, até o final dos anos 80 a estrutura produtiva diversificada e regionalmente integrada propiciava crescimento solidário das diversas regiões e estados. Após, a abertura comercial, desregulamentação do mercado nacional e abandono do Estado da arena do desenvolvimento, significaram a abertura das fronteiras nacionais para a acumulação internacional. **A partir do momento em que o motor do crescimento deixou de ser a formação do mercado interno para ser a "integração" com a economia internacional, os efeitos de sinergia gerados pela interdependência das distintas regiões do país tendem a diminuir, enfraquecendo consideravelmente os vínculos de solidariedade entre elas.**

Apesar de haver efeitos setorial e regionalmente diferenciados, a dominância passou a ser crescentemente comandada pelos grandes oligopólios mundiais, pois a “lógica de acumulação” é global. Os efeitos de **estímulo** sobre a estrutura produtiva nacional tornaram-se mais fracos, ampliando-se os efeitos de **bloqueio ou inibição** e até mesmo de **destruição**.

Os maiores **efeitos de estímulo** concentram-se principalmente nos grandes oligopólios internacionais e são sentidos a partir de suas matrizes, em que são decididas as reinversões do capital acumulado no Brasil. Há estímulo, setorialmente diferenciado, para alguns compartimentos nacionais que conseguiram permanecer na rede estável de fornecedores. Entretanto, esses têm sido reduzidos, por ameaçadas de substituição por produto importado. Os **efeitos de bloqueio ou inibição** estão sendo sentidos na indústria de componentes, que tem sofrido a competição de participantes da rede mundial de fornecedores dos grandes

oligopólios. Os **efeitos de destruição** têm se dado principalmente pelo barateamento e facilidades para importações de toda ordem, e pela redução de algumas exportações.

Em síntese, O abandono do modelo de “Estado desenvolvimentista”, desde o final dos anos 80 e, sobretudo, a implantação do receituário neoliberal, na década de 90, **interromperam o processo de integração** do mercado nacional e tornaram **mais seletiva** a localização das atividades mais dinâmicas, do ponto de vista setorial e espacial. Reduziram ainda mais a **solidariedade produtiva** inter-regional, contribuíram para o **estancamento da desconcentração** e sua reversão em divisões industriais de maior complexidade tecnológica e geraram poucos efeitos de estímulo, **fortes efeitos de bloqueio** e até de destruição sobre a estrutura produtiva regional brasileira.

Sem dúvida, a intervenção do Estado – que foi estruturante, tanto na integração produtiva do mercado nacional e “soldagem” das economias regionais ao movimento da economia nacional, quanto na desconcentração da produção – continua sendo fundamental para a articulação de um novo projeto de desenvolvimento nacional, norteado pela equidade.

Resta a esperança de que o novo governo a ser empoçado em janeiro de 2003 retome a condução dos destinos da nação e formule nova estratégia de desenvolvimento nacional e redução das disparidades regionais.

Se não houver mudanças na política econômica, continuará a reconcentração de setores com maior densidade tecnológica nas regiões mais industrializadas. Nas regiões com estrutura produtiva mais frágil deverá ser ampliada a especialização. Não deverá haver reconcentração absoluta e redução da produção, mas sim reconcentração em setores dinâmicos e desconcentração naqueles com maior maturidade tecnológica.

Caso haja decisão política por mudanças, o atual modelo deve ser substituído, instaurando uma transição com uso da soberania nacional no manejo da política de crescimento da renda e do emprego, com distribuição de renda e justiça social, priorizando o mercado interno e retomando o processo de integração produtiva.

Este é um desafio a ser enfrentado pelos próximos governos.

BIBLIOGRAFIA

- AFFONSO, R. B. A. "A federação no Brasil: impasses e perspectivas". In: AFFONSO, R. B. A. e SILVA, P. L. B. (orgs). **A federação em perspectiva** – ensaios selecionados. São Paulo, Fundap, 1995.
- AFFONSO, R. B. A. e SILVA, P. L. B. (orgs). **A federação em perspectiva** – ensaios selecionados. São Paulo, Fundap, 1995.
- ALBUQUERQUE, Eduardo da Motta et alii. "Distribuição espacial da produção científica e tecnológica brasileira". Salvador, **XXIX Encontro Anual da ANPEC**, 2001.
- ALONSO, J. A. F. et. alii. **Crescimento econômico da Região Sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas**. Porto Alegre, FEE, 1994.
- ALVES, Maria Abadia da S. **Guerra fiscal e finanças federativas no Brasil: o caso do setor automotivo**. Campinas, Instituto de Economia da UNICAMP, 2002. (Dissertação de Mestrado)
- ANDERSON, P. **Pós-neoliberalismo**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1996.
- APPLY, B. "Questão fiscal: crise e concentração de renda". In: **Crise brasileira, anos oitenta e governo Collor**. Cajamar, Instituto Cajamar, 1993, p.7-82.
- ARANTES, Otília, VAINER, Carlos e MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único; desmanchando consensos**. Petrópolis, RJ, VOZES, 2000.
- ARAUJO, M. de Fátima Infante. **Impactos da reestruturação produtiva sobre a região metropolitana de São Paulo no final do século XX**. Campinas, Universidade de Campinas, Instituto de Economia, 2001. (Tese de Doutorado)
- ARAUJO, M. de Fátima Infante e PACHECO, Carlos Américo. "A trajetória econômica e demográfica da metrópole nas décadas de 70-80". In: CANO, W. (org.) **São Paulo no limiar do século XXI: Cenários da urbanização paulista** – a região administrativa da grande São Paulo. São Paulo, Governo do Estado de São Paulo. Secretaria de Planejamento e Gestão/SEADE, 1992. v. 6, p. 55 – 92.
- ARAUJO, Tânia Barcelar de. "Industrialização do Nordeste; intenções e resultados". In: MARANHÃO, Sérgio (org.) **A questão Nordeste**. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1984. P. 71 – 82.
- _____. "Nordeste, Nordeste: que Nordeste?" In: AFFONSO e SILVA (orgs). **Desigualdades regionais e desenvolvimento**. São Paulo, Fundap, Editora da Universidade Estadual Paulista. 1995 – (Federalismo no Brasil) p. 125 – 156
- _____. **Ensaio sobre o desenvolvimento regional brasileiro**; heranças e urgências. Rio de Janeiro, Revan: Fase, 2000.
- ARBIX, G. "Políticas de desperdício e assimetria entre público e privado na indústria automobilística". **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 48, fev. 2002.
- ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis, RJ, VOZES, 1997.
- AZZONI, Carlos Roberto. "A lógica da dispersão da indústria no Estado de São Paulo". **Estudos Econômicos**, n. 16 (número especial), 1986a, p. 261-285.
- _____. "Indústria e reversão da polarização no Brasil". **Estudos Econômicos** – IPE/USP, São Paulo, n. 58, 1986b.
- _____. "La nuova dirección de la industria en São Paulo, ¿reversión de la polarización en Brasil?" In: LLRRENS, Francisco A., MATTOS, Carlos A., FUCHS, Ricardo, J. (ed.) **Revolución tecnológica y reestructuración productiva; impactos y desafíos territoriales**. Buenos Aires: ILPES/IEU/PUC, Grupo Editor Latinoamericano, 1990. P. 367 – 394.

- _____. e SANTOS, Raul Cristovão dos. **Aspectos da estrutura industrial do estado de São Paulo**. Exploração analítica dos dados levantados pela pesquisa de atividade econômica paulista – PAEP. São Paulo, Fundação Sistema Estadual de Análise de dados – SEADE e Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, 2000.
- BACHA, E. L. “O fisco e a inflação; uma interpretação do caso brasileiro”. In: **Revista de Economia Política**, (53), v. 14, n. 1, p.5-17, jan./mar. 1994.
- BAENINGER, Rosana. **Processos recentes de redistribuição espacial da população em São Paulo**, Brasil. Seminário Distribución y Movilidad Territorial de la Población y Desarrollo Humano. Fundación Bariloche/Cenep/Prolap, 1994.
- _____. **Região, metrópole e interior: espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes no Brasil, 1980-1996**. Tese de Doutorado. Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH, Unicamp, 1999.
- BAER, Mônica. **O rumo perdido**. A crise fiscal e financeira do Estado brasileiro. Rio de Janeiro, Ed. Paz e terra, 1993.
- BALSADI, O. V. & JULIO, J. E. “Ocupações agrícolas e não-agrícolas no meio rural cearense: novos desafios para as políticas regionais”. In: **Anais do IX Encontro Nacional da Anpur**. Rio de Janeiro, Anpur, v. 1, 2001, p. 412-423.
- BELLUZZO, L. Gonzaga de Mello. “Dinheiro e transfigurações da riqueza”. In: TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José Luís. **Poder e dinheiro**; uma economia política da globalização. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1997.
- _____. e CARDOSO DE MELLO, João Manoel. “Reflexões sobre a crise atual”. In: BELLUZZO, L. G. M. & COUTINHO, R (orgs). **Desenvolvimento capitalista no Brasil; ensaios sobre a crise**. São Paulo, ed. Brasiliense, vol. I, 3ª ed., p122-140, 1984.
- _____. e TAVARES, Maria da Conceição. “Notas sobre o processo de industrialização recente no Brasil”. In: BELLUZZO, L. G. M. & COUTINHO, R (orgs). **Desenvolvimento capitalista no Brasil; ensaios sobre a crise**. São Paulo, ed. Brasiliense, vol. I, 3ª ed., p. 56-121, 1984.
- BAUMANN, R. “As tarifas de importação no Plano Real”. **Carta da Sobeet**. Sociedade Brasileira e Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização. São Paulo, ano 1 (3), jun., 1997.
- BENKO, Georges. **Economia espaço e globalização**; na aurora o século XXI. São Paulo, Editora Hucitec, 1996.
- BENKO, G. e LIPIETZ, A. “Le nouveau débat régional: posicion”. In BENKO, G. e LIPIETZ, A. (orgs) **Les régions qui gagnent** Districts et réseaux: les nouveau paradigmes de la géographie économique. Paris, Presses Universitaires de France, 1992.
- BERNARDES, Roberto C. **Embraer; elos entre Estado e mercado**. São Paulo, Editora Hucitec/Fapesp, 2000.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo (coord.) **Determinantes dos investimentos na transição da economia brasileira dos anos 90; (indústria, mineração, petróleo e infra-estrutura)**. Brasília: Cepal-IPEA. 1999.
- BUARQUE, S., LOPES, A. e ROSA, T. C. “Integração fragmentada e crescimento da fronteira norte”. In: AFFONSO, R. de B. A. & SILVA, P. L. B. (orgs.). **Federalismo no Brasil**: desigualdades regionais e desenvolvimento. São Paulo, Fundap, Editora da Universidade Estadual Paulista. 1995.
- BRANDÃO, Carlos Antônio. **A espacialidade da riqueza**: notas teóricas sobre as principais determinações da dimensão espacial do desenvolvimento capitalista. In: Cadernos IPPUR. Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, ano XV, n. 1, jan-jun 2001. p.119 - 134

- _____. “Localismos, mitologias e banalizações na discussão do processo de desenvolvimento”. **Anais do VII Encontro nacional de Economia Política e II Colóquio Latino Americano de Economistas Políticos**. Curitiba, 28 - 31 de maio de 2002.
- _____. e GALVÃO, Antônio Carlos F. “Fundamentos, motivações e limitações da proposta governamental dos eixos nacionais de integração e desenvolvimento”. In: **Anais do VI Encontro nacional de Economia Política**. São Paulo, 12 – 15 de junho de 2001.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília. Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.
- CAIADO, Aurílio S. Costa. **A política urbana no Brasil constituinte**. São Paulo, Fundação Getúlio Vargas/EAESP, 1991 (Dissertação de Mestrado)
- _____. “A aglomeração urbana de Ribeirão Preto”. Relatório de pesquisa do projeto **Urbanização e metropolização no estado de São Paulo**: desafios da política urbana. Campinas, NESUR/IE/UNICAMP. Convênio SPG/Fecamp, 1992.
- _____. “Regionalização e dinâmica socioeconômica”. Relatório de pesquisa do projeto **A nova realidade socioeconômica do estado de São Paulo**. Campinas, NESUR/IE/UNICAMP - Fundação Seade – Fecamp, 1994a.
- _____. “Metrópoles comparadas”. Relatório de pesquisa do projeto **A nova realidade socioeconômica do estado de São Paulo**. Campinas, NESUR/IE/UNICAMP - Fundação SEADE – FECAMP, 1994b.
- _____. “Dinâmica socioespacial e a rede urbana paulista”. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, Fundação Seade, v.9, n.3 jul./set., 1995, p.46-53.
- _____. “Globalização, reestruturação e desenvolvimento regional: novos requisitos para a localização industrial - o caso de São Paulo”. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, Fundação Seade, v.10, n.2 abr./jun., 1996, p.54-59.
- _____. “O advento da emigração internacional numa década perdida”. Trabalho apresentado ao Grupo 11: Migrações e Fronteiras, **XXI Congresso da Associação Latinoamericana de Sociologia – ALAS**. São Paulo, 2 a 7 de setembro, 1997, mimeo.
- _____. “A economia paulista nos anos 90”. In: HOGAN, Daniel Joseph et al (orgs.) **Migração e ambiente em São Paulo**; aspectos relevantes da dinâmica recente. Campinas, Núcleo de Estudos de População/UNICAMP, 2000, p. 233 - 274
- _____. e SANTOS, Sarah M^a Monteiro dos. “Novas espacialidades na rede urbana paulista”. In: **Anais do IX Encontro Nacional da Anpur**. Rio de Janeiro, Anpur, v.1, 2001, p 496-510.
- _____. e VASCONCELOS, L.A. “As políticas de atração municipal: localização industrial e os distritos industriais”. Relatório de pesquisa do projeto **A nova realidade regional da indústria paulista: subsídios para a política de desenvolvimento regional do Estado de São Paulo**. Campinas, IE/Unicamp, Fundação Seade, Fecamp, 1994.
- CAMARGO, Aspásia. “O *continuum* regionalização-globalização e os fatores limitantes para a política regional brasileira”. In: IPEA & KONRAD ADENAUER STIFTUNG, **Série Debates** nº 12 - A política regional na era da globalização. São Paulo, Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 1996.
- CAMARGO, Ana Maria M. Pires e IGREJA, Abel Ciro M. A agropecuária paulista. In: SEP/SEADE, São Paulo no limiar o século XXI. São Paulo, Fundação Seade, vol 2, p. 5120, 1992.
- CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo, Difel, 1977.
- _____. “Desequilíbrios regionais no Brasil: alguns pontos controversos”. In: BELUZZO, L. G. M. e COUTINHO, R. **Desenvolvimento capitalista no Brasil** nº 2. São Paulo, Ed. Brasiliense, 2^a ed., p. 241-255, 1983.

- _____. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970**. São Paulo, Global, 1985.
- _____. (coord.). **A interiorização do desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo (1920-1980)**. São Paulo, Fundação Seade/Fecamp, 1988 (Coleção Economia Paulista, 3v.).
- _____. **Concentración, desconcentración y descentralización en Brasil**. Campinas, IE-UNICAMP, 1991, mimeo.
- _____. (coord.). **Metropolização e urbanização: desafios da política urbana**. Campinas, IE/SEP, Fecamp, 1992a.
- _____. (coord.). **São Paulo no limiar do século XXI**. São Paulo, Fundação Seade, 6 v., 1992b.
- _____. **Reflexões sobre o Brasil e a nova (des)ordem internacional**. Campinas, Ed. da Unicamp, 1993.
- _____. (coord.). **A nova realidade da indústria paulista: subsídios para a política de desenvolvimento regional do Estado de São Paulo**. Campinas, IE/Unicamp, Fundação Seade-Fecamp, 1994a.
- _____. "Perspectivas para a questão regional no Brasil". **Ensaio FEE**. Porto Alegre, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, ano 15, n.2, 1994b, p.312-320.
- _____. "Auge e inflexão da desconcentração econômica regional no Brasil". In: **Seminário internacional impasses e perspectivas do federalismo no Brasil** (conferência). São Paulo, Iesp/Fundap, 1995, mimeo.
- _____. Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil: 1970/95. In: **Economia e Sociedade** Campinas, Instituto de Economia/UNICAMP, n. 8. junho/1997. p. 101 – 141.
- _____. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1995**. Campinas, Instituto de Economia da Unicamp. 2ª. ed., 1998.
- _____. Soberania e política econômica na América Latina. São Paulo, Editora Unesp. 2000
- _____. Questão regional e política econômica nacional. Texto apresentado no **Seminário Painéis sobre o desenvolvimento brasileiro**, Rio de Janeiro, BNDES, 23 de setembro de 2002
- _____.; TÁPIA, J.R.B.; PACHECO, C.A. e CAIADO, A. "A nova realidade da indústria paulista: subsídios para a política de desenvolvimento regional do Estado de São Paulo". **Ensaio FEE**. Porto Alegre, ano 16, n.1, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1995.
- CANUTO, Otaviano. **Brasil e Coréia do Sul: os (des)caminhos da industrialização tardia**. São Paulo, Nobel, 1994.
- CARDOSO DE MELLO, João Manoel. **O Capitalismo tardio**. São Paulo. Editora Brasiliense, 1982.
- _____. "Consequências do neoliberalismo". **Economia e Sociedade**. Campinas, n. 1 agosto, 1992, p. 59-67.
- CARLEIAL, Liana M. NABUCO, Maria Regina (orgs.) **Transformações na divisão inter-regional do trabalho no Brasil**. ANPEC/CAEN/CEDEPLAR, 1989.
- CARNEIRO, Ricardo. "Crise, ajustamento e estagnação. A economia brasileira no período 1974-1989". **Economia e Sociedade**. Campinas, n. 2, agosto, 1993, p. 145-170.
- _____. **Reformas liberais, estabilidade e estagnação**. (a economia brasileira na década de 90). Campinas, Universidade Estadual de Campinas/Instituto de Economia. Tese de Livre-Docência, mimeo, 2000.
- CASTELLS, M. **La question Urbaine**. Paris, Maspéro, 1972.
- _____. **Problemas de investigação em sociologia urbana**. Lisboa, Editorial presença, 1984.

- _____. (org.). "Hight technology, space and society". **Urban Affairs Anual Review**, 28, Sage Publications, 1988.
- _____. **La Ciudad Informacional: tecnologías de la información, reestructuración económica y el proceso urbano-industrial**. Madrid, Alianza Editorial, 1995.
- _____. **A sociedade em rede**. São Paulo, Editora Paz e Terra, 1999.
- CHABARIBERY, D. **Inovação e Desigualdade no Desenvolvimento da Agricultura Paulista**. Tese de Doutorado. Campinas, Instituto de Economia, Unicamp, 1999.
- CHESNAY, F. **La mundialisation du capital**. Paris. Sylos, 1994.
- CORAGGIO, José Luís. "A Construção de uma Economia Popular como Horizonte para Cidades sem Rumo". In: RIBEIRO, L. C. & Santos Jr., O. A. (orgs.) **Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1994.
- CORREIA, R. L. "Reflexões sobre a dinâmica recente da rede urbana brasileira". In: **Anais do IX Encontro Nacional da Anpur**. Rio de Janeiro, Anpur, v.1, 2001, p. 424-430.
- COUTINHO, L. "Nota sobre a natureza da globalização". **Economia e sociedade**. Campinas, n. 4, jun., 1995, p. 21-26.
- COUTINHO, L. e FERRAZ, J. C. (coords.). **Estudo da competitividade da indústria brasileira**. Campinas/São Paulo, Ed. da Unicamp/Papiros, 1994.
- CRUZ, P. D. **Dívida externa e política econômica. A experiência brasileira nos anos setenta**. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1984.
- _____. "Notas sobre o financiamento de longo prazo na economia brasileira". In: **Economia e Sociedade**. Campinas, n. 3, dezembro, 1994, p 65-80.
- DEL GROSSI, M. E. **Evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro – 1981-1995**. Tese de Doutorado. Campinas, IE/UNICAMP, 1999.
- DELGADO, G.C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. São Paulo, Campinas, Ed. Ícone/ Ed. da Unicamp, 1985.
- DINIZ, Clélio Campolina. **Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira**. Belo Horizonte. UFMG/PROED, 1981.
- _____. **Capitalismo, recursos naturais e espaço**. Tese de Doutorado. Campinas, Instituto de Economia/Unicamp, 1987.
- _____. **Dinâmica Regional da Indústria no Brasil: Início de Desconcentração, Risco de Reconcentração**. Tese de Titular. Belo Horizonte, UFMG, 1991.
- _____. "Competitividade industrial e desenvolvimento regional no Brasil". Relatório de pesquisa do projeto **Estudo da competitividade da indústria brasileira**. Campinas, IE/Unicamp, IEI/UFRJ, FDC, Funcex, 1993a.
- _____. "Desenvolvimento Poligonal no Brasil: nem desconcentração nem contínua polarização". In: Revista **Nova Economia**. Belo Horizonte, v. 3 n. 1, 1993b.
- _____. "A nova geografia econômica do Brasil." In: VELLOSO, João Paulo dos Reis (org.) **Brasil 500 anos; futuro, presente, passado**. Rio de Janeiro, José Olímpio Editora, 2000. p. 303 – 351.
- _____. **O papel das inovações e das instituições no desenvolvimento local**. Salvador, XXIX Encontro Nacional da ANPEC, 11 a 14 de dezembro de 2001.

- _____. “Repensando a questão regional brasileira: tendências, desafios e caminhos”. Painei “Distribuição de Renda – Redução das Disparidades Regionais”, Seminário **Painéis sobre o Desenvolvimento Brasileiro**. Rio de Janeiro, BNDES, 23-9-2002.
- _____. & LEMOS, M. B. “Dinâmica regional e suas perspectivas no Brasil”. In: IPEA/IPLAN. **Para a década de 90: prioridades e perspectivas de políticas públicas**. Vol 3, População, emprego, desenvolvimento urbano e regional. Brasília, IPEA, 1989, p. 161-200.
- _____. & SANTOS, F. B. T. “Sudeste: heterogeneidade estrutural e perspectivas”. In: AFONSO, R. de B. A. e SILVA, P. L. B. (orgs.). **Federalismo no Brasil: desigualdades regionais e desenvolvimento**. São Paulo, Fundap/Ed. da Unesp, 1995.
- _____. e CROCCO, M. A. “Reestruturação econômica e impacto territorial: o novo mapa da indústria brasileira”. In: Revista **Nova Economia**. Belo Horizonte, v. 6 n. 1, junho de 1996.
- DINIS, C. C. e GONÇALVES, E. “Possibilidades e tendências da indústria do conhecimento no Brasil”. Campinas, **XXVIII Encontro Nacional da Anpec**, 12 a 15 de dezembro de 2000.
- EGLER, Claudio A. G. **Crise e questão regional no Brasil**. Tese de Doutorado. Campinas, Instituto de Economia/Unicamp, 1993.
- ESPING-ANDERSEN, G. “As três economias políticas do Welfare State”. **Lua Nova**, Revista de Cultura e Política. São Paulo, Centro de estudos de cultura contemporânea, n.24, 1991, p.85-116.
- FAPESP, **Revista Pesquisa**. São Paulo, nº 68, setembro de 2001
- FARIA, Vilmar E. “Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura do emprego: a experiência brasileira dos últimos trinta anos”. In: SORJ, B. e ALMEIDA, M. H. T. de, **Sociedade e política no Brasil pós 64**. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1983, p. 118-163.
- _____. “Mudança na composição do emprego e na estrutura das ocupações”. In: BACHA e KLEIN (orgs.). **A transição incompleta Brasil desde 1945**. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, vol. 1, 1986.
- FARIA, V. E. e SILVA, P. L. B. “Transformações estruturais, políticas sociais e dinâmica demográfica: o estudo de um caso. Brasil 1950 – 80”. Trabalho apresentado no **1º Congresso Latino-Americano de População e Desenvolvimento**. México, nov., 1983, mimeo.
- FARO, C. de (org.). **Plano Collor: avaliações e perspectivas**. Rio de Janeiro, LTC - Livros Técnicos e Científicos Editora, 1990.
- FERNANDES, Ana Cristina. “Da reestruturação corporativa à competição entre cidades: lições urbanas sobre os ajustes de interesses globais e locais no capitalismo contemporâneo”. In: **Espaço & Debates** 41, São Paulo, NERU, 2001.
- _____. “Substituição de importações, promoção de exportações e disparidades regionais no Brasil recente: lições para os anos noventa. Recife, 7º Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - Anpur, 1997, v. 2, p. 1014 – 1035 – **Anais** do
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa**. São Paulo, Editora Nova Fronteira, 1994.
- FIORI, José Luís. **Desajuste global e modernização conservadora**. São Paulo, Paz e Terra, 1993.
- _____. **O vôo da coruja**; uma leitura não liberal da crise do Estado desenvolvimentista. Rio de Janeiro, Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1995.
- _____. **Em busca do dissenso perdido**. Rio de Janeiro, Insight Editorial, 1995.
- _____. (org.) **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis, RJ. Vozes, 1999.

- FONSECA, Rinaldo Barcia e SALES FILHO, Sérgio. "A agropecuária brasileira". In: CANO, W. (org.) **São Paulo no limiar do século XXI: diagnósticos setoriais da economia paulista** – introdução geral e agropecuária. São Paulo, Governo do Estado de São Paulo. Secretaria de Planejamento e Gestão/SEADE, 1992. v. 2 p. 37 – 58.
- FORTI, Reginaldo (org.), **Marxismo e urbanismo capitalista**. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- FUNDAÇÃO SEADE. **O novo retrato de São Paulo** – avaliação dos primeiros resultados do Censo Demográfico de 1991. São Paulo, 1992.
- FUNDAÇÃO SEADE. **Pesquisa da atividade econômica regional** – Paer. São Paulo, Seade/Proep-MEC. Relatórios de pesquisa – estados, 2001.
- FURTADO, Celso. **A Operação Nordeste**. ISEB. Rio de Janeiro, 1959.
- _____. **Formação Econômica do Brasil**. Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1961a, 4ª ed.
- _____. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro, Ed. Fundo de Cultura, 1961b.
- _____. **Dialética do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro, Ed. Fundo de Cultura, 1964.
- _____. "Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste". **GTDN - Grupo de trabalho para o desenvolvimento do Nordeste**. Min. Interior-Sudene, Recife, 1967, 2ªed. (texto não assinado pelo autor mas de autoria confessa).
- _____. **Análise do Modelo Brasileiro**. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1972, 3ª ed.
- _____. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.
- _____. **A fantasia organizada**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- _____. **A Fantasia Desfeita**. Paz e Terra. São Paulo-Rio de Janeiro, 1989, 3ª ed.
- _____. **O Longo Amanhecer**. Paz e Terra. São Paulo-Rio de Janeiro, 1999.
- GALVÃO, Antônio Carlos F. "Quem dá mais? recursos financeiros e critérios operacionais básicos nas políticas de desenvolvimento regional brasileira e européia". In: **Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR**. Rio de Janeiro, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento urbano e Regional, 2001, v. 1, p. 115 – 128.
- _____. e VASCONCELOS, R. R. "Política regional à escala sub-regional: uma tipologia territorial como base para um fundo de apoio ao desenvolvimento regional". **Texto para Discussão** nº 665. Brasília, IPEA, 1999.
- GONÇALVES, Maria Flora. (org.) **O novo Brasil urbano**. Porto Alegre, Ed. Mercado Aberto, 1995.
- _____. **Processo de urbanização em São Paulo: dois momentos, duas fases**. São Paulo, PUC-SP, 1992. (Dissertação de mestrado)
- _____. **As engrenagens da locomotiva: ensaio sobre a formação urbana paulista**. Campinas, Universidade de Campinas, IFCH, 1998. (Tese de Doutorado)
- GONZALES, S. F. N. "A renda do solo urbano: hipóteses de explicação de seu papel na evolução da cidade". In: **O espaço da cidade. contribuição à análise urbana**. São Paulo, Projetos e Editores Associados, 1985.
- GOTTDIENER, M. "A teoria da crise e a reestruturação socioespacial: o caso dos Estados Unidos". In: VALADARES, L. e PRETECEILLE, E. **Reestruturação urbana: tendências e desafios**. São Paulo, Nobel/luperj, 1990.
- _____. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo, Edusp, 1993.
- GRAZIANO da SILVA, J. (coord.). **A irrigação e a problemática fundiária do Nordeste**. Campinas, Instituto de Economia/PRONI, 1989.

- _____. **“A nova dinâmica da agricultura brasileira”** Campinas, Instituto de Economia da Unicamp, 1996.
- _____. “O novo rural brasileiro”. Campinas, SP. Unicamp, Instituto de Economia, 2ª ed. 1999. (**Coleção Pesquisas 1**)
- GUIMARÃES, Juarez. “A trajetória intelectual de Celso Furtado”. In: TAVARES, M. da C. (org.). **Celso Furtado e o Brasil**. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2000.
- GUIMARÃES NETO, L.. **Introdução à formação econômica do Nordeste**. Recife. Fundaj. Ed. Massangana, 1989.
- _____. “Questão regional no Brasil: reflexões sobre processos recentes”. In: **Cadernos de Estudos Sociais** .vol. 6 n. 1, jan/jun. Fundaj, Recife, 1990.
- _____. “Quem controla o que na indústria incentivada do Nordeste?” In: XX Encontro Nacional de Economia, Campos do Jordão, 1992. **Anais...** São Paulo, ANPEC, 1992.
- _____. “Desigualdades regionais e federalismo”. In: AFONSO, R. B. A. & SILVA, P. L., B. **Federalismo no Brasil – desigualdades regionais e desenvolvimento**. São Paulo, Fundap/Editora da Unesp, 1995.
- _____. **Dinâmica regional no Brasil** (versão preliminar). Brasília, Instituto de pesquisa Econômica Aplicada –IPEA/DPRU/CGPR, 1997.
- HAGUENAUER, Lia. MARKWALD, Ricardo e POURCHET, Henry “Estimativas do valor da produção industrial e elaboração de coeficientes de exportação e importação da indústria brasileira”. **Texto para Discussão 563**. Brasília, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 1998.
- HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo, Edições Loyola, 1992.
- HIRSCHMAN, A. O. **The strategy of economic development**. New Haven, Conn., 1958.
- IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil**. Rio de Janeiro, IBGE, 1992
- _____. **Indicadores Conjunturais da Indústria – Produção Física Brasil** – IBGE, Rio de Janeiro, Edição Especial, setembro de 1994.
- _____. **Contas Regionais do Brasil - 1985-1998**. IBGE, Rio de Janeiro, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Regionais, 2000
- _____. **Contas Regionais - Metodologia**. Rio de Janeiro, IBGE, 2000. Extraído da internet em 23 de julho de 2001 (<http://www.ibge.gov.br/contasregionais>).
- IGREJA, A. C. M. e CAMARGO, A. M. M. “A agropecuária paulista”. In: CANO, W. (coord.). **São Paulo no limiar do século XXI**, vol 2. São Paulo, Fundação Seade-Seplan, 1992.
- IPEA. “Produto interno bruto por unidade da federação 1985 – 1998”. **Texto para Discussão 677**. Brasília, IPEA. 1999.
- IPEA/IBGE /NESUR (IE-UNICAMP). **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil**. Campinas, Instituto de Economia da UNICAMP, 1999.
- LAPLANE, Mariano F. e SARTI, Fernando. “Investimento direto estrangeiro e o impacto na balança comercial nos anos 90”. **Texto para discussão 629**. Brasília, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, fevereiro de 1999.
- LAPLANE, Mariano F. e SILVA, Ana Lúcia Gonçalves. “Dinâmica recente da indústria brasileira e desenvolvimento competitivo”. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, n. 3, p. 81 – 97. Dez. 1994.
- LEBORGNE, D. e LIPIETZ, A. “Flexibilidade defensiva ou flexibilidade ofensiva: os desafios das novas tecnologias e da competição mundial”. In: VALADARES, L. e PRETECEILLE, E. **Reestruturação urbana: tendências e desafios**. São Paulo, Nobel/Iuperj, 1990.

- LEMOS, M. B. e DINIZ, C. C. "Sistemas locais de inovação: o caso de Minas Gerais". In: CASSIOLATO, J. & LASTRES, H. (ed.). **Globalização e inovação localizada: experiências de sistemas locais no Mercosul**. Brasília, IBICT/MCT, 1999.
- LEMOS, M. B. et alli. "O arranjo produtivo da rede Fiat de fornecedores". Nota Técnica 15 do projeto: **Arranjos e sistemas produtivos locais e as novas políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico**. Rio de Janeiro, Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, julho, 2000, mimeo.
- LESSA, Carlos. **Quinze anos de política econômica**. Campinas, Unicamp, Cadernos do IFCH, 1975.
- LESSA, Carlos. **Estratégia de desenvolvimento: sonho e fracasso (1974 – 1976)**. Tese apresentada para o concurso de professor titular. FEA – UFRJ, Rio de Janeiro. 1978.
- LEVY, E. **Descentralização, democracia e eficiência na gestão da cidade mundial – um estudo comparado de Londres e São Paulo na década de 80**. Tese de Doutorado. São Paulo, FGV/SP, 1995.
- LIMA, P. & KATZ, F. **Economia do Nordeste, tendências recentes das áreas dinâmicas**. Recife, 1993, mimeo.
- LIPIETZ, Alain. "Mirages and miracles". **The crisis of global Fordism**. London, Verso, 1987.
- _____. **O capital e seu espaço**. São Paulo, Ed. Nobel, 1988.
- LEBORNE, Danièle e LIPIETZ, Alain. "O pós-fordismo e seu espaço". **Espaço & Debates**, v. 8, n. 25, p. 12 – 29, 1988.
- LEMOS, Maurício Borges. **Espaço e capital**; um estudo da dinâmica centro x periferia. Campinas, INICAMP, Instituto de Economia, 1988. (Tese de Doutorado)
- _____. et alii. "O arranjo produtivo da rede Fiat de fornecedores; Nota Técnica 15". In: CASSIOLATO J. E. e LASTRES, H. M. M. **Arranjos e sistemas produtivos locais e as novas políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico**. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, julho de 2000.
- LOJKINE, Jean. **Le marxisme, l'Etat et la question urbaine**. Paris, Press Universitaires de France, 1977.
- _____. **A revolução informacional**. São Paulo, Cortez Editora, 1995.
- LOPES, J. R. B. "Política social: subsídios estatísticos sobre a pobreza e acesso a programas sociais no Brasil". Seminário **Desenvolvimento Social e Pobreza**. São Paulo, Ministério das Relações Exteriores e Cebrap, setembro, 1994.
- MACADAR, B.M. "A influência do Mercosul na atração de investimentos diretos estrangeiros e na ampliação da infra-estrutura do RS – 1998". In: **Indicadores Econômicos FEE**, v. 26, n.4, 1998.
- MARTINE, G. "Transformação na agricultura e êxodo rural". **III Encontro Nacional da ABEP** (síntese publicada nos Anais). Vitória, ABEP, 1982, p. 425-427.
- _____. "A redistribuição da população brasileira durante a década de 80". **Texto para Discussão nº 329**. Brasília, IPEA, 1994.
- MARTINE, G. e CAMARGO, L. "Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes". **Revista Brasileira de Estudos de População**. v.1, n.112, p. 99-114, jan./dez., 1984.
- MARTINE, G. et ali. "Urbanização no Brasil: retrospectiva, componentes e perspectiva". In: IPEA/IPLAN. **Prioridades e perspectivas de políticas públicas para a década de 90**: população, emprego, desenvolvimento urbano e regional. Vol.3, Brasília, IPEA, 1990, p. 99-160.
- MASSEY, Doreen. **Spatial Divisions of Labor: social structures and the geography of production**. New York, Routledge, 2nd edition, 1995.

- MATTOSO, J. **A desordem do trabalho**. São Paulo, Editora Scritta, 1995.
- MELLO, F. F. de. "Formação histórica de Campinas: breve panorama". **Campinas, subsídios para a discussão do plano diretor**. Campinas, Prefeitura Municipal de Campinas, 1991.
- MENDONÇA DE BARROS, J. R. e GOLDENSTEIN L. "Avaliação do processo de reestruturação industrial no Brasil". In: **Revista de Economia Política**. São Paulo, Editora 34, 1997. V.17 nº2.
- DUNFORD, Mick. Winners and losers: the new map of economic inequality in the european union. London, **European Urban and Regional Studies**, 1994 1 (2), p. 95 – 114.
- MÜLLER, D. P. (org.). **Ensaio d'um quadro estatístico da Província de S. Paulo**. São Paulo, Reedição literal, seção de Obras d'O estado de São Paulo, 1923.
- MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. 2. Ed. Rio de Janeiro, Ed. Saga, 1968.
- NABUCO, "Maria Regina. A reestruturação industrial e seus efeitos sobre a divisão internacional do trabalho". In: CARLEIAL, Liana M. NABUCO, M. R. (orgs.) **Transformações na divisão inter-regional do trabalho no Brasil**. ANPEC/CAEN/CEDEPLAR, 1989. P. 87 – 112.
- NARDINI, B. "O BNDES e o desenvolvimento industrial brasileiro: o passado e perspectivas futuras", In: **Política industrial e desenvolvimento econômico**, São Paulo, Planef/OCDE, 1990.
- NEGRI, Barjas. "A interiorização da indústria paulista: 1920-1980". In: Cano, W. et alii. **A interiorização do desenvolvimento econômico do estado de São Paulo (1920 – 1980)**. São Paulo, SEADE/UNICAMP, 1988a. v. 3 (Coleção Economia Paulista)
- _____. "As políticas de descentralização industrial e o processo de interiorização em São Paulo: 1970-1985". In Tartaglia, J. C (org). **Modernização e desenvolvimento no interior de São Paulo**. Unesp. São Paulo. 1988b.
- _____. "A indústria de transformação do estado de São Paulo (1970-1989)". In: CANO (coord.). **São Paulo no limiar do século XXI**. São Paulo, Governo do Estado de São Paulo. Secretaria de Planejamento e Gestão/SEADE, 1992, v. 3.
- _____. **Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990)**. Tese de Doutorado. Campinas, Unicamp/Instituto de Economia, 1994.
- NOVI, Andreas. **A des-ordem na periferia**; 500 anos de espaço e poder no Brasil. Petrópolis, RJ, VOZES, 2002.
- PACHECO, Carlos Américo. "Desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional". **Economia e Sociedade**. n.6, junho, 1996, p. 113-140.
- _____. **A fragmentação da nação**. Tese de Doutorado. Campinas, Ed. Unicamp/Instituto de Economia, 1998.
- _____. Novos padrões de localização industrial? Tendências recentes dos indicadores da produção e do investimento industrial. Brasília, IPEA, Texto para discussão nº 633, março de 1999.
- _____. "Desenvolvimento regional, dinâmica econômica e população". In: PACHECO, C. A. e PATARRA, N. **Dinâmica demográfica regional e as novas questões populacionais no Brasil**. Campinas, Instituto de Economia. Série Pesquisas nº 4, 2000.
- _____. e NEGRI, B. "Mudança tecnológica e desenvolvimento regional nos anos 90: da interiorização do desenvolvimento à nova dimensão espacial da indústria paulista". Relatório de pesquisa do projeto **Desenvolvimento tecnológico e competitividade da indústria brasileira**. Campinas, SCTDE/Fecamp – IE/Unicamp, 1993.
- _____. et alii. **A dinâmica industrial e financeira na especialização das regiões**. Relatório de pesquisa. Rio de Janeiro, IPEA, 1993.

- PATARRA, Neide. "Do urbano às novas territorialidades: conceitos e questões". Rio de Janeiro, IPEA, **Relatório de pesquisa**, março de 2000.
- PATARRA, N. e BAENINGER, R. "Regionalização em São Paulo: novas tendências ou consolidação de processos recorrentes?" Relatório de pesquisa do projeto **A nova realidade socioeconômica do estado de São Paulo**. Campinas, Nesur/IE/Unicamp, Convênio Fundação Seade – Fecamp, 1994.
- PATARRA, N.; BAENINGER, R. e CUNHA, J. M. "Dinâmica demográfica recente e configurações de novas questões populacionais". In: PACHECO, C. A. e PATARRA, N. (orgs.). **Dinâmica Demográfica regional e as novas questões populacionais no Brasil**. Campinas, Instituto de Economia. Série Pesquisas nº 4, 2000.
- PAVITT, K. Patterns of technical change: towards a taxonomy and a theory. **Research Policy**, v. 13, 1984, p. 343-374.
- PERROUX, F. **A economia do século XX**. Lisboa, Herder, 1967.
- _____. "La notion de pôle de croissance". **Economie Appliquée**, Paris, n. 1/2, 1955.
- PINHO, Marcelo, CORTÊS, Mauro Rocha e FERNANDES, Ana Cristina. "A fragilidade das empresas de base tecnológica em economias periféricas: uma interpretação baseada na experiência brasileira", In: **Ensaio** FEE/Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. Porto Alegre, Secretaria de Coordenação e Planejamento, 23 (1), 2002.
- PINTO, Anibal. **Entorno de la distribución del ingreso en America Latina**. Santiago, Cepal, 1976. (Mimeo).
- PITTALUGA, A. H. L. e SCATOLIN, G. P. F. "La cepal y las nuevas teorías del crecimiento". In: **Revista de la Cepal**. nº 68, agosto, Santiago do Chile, Nações Unidas, 1999.
- PLATA, Ludwig A. Einstein. **Mercado de terras no Brasil: gênese, determinação de seus preços e políticas**. Tese de Doutorado, Instituto de Economia/Unicamp. Campinas, SP, 2001.
- PORTO, J. R. Dória, CANO, Newton e SILVA, A. L. Gonçalves. "Arranjo produtivo de telecomunicações em Campinas/SP". **Relatório Final de Pesquisa**. UNICAMP/Instituto de Economia/NEIT,
- PRADO, S. "Guerra fiscal e política de desenvolvimento estadual no Brasil". **Economia e Sociedade**. Campinas, n. 13, 1999, p. 1-40.
- PRETECEILLE, E. "Cidades globais e segmentação social". In: RIBEIRO, L. C. de Q. e SANTOS Jr., O. A. (orgs.). **Globalização, fragmentação e reforma urbana**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1994.
- QUADROS, Rui et alli. Padrões de inovação tecnológica na indústria paulista: comparação com os países industrializados. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, Fundação Seade, v 13 nºs 1-2, jan./jun., 1999, p 53-66.
- REDWOOD, III, J. "Revisión de polarización, ciudades secundárias y eficiencia en el desarrollo nacional: una visioó teórica aplicada al Brasil contemporáneo". **Revista EURE**, mar. 1985.
- REGINI, di M. (org.). **Economia e lavoro nelle regioni forti d'Europa**. Lombardia, Cariplo-Laterza, 1995.
- REYDON, Bastian P. **Mercados de terras agrícolas e determinantes de seus preços no Brasil: um estudo de casos**. Campinas, SP: UNICAMP. IE. (Tese de Doutorado). 1992.
- _____. **A reforma agrária no Brasil em um contexto de crise econômica**. Reforma Agrária – Série Debates, Campinas. 1993.

- _____. "A especulação com terras agrícolas: uma interpretação a partir de um referencial teórico pós-keynesiano". **Texto para Discussão, n. 34**; Instituto de Economia. Campinas, SP: UNICAMP. IE. 1994.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres e MACHADO, Denise B. Pinheiro (orgs.). **Metropolização e rede urbana**; perspectivas dos anos 90; coletânea de textos. Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, setembro de 1990.
- RICHARDSON, Harry W. "Polarization reversal in developing countries". **Papers of the Regional Science Association**, vol. 45.
- ROCHA, Sônia. "Poor and non poor in the brasilian labor markert". **Texto para Discussão 278**, Rio de Janeiro, IPEA, outubro, 1992.
- _____. **Texto para discussão 721**. Ipea, Brasília. 2000.
- SABOIA, João. "Aglomerações industriais especializadas no Brasil. nota técnica 45/00". In: CASSIOLATO J. E. e LASTRES, H. M. M. **Arranjos e sistemas produtivos locais e as novas políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico**. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, junho de 2000.
- _____. "A dinâmica da desconcentração industrial no Brasil". **Texto para discussão nº 452**. Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Instituto de Economia, julho de 2001.
- SAMPAIO Jr, Plínio de A. "Origens e desdobramento da crise da teoria do desenvolvimento na América Latina". **São Paulo em Perspectiva**. Vol. 13, n.1 e 2, jan-jun. São Paulo, Fundação Seade, 1999.
- SANTOS, Milton. **Economia espacial – críticas e alternativas**. São Paulo, Hucitec, 1979.
- _____. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo, Hucitec, 1988.
- _____. "Involução metropolitana e economia segmentada: o caso de São Paulo". In: RIBEIRO, A. C. e MACHADO, D. P. **Metropolização e rede urbana – perspectivas para os anos 90**. Rio de Janeiro, Ippur/UFRJ, 1990.
- SCHMITZ, H. **Flexible specialisation in third world industry: prospects and research requirements**. Genebra, OIT/International Institute for Labour Studies, 1990.
- SCOTT, A. J. "Industrial organization and location: division of labor, the firm and spatial process". **Economic Geography**, 63, 215-231, 1987a.
- _____. "The semiconductor industry in South-East Asia: organization, location and international division of labor". **Regional Studies**, 21, 143-160, 1987b.
- SCOTT, A. J. & STORPER, M. "High technology industry and regional development: a theoretical critique and reconstruction". **International Social Science Journal**, 112, pp. 215-232, 1987.
- STIGLITZ, Joseph E. **A globalização e seus malefícios**; a promessa não-cumprida de benefícios globais. São Paulo, Editora Futura, 2002.
- STORPER, Michael "Oligopoly and product cycle." **Economic Geography**, 61 (3), 260-282, 1985.
- _____. "A Industrialização e a Questão Regional no Terceiro Mundo", In VALLADARES, L. & PRETECEILLE, E. (coord.), **Reestruturação Urbana: Tendência e Desafios**. NOBEL/IUPERJ, Rio de Janeiro, pp. 120/147, 1990.
- _____. "Desenvolvimento Territorial na Economia Global do Aprendizado: o desafio dos países em desenvolvimento". In: RIBEIRO, L. C. & Santos Jr., O. A. (Orgs.) **Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1994.
- STORPER, M. The regional world: territorial development in a global economy. New York and London, The Guilford Press, 1997.

- STORPER, M. & SCOTT, A. The limits of globalization: technology districts and international trade. *Economic Geography*, 68, 1, 60-96, 1992.
- STORPER, Michael & WALKER, Richard. *The Capitalist Imperative: Territory, Technology and Industrial Growth*. New York, Basil Blackell, 1989.
- SERRA, J. "Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra". In: BELLUZZO, L. G. M. & COUTINHO, R (orgs.). *Desenvolvimento capitalista no Brasil; ensaios sobre a crise*. São Paulo, ed. Brasiliense, vol. I, 3ª ed., p. 56-121, 1984.
- SINGER, Paul. *"Desenvolvimento econômico e evolução urbana"*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 2ª ed., 1977.
- SOUZA, Maria Adélia de. "Urbanização". *São Paulo em temas*. São Paulo, Instituto Geográfico e Cartográfico - SEP/CAR, 1990.
- SOUZA, Maria Carolina F. de e GARCIA, Renato. "Sistemas locais de inovação no estado de São Paulo: nota técnica 08/98". In: CASSIOLATO, J. E. et alli. (coord.). *Projeto Globalização e inovação localizada: experiências de sistemas locais no âmbito do Mercosul e proposições de políticas de C&T*. Rio de Janeiro, UFRJ-IE/OEA/MCT-CNPq, março de 1998.
- _____. e _____. "O arranjo produtivo de indústrias de alta tecnologia da região de Campinas: nota técnica 27/99". In: CASSIOLATO, J. E. et alli. (coord.). *Projeto Globalização e inovação localizada: experiências de sistemas locais no âmbito do Mercosul e proposições de políticas de C&T*. Rio de Janeiro, UFRJ-IE/OEA/MCT-CNPq, dezembro de 1998.
- SUZIGAN, W. "A indústria brasileira após uma década de estagnação: questões para uma política industrial". *Economia e Sociedade*. Campinas, n.1, 1992, p. 89-109.
- _____. Industrial clustering in the State of São Paulo. *Working Paper CBS-13-00 (E)*. University of Oxford Centre for Brazilian Studies. 2000.
- SWYNGEDOUW, E. "The mammon quest. 'Globalisation', interspatial competition and the monetary order: the constrution of new scales". In: DUNFORD, M. & KAFKALAS, G. (orgs.) *Cities and regions in the new Europe: the global-local interplay and spatial development strategies*. London, Belhaven, p. 39-67.
- TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.
- _____. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1974 (Tese, Livre-docência)
- _____. *Ciclo e crise: o movimento recente da industrialização brasileira*. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1978. (Tese, professor titular)
- _____. "As políticas de ajuste no Brasil: os limites da resistência". In: TAVARES, M. C. e FIORI, J. L.. *Desajuste global, a modernização conservadora*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993, p. 75-126.
- _____. *Destruição não criadora*; memórias de um mandato popular contra a recessão, o desemprego e a globalização subordinada. Rio de Janeiro – São Paulo, Editora Record, 1999.
- _____. (org.) *Celso Furtado e o Brasil*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
- _____. e BELLUZZO, L. G. M. "Notas sobre o processo de industrialização recente no Brasil". In: BELLUZZO, L. G. e COUTINHO, R. *Desenvolvimento capitalista no Brasil*. São Paulo, Ed. Brasiliense, vol. 1, 1982, p 122-140.
- TEIXEIRA, A. "O Movimento da Industrialização nas Economias Capitalistas Centrais no Pós-Guerra". *Texto para Discussão 25*. Rio de Janeiro, IEI/UFRJ, 1983.

- _____. “Vinte anos de política econômica. Evolução e desempenho da economia brasileira de 1970 a 1989”. In: CANO, W. (coord.). **São Paulo no limiar do século XXI**. São Paulo, Fundação Seade, vol. 1, 1992, p. 85-122.
- TOPALOV, Christian. “Análise do ciclo de reprodução do capital investido na produção da indústria da construção civil”, in: FORTI, Reginaldo (org.), **Marxismo e urbanismo capitalista**. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 53 – 80, 1979.
- TOWNROE, P. M. e KEEN, D. “Polarization reversal in the state of São Paulo, Brazil”. **Regional Studies**, vol. 19, p. 45 – 54, 1984.
- TRIFFIN, R. **Gold and the dollar crisis: the future of convertibility**. New York, Yale University, 1960.
- VALADARES, Lícia e PRETECEILLE, Edmond. (orgs.) **Reestruturação urbana**; tendências e desafios. São Paulo, Nobel/IUPERJ, 1990.
- VARSANO, R. “A guerra fiscal do ICMS: quem ganha e quem perde”. **Seminário Internacional Políticas Fiscais Descentralizadas**. Brasília, DF, 1996, mimeo.
- VASCONCELOS, José Romeu de. “Matriz do fluxo de comércio interestadual de bens e serviços no Brasil – 1999”. **Texto para Discussão nº 817**. Brasília, IPEA, agosto de 2001.
- VELTZ, Pierre. **Mundialización, Ciudades y Territorios**. Barcelona, Ariel, 1999.
- VERNON, R. “International investment and international trade in the product cycle”, In: **Quarterly Journal of Economics** 80, 1966, p. 190 – 207.

APÊNDICE ESTATÍSTICO

Tabela 1
Estrutura e Participação Regional da Indústria de Transformação - Brasil
1985

Divisões da Indústria de Transformação, segundo Categorias de Uso	Estrutura da Indústria de Transformação						Participação na Indústria de Transformação do Brasil (Brasil=100)				
	Brasil	CO	NE	NO	SD	SU	CO	NE	NO	SD	SU
Indústrias de Transformação	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	0,7	8,5	2,3	72,5	16,1
Bens de Consumo Não Duráveis	29,8	36,2	42,2	21,7	25,1	45,3	0,9	12,0	1,7	61,1	24,4
Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas	11,5	0,0	20,0	0,7	8,9	21,2	0,0	14,7	0,1	55,7	29,5
Fabricação de Produtos do Fumo	0,5	4,8	0,5	5,3	0,3	0,4	7,1	9,1	23,7	48,5	11,5
Fabricação de Produtos Têxteis	6,4	2,6	11,3	0,3	6,2	5,6	0,3	15,0	0,1	70,4	14,2
Confeção de Artigos do Vestuário e Acessórios	3,3	1,7	5,2	0,4	2,9	4,5	0,4	13,5	0,3	63,5	22,3
Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro, Artigos de Viagem e Calçados	2,8	10,8	2,3	12,9	1,3	8,1	2,9	6,9	10,6	32,9	46,7
Edição, Impressão e Reprodução de Gravações	2,2	16,2	1,3	2,1	2,4	1,0	5,5	5,1	2,2	79,8	7,4
Fabricação de Móveis e Indústrias Diversas	3,2	0,0	1,6	0,1	3,2	4,4	0,0	4,2	0,1	73,1	22,6
Bens Intermediários	46,6	53,2	49,7	19,7	49,1	37,6	0,9	9,0	1,0	76,2	13,0
Fabricação de Produtos de Madeira	1,2	0,6	1,0	0,9	0,6	4,5	0,4	6,5	1,7	33,0	58,4
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	3,2	6,0	1,3	1,5	3,1	4,4	1,4	3,4	1,1	71,7	22,4
Fabricação de Coque, Refino de Petróleo, Elaboração de Combustíveis Nucleares e Produção de Alcool	8,2	4,1	7,9	1,8	8,6	7,5	0,4	8,2	0,5	76,2	14,7
Fabricação de Produtos Químicos	11,9	1,0	24,2	4,3	12,0	6,7	0,1	17,1	0,8	72,9	9,0
Fabricação de Artigos de Borracha e Plástico	4,4	25,9	2,1	5,4	4,6	3,9	4,4	4,1	2,8	74,6	14,2
Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	4,8	9,7	5,3	1,2	5,0	4,0	1,5	9,3	0,6	75,1	13,5
Metalurgia Básica	8,2	3,0	6,4	2,6	9,9	2,3	0,3	6,6	0,7	87,8	4,5
Fabricação de Produtos de Metal - Exclusive Máquinas e Equipamentos	4,6	2,8	1,5	1,9	5,2	4,2	0,5	2,8	0,9	81,2	14,7
Reciclagem	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	1,0	0,0	95,5	3,6
Bens de Capital e Duráveis de Consumo	23,6	10,6	8,1	58,6	25,8	17,1	0,3	2,9	5,7	79,5	11,6
Fabricação de Máquinas e Equipamentos	9,5	0,6	3,8	3,9	10,4	9,6	0,1	3,4	0,9	79,3	16,3
Fabricação de Máquinas para Escritório e Equipamentos de Informática	0,8	1,4	0,3	1,5	0,7	1,1	1,4	3,2	4,5	67,7	23,2
Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	4,1	4,1	2,6	35,7	3,7	1,9	0,7	5,4	20,0	66,2	7,6
Fabricação de Material Eletrônico e de Aparelhos e Equipamentos de Comunicações	1,8	0,1	0,5	5,6	2,1	0,9	0,0	2,5	6,9	83,1	7,5
Fabricação de Equipamentos de Instrumentação Médico-Hospitalares, Instrumentos de Precisão e Ópticos, Equipamentos para Automação Industrial, Cronômetros e Relógios	0,7	1,0	0,1	0,1	0,9	0,4	1,1	1,3	0,4	88,1	9,1
Fabricação e Montagem de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias	5,1	0,7	0,4	6,9	6,1	2,9	0,1	0,6	3,1	87,0	9,1
Fabricação de Outros Equipamentos de Transporte	1,6	2,7	0,4	4,9	1,9	0,3	1,2	2,1	7,0	87,1	2,5

Fonte: IBGE – Tabulações Especiais do Censo Industrial de 1985 e da PIA 1998

Tabela 2
Estrutura e Participação Regional da Indústria de Transformação - Brasil
1998

Divisões da Indústria de Transformação, segundo Categorias de Uso	Estrutura da Indústria de Transformação						Participação na Indústria de Transformação do Brasil (Brasil=100)				
	Brasil	CO	NE	NO	SD	SU	CO	NE	NO	SD	SU
Indústrias de Transformação	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	1,0	7,0	2,8	70,3	18,9
Bens de Consumo Não Duráveis	33,5	28,8	45,6	14,5	29,3	47,6	0,9	9,6	1,2	61,5	26,8
Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas	16,7	0,0	27,0	0,0	14,8	23,4	0,0	11,4	0,0	62,2	26,4
Fabricação de Produtos do Fumo	1,0	1,6	0,3	0,8	0,6	2,9	1,6	2,0	2,2	42,7	51,5
Fabricação de Produtos Têxteis	3,3	3,9	6,6	0,1	2,9	3,6	1,3	14,3	0,1	63,4	20,9
Confeção de Artigos do Vestuário e Acessórios	2,3	1,6	3,2	0,2	1,9	3,9	0,7	9,7	0,3	57,0	32,3
Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro, Artigos de Viagem e Calçados	2,2	8,3	4,1	7,4	0,7	6,2	3,9	13,2	9,2	21,0	52,6
Edição, Impressão e Reprodução de Gravações	5,6	13,3	3,3	6,0	6,4	3,3	2,4	4,1	2,9	79,4	11,1
Fabricação de Móveis e Indústrias Diversas	2,4	0,0	1,0	0,0	2,1	4,3	0,0	3,1	0,0	62,4	34,5
Bens Intermediários	42,4	66,3	47,5	36,9	44,1	33,9	1,6	7,9	2,4	73,1	15,1
Fabricação de Produtos de Madeira	1,0	1,0	0,4	3,2	0,5	2,9	1,0	2,6	8,9	32,5	54,9
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	3,8	12,8	3,0	4,3	3,6	4,5	3,5	5,5	3,1	66,1	21,8
Fabricação de Coque, Refino de Petróleo, Elaboração de Combustíveis Nucleares e Produção de Alcool	5,3	13,6	7,0	3,6	5,2	5,1	2,6	9,2	1,9	68,2	18,1
Fabricação de Produtos Químicos	13,4	3,3	21,5	3,3	15,0	6,4	0,3	11,3	0,7	78,8	9,0
Fabricação de Artigos de Borracha e Plástico	4,6	22,3	2,7	2,7	4,6	4,7	5,0	4,1	1,6	70,3	19,1
Fabricação de Produtos de Minerais Não- Metálicos	4,3	6,5	5,7	9,3	4,0	3,8	1,6	9,4	6,1	66,0	16,9
Metalurgia Básica	5,8	3,8	5,1	6,4	6,8	2,4	0,7	6,2	3,1	82,3	7,8
Fabricação de Produtos de Metal - Exclusive Máquinas e Equipamentos	4,1	3,0	2,1	4,0	4,4	4,1	0,8	3,6	2,7	74,3	18,7
Reciclagem	0,1	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0	0,0	7,1	0,0	79,6	13,3
Bens de Capital e Duráveis de Consumo	24,1	4,9	6,9	48,6	26,6	18,5	0,2	2,0	5,6	77,6	14,5
Fabricação de Máquinas e Equipamentos	6,9	0,8	2,7	2,5	7,1	8,5	0,1	2,7	1,0	72,8	23,3
Fabricação de Máquinas para Escritório e Equipamentos de Informática	0,5	0,5	0,7	0,9	0,5	0,3	1,0	9,4	4,8	73,0	11,8
Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	3,9	0,1	2,6	23,3	3,5	2,9	0,0	4,8	16,7	64,1	14,4
Fabricação de Material Eletrônico e de Aparelhos e Equipamentos de Comunicações	2,3	0,1	0,0	4,7	2,7	1,4	0,1	0,1	5,7	82,5	11,6
Fabricação de Equipamentos de Instrumentação Médico-Hospitalares, Instrumentos de Precisão e Ópticos, Equipamentos para Automação Industrial, Cronômetros e Relógios	0,9	0,8	0,2	0,6	1,0	0,7	0,9	1,9	1,8	80,7	14,6
Fabricação e Montagem de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias	8,7	0,4	0,3	13,4	10,6	4,5	0,0	0,2	4,3	85,6	9,9
Fabricação de Outros Equipamentos de Transporte	0,9	2,2	0,4	3,2	1,1	0,1	2,5	2,8	9,6	83,2	1,9

Fonte: IBGE – Tabulações Especiais da PIA 1998

Tabela 3
Distribuição Regional do VTI da Indústria do Brasil, segundo Divisões – 1985 (em %)

Divisões	DF	GO	MT	MS	RS	SC	PR	SP	RJ	ES	MG	BA	SE	AL	PE	PB	RN	CE	PI	MA	TO	AP	PA	RR	AM	AC	RO
Total	0,2	0,7	0,2	0,2	6,9	3,7	4,3	47,6	13,2	1,5	8,6	4,4	0,9	0,4	1,8	0,4	1,0	0,9	0,1	0,3	0,0	0,0	0,7	0,0	1,8	0,0	0,2
Indústrias Extrativas	0,0	0,8	0,2	0,1	0,7	1,6	0,4	1,5	45,7	4,7	10,2	12,3	7,4	0,0	0,1	0,1	7,8	0,1	0,0	0,1	0,0	0,1	2,4	0,0	2,9	0,0	0,8
Extração de Carvão Mineral	-	-	-	-	19,5	77,1	3,4	-	-	-	0,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Extração de Petróleo e Serviços Correlatos	-	-	-	-	0,0	0,0	-	0,0	62,2	3,4	-	15,0	10,2	-	-	-	9,2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Extração de Minerais Metálicos	0,0	0,2	0,5	0,6	0,7	0,0	0,2	0,1	0,0	11,1	47,1	5,7	-	0,0	-	0,3	0,6	0,1	-	0,0	0,0	0,5	12,6	-	15,3	-	4,4
Extração de Minerais Não-Metálicos	0,1	11,1	0,9	0,5	2,9	2,5	4,2	21,2	9,7	1,9	19,7	4,6	0,6	0,6	1,5	0,6	14,4	1,7	0,2	0,7	0,0	-	0,3	-	0,0	-	0,1
Indústrias de Transformação	0,2	0,7	0,2	0,2	7,5	3,9	4,6	51,9	10,3	1,2	8,4	3,7	0,3	0,4	1,9	0,4	0,4	1,0	0,1	0,3	0,0	0,0	0,6	0,0	1,7	0,0	0,1
Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas	0,3	2,3	0,7	0,7	12,3	6,3	9,5	36,6	5,8	1,7	7,4	3,2	0,5	1,5	4,8	0,5	0,5	2,6	0,3	0,6	0,0	0,0	1,2	0,0	0,6	0,0	0,1
Fabricação de Produtos do Fumo	0,0	0,1	0,0	0,0	12,2	0,1	3,9	15,6	13,7	0,0	37,7	2,9	0,2	0,0	9,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	4,2	0,0	0,0	0,0	0,0
Fabricação de Produtos Têxteis	0,0	0,3	0,0	0,2	2,5	8,6	2,9	50,7	7,0	0,8	10,2	2,5	1,7	0,4	3,2	2,0	1,3	3,6	0,3	0,0	-	-	0,6	-	1,2	-	0,0
Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios	0,1	0,5	0,0	0,0	6,1	14,9	1,8	43,2	13,2	1,0	5,7	1,1	0,3	0,0	2,8	0,2	2,9	4,9	1,0	0,1	0,0	0,0	0,1	-	0,1	-	0,0
Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro, Artigos de Viagem e Calçados	0,0	0,4	0,1	0,0	50,0	2,4	1,4	30,0	1,5	0,6	5,4	1,0	0,1	0,0	3,7	1,2	0,2	1,2	0,4	0,0	-	-	0,3	0,0	0,1	-	0,0
Fabricação de Produtos de Madeira	0,1	0,2	3,5	1,3	7,5	16,6	20,7	20,1	1,3	3,0	2,2	1,6	0,1	0,1	0,5	0,1	0,1	0,3	0,2	2,0	0,1	0,5	8,7	0,1	2,7	0,6	5,8
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	0,0	0,1	0,0	0,0	6,2	7,0	9,8	57,3	4,6	5,0	5,6	1,0	0,0	0,0	1,6	0,3	0,1	0,1	0,0	0,3	-	-	0,9	-	0,1	-	0,0
Edição, Impressão e Reprodução de Gravações	1,1	0,7	0,2	0,3	4,4	1,1	2,3	48,6	29,8	0,5	4,1	1,6	0,1	0,2	1,8	0,4	0,2	0,7	0,1	0,2	0,0	0,0	0,8	0,0	0,5	0,1	0,2
Fabricação de Coque, Refino de Petróleo, Elaboração de Combustíveis Nucleares e Produção de Alcool	0,0	0,8	0,1	0,5	4,4	0,2	9,8	54,4	12,1	0,2	9,5	5,9	0,0	0,5	0,2	0,4	0,3	0,0	0,0	0,1	0,0	-	0,0	-	0,6	0,0	0,0
Fabricação de Produtos Químicos	0,0	0,2	0,0	0,0	6,1	0,6	2,1	55,0	14,5	0,3	3,4	13,8	0,3	0,9	1,8	0,0	0,0	0,3	0,1	0,3	0,0	-	0,1	-	0,2	-	0,0
Fabricação de Artigos de Borracha e Plástico	0,0	0,1	0,0	0,0	7,0	5,4	2,4	66,6	9,7	0,1	2,6	1,5	0,0	0,0	1,1	0,5	0,0	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	-	1,3	0,3	0,3
Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	0,8	2,3	0,5	0,6	3,0	4,5	5,3	34,9	23,7	1,9	11,0	2,0	0,6	0,4	2,5	0,9	0,9	1,0	0,3	0,5	0,0	0,0	2,0	0,0	0,2	0,0	0,2
Metalurgia Básica	0,0	0,8	0,0	0,0	2,0	1,8	0,6	37,3	13,4	5,2	31,8	4,5	0,0	0,1	0,9	0,0	0,0	0,1	0,0	1,1	0,0	0,0	0,0	-	0,3	-	0,0
Fabricação de Produtos de Metal - Exclusive Máquinas e Equipamentos	0,1	0,2	0,1	0,1	11,2	1,9	1,7	62,6	9,6	0,3	8,1	0,6	0,0	0,0	1,2	0,1	0,0	0,5	0,0	0,2	0,0	0,0	0,3	0,0	1,2	0,0	0,0
Fabricação de Máquinas e Equipamentos	0,1	0,1	0,0	0,0	10,9	4,1	3,1	69,2	5,4	0,2	3,8	1,7	0,0	0,2	0,6	0,0	0,0	0,5	0,0	0,0	-	0,0	0,1	-	0,2	-	0,0
Fabricação de Máquinas para Escritório e Equipamentos de Informática	0,6	-	-	0,0	5,9	-	15,4	49,4	14,8	-	0,3	0,1	-	-	2,8	-	-	0,0	-	-	-	-	0,0	-	10,7	-	-
Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	0,0	0,3	0,0	0,0	3,4	3,7	2,6	71,5	6,7	0,6	3,6	2,1	0,0	0,0	4,0	0,0	0,0	0,3	-	0,0	-	-	0,1	-	0,9	-	0,0
Fabricação de Material Eletrônico e de Aparelhos e Equipamentos de Comunicações	1,1	0,0	0,0	0,0	2,2	0,5	2,4	55,7	4,7	0,0	1,7	0,0	0,0	-	1,3	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	-	0,0	-	30,3	-	-
Fabricação de Equipamentos de Instrumentação Médico-Hospitalares, Instrumentos de Precisão e Ópticos, Equipamentos para Automação Industrial, Cronômetros e Relógios	0,1	0,0	-	-	3,9	3,6	0,7	59,4	7,8	0,0	7,4	0,0	0,0	-	0,1	0,0	0,0	0,6	0,0	0,0	-	-	0,0	-	16,4	-	-
Fabricação e Montagem de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias	0,0	0,1	0,0	0,0	4,3	0,8	3,5	81,8	1,1	0,0	7,8	0,1	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Fabricação de Outros Equipamentos de Transporte	0,0	0,1	0,2	0,0	0,6	1,3	0,4	42,7	40,6	1,1	1,6	0,4	0,0	-	0,6	0,0	0,0	1,1	0,0	0,0	-	0,0	0,5	-	8,7	-	0,1
Fabricação de Móveis e Indústrias Diversas	0,2	0,3	0,1	0,1	11,0	5,3	6,5	58,0	6,7	0,5	3,9	0,9	0,1	0,1	1,4	0,3	0,3	0,4	0,4	0,2	0,0	0,0	0,4	0,1	2,8	0,0	0,1
Reciclagem	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE/DEIND – Tabulações Especiais do Censo Industrial de 1985.

(x) Sigilo estatístico. - Informação Inexistente.

Tabela 4
Participação Estadual do VTI da Indústria do Brasil, segundo Divisões – 1996 (em %)

Divisões	DF	GO	MT	MS	RS	SC	PR	SP	RJ	ES	MG	BA	SE	AL	PE	PB	RN	CE	PI	MA	TO	AP	PA	RR	AM	AC	RO
Total	0,2	1,1	0,5	0,4	7,7	4,3	5,3	49,4	8,3	1,3	9,2	2,8	0,2	0,7	1,5	0,4	0,5	1,2	0,1	0,3	0,0	0,1	1,0	0,0	3,3	0,0	0,1
Indústrias Extrativas	0,0	2,2	0,2	0,6	1,7	1,9	1,2	5,6	24,5	7,7	26,9	6,7	1,9	0,1	0,6	0,4	5,7	0,2	0,0	0,1	0,0	0,8	(x)	-	1,2	(x)	0,1
Extração de Carvão Mineral	-	-	-	(x)	51,9	44,2	(x)	(x)	(x)	-	(x)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(x)	-	(x)	-	-
Extração de Petróleo e Serviços Correlatos	-	-	-	-	-	(x)	-	-	(x)	(x)	-	8,0	4,9	0,0	-	-	13,6	-	-	-	-	-	(x)	-	(x)	-	-
Extração de Minerais Metálicos	-	1,2	0,0	1,3	0,1	(x)	(x)	(x)	0,0	14,5	52,4	7,0	-	-	(x)	(x)	0,0	-	-	-	-	-	1,8	18,5	-	(x)	-
Extração de Minerais Não-Metálicos	0,2	8,4	0,7	(x)	3,6	2,2	5,2	27,1	9,2	(x)	(x)	4,5	1,3	0,3	(x)	(x)	5,6	0,8	0,1	0,4	0,1	-	4,1	-	(x)	(x)	0,0
Indústrias de Transformação	0,2	1,1	0,5	0,4	8,0	4,4	5,5	51,1	7,6	1,1	8,5	2,6	0,2	0,7	1,6	0,4	0,3	1,2	0,1	0,4	0,0	0,0	(x)	0,0	3,4	(x)	0,1
Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas	0,4	2,9	1,4	1,3	8,9	4,6	8,7	40,1	6,4	1,4	8,8	2,3	0,3	1,7	3,4	0,3	0,4	1,9	0,3	0,4	0,1	0,1	0,9	0,0	2,8	0,0	0,1
Fabricação de Produtos do Fumo	(x)	0,0	0,0	(x)	17,4	1,3	17,9	6,3	0,6	-	47,4	0,5	0,2	0,1	8,1	0,0	(x)	(x)	-	0,0	-	(x)	-	(x)	(x)	(x)	(x)
Fabricação de Produtos Têxteis	0,0	0,5	0,1	0,1	1,9	14,2	3,0	50,0	4,2	0,8	8,9	1,0	1,5	0,2	1,2	1,2	2,8	7,4	0,0	0,2	-	-	0,3	-	0,4	-	(x)
Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios	0,1	3,1	0,0	0,0	5,3	21,4	3,1	38,6	10,6	1,1	5,9	1,0	0,2	0,0	1,7	0,8	0,4	5,6	0,9	0,0	0,0	(x)	0,1	(x)	0,0	(x)	0,0
Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro, Artigos de Viagem e Calçados	-	0,5	0,1	0,2	54,4	1,1	1,9	21,6	2,8	0,5	5,7	0,4	0,8	0,0	0,4	3,0	0,2	5,7	0,4	(x)	0,0	-	0,0	-	(x)	-	(x)
Fabricação de Produtos de Madeira	0,3	0,5	8,3	0,6	6,8	15,7	23,8	18,7	1,3	1,1	2,6	0,9	0,0	0,1	0,2	0,0	0,0	0,2	0,0	1,2	0,0	0,0	12,9	0,0	1,5	0,1	3,1
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	0,0	0,2	0,0	0,0	(x)	6,2	7,5	60,9	3,5	4,4	4,1	3,0	0,0	0,0	1,1	0,1	0,0	0,1	(x)	0,2	-	0,4	2,5	-	0,4	(x)	(x)
Edição, Impressão e Reprodução de Gravações	1,2	0,7	0,2	0,1	3,8	1,4	3,6	58,7	18,7	0,5	3,4	1,3	0,1	0,2	1,5	0,3	0,1	0,8	0,1	0,2	0,0	0,0	0,5	0,0	2,3	0,0	0,0
Fabricação de Coque, Refino de Petróleo, Elaboração de Combustíveis Nucleares e Produção de Alcool	(x)	1,2	1,3	0,8	(x)	0,0	7,2	53,8	(x)	0,2	5,3	6,1	(x)	2,1	1,0	0,8	0,3	0,4	(x)	0,1	(x)	-	0,0	(x)	4,1	-	-
Fabricação de Produtos Químicos	0,1	1,1	0,1	0,0	5,9	0,7	2,8	58,1	13,1	0,2	4,4	8,9	0,0	1,6	1,6	0,0	0,0	0,5	0,1	0,2	0,0	(x)	0,2	(x)	0,6	(x)	0,0
Fabricação de Artigos de Borracha e Plástico	0,0	0,6	0,1	0,1	7,3	6,4	3,3	64,3	7,7	0,3	2,4	1,7	0,1	0,1	0,9	0,6	0,1	0,9	0,0	0,1	0,0	(x)	0,1	-	2,8	0,0	0,0
Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	1,1	2,2	0,7	0,8	4,2	7,3	5,9	41,6	7,5	3,1	14,0	1,5	0,8	0,3	2,9	1,9	0,7	1,5	0,1	0,6	0,1	0,0	0,8	0,0	0,6	0,0	0,0
Metalurgia Básica	0,0	0,5	0,2	0,0	3,5	2,3	1,2	28,9	18,7	5,6	29,3	2,3	(x)	0,1	0,7	0,0	0,0	0,2	0,0	3,4	-	(x)	2,9	-	0,1	(x)	(x)
Fabricação de Produtos de Metal - Exclusive Máquinas e Equipamentos	0,1	0,4	0,1	0,1	10,5	3,0	3,7	56,2	8,8	0,3	10,2	0,5	0,0	0,1	0,9	0,1	0,1	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	4,2	(x)	0,0
Fabricação de Máquinas e Equipamentos	0,2	0,1	(x)	0,0	9,3	9,3	6,2	62,4	3,7	0,2	3,5	0,9	0,0	0,1	0,8	0,0	0,0	0,7	0,0	0,0	-	(x)	0,1	-	2,5	-	-
Fabricação de Máquinas para Escritório e Equipamentos de Informática	1,3	-	(x)	(x)	4,6	0,3	1,9	67,8	(x)	(x)	3,7	1,7	(x)	(x)	0,4	-	-	(x)	-	(x)	-	-	(x)	-	17,0	-	-
Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	0,1	0,1	0,0	0,0	5,8	5,5	5,1	68,8	3,8	0,4	4,1	1,7	0,0	(x)	3,4	0,0	(x)	0,5	0,0	-	(x)	-	0,0	-	0,7	-	-
Fabricação de Material Eletrônico e de Aparelhos e Equipamentos de Comunicações	0,0	0,0	-	(x)	1,9	0,7	9,3	48,5	1,0	(x)	1,3	(x)	(x)	-	(x)	(x)	-	0,0	(x)	-	-	-	0,0	-	37,2	-	-
Fabricação de Equipamentos de Instrumentação Médico-Hospitalares, Instrumentos de Precisão e Ópticos, Equipamentos para Automação Industrial, Cronômetros e Relógios	(x)	0,0	0,0	(x)	7,2	2,8	5,9	56,0	6,9	0,1	4,3	0,9	(x)	0,0	0,2	(x)	(x)	1,0	-	(x)	-	-	0,0	-	14,7	-	-
Fabricação e Montagem de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias	0,0	0,0	0,0	0,0	5,6	1,5	2,3	73,5	1,0	0,2	15,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	(x)	0,0	-	0,1	(x)	0,0
Fabricação de Outros Equipamentos de Transporte	0,1	0,2	0,0	0,1	1,1	0,9	0,6	36,9	23,6	0,7	2,8	0,1	(x)	(x)	0,9	(x)	(x)	0,3	(x)	0,1	(x)	-	0,5	-	30,7	-	-
Fabricação de Móveis e Indústrias Diversas	0,2	0,5	0,1	0,0	15,1	8,0	8,6	44,3	7,7	0,6	7,6	0,6	0,1	0,0	1,3	0,0	0,2	0,3	0,2	0,2	0,0	0,0	0,2	0,0	4,1	0,0	0,0
Reciclagem	-	-	-	-	6,2	2,5	3,1	37,6	16,3	7,8	21,6	(x)	-	-	(x)	-	(x)	1,1	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE/DEIND –PIA 1996.
(x) Sigilo estatístico. - Informação Inexistente.

Tabela 5
Participação Estadual do VTI da Indústria do Brasil, segundo Divisões – 1997 (em %)

Divisões	DF	GO	MT	MS	RS	SC	PR	SP	RJ	ES	MG	BA	SE	AL	PE	PB	RN	CE	PI	MA	TO	AP	PA	RR	AM	AC	RO
Total	0,2	1,1	0,6	0,3	7,6	4,8	5,4	49,6	8,2	1,5	9,6	2,4	0,2	0,6	1,5	0,4	0,4	1,1	0,1	0,3	0,0	0,0	1,0	0,0	2,9	0,0	0,1
Indústrias Extrativas	0,0	3,6	0,1	0,7	1,4	2,3	1,3	5,3	22,9	10,2	25,3	6,4	2,1	0,0	0,6	0,1	4,9	0,2	0,0	0,1	0,1	0,3	11,3	-	0,5	(x)	0,1
Extração de Carvão Mineral	-	-	-	(x)	(x)	57,4	(x)	(x)	(x)	-	(x)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(x)	-	(x)	-	-
Extração de Petróleo e Serviços Correlatos	-	-	-	-	-	(x)	-	-	(x)	(x)	(x)	7,2	4,6	(x)	-	-	12,9	-	-	-	-	-	(x)	-	(x)	-	-
Extração de Minerais Metálicos	-	0,9	0,1	1,4	(x)	(x)	(x)	(x)	0,1	19,2	47,8	6,9	-	-	(x)	-	-	-	(x)	-	-	0,6	21,8	-	(x)	-	0,3
Extração de Minerais Não-Metálicos	0,1	15,3	0,5	(x)	2,2	2,1	6,0	24,5	9,2	(x)	14,7	5,1	3,3	(x)	(x)	0,7	4,8	0,8	(x)	0,4	0,2	-	(x)	-	(x)	(x)	0,1
Indústrias de Transformação	0,2	1,1	0,6	0,3	7,8	4,9	5,5	51,2	7,7	1,2	9,0	2,3	0,2	0,6	1,5	0,4	0,2	1,1	0,1	0,3	0,0	0,0	0,7	0,0	3,0	(x)	0,1
Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas	0,5	3,2	1,9	1,0	8,6	6,2	8,3	40,1	6,6	1,2	8,1	1,8	0,2	1,8	3,4	0,6	0,4	1,8	0,3	0,4	0,1	0,0	0,7	0,0	2,6	0,0	0,1
Fabricação de Produtos do Fumo	(x)	(x)	(x)	(x)	23,5	8,1	14,3	6,4	0,2	(x)	43,5	0,8	0,2	0,6	2,2	0,0	(x)	0,0	(x)	0,0	-	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)
Fabricação de Produtos Têxteis	(x)	0,3	0,1	0,1	2,4	16,1	2,9	50,7	3,8	0,8	9,8	0,9	1,0	0,3	1,3	1,6	1,7	4,8	0,0	0,1	-	-	0,4	-	0,9	-	(x)
Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios	0,1	1,7	0,1	0,0	5,3	22,1	3,7	40,1	8,8	1,0	5,9	1,1	0,2	0,0	1,3	1,2	1,1	5,4	0,7	0,0	0,0	(x)	0,1	0,0	0,0	(x)	0,0
Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro, Artigos de Viagem e Calçados	-	0,3	0,1	0,3	53,5	1,1	1,8	20,5	2,2	0,5	5,6	0,6	0,7	0,0	0,6	2,6	0,4	8,7	0,3	0,1	0,1	-	0,1	-	(x)	-	(x)
Fabricação de Produtos de Madeira	0,4	0,5	6,9	0,5	6,6	15,9	22,9	21,5	1,3	0,5	2,8	0,6	0,0	0,1	0,2	0,1	0,0	0,4	0,0	1,4	0,0	0,0	12,6	0,0	1,4	0,2	3,3
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	0,1	0,2	0,0	0,0	5,7	6,8	7,7	58,6	2,7	5,4	5,7	4,0	0,0	0,0	1,2	0,1	0,0	0,3	(x)	0,0	(x)	0,6	0,5	-	0,3	(x)	0,0
Edição, Impressão e Reprodução de Gravações	1,1	0,7	0,1	0,1	4,3	1,2	3,1	58,3	19,9	0,6	3,4	1,2	0,1	0,2	1,1	0,3	0,3	0,7	0,1	0,2	0,0	0,0	0,4	0,0	2,5	0,0	0,0
Fabricação de Coque, Refino de Petróleo, Elaboração de Combustíveis Nucleares e Produção de Alcool	-	1,6	1,2	1,0	8,6	0,0	7,8	55,1	6,6	0,4	6,2	3,9	(x)	1,3	1,0	0,8	(x)	0,9	(x)	0,2	-	-	0,0	(x)	3,2	-	-
Fabricação de Produtos Químicos	0,1	0,6	0,1	0,1	5,6	0,7	2,8	60,7	12,6	0,4	4,9	8,0	0,0	1,2	1,3	0,0	0,0	0,3	0,1	0,1	0,0	(x)	0,1	(x)	0,5	(x)	0,0
Fabricação de Artigos de Borracha e Plástico	0,0	0,4	0,2	0,1	6,7	6,5	3,4	64,5	7,8	0,2	2,9	1,2	0,1	0,1	1,7	0,6	0,1	0,8	0,0	0,0	0,0	-	0,1	-	2,5	(x)	(x)
Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	1,1	2,3	0,7	1,1	3,2	7,3	5,1	43,7	8,0	3,9	14,6	1,1	0,9	0,2	2,4	1,3	0,4	1,1	0,1	0,2	0,1	0,1	0,6	0,0	0,4	0,0	0,1
Metalurgia Básica	0,0	0,7	0,1	0,0	3,0	2,6	1,1	27,6	17,6	6,7	29,4	2,9	(x)	0,0	1,0	0,0	0,0	0,3	0,0	2,5	-	-	4,1	-	0,2	(x)	(x)
Fabricação de Produtos de Metal - Exclusive Máquinas e Equipamentos	0,1	0,5	0,0	0,1	10,8	3,1	2,7	56,6	7,0	0,5	12,1	0,5	0,0	0,1	0,6	0,1	0,1	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	4,2	0,0	0,1
Fabricação de Máquinas e Equipamentos	0,2	0,1	0,0	0,0	11,7	8,5	6,9	60,6	3,9	0,3	3,6	0,7	(x)	0,1	0,6	0,0	0,1	0,6	0,1	0,0	(x)	-	0,1	-	1,7	-	-
Fabricação de Máquinas para Escritório e Equipamentos de Informática	1,0	(x)	(x)	(x)	4,7	0,6	1,4	59,0	1,0	0,1	4,2	3,6	(x)	(x)	2,1	-	-	(x)	(x)	(x)	-	-	(x)	-	21,6	-	-
Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	0,1	0,1	0,0	0,0	6,1	6,6	5,0	66,8	4,1	0,4	4,3	2,2	0,0	(x)	2,7	0,0	(x)	0,4	0,0	(x)	(x)	-	0,0	-	0,9	-	-
Fabricação de Material Eletrônico e de Aparelhos e Equipamentos de Comunicações	0,0	0,0	-	0,0	1,8	0,7	14,8	53,3	1,6	0,0	1,5	0,0	-	-	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)	-	-	-	0,0	-	26,2	-	-
Fabricação de Equipamentos de Instrumentação Médico-Hospitalares, Instrumentos de Precisão e Ópticos, Equipamentos para Automação Industrial, Cronômetros e Relógios	0,0	0,1	(x)	0,0	8,1	2,7	4,8	57,4	7,8	0,1	3,8	0,7	(x)	0,0	0,2	0,2	(x)	1,1	(x)	(x)	-	-	-	-	13,2	-	-
Fabricação e Montagem de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias	0,0	0,1	0,0	0,0	5,6	1,7	2,6	71,2	1,1	0,1	17,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,1	(x)	0,0
Fabricação de Outros Equipamentos de Transporte	(x)	0,2	0,0	0,0	0,4	0,7	0,4	39,2	20,2	0,5	3,1	0,1	(x)	(x)	1,2	(x)	(x)	0,4	(x)	0,1	(x)	-	0,9	-	32,2	-	-
Fabricação de Móveis e Indústrias Diversas	0,2	0,5	0,4	0,1	16,6	7,7	8,4	42,8	6,3	0,7	8,3	0,4	0,1	0,0	1,0	0,2	0,4	0,4	0,2	0,2	0,0	0,0	0,2	0,0	4,9	0,0	0,0
Reciclagem	-	(x)	-	-	5,9	2,5	3,0	44,2	14,7	(x)	20,4	3,0	-	-	(x)	-	0,0	1,1	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE/DEIND – PIA 1997.
(x) Sigilo estatístico. - Informação Inexistente.

Tabela 6

Distribuição Regional do VTI da Indústria do Brasil, segundo Divisões – 1998 (em %)

Divisões	DF	GO	MT	MS	RS	SC	PR	SP	RJ	ES	MG	BA	SE	AL	PE	PB	RN	CE	PI	MA	TO	AP	PA	RR	AM	AC	RO
Total	0,3	1,3	0,5	0,5	8,1	4,6	5,2	49,4	8,2	1,5	9,4	2,6	0,3	0,5	1,3	0,4	0,4	1,2	0,1	0,3	0,0	0,0	1,2	0,0	2,6	0,0	0,1
Indústrias Extrativas	0,0	2,3	0,2	0,6	1,2	2,4	1,0	5,0	23,6	10,2	25,4	5,3	2,6	0,1	0,0	0,2	5,0	0,2	0,0	0,2	0,0	12,3	0,0	2,1	0,0	0,0	
Extração de Carvão Mineral	-	-	-	(x)	(x)	65,8	(x)	(x)	(x)	-	(x)	(x)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Extração de Petróleo e Serviços Correlatos	-	-	-	-	-	(x)	-	-	(x)	(x)	-	6,7	5,4	(x)	-	-	12,4	-	-	-	-	(x)	-	5,2	-	-	
Extração de Minerais Metálicos	(x)	0,1	0,0	1,3	(x)	(x)	(x)	(x)	0,1	18,7	49,6	4,5	-	-	(x)	(x)	(x)	-	-	-	-	24,3	-	(x)	-	0,0	
Extração de Minerais Não-Metálicos	0,1	11,5	0,9	(x)	2,8	2,9	5,0	25,5	9,3	(x)	(x)	(x)	4,3	(x)	1,5	(x)	1,3	0,0	0,9	0,2	-	(x)	-	(x)	(x)	0,1	
Indústrias de Transformação	0,3	1,2	0,5	0,5	8,4	4,7	5,3	51,2	7,6	1,2	8,7	2,5	0,2	0,5	1,4	0,4	0,2	1,2	0,1	0,3	0,0	0,0	0,7	0,0	2,6	0,0	0,1
Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas	0,6	3,9	1,7	1,9	10,2	5,4	7,6	39,0	5,8	1,3	8,3	2,2	0,3	1,5	2,7	0,5	0,5	1,8	0,2	0,3	0,1	0,0	0,9	0,0	3,1	0,0	0,2
Fabricação de Produtos do Fumo	(x)	0,0	0,0	(x)	28,4	9,2	15,9	4,0	0,6	-	39,8	1,0	0,4	0,7	-	0,0	-	(x)	-	0,0	-	(x)	-	(x)	(x)	-	
Fabricação de Produtos Têxteis	0,0	0,4	0,0	0,1	2,2	15,0	3,8	47,9	3,8	0,7	11,1	1,2	1,7	0,4	1,0	1,6	1,6	6,7	0,0	0,2	(x)	-	0,2	-	0,5	-	
Confeção de Artigos do Vestuário e Acessórios	0,1	1,6	0,0	0,0	5,4	22,4	4,1	39,4	8,9	1,3	6,9	1,1	0,1	0,0	1,5	1,1	1,3	3,7	0,8	0,0	0,0	(x)	0,1	0,0	0,0	0,0	
Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro, Artigos de Viagem e Calçados	0,0	0,3	0,2	0,3	56,8	1,3	1,8	16,3	2,4	0,6	4,6	0,7	0,4	0,0	0,7	3,3	0,2	9,4	0,2	(x)	0,0	-	0,2	-	(x)	-	0,0
Fabricação de Produtos de Madeira	0,3	0,3	6,2	0,4	7,0	16,5	22,6	22,7	1,3	0,4	2,9	0,7	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,2	0,0	0,9	0,0	0,0	11,4	0,0	1,3	0,1	4,3
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	0,0	0,2	0,0	0,0	6,7	7,3	8,8	55,2	2,7	5,1	5,9	4,3	0,0	0,0	0,9	0,1	0,0	0,3	0,0	0,0	(x)	(x)	1,8	-	0,2	(x)	0,0
Edição, Impressão e Reprodução de Gravações	1,1	0,9	0,2	0,1	4,7	1,0	5,6	59,2	16,7	0,5	3,7	1,2	0,1	0,2	1,2	0,3	0,2	0,6	0,1	0,2	0,0	0,0	0,2	0,0	1,8	0,0	0,0
Fabricação de Coque, Refino de Petróleo, Elaboração de Combustíveis Nucleares e Produção de Alcool	-	1,0	0,8	0,8	(x)	0,0	7,3	51,4	(x)	0,2	6,7	5,3	(x)	0,8	0,8	0,6	(x)	0,9	(x)	0,2	(x)	-	0,0	-	(x)	-	-
Fabricação de Produtos Químicos	0,1	0,9	0,1	0,0	5,7	0,7	2,5	62,1	11,9	0,2	3,9	7,7	0,1	1,1	1,5	0,0	0,0	0,5	0,1	0,2	0,0	(x)	0,1	(x)	0,6	(x)	0,0
Fabricação de Artigos de Borracha e Plástico	0,0	0,6	0,1	0,1	8,4	7,6	3,8	62,1	6,9	0,2	3,9	1,9	0,1	0,3	0,9	0,3	0,2	0,5	0,0	0,0	0,0	(x)	0,0	-	1,9	0,0	0,0
Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	1,7	1,9	0,8	1,1	4,3	7,2	5,5	38,8	7,6	3,8	16,2	1,6	1,0	0,3	2,4	1,7	0,5	1,1	0,2	0,6	0,1	0,0	0,8	0,0	0,8	0,0	0,1
Metalurgia Básica	0,0	1,0	0,1	0,0	3,2	3,1	1,4	27,1	18,1	6,3	29,3	2,4	0,0	0,0	0,7	0,0	0,0	0,2	0,0	2,7	(x)	-	4,2	-	0,2	-	(x)
Fabricação de Produtos de Metal - Exclusive Máquinas e Equipamentos	0,1	0,6	0,1	0,2	11,2	3,1	4,1	55,8	5,7	0,5	11,0	0,9	0,0	0,0	1,7	0,1	0,0	0,7	0,0	0,0	0,5	0,0	0,2	0,0	3,5	0,0	0,0
Fabricação de Máquinas e Equipamentos	0,3	0,2	0,0	0,0	9,9	7,9	5,3	63,9	3,8	0,3	4,1	0,8	(x)	0,2	0,6	0,0	0,0	1,0	0,1	0,0	(x)	-	0,1	-	1,5	-	(x)
Fabricação de Máquinas para Escritório e Equipamentos de Informática	1,3	(x)	(x)	(x)	5,9	0,5	4,3	63,5	(x)	0,1	2,5	7,9	(x)	(x)	0,3	-	-	(x)	(x)	(x)	-	-	(x)	-	12,1	-	-
Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	0,0	0,1	0,0	0,0	6,3	6,7	4,0	68,2	4,1	0,2	3,8	1,7	0,0	(x)	3,4	0,0	(x)	0,5	0,0	0,0	(x)	-	0,0	(x)	0,8	-	-
Fabricação de Material Eletrônico e de Aparelhos e Equipamentos de Comunicações	0,0	0,0	-	0,0	2,1	0,9	6,4	63,6	1,8	(x)	1,9	0,0	-	-	0,0	(x)	(x)	0,0	(x)	-	-	(x)	-	-	23,1	-	-
Fabric. De Equip. de Instrument. Médico-Hospit., Instrum. De Precisão e Ópticos, Equip. para Automação Industrial, Cronômetros e Relógios	0,1	0,0	(x)	0,0	5,5	2,6	5,1	55,8	12,2	0,0	4,2	0,3	(x)	0,0	0,1	0,2	0,0	1,1	(x)	-	-	-	(x)	-	12,8	-	-
Fabricação e Montagem de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias	0,0	0,0	0,0	0,0	5,8	1,2	3,2	71,6	4,0	0,2	13,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	-	0,0	(x)	0,2	(x)	0,0
Fabricação de Outros Equipamentos de Transporte	0,0	0,3	(x)	0,1	(x)	0,8	0,4	51,2	10,1	0,7	2,8	0,3	(x)	(x)	1,4	(x)	0,1	0,3	(x)	0,1	-	-	1,6	-	29,5	-	(x)
Fabricação de Móveis e Indústrias Diversas	0,2	0,5	0,1	0,1	14,6	6,9	11,4	44,5	5,5	0,6	9,0	0,5	0,2	0,0	1,0	0,1	0,3	0,5	0,2	0,1	0,0	0,0	0,2	0,0	3,3	0,0	0,1
Reciclagem	-	(x)	-	-	5,3	4,0	4,0	41,4	17,8	(x)	16,1	4,0	-	-	(x)	-	(x)	0,9	-	(x)	-	-	-	-	(x)	-	-

Fonte: IBGE/DEIND – PIA 1998.

(x) Sigilo estatístico. - Informação Inexistente.

Tabela 7

Distribuição Regional do VTI da Indústria do Brasil, segundo Divisões – 1985 (em %)

Divisões	DF	GO	MT	MS	RS	SC	PR	SP	RJ	ES	MG	BA	SE	AL	PE	PB	RN	CE	PI	MA	TO	AP	PA	RR	AM	AC	RO
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Indústrias Extrativas	0,2	10,1	6,8	5,4	0,8	3,5	0,8	0,3	28,6	25,8	9,8	23,2	72,0	1,0	0,5	2,4	66,3	1,2	0,8	1,6	3,7	38,8	27,0	-	12,9	-	35,0
Extração de Carvão Mineral	-	-	-	-	0,4	3,1	0,1	-	-	-	0,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Extração de Petróleo e Serviços Correlatos	-	-	-	-	-	-	-	0,0	28,2	13,6	-	20,6	71,6	-	-	-	56,6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Extração de Minerais Metálicos	-	0,5	3,9	4,0	0,2	0,0	0,1	0,0	0,0	11,5	8,5	2,0	-	0,0	-	1,5	1,0	0,1	-	-	3,3	38,8	26,7	-	12,9	-	34,7
Extração de Minerais Não-Metálicos	0,2	9,6	2,9	1,5	0,2	0,4	0,6	0,3	0,4	0,8	1,3	0,6	0,4	1,0	0,5	1,0	8,7	1,1	0,8	1,6	0,4	-	0,3	-	0,0	-	0,3
Indústrias de Transformação	99,8	89,9	93,2	94,6	99,2	96,5	99,2	99,7	71,4	74,2	90,2	76,8	28,0	99,0	99,5	97,6	33,7	98,8	99,2	98,4	96,3	61,2	73,0	100	87,1	100	65,0
Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas	25,5	38,7	39,5	38,0	20,2	19,3	25,0	8,7	4,9	13,1	9,8	8,2	6,1	44,3	30,3	17,6	5,8	31,5	24,5	23,4	51,1	18,4	18,7	17,9	3,7	17,3	5,5
Fabricação de Produtos do Fumo	-	0,0	-	-	0,6	0,0	0,3	0,1	0,3	-	1,5	0,2	0,1	-	1,7	0,0	-	0,0	-	0,0	-	-	1,9	-	-	-	-
Fabricação de Produtos Têxteis	0,1	3,0	0,0	5,5	2,2	13,9	4,1	6,3	3,2	3,3	7,2	3,4	12,0	6,0	10,7	34,2	8,2	23,3	12,2	0,3	-	-	5,3	-	4,0	-	0,1
Confeccção de Artigos do Vestuário e Acessórios	1,1	2,1	0,4	0,5	2,7	12,1	1,3	2,7	3,0	1,9	2,0	0,7	1,1	0,0	4,7	2,0	9,0	15,9	22,0	0,6	0,3	0,3	0,3	-	0,2	-	0,1
Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro, Artigos de Viagem e Calçados	0,3	1,3	0,9	0,3	16,0	1,4	0,7	1,4	0,3	0,9	1,4	0,5	0,2	0,0	4,6	7,4	0,4	3,0	7,1	0,1	-	-	0,9	2,0	0,1	-	0,0
Fabricação de Produtos de Madeira	1,1	0,5	26,9	8,7	1,6	6,5	6,9	0,6	0,1	2,9	0,4	0,5	0,2	0,3	0,4	0,5	0,2	0,5	1,7	10,8	9,7	36,3	17,4	28,5	2,1	32,3	43,0
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	0,5	0,5	0,1	-	2,7	5,6	6,7	3,6	1,0	9,9	1,9	0,7	0,1	0,1	2,7	2,2	0,2	0,3	0,0	3,5	-	-	3,6	-	0,1	-	-
Edição, Impressão e Reprodução de Gravações	13,3	1,9	1,8	2,2	1,2	0,6	1,0	1,9	4,3	0,6	0,9	0,7	0,3	1,0	1,9	2,3	0,4	1,5	1,1	1,5	1,7	1,1	2,2	0,8	0,6	4,4	1,7
Fabricação de Coque, Refino de Petróleo, Elaboração de Combustíveis Nucleares e Produção de Alcool	-	8,8	5,3	17,8	4,9	0,4	17,4	8,7	7,0	0,9	8,5	10,4	0,0	9,6	0,7	8,5	2,6	0,2	2,1	1,6	1,9	-	-	-	2,4	-	0,1
Fabricação de Produtos Químicos	0,2	2,7	0,6	2,0	9,6	1,8	5,2	12,4	11,8	2,2	4,3	34,2	3,5	26,6	10,6	0,7	0,5	3,1	6,1	11,9	0,2	-	1,8	-	1,2	-	0,4
Fabricação de Artigos de Borracha e Plástico	0,8	0,6	0,3	0,5	3,9	5,6	2,1	5,3	2,8	0,2	1,2	1,3	0,1	0,3	2,4	5,8	0,1	1,7	0,8	0,4	0,7	0,4	2,6	-	2,8	36,7	5,7
Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	23,9	15,2	11,5	12,8	2,0	5,5	5,6	3,3	8,2	5,8	5,9	2,1	3,4	4,8	6,4	11,2	4,3	5,0	9,7	8,3	16,4	0,7	12,6	19,0	0,4	6,8	5,4
Metalurgia Básica	0,0	9,8	0,1	1,3	2,3	3,8	1,2	6,2	8,1	27,6	29,6	8,2	-	1,9	4,2	0,0	0,3	1,2	0,6	30,7	-	-	0,4	-	1,1	-	0,0
Fabricação de Produtos de Metal - Exclusive Máquinas e Equipamentos	3,5	1,1	1,3	2,3	6,3	2,0	1,6	5,1	2,8	0,7	3,7	0,5	0,2	0,3	2,6	1,2	0,1	2,1	1,0	2,2	4,8	0,8	1,4	3,0	2,5	1,5	0,6
Fabricação de Máquinas e Equipamentos	4,2	0,5	0,4	0,7	11,6	8,2	5,3	10,6	3,0	0,8	3,2	2,8	0,1	3,0	2,3	0,4	0,3	3,8	0,4	0,1	-	2,0	0,6	-	0,6	-	0,6
Fabricação de Máquinas para Escritório e Equipamentos de Informática	2,9	-	-	-	0,7	-	2,7	0,8	0,8	-	0,0	0,0	-	-	1,2	-	-	0,0	-	-	-	-	-	-	4,5	-	-
Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	0,1	1,2	0,3	0,5	1,5	3,0	1,8	4,5	1,5	1,2	1,3	1,5	0,1	0,0	6,8	0,4	0,1	1,0	-	0,3	-	-	0,4	-	1,5	-	0,0
Fabricação de Material Eletrônico e de Aparelhos e Equipamentos de Comunicações	18,0	0,0	0,0	0,1	0,8	0,4	1,4	2,9	0,9	0,0	0,5	0,0	-	-	1,8	0,1	0,0	0,1	-	0,4	-	-	0,0	-	40,9	-	-
Fabricação de Equipamentos de Instrumentação Médico-Hospitalares, Instrumentos de Precisão e Ópticos, Equipamentos para Automação Industrial, Cronômetros e Relógios	0,4	0,0	-	-	0,4	0,7	0,1	0,9	0,4	-	0,6	0,0	0,0	-	0,0	0,0	0,0	0,5	0,1	0,0	-	-	0,0	-	6,6	-	-
Fabricação e Montagem de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias	0,6	0,6	0,3	0,6	3,2	1,1	4,1	8,8	0,4	0,1	4,7	0,1	0,0	0,2	0,7	0,1	0,1	1,1	0,5	0,4	0,7	0,1	0,2	0,8	0,0	0,0	0,3
Fabricação de Outros Equipamentos de Transporte	-	0,2	1,6	0,2	0,1	0,5	0,1	1,4	4,7	1,2	0,3	0,1	0,0	-	0,5	0,0	-	1,8	0,1	0,0	-	0,2	1,1	-	7,3	-	0,4
Fabricação de Móveis e Indústrias Diversas	3,4	1,2	1,8	0,7	4,6	4,1	4,4	3,5	1,5	0,9	1,3	0,6	0,4	0,5	2,2	2,7	1,0	1,2	9,3	1,6	8,8	0,8	1,6	27,9	4,5	1,0	1,1
Reciclagem	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE/DEIND – Tabulações Especiais do Censo Industrial de 1985.

(x) Sigilo estatístico. - Informação Inexistente.

Tabela 8

Distribuição Regional do VTI da Indústria do Brasil, segundo Divisões – 1996 (em %)

Divisões	DF	GO	MT	MS	RS	SC	PR	SP	RJ	ES	MG	BA	SE	AL	PE	PB	RN	CE	PI	MA	TO	AP	PA	RR	AM	AC	RO
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Indústrias Extrativas	0,8	7,5	1,1	6,4	0,8	1,6	0,8	0,4	11,0	21,2	10,8	9,0	29,6	0,5	1,4	3,8	46,1	0,5	0,6	0,9	4,3	48,7	(x)	-	1,3	(x)	3,7
Extração de Carvão Mineral	-	-	-	(x)	0,4	0,7	(x)	(x)	(x)	-	(x)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Extração de Petróleo e Serviços Correlatos	-	-	-	-	-	(x)	-	-	(x)	(x)	-	3,6	25,6	0,1	-	-	36,8	-	-	-	-	-	(x)	-	(x)	-	-
Extração de Minerais Metálicos	-	1,7	0,1	5,8	0,0	(x)	(x)	(x)	0,0	17,8	9,3	4,2	-	-	(x)	(x)	0,0	-	-	-	-	48,7	29,2	-	(x)	-	3,3
Extração de Minerais Não-Metálicos	0,8	5,8	1,1	(x)	0,4	0,4	0,7	0,4	0,8	(x)	(x)	1,3	4,0	0,4	(x)	(x)	9,3	0,5	0,6	0,9	4,3	-	3,0	-	(x)	(x)	0,4
Indústrias de Transformação	99,2	92,5	98,9	93,6	99,2	98,4	99,2	99,6	89,0	78,8	89,2	91,0	70,4	99,5	98,6	96,2	53,9	99,5	99,4	99,1	95,7	51,3	(x)	100	98,7	(x)	96,3
Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas	29,5	46,2	51,2	63,3	20,0	18,6	28,5	14,1	13,6	18,7	16,6	14,5	19,0	45,6	37,9	16,7	16,1	28,8	48,8	18,2	52,7	22,5	15,0	64,7	14,7	43,9	29,8
Fabricação de Produtos do Fumo	(x)	0,0	0,0	(x)	2,5	0,3	3,7	0,1	0,1	-	5,7	0,2	0,8	0,2	5,8	0,0	(x)	(x)	-	0,0	-	(x)	-	(x)	(x)	(x)	(x)
Fabricação de Produtos Têxteis	0,1	1,4	0,4	1,1	0,8	10,8	1,9	3,4	1,7	2,0	3,2	1,3	21,6	1,1	2,5	10,8	20,5	20,8	1,0	2,1	-	-	1,0	-	0,4	-	(x)
Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios	1,0	6,5	0,2	0,2	1,6	11,4	1,4	1,8	3,0	1,9	1,5	0,9	1,7	0,0	2,5	5,3	2,0	11,0	17,4	0,2	0,2	(x)	0,2	(x)	0,0	(x)	0,2
Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro, Artigos de Viagem e Calçados	-	1,1	0,5	1,3	15,6	0,6	0,8	1,0	0,8	0,9	1,4	0,4	7,7	0,0	0,6	18,4	0,7	10,8	7,0	(x)	0,1	-	0,0	-	(x)	-	(x)
Fabricação de Produtos de Madeira	1,4	0,5	19,3	1,7	1,0	4,1	5,1	0,4	0,2	0,9	0,3	0,4	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	3,9	0,3	0,1	14,3	4,1	0,5	9,8	51,6
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	0,5	0,6	0,1	0,1	(x)	5,5	5,4	4,8	1,6	12,9	1,7	4,3	0,0	0,2	2,7	1,4	0,1	0,5	(x)	2,5	-	24,9	9,5	-	0,4	(x)	(x)
Edição, Impressão e Reprodução de Gravações	28,5	3,1	1,5	1,4	2,4	1,6	3,4	5,8	11,1	2,0	1,8	2,4	2,1	1,5	4,6	4,4	1,3	3,2	5,9	2,7	4,7	1,5	2,2	17,5	3,4	17,2	2,9
Fabricação de Coque, Refino de Petróleo, Elaboração de Combustíveis Nucleares e Produção de Alcool	(x)	6,3	14,3	12,6	(x)	0,0	7,6	6,1	(x)	0,8	3,2	12,4	(x)	17,3	3,6	12,2	3,7	2,0	(x)	2,1	(x)	-	0,2	(x)	6,9	-	-
Fabricação de Produtos Químicos	3,0	11,8	1,5	0,6	9,3	2,1	6,5	14,4	19,5	1,8	5,9	39,6	2,5	29,0	12,5	0,5	0,8	4,9	5,5	6,4	8,1	(x)	1,9	(x)	2,1	(x)	3,0
Fabricação de Artigos de Borracha e Plástico	0,6	2,3	0,8	1,2	3,8	5,9	2,5	5,2	3,8	0,8	1,0	2,5	1,1	0,7	2,3	6,4	0,8	3,0	1,0	0,9	3,0	(x)	0,4	-	3,4	11,1	1,9
Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	17,4	6,6	4,6	7,0	1,8	5,6	3,7	2,8	3,0	7,8	5,1	1,8	10,9	1,3	6,2	17,2	4,8	4,1	4,0	5,3	13,0	0,2	2,6	4,3	0,6	7,4	1,9
Metalurgia Básica	1,0	2,5	2,3	0,2	2,4	2,9	1,2	3,1	12,1	22,6	17,1	4,6	(x)	0,7	2,4	0,1	0,1	0,9	0,1	52,2	-	(x)	15,2	-	0,1	(x)	(x)
Fabricação de Produtos de Metal - Exclusive Máquinas e Equipamentos	1,1	1,4	1,1	1,4	5,5	2,7	2,8	4,6	4,3	0,9	4,4	0,8	0,6	0,7	2,2	1,5	1,1	1,6	1,1	0,2	6,7	1,7	0,7	6,9	5,1	(x)	1,1
Fabricação de Máquinas e Equipamentos	6,8	0,4	(x)	0,4	8,3	14,7	8,0	8,7	3,1	1,2	2,6	2,2	0,2	0,7	3,6	0,5	0,5	4,2	0,2	0,2	-	(x)	0,7	-	5,1	-	-
Fabricação de Máquinas para Escritório e Equipamentos de Informática	3,5	-	(x)	(x)	0,3	0,0	0,2	0,8	(x)	(x)	0,2	0,3	(x)	(x)	0,1	-	-	(x)	-	(x)	-	-	(x)	-	2,9	-	-
Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	1,6	0,2	0,0	0,2	2,1	3,5	2,6	3,9	1,3	0,8	1,2	1,7	0,0	(x)	6,1	0,2	(x)	1,2	0,6	-	(x)	-	0,0	-	0,6	-	-
Fabricação de Material Eletrônico e de Aparelhos e Equipamentos de Comunicações	0,1	0,0	-	(x)	0,9	0,5	5,9	3,3	0,4	(x)	0,5	(x)	(x)	-	(x)	(x)	-	0,0	(x)	-	-	-	0,0	-	38,0	-	-
Fabricação de Equipamentos de Instrumentação Médico-Hospitalares, Instrumentos de Precisão e Ópticos, Equipamentos para Automação Industrial, Cronômetros e Relógios	(x)	0,0	0,0	(x)	0,8	0,6	1,0	1,0	0,7	0,0	0,4	0,3	(x)	0,0	0,1	(x)	(x)	0,7	-	(x)	-	-	0,0	-	3,8	-	-
Fabricação e Montagem de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias	0,7	0,3	0,7	0,3	5,7	2,7	3,3	11,6	1,0	1,0	13,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,0	0,2	0,6	0,3	0,1	2,5	(x)	0,2	-	0,2	(x)	1,0
Fabricação de Outros Equipamentos de Transporte	0,4	0,2	0,0	0,1	0,1	0,2	0,1	0,6	2,4	0,5	0,3	0,0	(x)	(x)	0,5	(x)	(x)	0,2	(x)	0,3	(x)	-	0,4	-	7,8	-	-
Fabricação de Móveis e Indústrias Diversas	1,9	1,1	0,3	0,3	4,3	4,0	3,6	2,0	2,1	1,0	1,8	0,5	0,7	0,1	1,8	0,3	1,1	0,5	3,8	1,4	0,3	0,2	0,3	2,0	2,7	3,8	1,0
Reciclagem	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,2	0,1	(x)	-	-	(x)	-	(x)	0,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE/DEIND – PIA 1996.

(x) Sigilo estatístico. - Informação Inexistente.

Tabela 9

Distribuição Regional do VTI da Indústria do Brasil, segundo Divisões – 1997 (em %)

Divisões	DF	GO	MT	MS	RS	SC	PR	SP	RJ	ES	MG	BA	SE	AL	PE	PB	RN	CE	PI	MA	TO	AP	PA	RR	AM	AC	RO
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Indústrias Extrativas	0,2	11,3	0,9	7,5	0,7	1,7	0,9	0,4	9,8	23,4	9,3	9,3	33,2	0,2	1,4	1,4	43,2	0,5	0,2	1,1	6,5	21,6	38,1	-	0,6	(x)	6,5
Extração de Carvão Mineral	-	-	-	(x)	(x)	1,0	(x)	(x)	(x)	-	(x)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Extração de Petróleo e Serviços Correlatos	-	-	-	-	-	(x)	-	-	(x)	(x)	(x)	3,1	21,9	(x)	-	-	34,2	-	-	-	-	(x)	-	(x)	(x)	-	-
Extração de Minerais Metálicos	-	1,2	0,2	6,8	(x)	(x)	(x)	(x)	0,0	20,5	8,2	4,6	-	-	(x)	-	-	-	(x)	-	-	21,6	34,0	-	(x)	-	5,6
Extração de Minerais Não-Metálicos	0,2	10,0	0,7	(x)	0,2	0,3	0,8	0,4	0,8	(x)	1,2	1,6	11,3	(x)	(x)	1,4	9,0	0,5	(x)	1,1	6,5	-	(x)	-	(x)	(x)	0,9
Indústrias de Transformação	99,8	88,7	99,1	92,5	99,3	98,3	99,1	99,6	90,2	76,6	90,7	90,7	66,8	99,8	98,6	98,6	56,8	99,5	99,8	98,9	93,5	78,4	61,9	100	99,4	(x)	93,5
Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas	38,1	51,1	61,5	54,8	20,8	23,8	28,4	14,8	14,7	13,8	15,6	13,5	19,1	56,6	42,3	27,7	19,9	30,2	48,3	24,0	47,4	15,4	13,0	48,3	16,7	59,9	28,1
Fabricação de Produtos do Fumo	(x)	(x)	(x)	(x)	3,1	1,7	2,7	0,1	0,0	(x)	4,6	0,3	0,8	1,1	1,5	0,0	(x)	0,0	(x)	0,0	-	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)
Fabricação de Produtos Têxteis	(x)	0,7	0,3	0,6	0,9	9,8	1,6	3,0	1,3	1,5	3,0	1,1	13,7	1,5	2,6	12,4	12,5	12,9	0,8	1,2	-	-	1,1	-	0,9	-	(x)
Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios	1,3	3,1	0,2	0,2	1,5	9,9	1,5	1,7	2,3	1,4	1,3	1,0	1,5	0,1	1,9	6,7	5,8	10,7	13,9	0,2	0,2	(x)	0,2	1,5	0,0	(x)	0,4
Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro, Artigos de Viagem e Calçados	-	0,4	0,5	1,7	13,1	0,4	0,6	0,8	0,5	0,6	1,1	0,5	5,4	0,0	0,7	13,1	1,6	14,9	5,4	0,3	4,2	-	0,2	-	(x)	-	(x)
Fabricação de Produtos de Madeira	1,8	0,5	14,8	1,8	1,0	3,9	5,1	0,5	0,2	0,4	0,3	0,3	0,2	0,1	0,1	0,3	0,1	0,4	0,2	5,8	0,2	0,6	14,2	9,8	0,6	17,4	51,6
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	1,2	0,6	0,1	0,1	2,6	4,9	4,9	4,1	1,2	12,2	2,0	5,7	0,0	0,2	2,9	1,4	0,2	0,9	(x)	0,4	(x)	47,5	1,6	-	0,3	(x)	0,4
Edição, Impressão e Reprodução de Gravações	24,1	3,1	1,4	2,0	3,0	1,3	3,0	6,1	12,7	1,9	1,9	2,5	2,6	1,6	4,0	4,0	4,1	3,6	5,3	3,8	3,3	2,3	1,9	18,3	4,5	8,7	1,5
Fabricação de Coque, Refino de Petróleo, Elaboração de Combustíveis Nucleares e Produção de Alcool	-	6,3	9,7	12,8	5,2	0,0	6,7	5,1	3,7	1,2	3,0	7,4	(x)	9,8	3,0	9,7	(x)	4,0	(x)	3,1	-	-	0,2	(x)	5,1	-	-
Fabricação de Produtos Químicos	3,5	6,4	1,2	2,2	9,1	1,9	6,3	15,0	18,8	2,9	6,2	40,5	2,3	24,3	10,9	0,5	0,5	3,8	6,3	4,7	10,4	(x)	1,2	(x)	2,1	(x)	1,7
Fabricação de Artigos de Borracha e Plástico	0,4	1,5	1,8	0,8	3,6	5,6	2,6	5,4	3,9	0,5	1,3	2,1	1,4	0,9	4,8	6,9	0,7	3,0	0,9	0,7	1,9	-	0,2	-	3,7	(x)	(x)
Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	16,3	7,3	4,4	11,2	1,5	5,5	3,4	3,2	3,5	9,2	5,5	1,7	14,2	1,4	6,0	12,7	3,4	3,9	4,8	2,7	9,4	10,8	2,1	7,3	0,5	5,5	2,6
Metalurgia Básica	0,4	3,5	0,7	0,7	2,3	3,1	1,2	3,2	12,4	25,3	17,7	6,8	(x)	0,2	4,1	0,0	0,1	1,6	0,1	49,2	-	-	22,8	-	0,5	(x)	(x)
Fabricação de Produtos de Metal - Exclusive Máquinas e Equipamentos	1,0	1,8	0,2	1,6	5,4	2,5	2,0	4,4	3,3	1,2	4,9	0,8	0,6	0,4	1,5	1,0	0,8	1,9	1,3	0,5	4,8	1,3	0,5	10,4	5,6	0,9	2,8
Fabricação de Máquinas e Equipamentos	5,3	0,6	0,2	0,9	10,9	12,6	9,1	8,6	3,3	1,6	2,7	2,2	(x)	1,0	3,1	0,5	1,2	3,7	3,4	0,2	(x)	-	0,9	-	4,3	-	-
Fabricação de Máquinas para Escritório e Equipamentos de Informática	2,2	(x)	(x)	(x)	0,3	0,1	0,1	0,6	0,1	0,0	0,2	0,8	(x)	(x)	0,8	-	-	(x)	(x)	(x)	-	-	(x)	-	4,0	-	-
Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	1,4	0,3	0,0	0,2	2,3	3,9	2,7	3,8	1,4	0,8	1,3	2,6	0,2	(x)	5,4	0,1	(x)	0,9	0,5	(x)	(x)	-	0,1	-	0,9	-	-
Fabricação de Material Eletrônico e de Aparelhos e Equipamentos de Comunicações	0,1	0,0	-	0,1	0,8	0,5	9,0	3,5	0,7	0,0	0,5	0,0	-	-	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)	-	-	-	0,0	-	29,9	-	-
Fabricação de Equipamentos de Instrumentação Médico-Hospitalares, Instrumentos de Precisão e Ópticos, Equipamentos para Automação Industrial, Cronômetros e Relógios	0,1	0,1	(x)	0,0	0,9	0,5	0,8	1,0	0,8	0,0	0,3	0,2	(x)	0,0	0,1	0,4	(x)	0,8	(x)	(x)	-	-	-	-	3,9	-	-
Fabricação e Montagem de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias	0,5	0,4	0,5	0,2	6,1	2,9	4,1	11,9	1,1	0,7	14,9	0,1	0,3	0,3	0,2	0,1	0,4	0,7	0,4	0,2	1,9	-	0,1	-	0,4	(x)	0,9
Fabricação de Outros Equipamentos de Transporte	(x)	0,2	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,8	2,6	0,4	0,3	0,1	(x)	(x)	0,9	(x)	(x)	0,4	(x)	0,2	(x)	-	0,9	-	11,8	-	-
Fabricação de Móveis e Indústrias Diversas	2,0	0,9	1,6	0,4	4,7	3,5	3,4	1,9	1,7	0,9	1,9	0,3	1,3	0,1	1,5	1,0	2,0	0,8	4,3	1,4	0,2	0,5	0,5	4,5	3,7	3,5	1,2
Reciclagem	-	(x)	-	-	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	(x)	0,1	0,1	-	-	(x)	-	0,0	0,1	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE/DEIND – PIA1997.

(x) Sigilo estatístico. - Informação Inexistente.

Tabela 10
Distribuição Regional do VTI da Indústria do Brasil, segundo Divisões – 1998 (em %)

Divisões	DF	GO	MT	MS	RS	SC	PR	SP	RJ	ES	MG	BA	SE	AL	PE	PB	RN	CE	PI	MA	TO	AP	PA	RR	AM	AC	RO
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Indústrias Extrativas	(x)	7,2	1,5	5,3	0,6	2,1	0,8	0,4	11,6	26,9	11,0	8,1	35,3	0,6	(x)	2,1	46,2	0,9	0,3	2,2	4,1	-	41,9	-	3,3	(x)	0,9
Extração de Carvão Mineral	-	-	-	(x)	(x)	1,1	(x)	(x)	(x)	-	(x)	(x)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Extração de Petróleo e Serviços Correlatos	-	-	-	-	-	(x)	-	-	(x)	(x)	-	3,4	24,1	(x)	-	-	37,3	-	-	-	-	-	(x)	-	2,7	-	-
Extração de Minerais Metálicos	(x)	0,1	0,1	4,8	(x)	(x)	(x)	(x)	0,0	22,7	9,8	3,2	-	-	(x)	(x)	(x)	-	-	-	-	-	-	-	(x)	-	0,4
Extração de Minerais Não-Metálicos	0,3	7,1	1,5	(x)	0,3	0,5	0,8	0,4	0,9	(x)	(x)	(x)	11,2	(x)	0,9	(x)	(x)	0,9	0,3	2,2	4,1	-	(x)	-	(x)	(x)	0,5
Indústrias de Transformação	(x)	92,8	98,5	94,7	99,4	97,9	99,2	99,6	88,4	73,1	89,0	91,9	64,7	99,4	(x)	97,9	53,8	99,1	99,7	97,8	95,9	100	58,1	100	96,7	(x)	99,1
Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas	35,9	54,6	62,0	69,7	22,5	20,8	26,3	14,1	12,7	15,2	15,8	14,7	16,5	52,0	36,7	24,4	19,4	27,3	37,0	19,8	32,4	25,4	12,8	45,0	21,3	53,0	40,8
Fabricação de Produtos do Fumo	(x)	0,0	0,0	(x)	3,3	1,9	2,9	0,1	0,1	-	4,0	0,4	1,3	1,2	-	0,0	-	(x)	-	0,0	-	(x)	-	(x)	(x)	(x)	-
Fabricação de Produtos Têxteis	0,1	0,9	0,3	0,3	0,8	9,9	2,2	3,0	1,4	1,3	3,6	1,4	17,4	2,2	2,3	12,6	11,3	17,5	0,6	1,5	(x)	-	0,6	-	0,5	-	-
Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios	0,7	2,7	0,2	0,2	1,5	10,5	1,7	1,7	2,4	1,8	1,6	0,9	0,7	0,1	2,5	6,1	6,4	6,9	15,7	0,3	0,5	(x)	0,1	0,4	0,0	0,5	0,4
Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro, Artigos de Viagem e Calçados	0,0	0,4	0,8	1,2	12,8	0,5	0,6	0,6	0,5	0,8	0,9	0,5	2,7	0,0	1,0	15,8	0,7	14,8	3,7	(x)	1,0	-	0,3	-	(x)	-	0,1
Fabricação de Produtos de Madeira	1,1	0,3	14,1	1,0	1,0	4,0	4,9	0,5	0,2	0,3	0,3	0,3	0,2	0,2	0,0	0,1	0,2	0,2	0,2	3,1	0,3	0,4	10,7	8,8	0,5	15,2	46,0
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	0,3	0,6	0,0	0,2	2,9	5,5	5,9	3,9	1,2	11,4	2,2	5,7	0,1	0,3	2,3	1,0	0,2	0,8	0,1	0,4	(x)	(x)	5,1	-	0,2	(x)	0,2
Edição, Impressão e Reprodução de Gravações	20,4	3,8	2,5	1,5	3,0	1,1	5,7	6,3	10,7	1,7	2,1	2,5	1,9	1,6	4,7	3,8	2,7	2,8	6,5	3,5	1,5	6,0	1,0	6,8	3,7	11,4	2,3
Fabricação de Coque, Refino de Petróleo, Elaboração de Combustíveis Nucleares e Produção de Alcool	-	4,1	7,7	7,8	(x)	0,0	7,1	5,3	(x)	0,7	3,6	10,2	(x)	7,7	3,0	7,9	(x)	4,1	(x)	3,8	(x)	-	0,2	-	(x)	-	-
Fabricação de Produtos Químicos	2,5	9,0	1,3	0,6	8,9	1,9	6,2	15,9	18,3	1,7	5,3	37,3	3,6	26,5	14,0	1,2	0,5	5,9	12,0	6,1	1,4	(x)	1,4	(x)	2,9	(x)	1,8
Fabricação de Artigos de Borracha e Plástico	0,5	1,8	0,9	0,6	4,4	6,9	3,1	5,2	3,5	0,6	1,7	3,0	0,8	2,3	2,9	3,8	1,7	1,8	1,5	0,4	1,3	(x)	0,2	-	3,1	2,2	0,6
Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	24,4	5,8	6,3	8,6	2,1	6,2	4,2	3,1	3,7	9,9	6,9	2,4	13,7	2,3	7,3	18,0	4,7	3,7	7,2	8,0	9,2	0,8	2,6	13,7	1,2	9,9	2,3
Metalurgia Básica	0,8	4,4	0,6	0,5	2,2	3,7	1,4	3,0	12,2	22,5	17,2	5,0	0,0	0,1	3,0	0,0	0,0	1,1	0,2	48,3	(x)	-	19,6	-	0,3	-	(x)
Fabricação de Produtos de Metal - Exclusive Máquinas e Equipamentos	1,2	1,9	0,6	1,2	5,5	2,6	3,1	4,5	2,7	1,4	4,6	1,3	0,5	0,1	5,1	1,1	0,1	2,4	1,6	0,3	46,0	1,2	0,5	22,5	5,3	2,5	1,1
Fabricação de Máquinas e Equipamentos	6,2	0,8	0,1	0,4	8,0	11,2	6,8	8,4	3,0	1,1	2,9	2,1	(x)	2,3	2,9	0,6	0,6	5,4	3,3	0,2	(x)	-	0,7	-	3,7	-	(x)
Fabricação de Máquinas para Escritório e Equipamentos de Informática	2,6	(x)	(x)	(x)	0,4	0,1	0,5	0,7	(x)	0,0	0,1	1,6	(x)	(x)	0,1	-	-	(x)	(x)	(x)	-	-	(x)	-	2,5	-	-
Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	0,5	0,2	0,1	0,0	2,4	4,4	2,4	4,2	1,5	0,5	1,2	1,9	0,0	(x)	8,0	0,1	(x)	1,4	0,6	0,0	(x)	-	0,1	(x)	0,9	-	-
Fabricação de Material Eletrônico e de Aparelhos e Equipamentos de Comunicações	0,1	0,0	-	0,0	0,7	0,5	3,2	3,4	0,6	(x)	0,5	0,0	-	-	0,0	(x)	(x)	0,0	(x)	-	-	(x)	-	-	23,4	-	-
Fabricação de Equipamentos de Instrumentação Médico-Hospitalares, Instrumentos de Precisão e Ópticos, Equipamentos para Automação Industrial, Cronômetros e Relógios	0,3	0,0	(x)	0,0	0,6	0,5	0,9	1,1	1,4	0,0	0,4	0,1	(x)	0,0	0,1	0,5	0,0	0,9	(x)	-	-	-	(x)	-	4,7	-	-
Fabricação e Montagem de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias	0,5	0,2	0,4	0,2	5,6	2,1	4,9	11,3	3,8	0,8	11,3	0,0	0,3	0,3	0,2	0,0	0,2	0,7	1,0	0,1	1,0	-	0,1	(x)	0,5	(x)	0,6
Fabricação de Outros Equipamentos de Transporte	0,0	0,2	(x)	0,1	(x)	0,2	0,1	1,2	1,4	0,5	0,3	0,1	(x)	(x)	1,2	(x)	0,3	0,3	(x)	0,4	-	-	1,5	-	12,8	-	(x)
Fabricação de Móveis e Indústrias Diversas	1,8	0,9	0,5	0,5	4,2	3,5	5,1	2,1	1,6	0,9	2,2	0,4	1,6	0,0	1,7	0,9	1,6	1,0	4,7	1,0	0,3	0,6	0,3	2,8	3,0	4,3	1,6
Reciclagem	-	(x)	-	-	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	(x)	0,1	0,1	-	-	(x)	-	(x)	0,0	-	(x)	-	-	-	-	(x)	-	-

Fonte: IBGE/DEIND –PIA 1998.
(x) Sigilo estatístico. - Informação Inexistente.

Tabela 11

Estrutura da Indústria de Transformação da Região Metropolitana de São Paulo e do Município de São Paulo – 1985 a 1998

Divisão de Atividades	R.M. de São Paulo				Município de São Paulo			
	1985	1996	1997	1998	1985	1996	1997	1998
Indústrias de Transformação	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas	4,9	8,3	9,1	7,9	6,7	11,4	13,8	10,9
Fabricação de Produtos do Fumo	0,2	0,3	0,2	0,2	0,4	0,6	0,5	0,3
Fabricação de Produtos Têxteis	6,2	3,1	2,7	2,6	7,6	3,7	3,2	2,3
Confeção de Artigos do Vestuário e Acessórios	3,7	2,5	2,4	2,9	6,1	4,5	4,6	5,3
Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro, Artigos de Viagem e Calçados	0,4	0,2	0,2	0,2	0,5	0,2	0,3	0,2
Fabricação de Produtos de Madeira	0,3	0,3	0,1	0,1	0,3	0,5	0,2	0,1
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	3,7	3,4	2,8	3,6	3,3	2,5	2,0	1,8
Edição, Impressão e Reprodução de Gravações	3,2	9,8	10,2	11,4	5,5	14,9	16,9	18,1
Fabricação de Coque, Refino de Petróleo, Elaboração de Combustíveis Nucleares e Produção de Alcool	0,9	2,1	1,4	1,6	0,1	0,0	0,0	0,1
Fabricação de Produtos Químicos	14,1	18,7	19,5	21,1	10,4	17,1	17,2	18,2
Fabricação de Artigos de Borracha e Plástico	6,9	7,3	6,7	6,4	7,2	7,8	6,5	6,3
Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	3,0	2,4	2,6	2,7	2,7	2,3	2,7	2,5
Metalurgia Básica	5,6	2,2	2,3	1,9	3,5	1,4	1,5	1,5
Fabricação de Produtos de Metal - Excluídas Máquinas e Equipamentos	7,4	6,0	5,7	5,8	7,6	6,5	6,0	6,7
Fabricação de Máquinas e Equipamentos	12,7	9,8	8,8	8,3	12,8	11,3	10,4	10,1
Fabricação de Máquinas para Escritório e Equipamentos de Informática	1,3	1,1	0,8	1,1	2,0	1,2	1,0	1,8
Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	5,6	4,1	4,9	4,8	6,0	3,9	4,2	4,1
Fabricação de Material Eletrônico e de Aparelhos e Equipamentos de Comunicações	3,4	3,2	3,4	3,2	3,9	2,0	1,8	1,7
Fabricação de Equipamentos de Instrumentação Médico-Hospitalares, Instrumentos de Precisão e Ópticos, Equipamentos para Automação Industrial, Cronômetros e Relógios	1,3	1,2	1,3	1,2	1,6	1,6	1,9	1,8
Fabricação e Montagem de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias	9,5	11,4	12,1	10,0	4,6	3,4	2,5	2,7
Fabricação de Outros Equipamentos de Transporte	1,0	0,5	0,5	0,6	1,7	0,8	0,7	1,0
Fabricação de Móveis e Indústrias Diversas	4,6	2,2	2,0	2,5	5,4	2,2	2,1	2,5
Reciclagem	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0

Fonte: IBGE. Tabulação Especial do Censo Industrial de 1985 e PIAS 1996, 1997 e 1998

Tabela 12

Participação da Indústria da RMSP e do Município de São Paulo no Total do Brasil – 1985 a 1998

Divisão de Atividades	R.M. de São Paulo				Município de São Paulo			
	1985	1996	1997	1998	1985	1996	1997	1998
TOTAL Indústria Geral	26,8	26,5	26,7	25,0	13,8	12,4	12,3	11,2
Indústrias Extrativas	0,6	2,5	2,4	2,0	0,1	0,7	1,0	0,9
Extração de Carvão Mineral	-	-	-	-	-	-	-	-
Extração de Petróleo e Serviços Correlatos	-	-	-	-	-	-	-	-
Extração de Minerais Metálicos	0,0	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1
Extração de Minerais Não-Metálicos	9,0	11,8	11,6	10,1	2,0	3,2	4,6	4,3
Indústrias de Transformação	29,2	27,4	27,6	26,0	15,0	12,9	12,7	11,6
Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas	11,6	12,5	13,5	11,0	8,1	8,1	9,3	6,8
Fabricação de Produtos do Fumo	15,6	6,3	6,4	4,0	15,6	6,3	6,4	4,0
Fabricação de Produtos Têxteis	27,5	24,7	24,7	21,2	17,6	13,7	13,5	8,5
Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios	33,4	28,7	30,3	33,1	28,1	24,1	27,1	27,1
Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro, Artigos de Viagem e Calçados	5,0	2,7	3,4	2,4	2,9	1,4	1,9	1,2
Fabricação de Produtos de Madeira	5,7	6,2	2,8	2,5	2,9	5,1	1,6	0,7
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	33,5	23,6	21,5	26,0	15,3	8,4	7,1	5,7
Edição, Impressão e Reprodução de Gravações	45,4	53,0	51,6	54,0	40,1	37,5	39,3	38,4
Fabricação de Coque, Refino de Petróleo, Elaboração de Combustíveis Nucleares e Produção de Álcool	3,1	9,7	8,2	8,0	0,3	0,1	0,1	0,3
Fabricação de Produtos Químicos	35,1	40,1	41,8	41,5	13,4	17,3	16,9	15,9
Fabricação de Artigos de Borracha e Plástico	48,6	47,0	43,1	38,3	26,1	23,7	19,2	16,8
Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	17,5	19,3	19,6	16,6	8,1	8,7	9,1	7,0
Metalurgia Básica	18,8	10,8	10,7	8,4	6,0	3,2	3,3	3,0
Fabricação de Produtos de Metal - Exclusive Máquinas e Equipamentos	51,0	39,5	39,7	36,9	26,8	20,2	19,2	18,8
Fabricação de Máquinas e Equipamentos	46,2	37,4	33,2	31,9	24,1	20,4	18,0	17,2
Fabricação de Máquinas para Escritório e Equipamentos de Informática	44,1	51,7	40,6	49,1	36,6	25,5	23,6	37,2
Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	49,9	39,6	45,6	39,6	27,4	17,6	17,9	14,9
Fabricação de Material Eletrônico e de Aparelhos e Equipamentos de Comunicações	36,6	25,4	27,5	30,7	21,8	7,5	6,8	7,4
Fabricação de Equipamentos de Instrumentação Médico-Hospitalares, Instrumentos de Precisão e Ópticos, Equipamentos para Automação Industrial, Cronômetros e Relógios	47,8	37,0	38,8	32,2	30,7	23,9	26,8	21,3
Fabricação e Montagem de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias	49,4	38,7	39,3	32,0	12,3	5,4	3,8	3,9
Fabricação de Outros Equipamentos de Transporte	17,6	16,6	12,1	13,2	14,8	12,3	7,9	10,4
Fabricação de Móveis e Indústrias Diversas	42,1	25,5	24,0	26,3	25,8	12,1	11,7	11,8
Reciclagem	24,0	1,0	20,7	7,3	17,4	0,1	6,9	3,7

Fonte: IBGE. Tabulação Especial do Censo Industrial de 1985 e PIAS 1996, 1997 e 1998

Tabela 13

Participação da Região Metropolitana de São Paulo exclusive a Capital na Indústria de Transformação do Brasil –1985 a 1998

Divisão de Atividades	RMSP exclusive Capital			
	1985	1996	1997	1998
TOTAL Indústria Geral	13,0	14,1	14,4	13,8
Indústrias Extrativas	0,5	1,7	1,4	1,1
Extração de Carvão Mineral	-	-	-	-
Extração de Petróleo e Serviços Correlatos	-	-	-	-
Extração de Minerais Metálicos	0,0	0,0	0,0	0,0
Extração de Minerais Não-Metálicos	7,0	8,5	6,5	5,9
Indústrias de Transformação	14,1	14,6	14,8	14,4
Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas	3,5	4,4	4,1	4,3
Fabricação de Produtos do Fumo	0,0	-	-	-
Fabricação de Produtos Têxteis	9,9	11,0	11,3	12,7
Confeção de Artigos do Vestuário e Acessórios	5,3	4,7	3,1	6,0
Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro, Artigos de Viagem e Calçados	2,2	1,4	1,5	1,2
Fabricação de Produtos de Madeira	2,9	1,1	1,2	1,8
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	18,2	14,8	14,2	20,3
Edição, Impressão e Reprodução de Gravações	5,2	15,4	12,3	15,6
Fabricação de Coque, Refino de Petróleo, Elaboração de Combustíveis Nucleares e Produção de Alcool	2,9	9,7	8,1	7,8
Fabricação de Produtos Químicos	21,8	22,9	25,1	25,5
Fabricação de Artigos de Borracha e Plástico	22,4	23,7	23,8	21,5
Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	9,4	10,7	10,4	9,6
Metalurgia Básica	12,8	7,5	7,4	5,4
Fabricação de Produtos de Metal - Exclusive Máquinas e Equipamentos	24,2	19,3	20,3	18,1
Fabricação de Máquinas e Equipamentos	22,1	17,1	15,3	14,7
Fabricação de Máquinas para Escritório e Equipamentos de Informática	7,6	26,1	16,7	11,9
Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	22,5	22,0	27,9	24,7
Fabricação de Material Eletrônico e de Aparelhos e Equipamentos de Comunicações	14,9	17,8	21,0	23,3
Fabricação de Equipamentos de Instrumentação Médico-Hospitalares, Instrumentos de Precisão e Ópticos, Equipamentos para Automação Industrial, Cronômetros e Relógios	17,1	12,9	12,1	10,9
Fabricação e Montagem de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias	37,1	33,1	35,0	28,1
Fabricação de Outros Equipamentos de Transporte	2,7	4,3	4,3	2,8
Fabricação de Móveis e Indústrias Diversas	16,3	13,6	12,5	14,6
Reciclagem	6,6	8,2	12,5	3,6

Fonte: IBGE. Tabulação Especial do Censo Industrial de 1985 e PIAS 1996, 1997 e 1998

Tabela 14

Estrutura da Indústria de Transformação do Interior do Estado de São Paulo(1) –1985 a 1998

Divisão de Atividades	Interior de São Paulo			
	1985	1996	1997	1998
Indústrias de Transformação	100,0	100,0	100,0	100,0
Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas	13,5	21,1	21,4	20,6
Fabricação de Produtos do Fumo	0,0	0,0	0,0	0,0
Fabricação de Produtos Têxteis	6,6	3,6	3,3	3,4
Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios	1,4	1,0	1,0	0,6
Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro, Artigos de Viagem e Calçados	2,6	1,8	1,4	1,0
Fabricação de Produtos de Madeira	1,0	0,6	1,0	0,9
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	3,4	6,5	5,6	4,2
Edição, Impressão e Reprodução de Gravações	0,3	1,2	1,5	1,1
Fabricação de Coque, Refino de Petróleo, Elaboração de Combustíveis Nucleares e Produção de Álcool	18,8	10,8	9,4	9,0
Fabricação de Produtos Químicos	10,2	9,6	9,9	10,8
Fabricação de Artigos de Borracha e Plástico	3,3	2,9	3,9	4,1
Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	3,8	3,2	3,9	3,7
Metalurgia Básica	7,1	4,3	4,3	4,3
Fabricação de Produtos de Metal - Exclusive Máquinas e Equipamentos	2,2	2,9	2,9	3,1
Fabricação de Máquinas e Equipamentos	8,1	7,5	8,4	8,6
Fabricação de Máquinas para Escritório e Equipamentos de Informática	0,2	0,4	0,4	0,3
Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	3,1	3,6	2,6	3,6
Fabricação de Material Eletrônico e de Aparelhos e Equipamentos de Comunicações	2,2	3,5	3,6	3,6
Fabricação de Equipamentos de Instrumentação Médico-Hospitalares, Instrumentos de Precisão e Ópticos, Equipamentos para Automação Industrial, Cronômetros e Relógios	0,4	0,7	0,7	0,9
Fabricação e Montagem de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias	7,9	12,0	11,8	12,7
Fabricação de Outros Equipamentos de Transporte	1,8	0,7	1,2	1,7
Fabricação de Móveis e Indústrias Diversas	2,2	1,8	1,7	1,7
Reciclagem	0,1	0,0	0,1	0,1

Fonte: IBGE. Tabulação Especial do Censo Industrial de 1985 e PIAS 1996, 1997 e 1998

Nota: (1) - Estado exclusive Região Metropolitana de São Paulo

Tabela 15

Participação do Interior do Estado de São Paulo(1) na Indústria de Transformação do Brasil – 1985 a 1998

Divisão de Atividades	Interior de São Paulo			
	1985	1996	1997	1998
TOTAL Indústria Geral	21,0	22,9	23,2	24,4
Indústrias Extrativas	0,9	3,2	3,1	3,0
Extração de Carvão Mineral	-	-	-	-
Extração de Petróleo e Serviços Correlatos	-	-	-	-
Extração de Minerais Metálicos	0,1	-	-	-
Extração de Minerais Não-Metálicos	12,2	15,7	14,8	15,4
Indústrias de Transformação	22,7	23,6	23,8	25,2
Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas	25,1	27,7	27,2	28,0
Fabricação de Produtos do Fumo	0,0	0,0	0,0	0,0
Fabricação de Produtos Têxteis	23,0	24,8	25,7	26,7
Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios	9,8	9,9	11,0	6,3
Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro, Artigos de Viagem e Calçados	25,0	18,9	16,8	13,9
Fabricação de Produtos de Madeira	14,4	12,6	18,9	20,2
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	23,8	39,3	37,6	29,2
Edição, Impressão e Reprodução de Gravações	3,2	5,6	6,7	5,2
Fabricação de Coque, Refino de Petróleo, Elaboração de Combustíveis Nucleares e Produção de Alcool	51,3	44,0	46,6	43,4
Fabricação de Produtos Químicos	19,8	17,9	18,3	20,6
Fabricação de Artigos de Borracha e Plástico	17,9	16,2	21,4	23,8
Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	17,4	22,1	24,9	22,2
Metalurgia Básica	18,5	18,5	17,0	18,7
Fabricação de Produtos de Metal - Exclusive Máquinas e Equipamentos	11,6	16,6	17,5	18,9
Fabricação de Máquinas e Equipamentos	23,0	24,7	27,5	31,1
Fabricação de Máquinas para Escritório e Equipamentos de Informática	5,3	16,5	19,3	14,4
Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	21,6	29,4	21,0	28,6
Fabricação de Material Eletrônico e de Aparelhos e Equipamentos de Comunicações	19,1	23,5	25,0	32,9
Fabricação de Equipamentos de Instrumentação Médico-Hospitalares, Instrumentos de Precisão e Ópticos,	11,6	19,8	18,2	23,6
Equipamentos para Automação Industrial, Cronômetros e Relógios				
Fabricação e Montagem de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias	32,4	35,2	33,0	39,6
Fabricação de Outros Equipamentos de Transporte	25,1	20,2	26,7	38,0
Fabricação de Móveis e Indústrias Diversas	15,9	18,4	17,8	18,2
Reciclagem	-	3,0	28,3	34,1

Fonte: IBGE. Tabulação Especial do Censo Industrial de 1985 e PIAS 1996, 1997 e 1998

Nota: (1) - Estado exclusive Região Metropolitana de São Paulo

Tabela 16

Participação do Estado de São Paulo na Indústria de Transformação do Brasil – 1998

Divisão e Grupo de Atividades	Participação no VTI do BR
Total	49,4
Indústrias Extrativas	5,0
Extração de carvão mineral	(x)
Extração de carvão mineral	(x)
Extração de petróleo e serviços correlatos	-
Extração de petróleo e gás natural	-
Serviços relacionados com a extração de petróleo e gás - exceto a prospecção realizada por terceiros	-
Extração de minerais metálicos	(x)
Extração de minério de ferro	(x)
Extração de minerais metálicos não-ferrosos	0,9
Extração de minerais não-metálicos	25,5
Extração de pedra, areia e argila	37,0
Extração de outros minerais não-metálicos	5,3
Indústrias de Transformação	51,2
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	39,0
Abate e preparação de produtos de carne e de pescado	14,3
Processamento, preservação e produção de conservas de frutas, legumes e outros vegetais	66,2
Produção de óleos, gorduras vegetais e	27,0
Laticínios	35,5
Moagem, fabricação de produtos amiláceos e de rações balanceadas para animais	35,2
Fabricação e refino de açúcar	54,5
Torrefação e moagem de café	60,3
Fabricação de outros produtos alimentícios	52,3
Fabricação de bebidas	36,5
Fabricação de produtos do fumo	4,0
Fabricação de produtos do fumo	4,0
Fabricação de produtos têxteis	47,9
Beneficiamento de fibras têxteis naturais	24,1
Fiação	43,1
Tecelagem - inclusive fiação e tecelagem	43,1
Fabricação de artefatos têxteis, incluindo tecelagem	42,1
Serviços de acabamento em fios, tecidos e artigos têxteis	58,4
Fabricação de artefatos têxteis a partir de tecidos - exclusive vestuário - e de outros artigos têxteis	52,5
Fabricação de tecidos e artigos de malha	68,3
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	39,4
Confecção de artigos do vestuário	38,5
Fabricação de acessórios do vestuário e de segurança profissional	56,9
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados	16,3
Curtimento e outras preparações de couro	16,0
Fabricação de artigos para viagem e de artefatos diversos de couro	22,1
Fabricação de calçados	15,8
Fabricação de produtos de madeira	22,7
Desdobramento de madeira	6,2
Fabricação de produtos de madeira, cortiça e material trançado - exclusive móveis	30,6
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	55,2
Fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel	13,8
Fabricação de papel, papelão liso, cartolina e cartão	61,5
Fabricação de embalagens de papel ou papelão	62,4
Fabricação de artefatos diversos de papel, papelão, cartolina e cartão	70,5

Continua

Tabela 16
Participação na Respectiva Divisão e no Grupo da Indústria de Transformação do Brasil
Estado de São Paulo
1998

Divisão e Grupo de Atividades		continuação
		Participação no VTI do BR
Edição, impressão e reprodução de gravações		59,2
Edição; edição e impressão		62,6
Impressão e serviços conexos para terceiros		49,6
Reprodução de materiais gravados		22,3
Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool		51,4
Coquerias		-
Refino de petróleo		50,1
Elaboração de combustíveis		...
Produção de álcool		56,8
Fabricação de produtos químicos		62,1
Fabricação de produtos químicos inorgânicos		35,1
Fabricação de produtos químicos orgânicos		44,8
Fabricação de resinas e elastômeros		43,3
Fabricação de fibras, fios, cabos e filamentos contínuos artificiais e sintéticos		80,2
Fabricação de produtos farmacêuticos		72,8
Fabricação de defensivos agrícolas		54,0
Fabricação de sabões, detergentes, produtos de limpeza e artigos de perfumaria		77,6
Fabricação de tintas, vernizes, esmaltes, lacas e produtos afins		74,8
Fabricação de produtos e preparados químicos diversos		70,3
Fabricação de artigos de borracha e plástico		62,1
Fabricação de artigos de borracha		71,3
Fabricação de produtos de plástico		57,4
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos		38,8
Fabricação de vidro e de produtos do vidro		81,2
Fabricação de cimento		18,1
Fabricação de artefatos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e estuque		41,5
Fabricação de produtos cerâmicos		38,9
Aparelhamento de pedras e fabricação de cal e de outros produtos de minerais não-metálicos		34,1
Metalurgia básica		27,1
Siderúrgicas integradas		14,1
Fabricação de produtos siderúrgicos - exclusive em siderúrgicas integradas		31,9
Fabricação de tubos - exclusive em siderúrgicas		59,5
Metalurgia de metais não-ferrosos		39,1
Fundição		33,1
Fabricação de produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos		55,8
Fabricação de estruturas metálicas e obras de caldeiraria pesada		36,0
Fabricação de tanques, caldeiras e reservatórios metálicos		54,7
Forjaria, estamparia, metalurgia do pó e serviços de tratamento de metais		70,1
Fabricação de artigos de cutelaria, de serralheria e ferramentas manuais		44,2
Fabricação de produtos diversos de metal		63,1
Fabricação de máquinas e equipamentos		63,9
Fabricação de motores, bombas, compressores e equipamentos de transmissão		70,0
Fabricação de máquinas e equipamentos de uso geral		54,7
Fabricação de tratores e de máquinas e equipamentos para a agricultura, avicultura e obtenção de produtos animais		53,4
Fabricação de máquinas-ferramenta		75,8
Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de extração mineral e construção		70,2
Fabricação de outras máquinas e equipamentos de uso específico		67,2
Fabricação de armas, munições e equipamentos militares		59,1
Fabricação de eletrodomésticos		64,8

Continua

Tabela 16
Participação na Respectiva Divisão e no Grupo da Indústria de Transformação do Brasil
Estado de São Paulo
1998

Divisão e Grupo de Atividades	conclusão	
	Participação	no VTI do BR
Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática	63,5	
Fabricação de máquinas para escritório	57,9	
Fabricação de máquinas e equipamentos de sistemas eletrônicos para processamento de dados	66,7	
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	68,2	
Fabricação de geradores, transformadores e motores elétricos	55,2	
Fabricação de equipamentos para distribuição e controle de energia elétrica	68,0	
Fabricação de fios, cabos e condutores elétricos isolados	77,2	
Fabricação de pilhas, baterias e acumuladores elétricos	67,9	
Fabricação de lâmpadas e equipamentos de iluminação	64,3	
Fabricação de material elétrico para veículos - exclusive baterias	85,2	
Fabricação de outros equipamentos e aparelhos elétricos	65,8	
Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações	63,6	
Fabricação de material eletrônico básico	72,7	
Fabricação de aparelhos e equipamentos de telefonia e radiotelefonia e de transmissores de televisão e rádio	79,1	
Fabricação de aparelhos receptores de rádio e televisão e de reprodução, gravação ou amplificação de som e vídeo	28,5	
Fabricação de equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, instrumentos de precisão e ópticos, equipamentos para automação industrial, cronômetros e relógios	55,8	
Fabricação de aparelhos e instrumentos para usos médico-hospitalares, odontológicos e de laboratórios e aparelhos ortopédicos	55,6	
Fabricação de aparelhos e instrumentos de medida, teste e controle - exclusive equipamentos para controle de processos industriais	76,5	
Fabricação de máquinas, aparelhos e equipamentos de sistemas eletrônicos dedicados à automação industrial e controle do processo produtivo	69,6	
Fabricação de aparelhos, instrumentos e materiais ópticos, fotográficos e cinematográficos	33,5	
Fabricação de cronômetros e relógios	16,3	
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	71,6	
Fabricação de automóveis, caminhonetes e utilitários	80,1	
Fabricação de caminhões e ônibus	61,0	
Fabricação de cabines, carrocerias e reboques	24,2	
Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores	71,8	
Recondicionamento ou recuperação de motores para veículos automotores	32,1	
Fabricação de outros equipamentos de transporte	51,2	
Construção e reparação de embarcações	5,4	
Construção, montagem e reparação de veículos ferroviários	77,6	
Construção, montagem e reparação de aeronaves.	84,0	
Fabricação de outros equipamentos de transporte.	22,8	
Fabricação de móveis e indústrias diversas	44,5	
Fabricação de artigos do mobiliário	36,0	
Fabricação de produtos diversos	57,4	
Reciclagem	41,4	
Reciclagem de sucatas metálicas	37,4	
Reciclagem de sucatas não-metálicas	54,2	

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Indústria, Pesquisa Industrial Anual - Empresa 1998

Nota: (x) sigilo Estatístico

- inexistente

Tabela 17

Participação Regional (RMSP e RAs) no Valor Adicionado Fiscal da Indústria de Transformação – 1985 - 1998

Região	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Estado de São Paulo	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
RMSP	57,6	59,7	59,4	53,5	57,2	58,1	56,7	52,2	53,9	53,6	51,9	53,7	52,1	4
RA de Araçatuba	0,5	0,5	0,5	0,6	0,5	0,7	0,6	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,9	
RA de Barretos	0,7	0,7	0,9	0,9	0,7	0,5	0,8	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,7	
RA de Bauru	1,4	1,3	1,2	1,5	1,3	1,2	1,3	1,2	1,4	1,5	1,5	1,5	1,5	
RA de Campinas	17,5	16,6	17,3	19,8	19,0	19,2	18,4	21,1	21,9	20,1	21,5	19,3	18,6	2
RA Central	2,3	2,3	2,0	2,5	1,7	1,7	2,4	2,0	1,7	2,0	1,8	2,1	2,1	
RA de Franca	0,9	0,9	0,9	0,9	0,8	1,2	0,9	0,8	0,9	1,0	0,8	0,8	1,2	
RA de Marília	0,8	0,8	0,7	0,8	0,7	0,9	0,7	0,7	0,8	0,8	0,8	0,9	1,1	
RA de Presidente Prudente	0,4	0,4	0,4	0,4	0,3	0,3	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,6	
RA de Registro	0,2	0,2	0,1	0,3	0,1	0,1	0,0	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	
RA de Ribeirão Preto	1,6	1,5	1,7	1,6	1,2	1,2	1,3	1,2	1,7	1,6	1,9	2,0	2,2	
RA de Santos	4,1	3,3	2,8	4,0	3,8	2,6	3,7	5,1	3,4	3,4	3,2	2,3	2,3	
RA de São José do Rio Preto	0,7	0,9	0,9	1,0	0,7	0,9	0,8	0,8	0,9	0,9	1,0	1,1	1,6	
RA de São José dos Campos	6,4	6,1	6,3	6,5	7,1	6,3	7,1	8,3	7,2	8,8	8,7	9,2	9,1	
RA de Sorocaba	4,9	4,8	4,9	5,5	4,9	4,9	4,7	4,9	4,5	4,7	5,2	5,4	5,7	

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda de São Paulo e Fundação Seade

Tabela 18

Participação Regional (RMSP, RAs e RGs) no Valor Adicionado Fiscal da Indústria de Transformação – 1985 - 1998

Divisão Administrativa	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Estado de São Paulo	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
RMSP	57,6	59,7	59,4	53,5	57,2	58,1	56,7	52,2	53,9	53,6	51,9	53,7	52,2	49,4
RA de Araçatuba	0,5	0,5	0,5	0,6	0,5	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,9	1,0
RG de Andradina	0,0	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2
RG de Araçatuba	0,5	0,5	0,4	0,6	0,5	0,6	0,6	0,7	0,7	0,6	0,6	0,6	0,7	0,8
RA de Barretos	0,7	0,7	0,9	0,9	0,7	0,5	0,8	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,7	0,7
RG de Barretos	0,7	0,7	0,9	0,9	0,7	0,5	0,8	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,7	0,7
RA de Bauru	1,4	1,3	1,2	1,5	1,3	1,2	1,4	1,2	1,4	1,5	1,5	1,5	1,5	1,7
RG de Bauru	0,8	0,7	0,7	0,9	0,7	0,7	0,8	0,8	0,9	0,9	0,9	1,0	0,9	0,9
RG de Jaú	0,6	0,4	0,5	0,5	0,5	0,4	0,4	0,3	0,4	0,5	0,4	0,4	0,5	0,5
RG de Lins	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2
RA de Campinas	17,5	16,6	17,3	19,8	19,0	19,2	18,4	21,1	21,9	20,1	21,5	19,3	18,6	20,3
RG de Bragança Paulista	0,4	0,5	0,5	0,5	0,5	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,7	0,7	0,7	0,7
RG de Campinas	10,8	9,7	10,2	11,7	11,6	11,8	11,1	13,9	14,4	12,1	12,5	10,5	10,0	11,4
RG de Jundiá	2,6	2,6	2,9	3,2	3,0	3,1	3,0	3,1	3,2	3,3	3,6	3,5	3,4	3,3
RG de Limeira	1,5	1,7	1,8	2,0	1,6	1,6	1,6	1,5	1,6	1,6	2,0	2,0	1,9	1,9
RG de Piracicaba	1,2	1,2	1,1	1,4	1,2	1,1	1,0	1,1	1,1	1,4	1,4	1,4	1,4	1,5
RG de Rio Claro	0,4	0,4	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,4	0,5	0,6	0,6	0,7	0,7	0,8
RG de São João da Boa Vista	0,4	0,5	0,4	0,5	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,5	0,7	0,5	0,6	0,7
RA de Franca	0,9	0,9	0,9	0,9	0,8	1,2	0,9	0,8	0,9	1,0	0,9	0,8	1,2	1,2
RG de Franca	0,6	0,7	0,7	0,7	0,6	1,0	0,7	0,6	0,7	0,8	0,6	0,6	0,8	0,7
RG de São Joaquim da Barra	0,3	0,2	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3	0,2	0,2	0,2	0,4	0,5
RA de Marília	0,8	0,8	0,7	0,8	0,7	0,9	0,8	0,7	0,8	0,8	0,8	0,9	1,1	1,2
RG de Assis	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3	0,3
RG de Marília	0,4	0,3	0,3	0,4	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,4	0,4	0,4	0,4
RG de Ourinhos	0,1	0,2	0,1	0,2	0,1	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3	0,3
RG de Tupã	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
RA de Presidente Prudente	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,6	0,6
RG de Adamantina	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
RG de Dracena	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1
RG de Presidente Prudente	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,4	0,5
RA de Registro	0,2	0,2	0,1	0,3	0,1	0,1	0,0	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2
RG de Registro	0,2	0,2	0,1	0,3	0,1	0,1	0,0	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2
RA de Ribeirão Preto	1,6	1,5	1,7	1,7	1,2	1,2	1,3	1,2	1,7	1,6	1,9	2,0	2,2	2,5

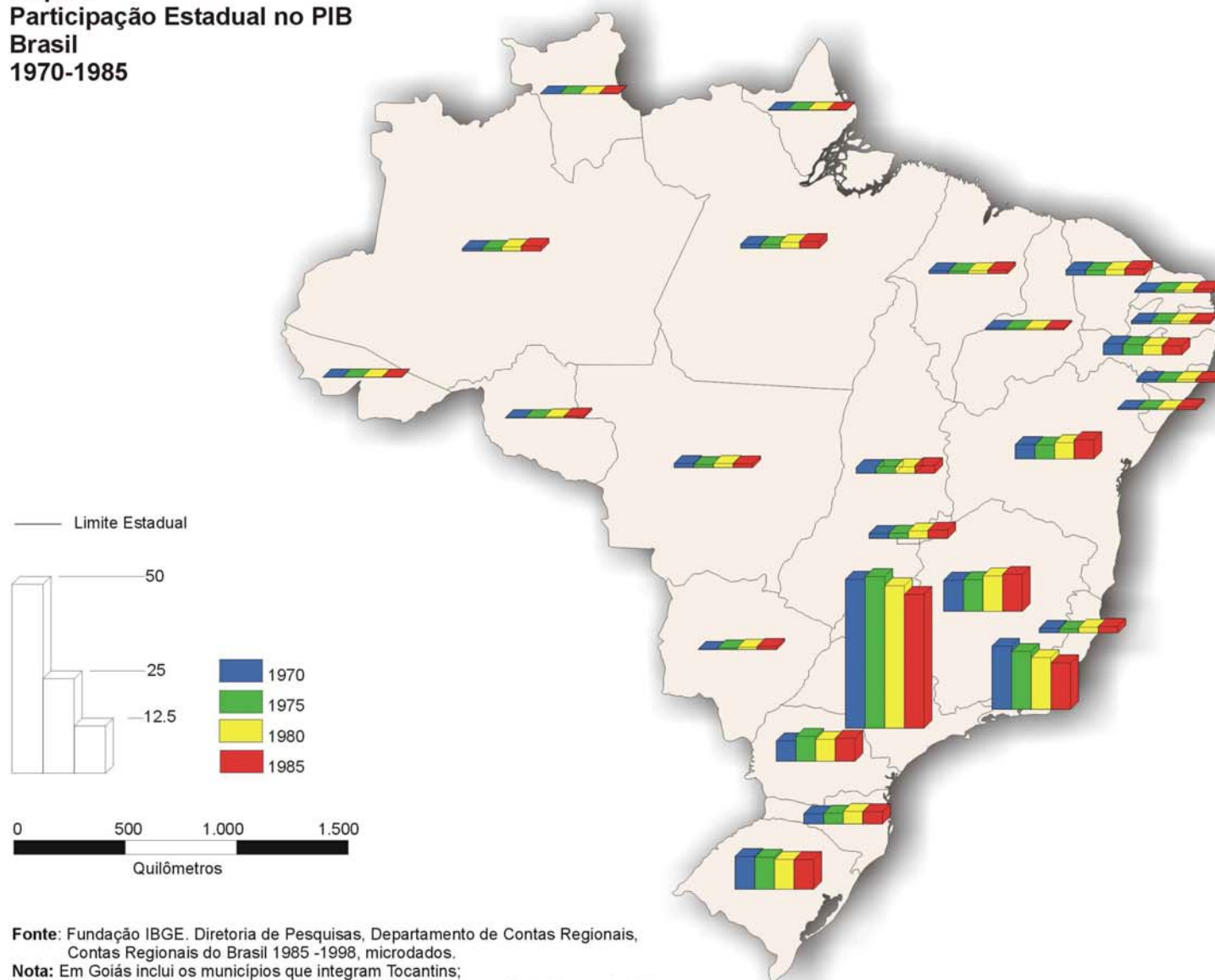
Tabela 18
 Indústria de Transformação - Participação Regional
 Estado de São Paulo - Região Metropolitana de São Paulo, Regiões Administrativas e Regiões de Governo
 1985 - 1998

Divisão Administrativa	continuação													
	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
RG de Ribeirão Preto	1,6	1,6	1,7	1,7	1,2	1,2	1,3	1,2	1,7	1,6	1,9	2,0	2,2	2,5
RA de Santos	4,1	3,3	2,8	4,0	3,8	2,6	3,7	5,1	3,4	3,4	3,2	2,3	2,3	2,4
RG de Santos	4,1	3,3	2,8	4,0	3,8	2,6	3,7	5,1	3,4	3,4	3,2	2,3	2,3	2,4
RA de São José dos Campos	6,4	6,1	6,3	6,5	7,1	6,4	7,1	8,3	7,2	8,8	8,8	9,2	9,1	9,3
RG de Caraguatatuba	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
RG de Cruzeiro	0,3	0,2	0,2	0,3	0,3	0,2	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
RG de Guaratinguetá	0,4	0,4	0,5	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,3	0,3	0,3	0,4
RG de São José dos Campos	4,7	4,4	4,4	4,3	5,5	4,8	5,4	6,7	5,6	7,1	6,6	6,6	6,4	6,5
RG de Taubaté	1,3	1,2	1,2	1,4	1,0	0,9	1,1	0,9	1,0	1,1	1,6	2,0	2,1	2,1
RA de São José do Rio Preto	0,7	0,9	0,9	1,0	0,7	1,0	0,9	0,8	0,9	0,9	1,0	1,1	1,6	1,6
RG de Catanduva	0,2	0,3	0,2	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3	0,2	0,3	0,4	0,6	0,5
RG de Fernandópolis	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,1	0,1
RG de Jales	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1
RG de São José do Rio Preto	0,3	0,5	0,5	0,6	0,4	0,6	0,5	0,4	0,5	0,5	0,5	0,6	0,7	0,7
RG de Votuporanga	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1
RA de Sorocaba	4,9	4,8	4,9	5,5	4,9	4,9	4,7	4,9	4,5	4,7	5,2	5,4	5,7	5,8
RG de Avaré	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2
RG de Botucatu	0,3	0,3	0,3	0,3	0,2	0,3	0,3	0,3	0,2	0,3	0,3	0,4	0,4	0,3
RG de Itapetininga	0,4	0,4	0,4	0,5	0,4	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,6	0,6	0,6	0,7
RG de Itapeva	0,3	0,2	0,3	0,3	0,2	0,2	0,2	0,3	0,2	0,3	0,3	0,2	0,3	0,3
RG de Sorocaba	3,9	3,8	3,9	4,4	4,0	3,9	3,6	3,7	3,4	3,5	3,9	4,0	4,3	4,3
RA Central	2,3	2,3	2,0	2,5	1,7	1,8	2,4	2,0	1,7	2,0	1,8	2,1	2,1	2,1
RG de Araraquara	1,5	1,5	1,2	1,6	0,8	0,9	1,6	1,2	0,9	1,1	0,9	1,1	1,2	1,2
RG de São Carlos	0,8	0,8	0,8	0,9	0,9	0,8	0,9	0,8	0,8	0,9	0,9	0,9	1,0	0,9

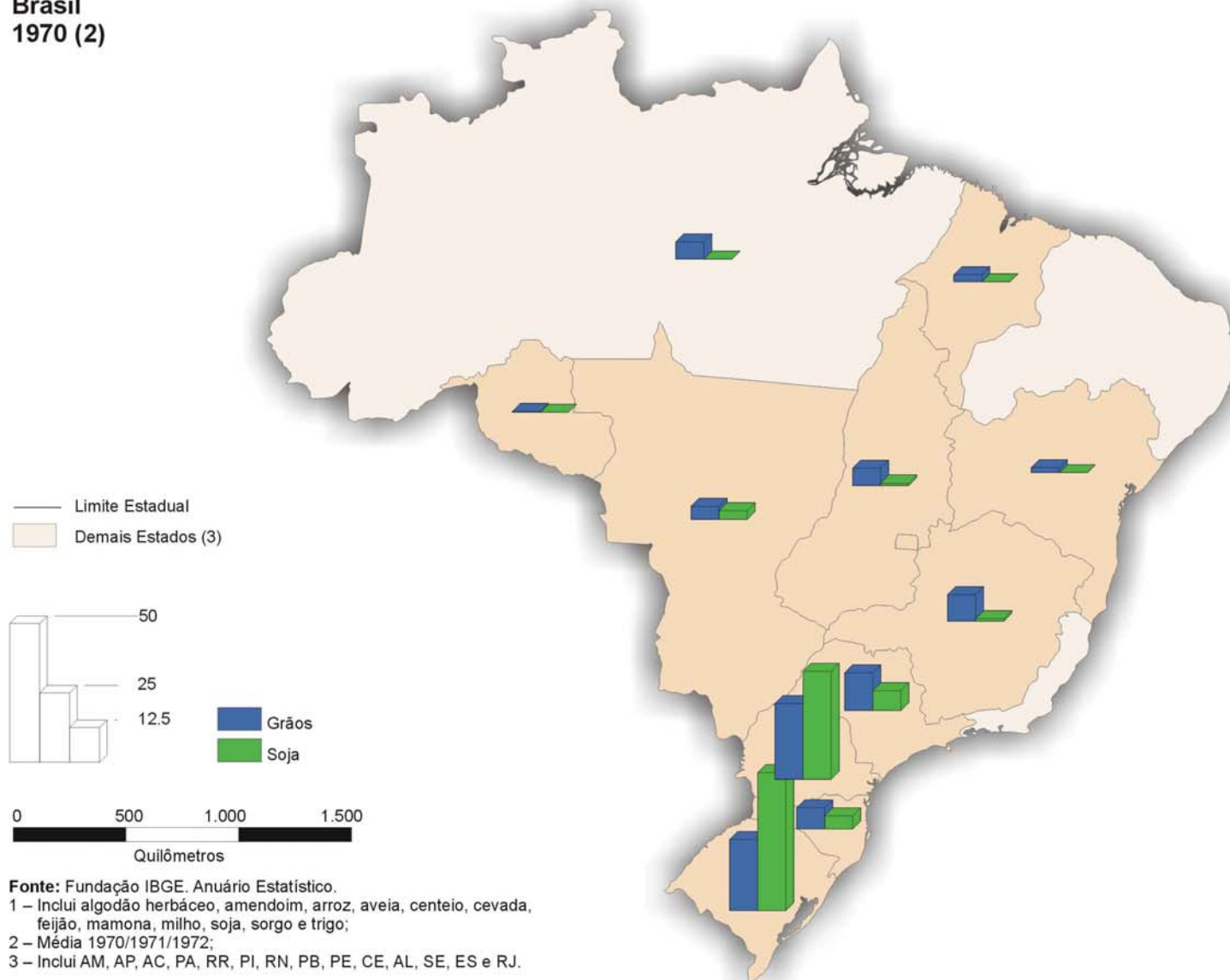
Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda de São Paulo e Fundação Seade

APÊNDICE DE MAPAS E GRÁFICOS

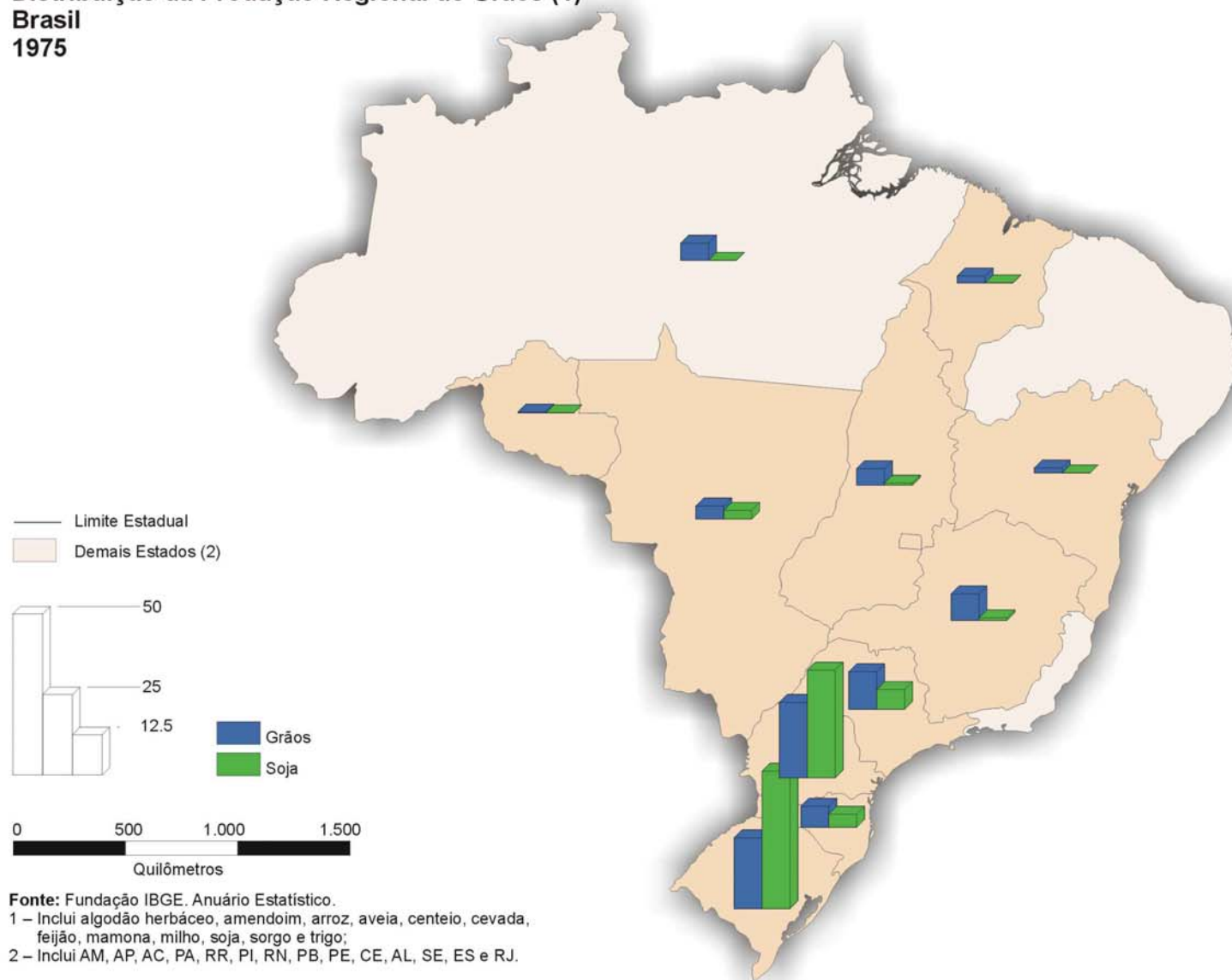
Mapa 1
Participação Estadual no PIB
Brasil
1970-1985



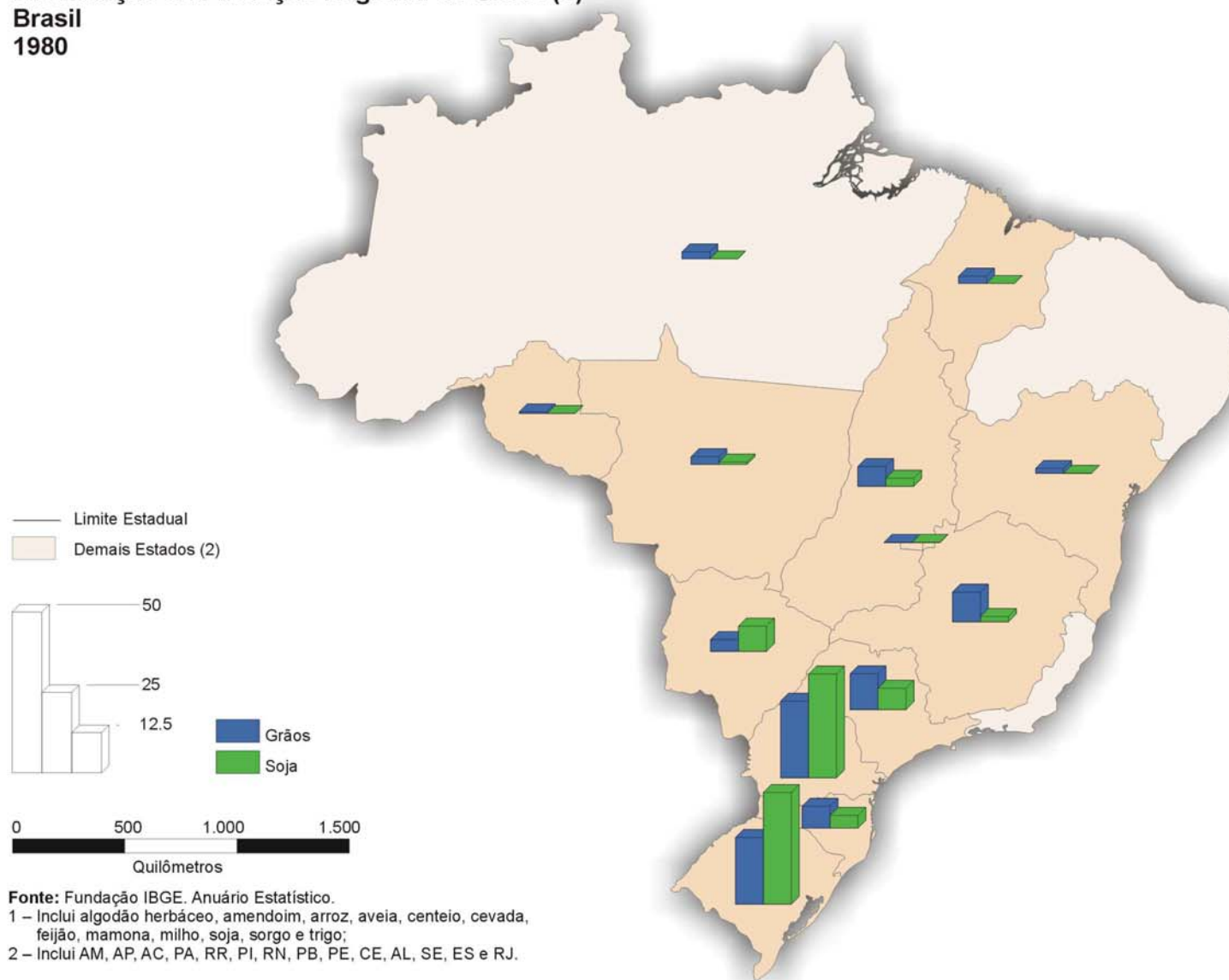
Mapa 2
Distribuição da Produção Regional de Grãos (1)
Brasil
1970 (2)



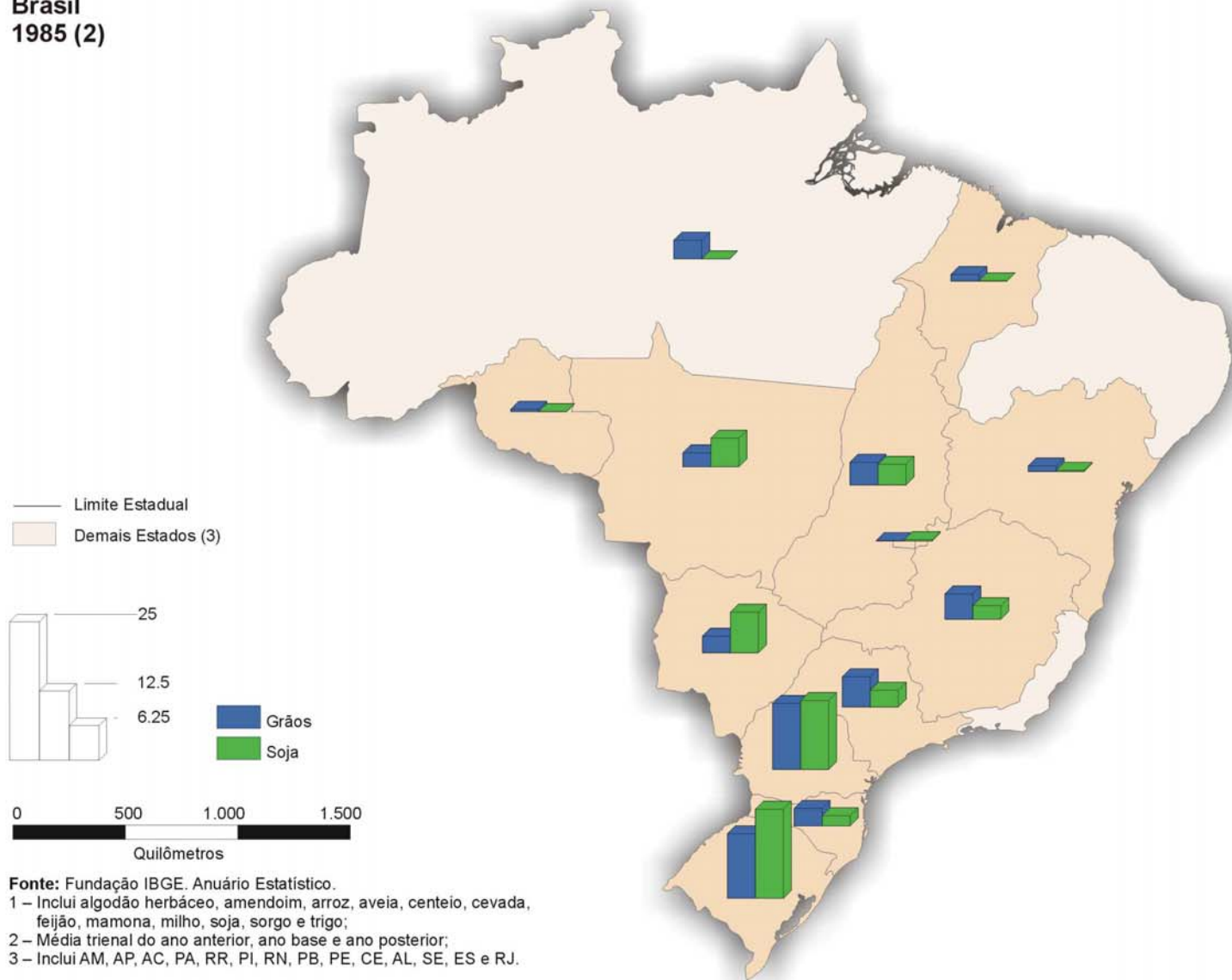
Mapa 3
Distribuição da Produção Regional de Grãos (1)
Brasil
1975



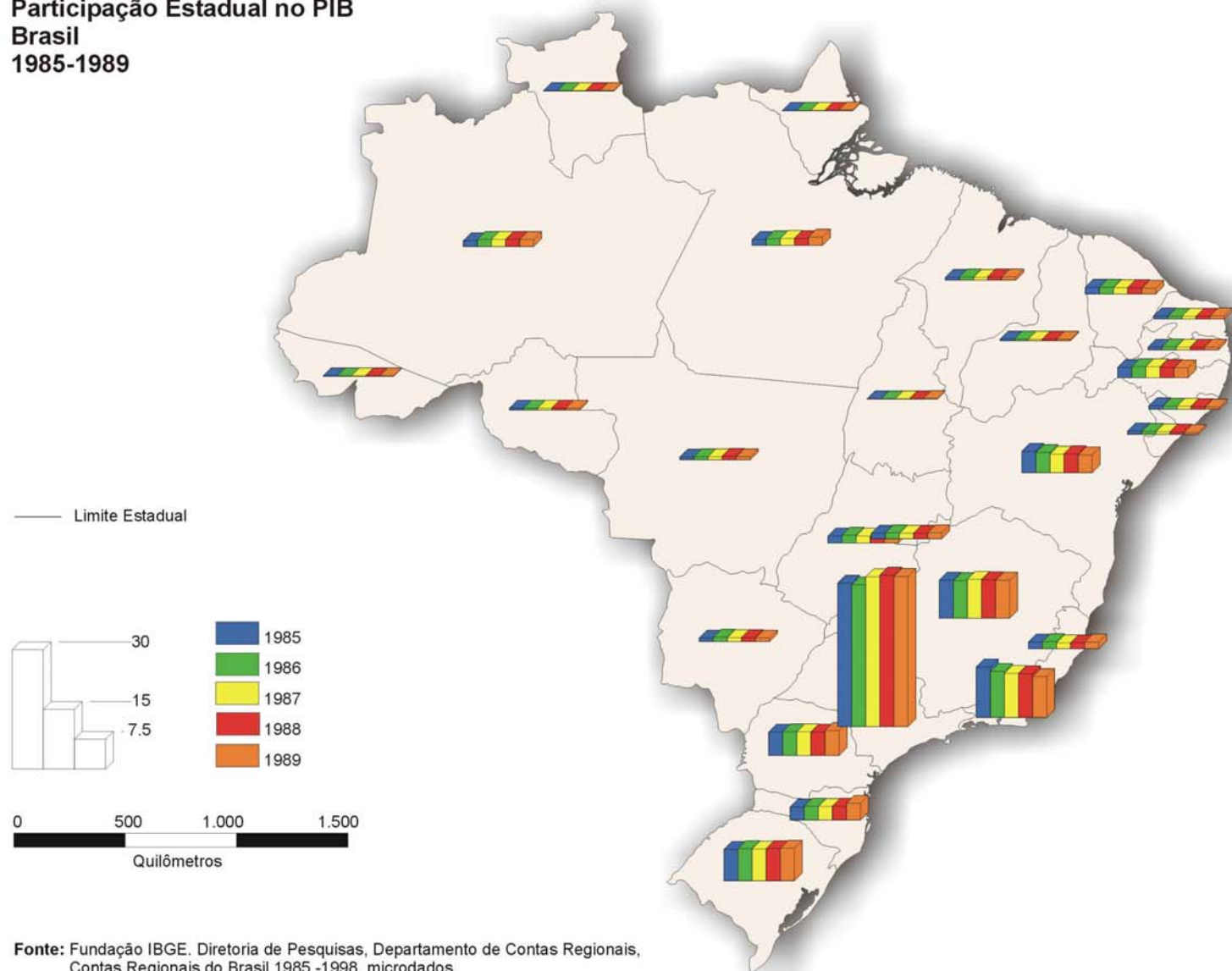
Mapa 4
Distribuição da Produção Regional de Grãos (1)
Brasil
1980



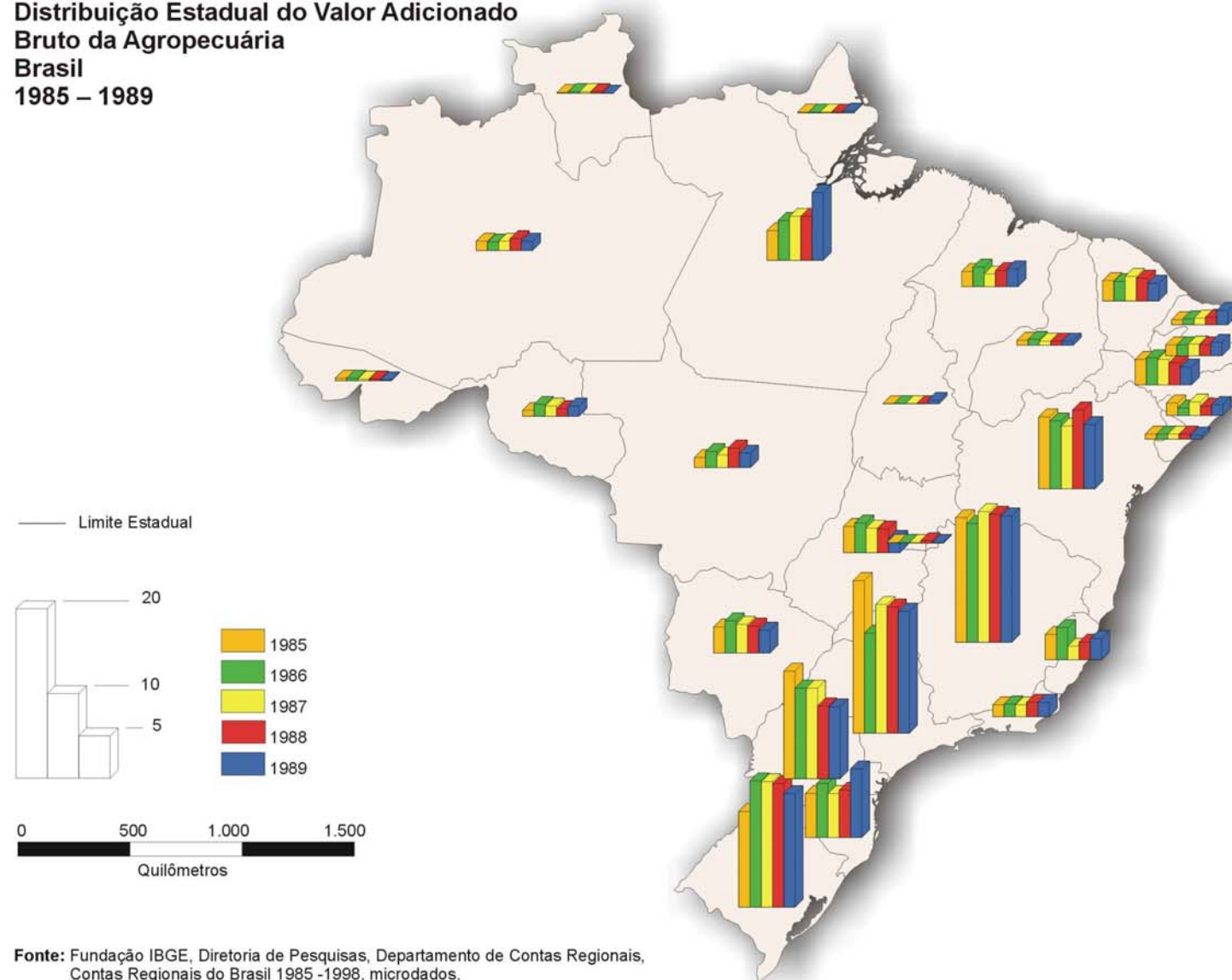
Mapa 5
Distribuição da Produção Regional de Grãos (1)
Brasil
1985 (2)



Mapa 6
Participação Estadual no PIB
Brasil
1985-1989

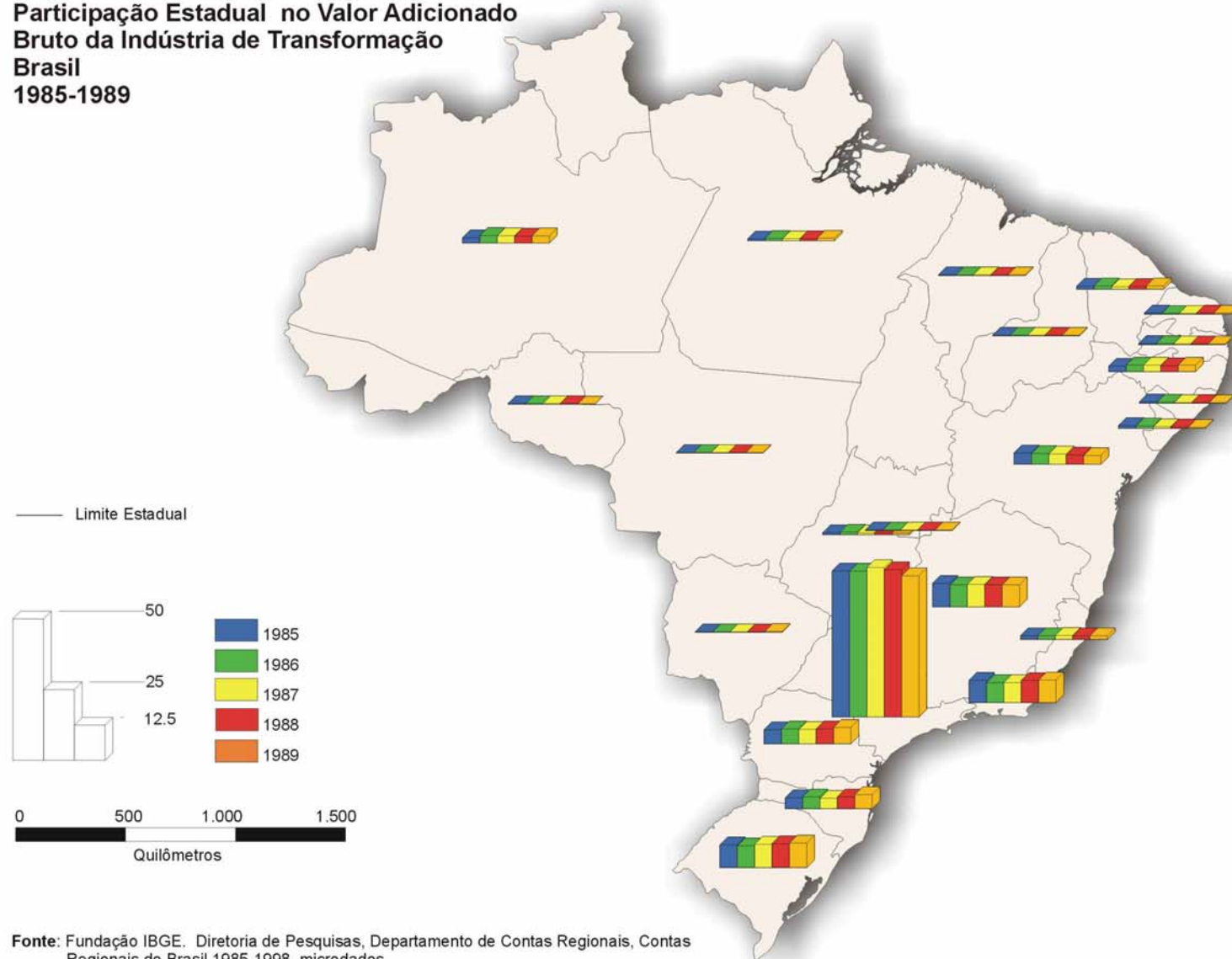


Mapa 7
Distribuição Estadual do Valor Adicionado
Bruto da Agropecuária
Brasil
1985 – 1989



Fonte: Fundação IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Regionais, Contas Regionais do Brasil 1985 -1998, microdados.

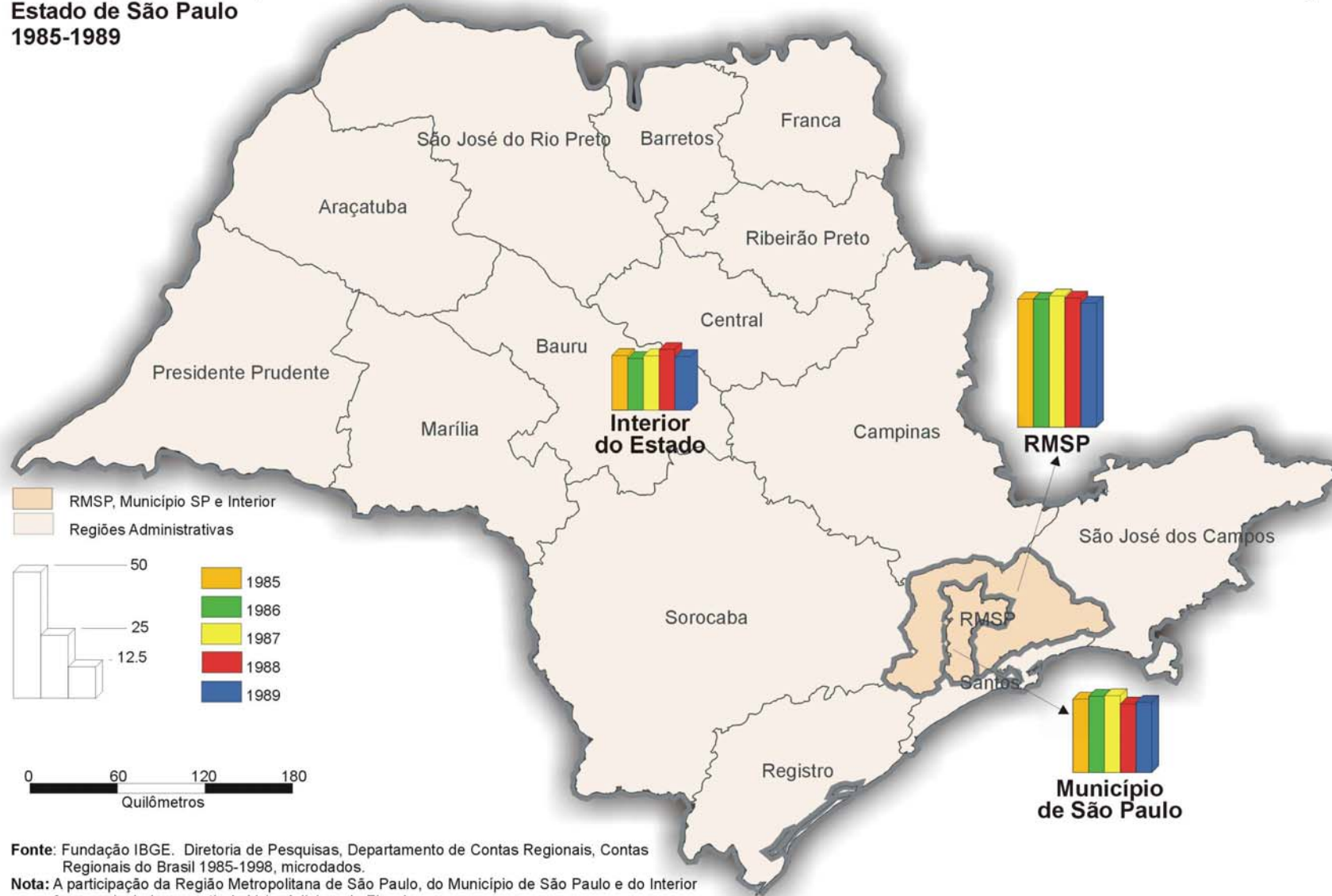
Mapa 8
Participação Estadual no Valor Adicionado
Bruto da Indústria de Transformação
Brasil
1985-1989



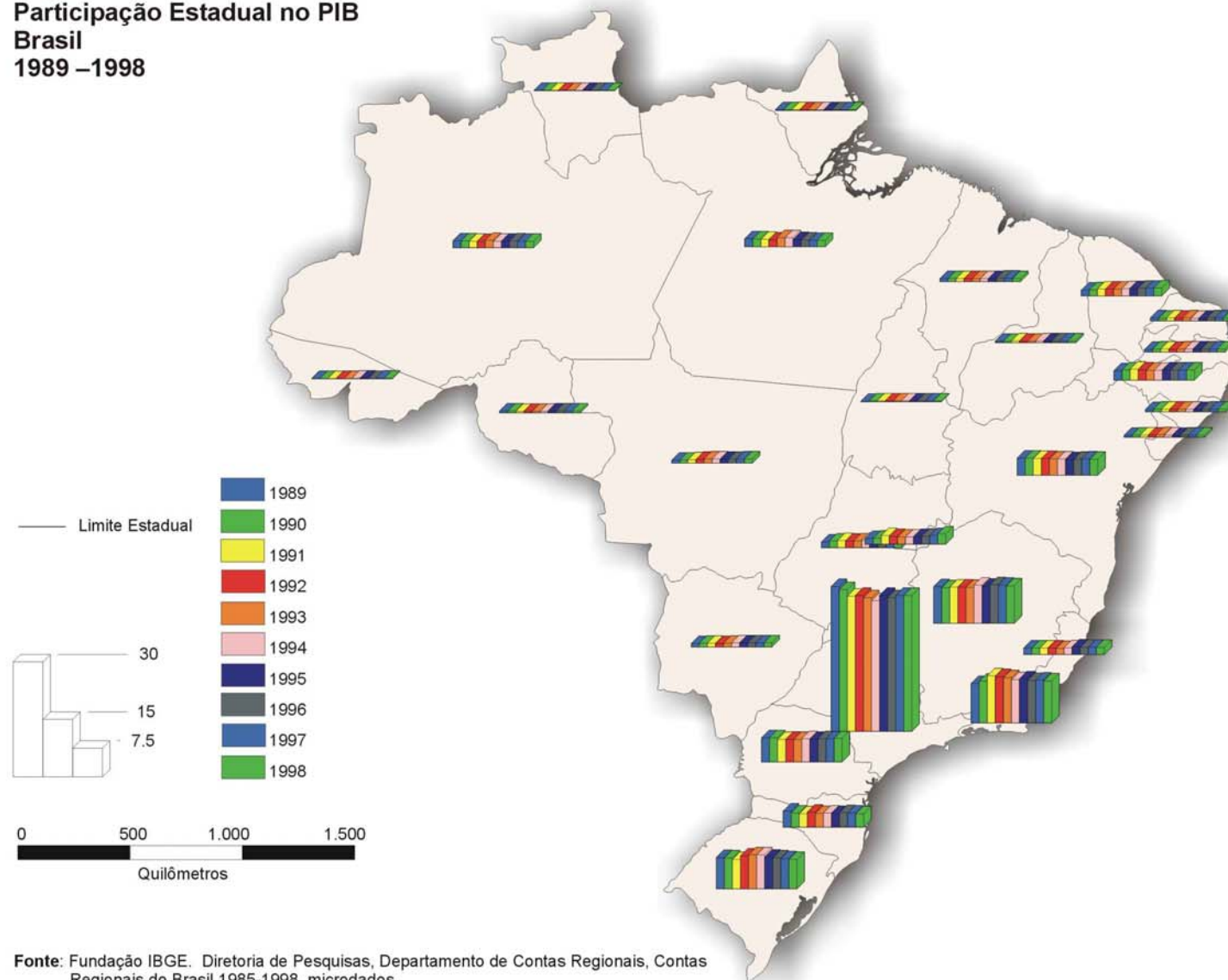
Fonte: Fundação IBGE. Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Regionais, Contas Regionais do Brasil 1985-1998, microdados.

Mapa 9

Participação da RMSP, do Município de São Paulo e do Interior no Valor Adicionado Bruto da Indústria de Transformação do Brasil
Estado de São Paulo
1985-1989

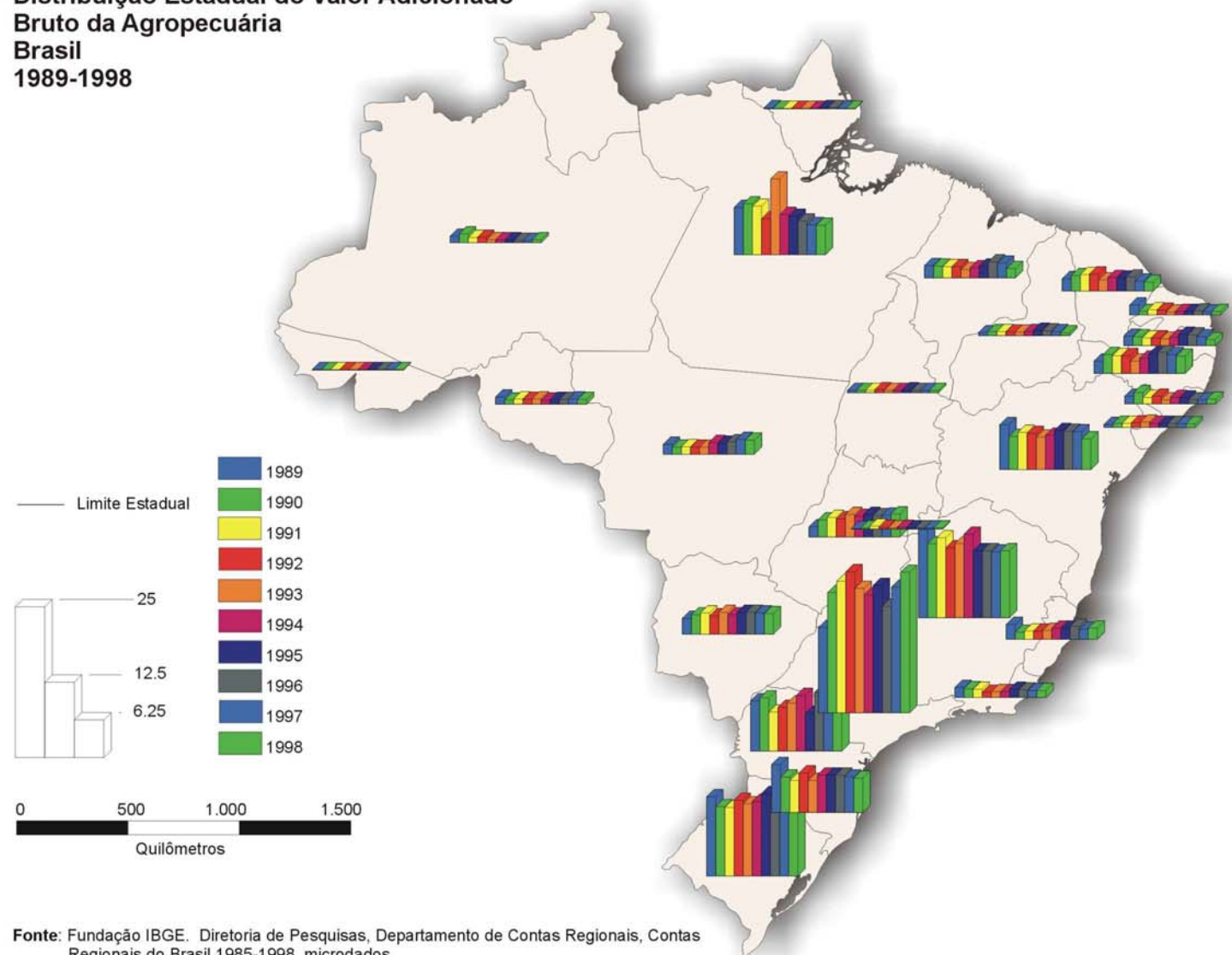


Mapa 10
Participação Estadual no PIB
Brasil
1989 – 1998



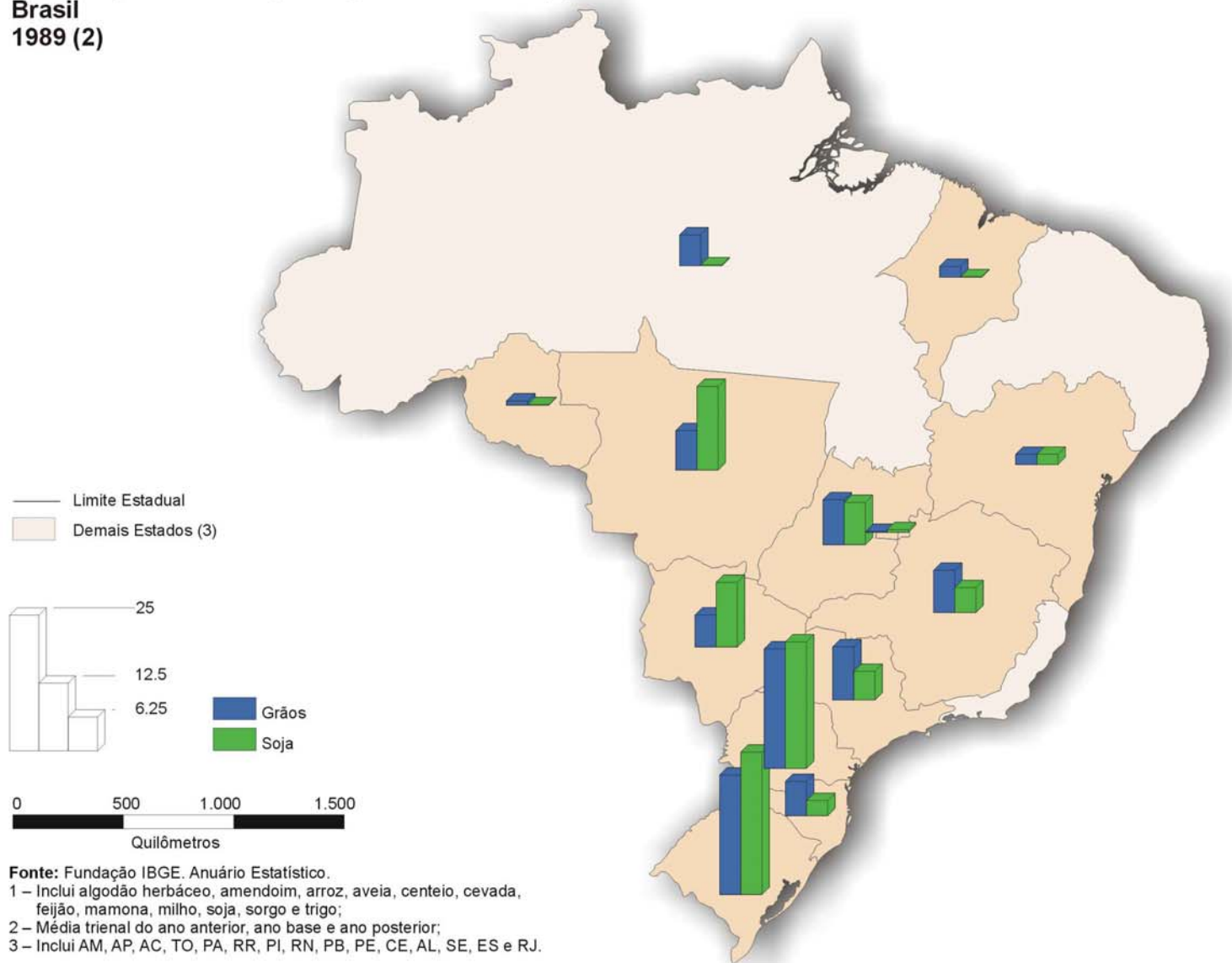
Fonte: Fundação IBGE. Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Regionais, Contas Regionais do Brasil 1985-1998, microdados.

Mapa 11
Distribuição Estadual do Valor Adicionado
Bruto da Agropecuária
Brasil
1989-1998

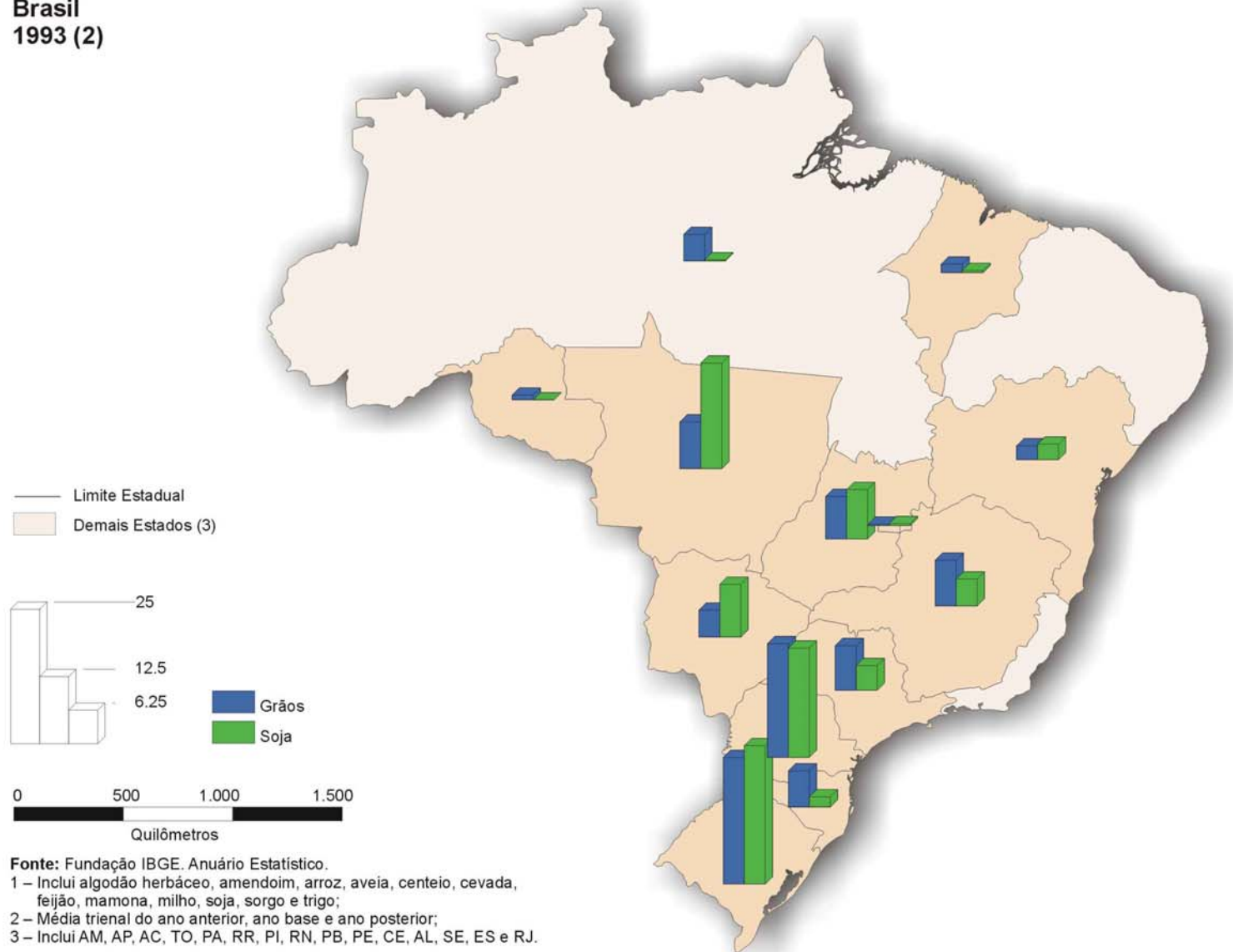


Fonte: Fundação IBGE. Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Regionais, Contas Regionais do Brasil 1985-1998, microdados.

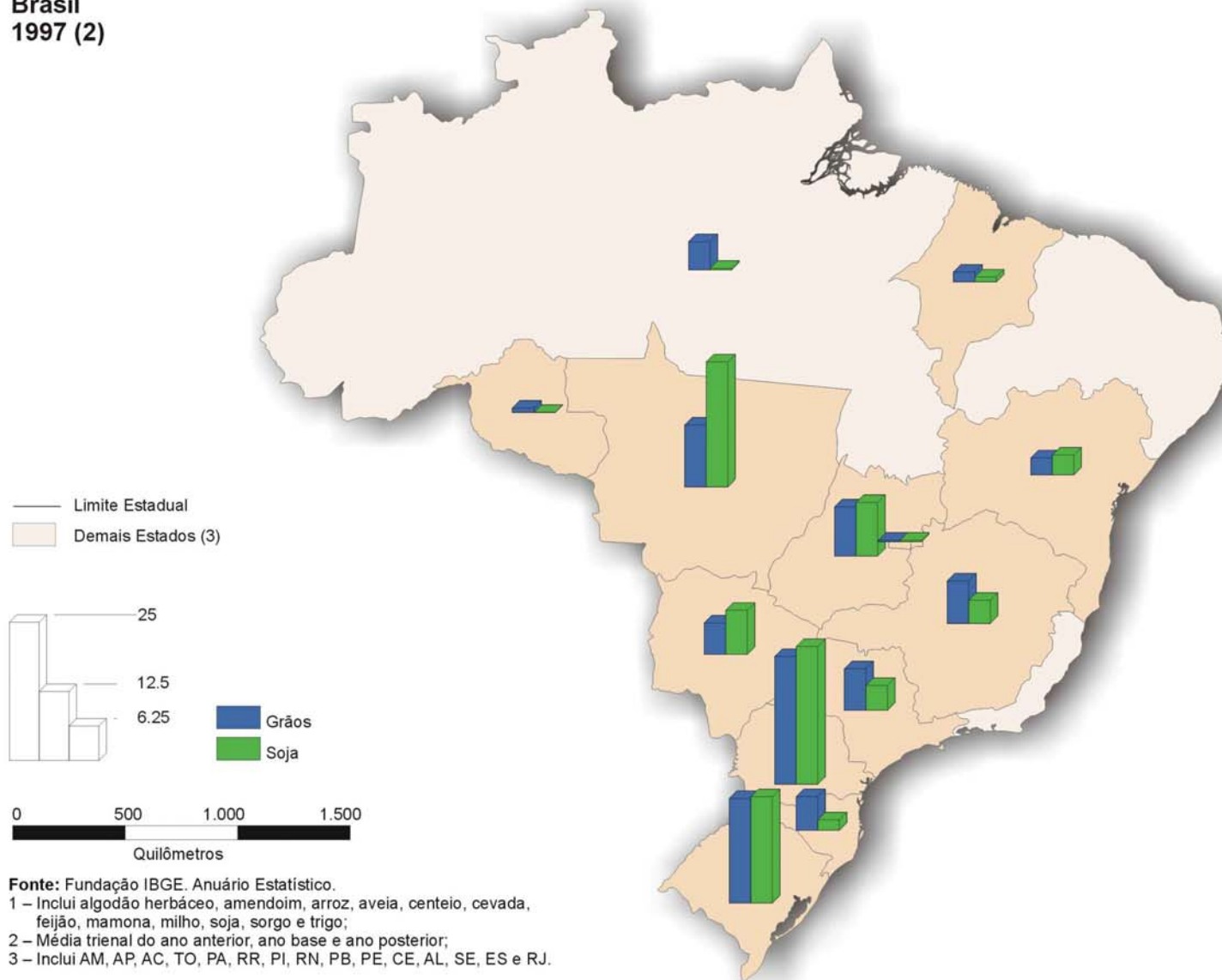
Mapa 12
Distribuição da Produção Regional de Grãos (1)
Brasil
1989 (2)



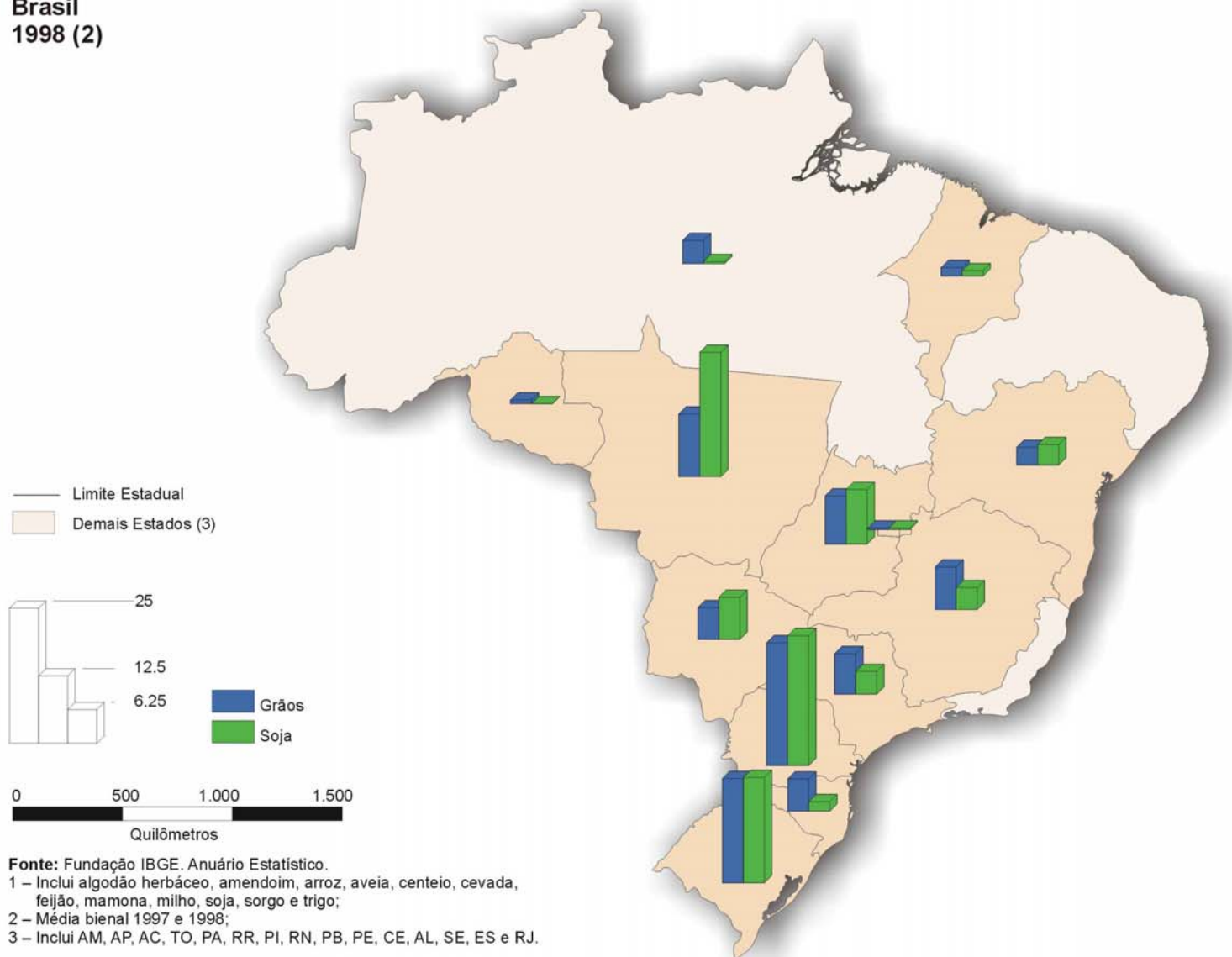
Mapa 13
Distribuição da Produção Regional de Grãos (1)
Brasil
1993 (2)



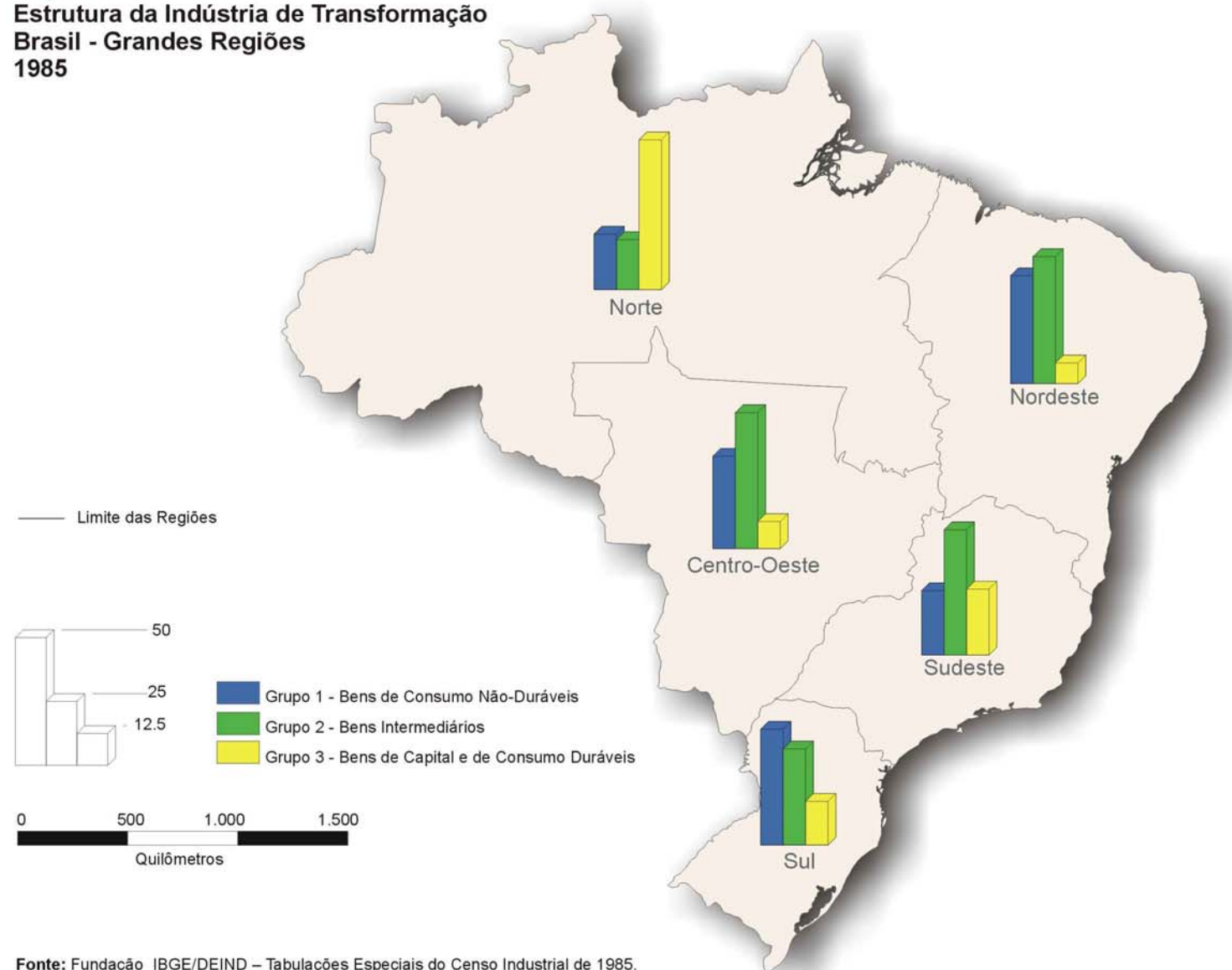
Mapa 14
Distribuição da Produção Regional de Grãos (1)
Brasil
1997 (2)



Mapa 15
Distribuição da Produção Regional de Grãos (1)
Brasil
1998 (2)

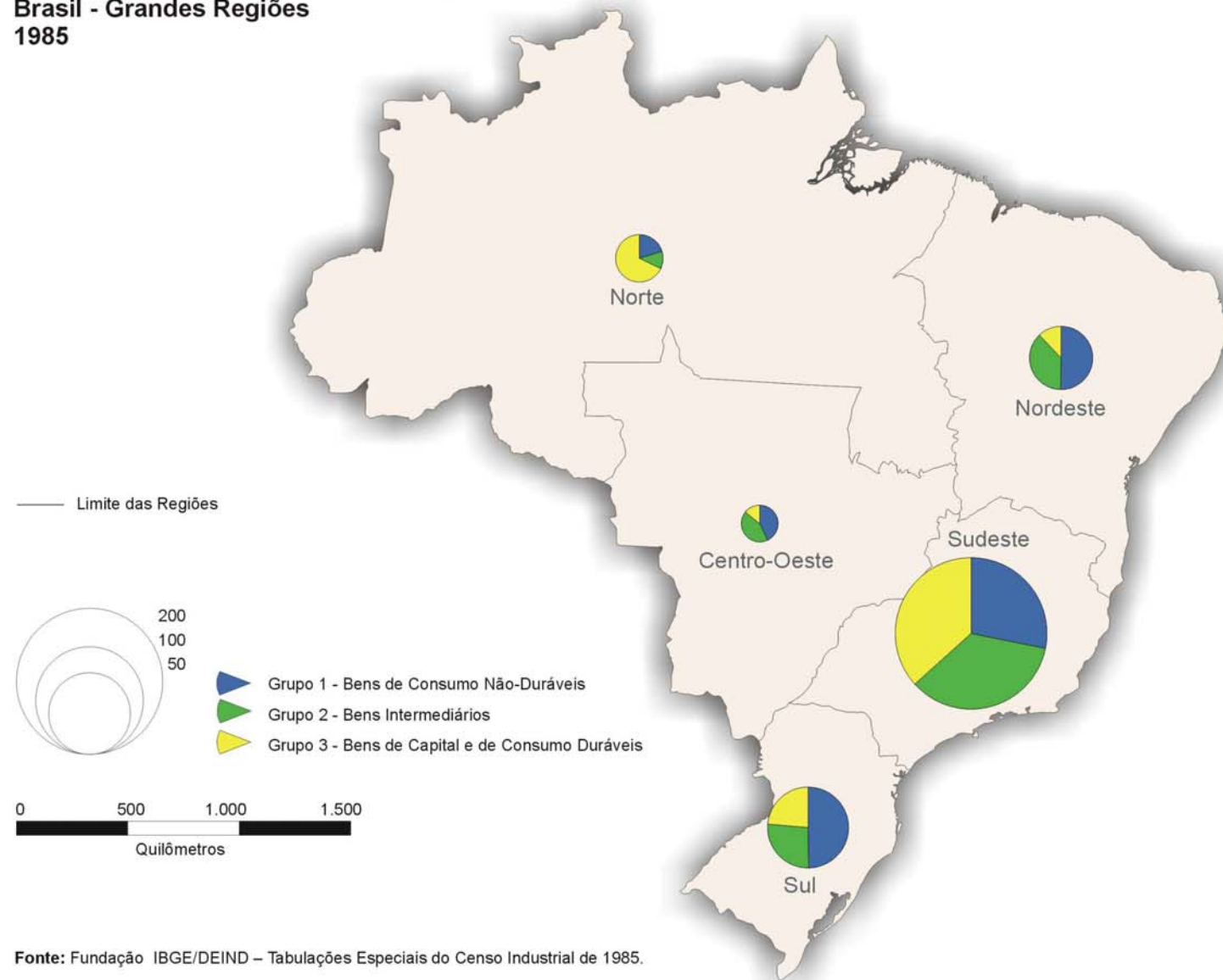


Mapa 16
Estrutura da Indústria de Transformação
Brasil - Grandes Regiões
1985



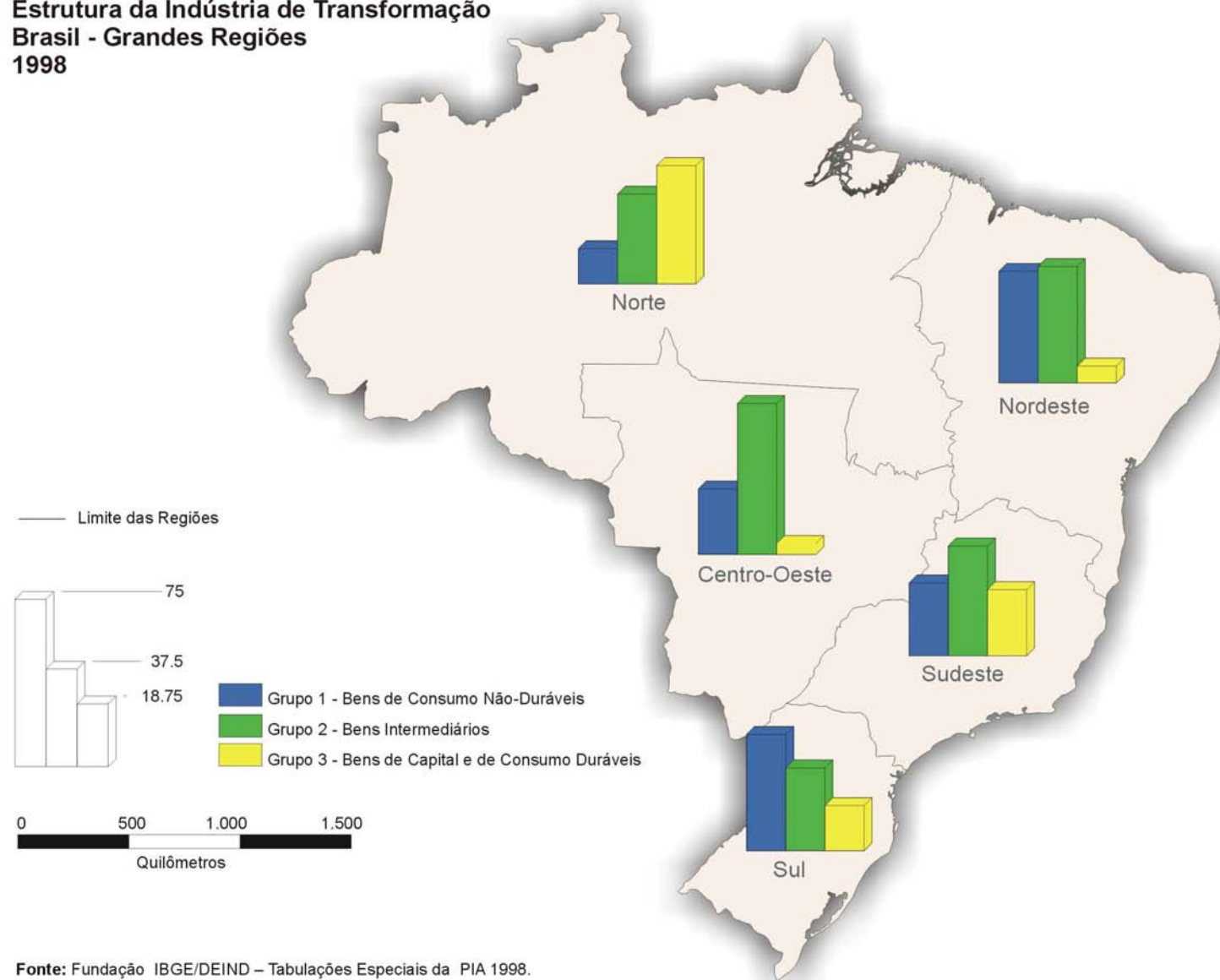
Fonte: Fundação IBGE/DEIND – Tabulações Especiais do Censo Industrial de 1985.

Mapa 17
Participação Regional na Indústria de Transformação
Brasil - Grandes Regiões
1985



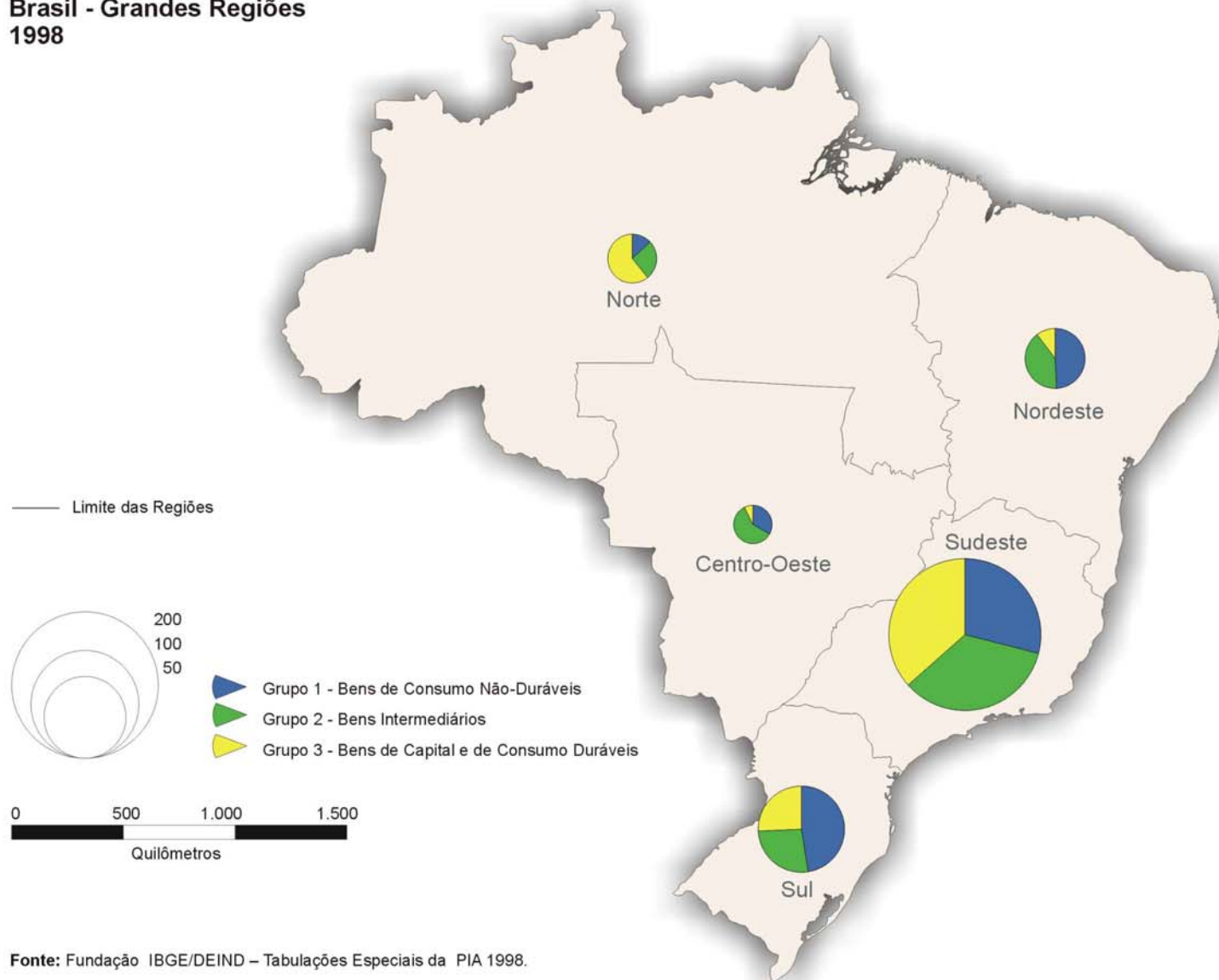
Fonte: Fundação IBGE/DEIND – Tabulações Especiais do Censo Industrial de 1985.

Mapa 18
Estrutura da Indústria de Transformação
Brasil - Grandes Regiões
1998



Fonte: Fundação IBGE/DEIND – Tabulações Especiais da PIA 1998.

Mapa 19
Participação Regional na Indústria de Transformação
Brasil - Grandes Regiões
1998



Fonte: Fundação IBGE/DEIND – Tabulações Especiais da PIA 1998.

Mapa 20
Distribuição Regional no Valor Adicionado da Indústria de Transformação*
Estado de São Paulo
1998

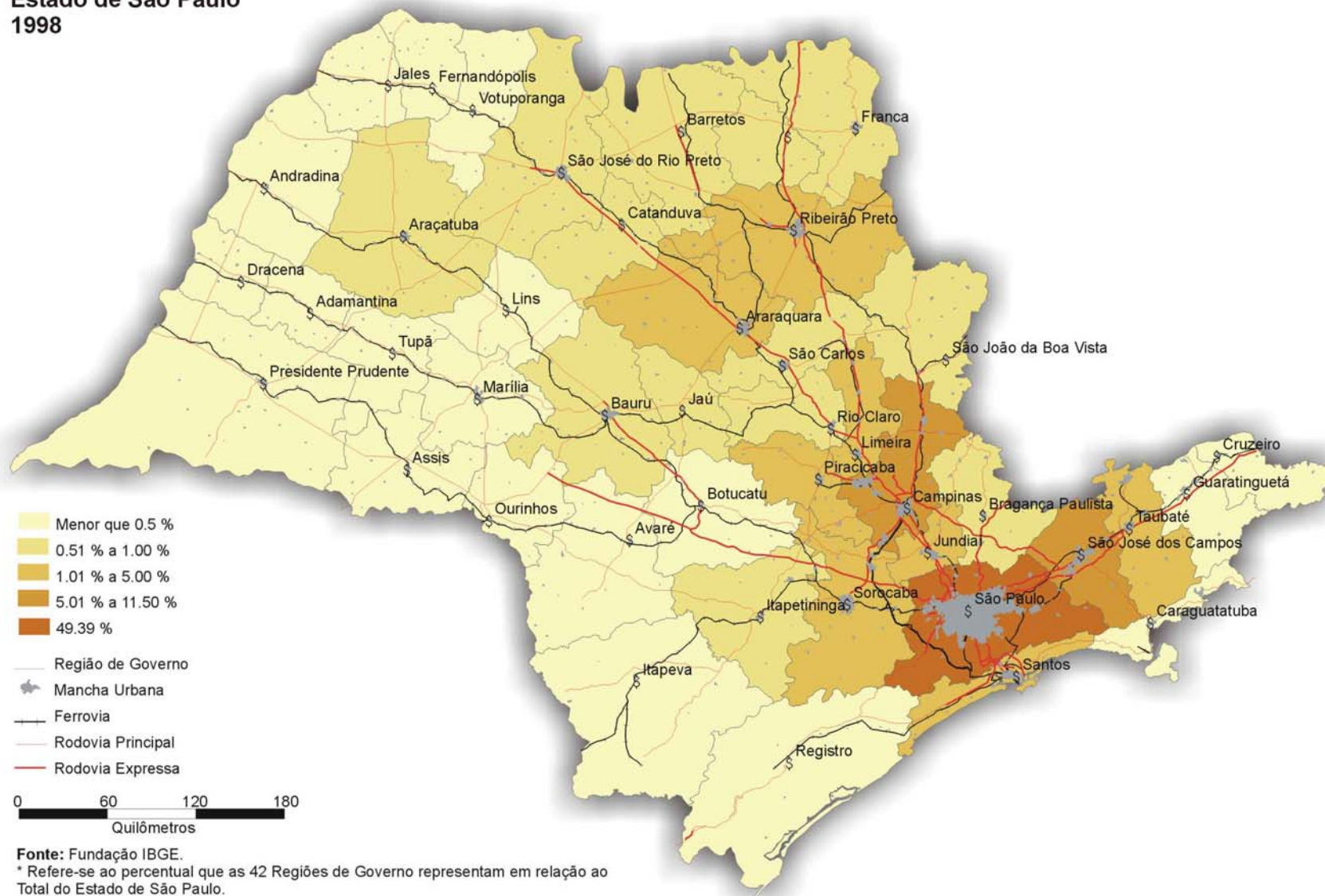
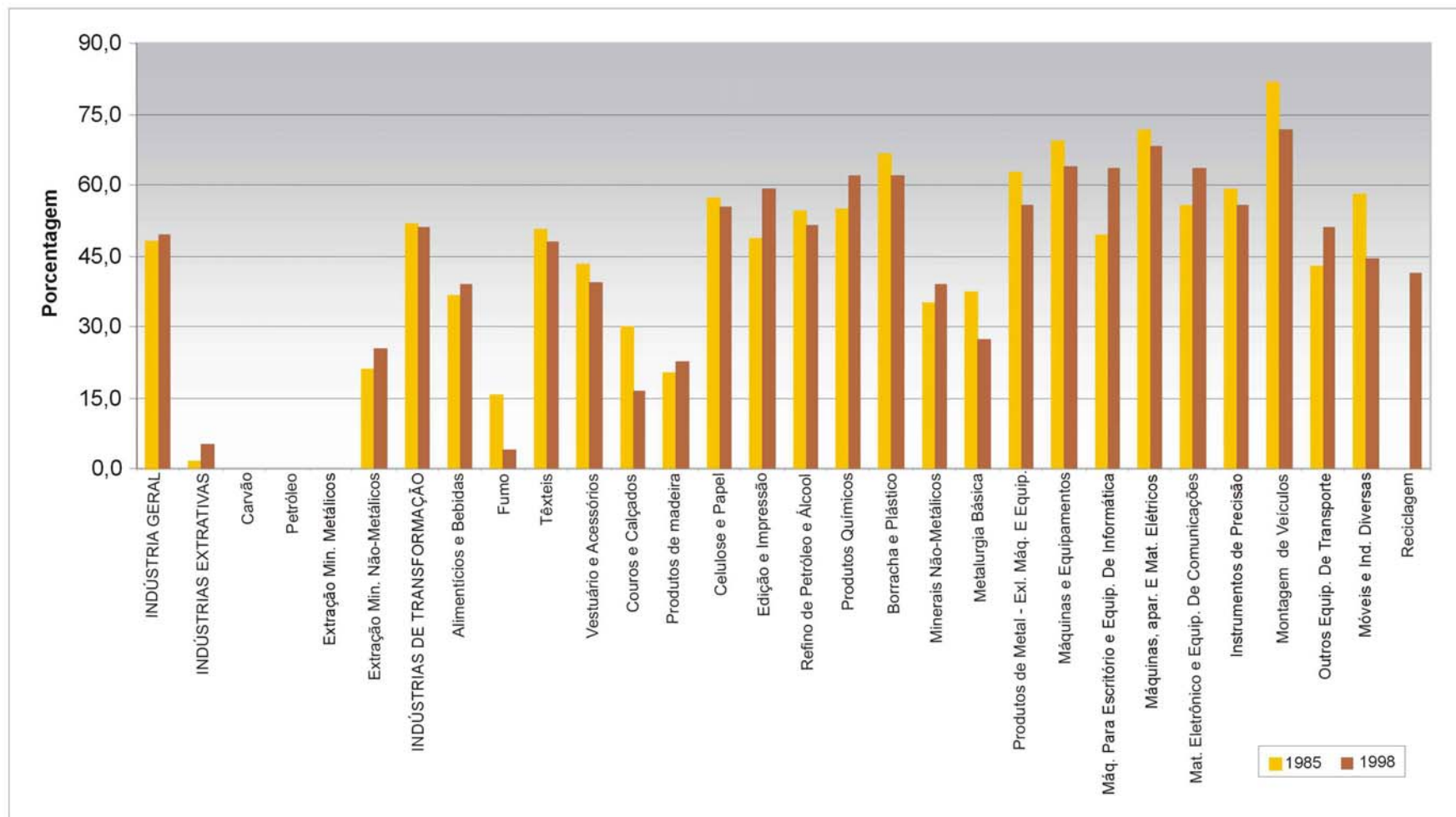


Gráfico 1
Participação Regional do Estado de São Paulo na Indústria Geral do Brasil, segundo Divisões
1985 e 1998



Fonte: Fundação IBGE/DEIND – Tabulações Especiais do Censo Industrial de 1985 e PIA 1998.